

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Adriano Moura de Oliveira

**Crítica ao Discurso Geopolítico brasileiro:  
Do Golpe de Estado de 1964 às ilusões do  
Milagre Econômico (1964-1974)**

Mestrado em História

São Paulo  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Adriano Moura de Oliveira

**Crítica ao Discurso Geopolítico brasileiro:  
Do Golpe de Estado de 1964 às ilusões do  
Milagre Econômico (1964-1974)**

Mestrado em História

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação do Prof. Doutor Antonio Rago Filho.

São Paulo  
2009

Banca Examinadora

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

Minha sincera e eterna gratidão ao orientador deste trabalho, Prof. Dr. Antonio Rago Filho, pela paciência e disponibilidade com que acompanhou minha trajetória de pesquisa até o presente momento.

Agradeço aos professores da Banca Examinadora, Profa. Dra. Célia Castro Cardoso e Profa. Dra. Vera Lúcia Vieira, que também me honraram com suas presenças no Exame de Qualificação e cujas contribuições foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

Aos professores do Programa de História pelas aulas instigantes que estimularam a busca de conhecimento.

À secretária dos Programas de História, Betinha, pela atenção.

Aos amigos que compartilharam os momentos de alegria e de aflição, em especial João e Silvia, Rosana, Paulo e Fabíola (Queridos).

À todos da minha adorada família. Aos primos Juliana e Reinaldo, agradeço o maior presente que poderiam me conceder, meu afilhado Davi. Aos meus primos Bruno e Mariana, agradeço por todos os momentos em que estiveram ao meu lado. Helena e José, obrigado pelo carinho. Agradeço especialmente ao meu irmão Neto e à minha tia Maria José pela atenção e pelo amor que me dedicam. Aos meus pais, minha gratidão pela dedicação, tolerância, conselhos, cuidados enfim, por todas as vezes que deixaram de lado seus objetivos e abraçaram os meus.

Agradeço especialmente ao meu amor Roberta. Obrigado pelo companheirismo, pelos momentos alegres, por iluminar os meus dias com seu sorriso encantador, por tornar minha vida mais doce e agradável.

## RESUMO

A intenção de transformar o Brasil em nação hegemônica não foi monopólio das Forças Armadas, mas, sem dúvida foi no interior dos quartéis e da Doutrina de Segurança Nacional que ela solidificou-se como força e chegou a se transformar num projeto da ditadura militar. Foi no pensamento geopolítico da ESG que essas idéias evoluíram com maior ênfase e consistência, onde esse plano “Brasil Potência” passou a fazer parte essencial daquilo que se discutia nos *manuals*, nos *boletins* e nas *palestras*. A partir das análises dessa documentação pretendemos mostrar como essa ideologia se formou e norteou o pensamento militar buscando, a partir da geopolítica, entender a visão militar sobre o Brasil na época.

## **ABSTRACT**

The intention to transform Brazil into hegemonic nation was not monopoly of the Armed Forces, but, without a doubt it was in the interior of the quartéis and the Doctrine of National Security that it made solid itself as force and arrived if to transform into a project of the military dictatorship. It was in the geopolitical thought of the ESG that these ideas had evolved with bigger emphasis and consistency, where this plan “Brazil Power” started to be essential part of what it was argued in manuals, bulletins and the lectures. From the analyses of this documentation we intend to show as this ideology if it formed and it guided the military thought searching, from geopolitics, to at the time understand the military vision on Brazil.

# ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo I – A gênese da Geopolítica: uma crítica à Geografia Política Moderna.....</b>	<b>26</b>
1.1. Uma construção conceitual do espaço: a questão do determinismo geográfico.....	40
1.2. O espaço historicamente construído.....	53
1.3. O pensamento geopolítico clássico.....	63
<b>Capítulo II – Geopolítica, Segurança e Desenvolvimento.....</b>	<b>81</b>
2.1. Ideologia de Segurança Nacional: o pano de fundo.....	81
2.2. A “doutrina francesa” e a ideologia de segurança no Brasil.....	92
2.3. O projeto Brasil Potência no interior das Forças Armadas.....	99
<b>Capítulo III – A vocação geopolítica do Brasil: a construção dos ideais de potência no interior do determinismo geográfico.....</b>	<b>122</b>
3.1. A projeção do Brasil: Geopolítica, determinismo e Estado Nacional....	129
3.2. O destino manifesto.....	145
<b>Capítulo IV – A Grande Potência: o Brasil ditatorial na visão da Geopolítica.....</b>	<b>171</b>
4.1. Potência, poder e violência.....	174
4.2. O “Perigo Vermelho” e a importância estratégica do Atlântico.....	194
4.3. O modelo Geopolítico de desenvolvimento .....	201
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>214</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>220</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>227</b>



## Introdução

Acreditamos que para aqueles que pretendam entender melhor o pensamento militar no Brasil e o comportamento das instituições do Estado depois do golpe de 1964, deve-se indiscutivelmente partir da Escola Superior de Guerra e de sua Doutrina de Segurança Nacional porque foram esses dois elementos que ao mesmo tempo criaram uma coesão interna para os militares e deram-lhes também os instrumentos para contemplar e influir na realidade brasileira, ou pelo menos naquilo que eles entendiam dessa realidade.

Nosso primeiro contato com a Escola Superior de Guerra e sua doutrina se deu através de um projeto de Iniciação Científica com o apoio do CNPq, em que estudamos a figura do General Osvaldo Cordeiro de Farias, fundador da Escola no Brasil e um dos artífices da conspiração pré-golpe. Foi aí que tomamos contato com a bibliografia sobre o período, os autores que a estudaram, os militares que fizeram parte em sua constituição e principalmente a documentação produzida dentro da escola.

Foram afirmações como essas que nos instigaram a procurar dentro da ideologia de segurança nacional quais de seus elementos constitutivos tiveram efetivamente influência, não só no estado brasileiro, como também na produção teórica dentro da própria Escola. Seguindo tal linha de pensamento, o estudo da Geopolítica nos apareceu como importante instrumento para nossas indagações. Isso porque partimos do ponto que a ESG e sua Doutrina tinham como objetivo - a partir de sua criação - um projeto de hegemonia nacional, e que, na visão da geopolítica, seria a elevação do país à categoria de potência mundial. Nesse sentido, os estudos geopolíticos tomam corpo dentro da doutrina, exercendo grande influência nos grupos de civis e militares que faziam parte da Escola.

O Brasil, no final da década de 1960, passava pela pior e mais complexa fase de sua História, na qual as contradições sociais se encontravam em seu estágio mais profundo desde o golpe militar de 1964. A chamada *revolução*, com proferiam seus deflagradores, foi fruto de uma conspiração arquitetada entre setores das elites civis e militares e representou a vitória da autocracia-burguesa frente aos movimentos sociais, combinando com a separação total das classes subalternas do poder político. “A Conquista do Estado”, na versão conservadora

militar, tinha a intenção, amparada na doutrina de segurança nacional, de arrumar a casa frente à baderna dos movimentos populares, já que em meio a uma ameaça de “guerra total” os sindicatos e as reformas de base representavam, na lógica conservadora, o comunismo.

A Doutrina de Segurança Nacional que serviu como substrato ideológico em todo o regime, expressava não só o anticomunismo como trazia no bojo de suas formulações que a segurança de uma nação dependia mais do potencial geral da nação do que da expressão militar do seu poder, ou seja, era muito mais importante potencializar e controlar o social, político e o econômico do que propriamente aumentar o poder militar, pois o inimigo a combater era interno e surgiria da desorganização desses elementos. Era a representação de *“um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação”* (Farias, 1981, p. 417).

Dentro dessa nova ordem instituída, os processos reformistas e os movimentos de caráter popular passam a se configurar como obstáculos ao projeto hegemônico; conseqüentemente não só a “subversão popular” era alvo de combate, mas quaisquer dos setores da sociedade que se opusessem ao projeto estratégico da autocracia burguesa e dos militares deveriam ser extirpados.

O golpe de Estado representou o auge dessa dominação, controle e exclusão; suas premissas de varrer a balburdia e a corrupção de ideologias de esquerda (comunismo) fizeram-se presentes nos primeiros meses de governo Castelo Branco com a instauração do AI-1. O ato institucional veio à cata dos agentes revolucionários, resguardando-se na segurança nacional, o ato promulgava ser *“indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro [...] tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado<sup>1</sup> não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas”* (Castelo Branco *apud* Beiguelmam, 1994, p. 22).

---

<sup>1</sup> Isso significava que quaisquer cidadãos poderiam perder seus direitos políticos pelo prazo de dez anos, estando os senadores, deputados e vereadores sujeitos a ter seus mandatos cassados; tudo isso sem que um processo tivesse sido previamente arrolado. O governo Castelo Branco, ainda que tenha se autodenominado *moderado* ou *sorbonista*, mostrou a face repressiva da ditadura ao instrumentalizar a política com um Serviço Nacional de Informações, órgão cuja presença, como arma da ditadura, se alastraria por todo o país.

Em meio à repressão e aos expurgos, a ditadura se perdia. Não havia, pelo menos de início e de forma explícita, um plano político econômico para o país, o que tornava a continuidade do movimento incerto. Essa inicial ausência de projeto pelo oficialato começou a gerar insatisfações de grupos tanto civis quanto militares que ora apoiaram o golpe, como o governador Carlos Lacerda que viu - em fator dos rumores de maior repressão que premeditou a AI-2 - suas esperanças de galgar a presidência lhe escapando (Beiguelman, 1994, p. 53).

As pressões ao governo vinham por todos os lados, ou pelas forças políticas de esquerda que haviam sobrevivido às cassações, ou da direita que seguindo o plano inicial, queriam de volta o poder nas mãos, além dos movimentos populares também remanescentes do “tiroteio inicial” e que faziam frente ao regime. Podemos supor que essas pressões eram mais “fáceis de controlar” já que os militares dispunham da máquina repressiva estatal; o maior problema estava nas alfinetadas que cutucavam o interior do movimento, ou seja, os grupos de oficiais de clara oposição a Castelo Branco e ao rumo imprimido por ele à “revolução”.

Coligados em torno da figura do ditador Arthur da Costa e Silva, esses oficiais estabeleceram um arranjo político que ficou conhecido como o *golpe dentro do golpe*, que culminou com a posse da *linha dura* dos militares ao poder que se justificava no fato de que Castelo Branco e sua trupe estariam deixando escapar das mãos dos militares a “revolução” e que tudo aquilo que os “revolucionários” haviam combatido em 1964 estaria de volta.

Sem dúvida, os movimentos populares como as ligas camponesas, em vez de serem extirpados tinham aumentado seu poder e seus adeptos, os estudantes e os políticos principalmente ligados às esquerdas também faziam frente ao regime. Sem apoio político e de opinião e pressionados ao abrandamento, os dirigentes da ditadura queriam sua consolidação e para tal sabiam que, por falta de estabilidade política, o único jeito seria o enrijecimento (Beiguelman, 1994, p. 98).

Nesse sentido o AI-5, intolerável no que diz respeito às aspirações democráticas, veio contra tudo e todos numa nova fase de militarização do aparelho do Estado brasileiro, silenciando qualquer oposição ao regime, pois como nas palavras do ministro Gama e Silva, os atos de subversão vinham

crescendo cada vez mais, até a atingir mesmo o próprio Parlamento Nacional “através de membros dos partidos os quais teriam a responsabilidade de defender o Congresso Nacional e a revolução” e acrescenta, “esses atos oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais comprovam que os instrumentos jurídicos que a Revolução vitoriosa outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar do seu povo estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la” (Costa e Silva *apud* Beiguelman, 1994, p. 128).

Os militares acreditavam que seria possível à administração através do AI-5, com os cidadãos acuados e o congresso fechado, livrar-se de uma série de dificuldades, o que permitiria tomar as medidas necessárias no sentido de reduzir o *déficit* do tesouro, conter o processo inflacionário e desferir seu projeto econômico (Beiguelmam, 1994, p. 132). Este momento se manifestou como uma das maiores contradições da ditadura militar, pois ao mesmo tempo em que o regime retraiu-se em suas estruturas repressivas, o país estampou o maior crescimento econômico ao longo de décadas: o chamado “Milagre econômico brasileiro”; segundo Giovanni Arrighi, ao analisar o Brasil em seu “milagre”:

*“(...) a característica mais notável da trajetória brasileira, tal como revelada por seus indicadores, é sua horizontalidade absoluta e quase ininterrupta. De 1938 a 1970, o PNB per capita do Brasil permaneceu estacionado em cerca de 12% do PNB per capita no núcleo orgânico. Entre 1970 e 1980, subiu até 17,5%, mas por volta de 1988 havia voltado aos seus 12% habituais.”* (Arrighi, 1998, p. 264).

Esse salto temporário nos anos 70 levou ao consentimento de que um novo milagre econômico estava em marcha e caminhava para equiparar o Brasil com os padrões de riqueza no núcleo orgânico. Propagadores fiéis desse “espasmo” milagroso estavam manifestos nas ambições dos estudos sobre geopolítica que ganharam força ilimitada. Era a hora certa - acreditavam esses “estudiosos” – para o país iniciar sua escalada dentro do cenário mundial.

Essa era a única realidade que interessava ao dia a dia da grande produção discursiva militar, nesse caso os geopolíticos, pois o discurso dos teóricos do regime, principalmente os contidos dentro da Escola Superior de

Guerra<sup>2</sup> tinham naquele instante a preocupação de explicar o novo momento do Brasil, que afiançado pelo milagre econômico no início da década de 70 seria, segundo eles, a nova Potência Mundial a se levantar no Ocidente. “*Na atualidade, após o surto desenvolvimentista que impulsionou o país, generalizou-se a preocupação com a posição do Brasil na cúpula do cenário mundial*” (Soares, ESG, 1970, p.15).

De fato, grande parte da produção de pesquisas dentro da ESG nesse período esteve voltada ao projeto Brasil Potência; não que ele fosse o único objeto de atenção, mas era sem dúvida o maior. Os militares, guiados por uma mentalidade retrógrada, somada ao constructo ideológico dos *gestores do capital atrofico*<sup>3</sup>, acreditavam poder controlar as contradições capitalistas, bastando para tal a desagregação dos movimentos populares; juravam que a aceleração do desenvolvimento do capital industrial permitiria a diminuição das desigualdades regionais fortalecendo a coesão interna, assim como propiciaria a formação de uma indústria bélica para a segurança nacional. Nesse momento, a segurança nacional trocava suas alianças com o desenvolvimento, e o binômio que sairia dessa junção daria o tom de toda a política no regime.

Sendo assim, o discurso *geopolítico* é o exemplo e a projeção fiel dessa prepotência militar contida na DSN. Seus locutores propunham, na década de 70, terem o controle e o destino da nação, tinham a certeza de poder controlar a sociabilidade do *Capital* apenas potencializando os recursos naturais e fazendo uso da “posição estratégica” do país na América Latina; a geoestratégia garantiria o englobamento político-econômico para as forças que comandariam o país e eles dariam ao povo o *destino* que queriam! O único destino mensurável, o Brasil Potência, pois “*A geopolítica só tem sentido se serve para fundamentar na geografia o projeto que um partido afirma ser o destino manifesto*” (Ferreira in Beltran, 1970, p. 182).

---

<sup>2</sup> Ver sobre a ESG e sua formação em FERRAZ, Francisco César Alves. A sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955). Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da Unesp em 1991.

<sup>3</sup>Ver trabalho de RAGO FILHO, Antonio. Os gestores do capital atrofico. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da PUC-SP, 1998.

Fruto desse momento histórico e representante desse pensamento, o general Carlos de Meira Mattos, militar ativo no golpe e consagrado pela Escola de Guerra como um de seus grandes pensadores, publicou em 1975 um livro intitulado *Geopolítica e Destino*; essa obra é claramente uma tentativa de dar respostas à realidade presente, um conjunto de análises dispersas que tentam explicar, a partir da geografia, como se constituía naquele momento a sociedade e qual seriam as modificações necessárias para se chegar ao grande destino. As perguntas levantadas pelo autor giravam em torno de: Quais os graus de organização social no Brasil? Como estavam dispostas as populações nos territórios? Qual a constituição desses territórios? Quais as diferenças regionais e como elas atrapalhavam os objetivos hegemônicos do país? Como se constituía o atual momento político, qual o papel das forças Armadas e do autoritarismo para a futura potência? Qual a importância de posição geográfica do Brasil dentro da América latina?

Os questionamentos levantados por Meira Mattos, que servem de exemplo dos temas trabalhados pela instituição, nem de longe representavam novidades para aqueles que dentro dos meios militares se debruçavam sobre o mesmo tema. Aliás, olhares mais atentos às produções de dentro e de fora da ESG perceberam que grande parte das temáticas propostas pelos estudos geopolíticos a partir do golpe, encontrava suas raízes nos anos anteriores<sup>4</sup>, momento o qual a geopolítica de Golbery do Couto e Silva trazia como bandeira a luta e organização social frente ao medo de uma “Terceira Guerra” e a mobilização contra o “perigo vermelho”. As perguntas acima referidas mostram, além de uma conturbada

---

<sup>4</sup>O discurso geopolítico brasileiro é anterior a DSN – a doutrina entra no Brasil com a criação da escola superior de guerra no final da década de 40 – ele nasce no país na década de 1920 com os estudos de Mário Travassos, de lá pra cá é possível identificar três fases desses estudos. A primeira etapa é marcada, como já dito pelos estudos de Mário Travassos entre 1920-1930, Everardo Backheuser e Delgado de Carvalho; é possível perceber que uma das características dos estudos desse período, é que a geopolítica foi pensada única e exclusivamente centrada nos elementos geográficos nacionais. Ela esteve voltada, freqüentemente, para a questão da centralização do poder nacional, questionando-se o regime federativo como sendo condicionante para o Brasil tornar-se expressão no cenário mundial (Miyamoto, 1985, p. 60). O segundo momento, este que identificamos com maior importância, foi quando esses estudos passaram a ter expressão teórica dentro das Forças Armadas na década de 50, justamente por causa da Escola Superior de Guerra e sua Doutrina. (Ferreira, 1970, 165-175). Esses estudos foram marcados pela preocupação com a segurança nacional e a defesa do bloco ocidental contra o comunismo, seu maior representante apontado pela historiografia foi o General e Geopolítico Golbery. O núcleo do pensamento de Golbery – como não poderia deixar de ser – é marcado pela geopolítica, orientada totalmente por reflexões impregnadas pelo clima da guerra fria e a defesa do continente. (Assunção, 1999, p. 98).

análise da realidade, a tentativa de, através do controle desses pontos entendidos como essenciais, ressaltar e colocar o meio geográfico no centro de tudo.

Por isso dentro da produção geopolítica, assuntos diversos como os apresentados por esses estudos - seja a ameaça comunista, o perigo de guerra ou o Brasil potência etc., temas que de tão complexos, fariam preocupar qualquer pesquisador que se debruce sobre eles - foram todos tratados e reduzidos à luz dos meios geográficos.

Entendemos que esse reducionismo geográfico<sup>5</sup>, arma substancial do pensamento geopolítico brasileiro, não é isento nem inocente. Pois ao exaltar a influência dos meios naturais e o papel do Estado como regulador e potencializador desses recursos apagam-se as funções dos indivíduos, as contradições sociais e as lutas no interior das classes, fazendo com que o Estado se torne o único detentor da verdade e do *destino* da nação; daí a associação irrestrita entre geopolítica e ditadura, pois “*A geografia não se transforma em prática sem a anterior existência de um Estado totalitário*” (Chiavenato, 1981, p. 8).

O *Destino Potência* preconizado pela geopolítica do período do “milagre”<sup>6</sup>, ao qual se detém o foco de nosso trabalho, propunha que uma nação que tenha

---

<sup>5</sup> Sobre o surgimento do determinismo geográfico, ver QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>6</sup> O milagre se apresenta como a grande contradição do período justamente porque, no mesmo momento em que o dispositivo militar se preocupou em manter a ordem e legitimar o regime através da repressão, preocupou-se também em elevar os índices da economia brasileira a estágios jamais vistos - o chamado *milagre econômico*. Milagre esse, que na análise de muitos estudiosos e críticos, só teve de milagroso o nome. Era na verdade uma *farsa*, que tomou rumos de não distribuição igualitária de benefícios colhidos por ele, além da falta de visão futura e planejamento parcial que acarretaram no empobrecimento da população total a longo prazo. O período de 68 – 73 ao mesmo tempo em que é considerado o auge do “milagre” é também quando ficam evidentes as contradições ou desequilíbrios do crescimento exacerbado da economia. Houve um desastre de proporções enormes quanto à distribuição de renda, uma vez que as maiores partes dos ganhos ficaram concentradas nas mãos de poucos. (Boarati, 2003, p. 30). Este momento de grande crescimento econômico e fechamento do regime foram propícios às manifestações de ambições geopolíticas que ganharam maior força. Era a hora certa - acreditavam esses “estudiosos” – para o país iniciar sua escalada dentro do cenário mundial. O Brasil era visto na década de 70, pela geopolítica, como uma nação aspirante à potência, que tinha encontrado o caminho da “democracia com autoridade”, condição sem a qual não poderia

posição geográfica, recursos naturais, organização interna, entre outros, está fadada a ser uma nação dominante, potente. Objetivos esses tão enraizados nos anseios e imaginação da *caserna*, que levaria o General Meira Mattos, há alguns anos atrás, transcorridos pouco mais de 40 anos do fim do regime dizer:

*“(...) reafirmamos a nossa fé na possibilidade do Brasil vir a se formar entre as grandes nações do mundo, desde que suas elites políticas se mostrem capazes de realizar um plano estratégico de desenvolvimento de suas imensas potencialidades geográficas e humanas (...) o que faltou desde 1985 foi continuidade administrativa e vontade política.”* (Mattos, ESG, 2003, p 44 - 46).

Essa conceituação nos leva às perguntas fundamentais que, se não em sua totalidade, representam partes das que guiam este trabalho: qual o grau de influência do meio geográfico nos destinos dos homens e das sociedades? Até que ponto é possível aos homens, dotados da capacidade de transformar a natureza, fugir dessas determinações? Como o discurso geopolítico enxerga a realidade brasileira e quais são os aspectos da realidade que ele se apropria? Ao fazer essas perguntas uma passagem dentro desses discursos nos chamou a atenção, pois revela o grau da influência do meio para a geopolítica e nosso ponto de partida:

*“No palco da eterna luta entre o homem e o meio ambiente entrechocam-se as qualidades do homem e as condicionantes da terra. O estudo do homem situa-se no campo da psicologia individual e coletiva (raças). Mas, na psicologia do homem influi também o meio físico (...). Essa influência das condições geográficas sobre a psiche humana já ultrapassou as barragens científicas e difundiu-se em versões populares: diz-se que o homem da costa, que vive à beira do mar, é alegre, aberto e otimista; que a psiche do homem da planície é ampla (gaúcho) como os espaços que domina e a do montanhês é defensiva porque tem seu horizonte fechado pelas terras que compartimentam o seu habitat.”* (Mattos, 1975, p. 7).

---

ser possível o desenvolvimento. Essa idéia de desenvolvimento exposta acima, representa para nós, uma segunda, porém, significativa contradição existente em todo o período militar: ao mesmo tempo em que a ditadura buscou um alinhamento acrítico com o capital internacional (EUA), através justamente do controle do estado, tentou também implantar um *projeto de Brasil potência*.



O discurso geopolítico é muito amplo<sup>7</sup>, sua linha de atuação vai desde as estruturas que compõem a política internacional (passando por posição estratégica, relações econômico-comerciais, projetos de intervenção militar em outros países) até as relações políticas internas do Estado (a integração nacional, o fortalecimento do poder central ou autoritarismo, o controle interno das populações, o que justificou as teorias raciais) visando sempre à manutenção e fortalecimento das formas de acumulação capitalistas e um projeto hegemônico, de dentro para fora, para o país.

Sem dúvida essa é a verdadeira face dos discursos geopolíticos no Brasil. Uma ideologia, que travestida com a roupagem científica, apagou as verdadeiras determinantes da história, o chão histórico onde estavam estabelecidas, por exemplo as diferenças regionais foram apagadas e as soluções encontradas na geografia, um discurso que fez uso e ressaltou as formas autoritárias de controle do Estado, a repressão e o cerceamento das liberdades. Seus locutores entendiam que o Estado tinha como único fim impor seus domínios sobre os outros, entretanto esse domínio deveria ser estabelecido primeiro internamente.

Então, ao se olhar para a ideologia geopolítica, é preciso que todos esses fatores sejam levados em consideração; haja visto que os estudos geopolíticos se constituem como um conjunto de *respostas práticas* do pensamento militar frente aos desafios da realidade à sua volta, portanto em sua forma ideológica, a gênese desse discurso se guiou pela apropriação dos elementos da realidade, a codificação e reprodução dos mesmos para atender a fins próprios, nesse caso a partir de 64 a justificativa da Ditadura militar.

Esse trabalho, com pretensões incisivas ainda que modestas, pretende justamente se debruçar sobre essa Geopolítica contida no seio das Forças Armadas levando em conta que o discurso geopolítico não deve ser pensado ou analisado, como é de costume, apenas em detrimento das relações

---

<sup>7</sup>No discurso geopolítico, a realidade, como podemos sentir na passagem acima, aparece de maneira disforme, travestida de uma “lógica popular” que não encontra e nem revela fatores científicos a não ser para aqueles que o transmitem. Quem melhor analisa esse caráter é Julio José Chiavenato em sua obra *Geopolítica a Arma do Fascismo*, mostrando que o pensamento geopolítico se constrói com uma brutalidade política e explica-se com artifícios de uma imaginação sub-científica, o que ele chama de “lógica popular”, o que o transforma em instrumento inventado para vestir fatos consumados, ou explicar os que se pretende consumir, apresentando-os como acontecimentos determinados (Chiavenato, 1978, p.15).

internacionais; muito pelo contrário, esse discurso deve ser alvo de atenção dos historiadores principalmente por que ele revela em suas estruturas, a visão dos militares da sociedade em seus aspectos principais tese que defendemos categoricamente nesse trabalho.

Sendo assim, a aplicabilidade desses estudos só pode ser vista se analisada no cotidiano de suas produções, trazendo à tona seus locutores, buscando suas influências dentro e fora da Escola Superior de Guerra onde estão centradas todas as produções sobre geopolítica no período, e nesse caso entender que a produção, fortalecimento e *práxis* do pensamento geopolítico só podem ser vistos a partir do seu órgão aglutinador - a Doutrina de Segurança Nacional – cujo fato nos leva a entender que, no que tange ao discurso geopolítico, sua interpretação e análise não podem partir de um direcionamento, pois assim o “pensar” geopolítico não é alcançado em sua plenitude.

Grande parte dos trabalhos que tratam do tema, aliás quase inexistentes na História, negligenciam essa possibilidade de análise e/ou analisam a produção geopolítica no Brasil procurando no discurso suas incoerências e fracassos frente às ações na política internacional do país no período, ou encaram as categorias de análise do “pensar geopolítico”, assumindo-a como ciência.

Trazemos como representante dessa primeira corrente o trabalho de Shiguenoli Miyamoto que possui uma substancial obra sobre o pensamento geopolítico brasileiro - orientado a partir da visão das relações internacionais - em sua tese de doutorado *Do Discurso Triunfalista ao pragmatismo ecumênico*, o autor traz à tona uma discussão bastante recorrente na década de 1960 no que diz respeito à política externa brasileira e sua face hegemônica. O motivo de trazer o autor a essa discussão não é apenas porque seu trabalho se constitua como um dos mais completos sobre o tema, mas principalmente porque ele apresenta dois problemas - o caráter e a *práxis* do discurso geopolítico e a função da doutrina militar na ditadura - que são essenciais para a compreensão e estruturação desse trabalho.

De acordo com o autor, criou-se no período da ditadura, em toda a América Latina principalmente na Argentina, extensa literatura que denunciava o caráter imperialista da política externa brasileira que, segundo essas produções, guiavam-se pelos objetivos de conseguir a supremacia regional colocando seus

vizinhos em papel secundário; objetivos que seriam postos em prática através de uma política externa altamente agressiva que teria se apropriado das diretrizes estabelecidas pelos estudos geopolíticos de Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Álvaro Teixeira Soares e Theresinha de Castro, todos eles ligados à Escola Superior de Guerra (Miyamoto, 1981, p.16).

Sem dúvida essa política hegemônica, como já apontada, não é motivo de surpresa já que o sonho de Brasil Potência estava nas esperanças de várias gerações no Brasil; não é por menos que em um período de crescimento das taxas econômicas, esse projeto fosse abraçado com força pelo país, pelos militares.

*“Por isso obras (bi) nacionais como as usinas hidroelétricas, o acordo nuclear realizado pelo Brasil com a República Federal da Alemanha, a transamazônica e a Perimetral Norte, os corredores de exportação, o avanço das fronteiras agrícolas, a sofisticação dos meios de comunicação social são pensadas como se fossem feitas exclusivamente com a finalidade de enlaçar em seus braços nações vizinhas como a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a própria Argentina.”* (Miyamoto, 1985, p. 16)

O fato de o Brasil tentar alçar à categoria de potência, principalmente nos governos de Médici e Geisel, não é negada pelo autor, entretanto ele discorda, tese central de seu trabalho, do fato de que essa política esteve ligada às formulações de cunho geopolítico. Para ele, *“na formulação da política externa, se bem que haja um embricamento entre setores militares e diplomáticos nas decisões finais, a geopolítica nunca jogou papel de relevo”* (Miyamoto, 1985, p. 435), pode no máximo ter existido em alguns casos, uma coincidência.

De fato, essa posição também é defendida por Chiavenato que alerta para o fato de que *“é preciso não dar valor excessivo a geopolítica, pois ela é importante arma auxiliar do imperialismo, mas não determina as suas ações. Pelo contrário sua prática responde as necessidades de dominação imperialista”* (Chiavenato, 1985, p.11).

Miyamoto analisou tópicos específicos que foram objeto de estudo por parte dos geopolíticos brasileiros - nesse caso a mudança da capital federal, a questão das fronteiras, a divisão territorial, a geopolítica dos transportes e os corredores de exportação, a projeção do Brasil na América do Sul, a interiorização

e a integração nacional - e demonstrou as contradições entre o discurso geopolítico e suas propostas com o que de fato ocorreu. Os *policy-makers*<sup>8</sup> responsáveis pela conduta externa do Brasil ignoravam os estudos geopolíticos e suas motivações eram fundamentalmente diversas daquelas existentes nesses mesmos estudos.

Essa perspectiva é sustentada a partir da leitura da atuação do Itamaraty, centro da diplomacia brasileira; sob essa ótica a lógica de análise do autor se constrói sustentada no fato de que devido ao grande desenvolvimento econômico pelo que passava o país, fora a repressão, o *Capital* e as forças sociais que o compunham se viram seguros para estabelecer e implementar suas *metas* dentro política externa. Nesse caso a busca de uma hegemonia se fez presente, seja ela associada ou não ao capital internacional. Não se pode negar também que em fator das contradições existentes no interior das próprias classes dominantes as *metas* estabelecidas na política externa não seguiam todas por um mesmo caminho, e aí concordamos com Miyamoto que *“a política brasileira, no plano internacional, não foi implementada pautando-se pelas elucubrações geopolíticas, mas sim com fins político-econômicos”* (Miyamoto, 1985, p. 21), fato que segundo ele está expresso:

*“Os problemas político-ideológicos praticamente inexistiram no aspecto comercial e nunca afetaram o relacionamento do Brasil com o resto do mundo. Tal fato pode ser contestado na ocasião de entrega de credenciais do embaixador chinês em maio de 1975, quando se destacava que o primeiro resultado concreto do restabelecimento de relações diplomáticas entre ambos os países implicava no aumento do volume de comércio que de 16 milhões de dólares em 1974, deveria superar a marca dos 50 milhões de dólares em 1975.”* (OESP *apud* Miyamoto, 1985, p. 433).

Se até esse momento estávamos de comum acordo com as formulações apresentadas pelo autor no que diz respeito à aplicabilidade da geopolítica, é necessário dizer que essa harmonia se encerra aqui e o primeiro problema, a *práxis* do discurso geopolítico, se apresenta. O motivo desse rompimento está no

---

<sup>8</sup> Ver introdução da Dissertação de Mestrado MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico brasileiro, USP, 1981 e, do mesmo autor, Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico: geopolítica e Política Externa brasileira pós-64. Tese de Doutorado, USP, 1985.

fato de que para afirmar que não existia nenhuma influência político-ideológica nos planos político-comerciais, Miyamoto fez uso de um mecanismo de supervalorização do papel da diplomacia, que segundo ele era a verdadeira condutora da política externa.

Não seria necessário dizer que aqui se tratava de uma ditadura militar na qual o poder central, principalmente após o AI-5, estava totalmente nas mãos do governo militar que por sua vez tinha acesso irrestrito aos cargos públicos que eram atribuídos, como no caso dos diplomatas, o que não promoveria a nosso ver uma autonomia desse órgão frente às determinações do regime, ou seja, seria muito difícil ou impossível à diplomacia, caminhar por próprios passos. A importância dessa determinante está apagada na visão do autor que afirma, ao referir-se ao papel da diplomacia, *“A conduta do Brasil no plano mundial obedece a uma grande tradição histórica, tendo no Itamaraty o implementador desta seqüência histórica, que faz a política externa brasileira. E guarda certa coerência e estabilidade em mais de um século de vida independente do país.”* (Miyamoto, 1985, p. 436).

Não estamos negando, nesse caso, as possíveis formas de resistência criadas no interior desses órgãos, porém seria ingenuidade acreditar numa total separação entre governo e diplomacia. Entretanto não estamos focando essa discussão no papel, de relevo ou não, dos órgãos diplomáticos; o fato de mostrarmos essa discussão é por que ela nos leva a outro caminho que realmente importa a esse texto, pois a afirmação de autonomia diplomática se torna possível na construção analítica do autor, por que existe, segundo ele, uma sobreposição da diplomacia e suas ações políticas em relação aos comandos militares (Governo), que tem seu papel no plano político, desvalorizado assim a função da “Doutrina de Segurança Nacional”, que segundo o próprio autor não tinha capacidade nem organização para equacionar quaisquer problemas muito menos os grandes temas nacionais, *“a escola superior de guerra, não obstante possa ter tido alguma influência na transmissão de uma doutrina de segurança e desenvolvimento (ainda que reduzida), não teve qualquer papel na condução da política externa brasileira.”* (Miyamoto, 1985, p. 435).

É necessário entender que a conduta externa e interna do país, principalmente em meio à Guerra Fria, se deu em um contexto em que as

questões de Segurança e defesa nacionais se apresentam como elementos constitutivos dentro das relações político-diplomáticas, o aspecto geoestratégico-militar das relações internacionais contemporâneas, tanto quanto o econômico, é parte integrante do elenco de forças que influencia as decisões de Política Externa de cada unidade estatal, no caso os militares.

A noção de que, na sua origem, os exércitos foram criados ante a ameaça de conflito com unidades externas, soma-se ao fato de que o estabelecimento de Forças Armadas regulares no âmbito do Estado, introduziu novo ator interno no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões governamentais, o qual pode vir a desempenhar graus variados de autonomia ou de influência. Em consequência, pode-se chegar a ter em casos extremos, um relacionamento interdependente entre a Política Externa de um Estado e o pensamento da instituição militar, ocasião em que ambos se veriam aglutinados em uma só realidade (Garcia, 1997, p. 19 - 21).

Segundo essa idéia, a relação entre política externa e a instituição militar, é que elas formam instrumentos de poder indissociáveis e esse casamento só é possível a partir do momento em que há o reconhecimento das forças armadas e do seu papel enquanto instituição exatamente no momento em que ela volta suas atenções à Guerra Total e se torna imprescindível a elaboração de uma doutrina para eventual uso da força, condicionando e reelaborando as conjunturas nacionais - poder mobilizável e capacidade acumulada do país - e internacionais - percepção da ameaça, eventuais aliados e inimigos - (Garcia, 1997, p. 21).

Em outras palavras, para o cumprimento específico da missão estritamente profissional que lhes foi destinada, os militares precisavam avaliar continuamente as condições prevaletentes no meio internacional e os possíveis cenários estratégicos em que o emprego do poder militar do país, equacionado à organização interna e ao desenvolvimento econômico, possa vir a ser requerido para a defesa nacional. Sendo assim não existe a possibilidade de análise da política internacional assim como da função da geopolítica dentro das forças armadas sem prévia apreensão da Ideologia de Segurança Nacional.

O pensamento acima, acerca da Ideologia de Segurança Nacional, expressa uma visão bastante recorrente nas esferas discursivas da historiografia que enxerga o militarismo não só no Brasil como em toda América Latina - assim

como o golpe de 1964 que provem dele - como frutos de relações e erros políticos. Nesse caso as determinantes históricas estruturais como os fatores econômicos, a ligação entre o estágio de industrialização e os regimes políticos, assim como o papel e força das ideologias capitalistas notadamente de direita são apagadas. E são postas em seu lugar as relações dos atores políticos.

Não seria necessário a essa altura, dizer o quanto importante o entendimento claro da Ideologia de Segurança Nacional se torna substancial nesse trabalho; como já dito, no que diz respeito ao pensamento geopolítico, a DSN vai dar conta de sistematizar esses estudos de acordo a atender os anseios militares, no momento histórico presente e ao operacionalizar a geopolítica, ela própria irá se estabelecer, dentro da esfera discursiva da DSN como uma base sólida e indissociável.

Outro ponto que se faz essencial para nossa discussão e que consideramos importante é nos determos um pouco em um tema que, se não tratado agora, poderá gerar dificuldades para o perfeito entendimento deste trabalho, de seus objetivos e sua metodologia. É a questão da ideologia (a polêmica começa já na sua definição). Seguindo a orientação geral da pesquisa, visamos à prática da análise imanente de nódulos ideológicos dos discursos geopolíticos.

O filósofo George Lukács nos diz que a análise das ideologias deve ser feita pela investigação de sua gênese e função histórica bem como pelo estudo imanente de suas expressões (Vaismam, 1986, p. 15 - 18). Se quisermos pôr em evidência de um modo real o conceito, o caráter reacionário das diversas ideologias será indispensável que demonstremos, também no terreno dos fatos e filosoficamente, sua incoerência interna, seu caráter contraditório (Lukács *apud* Vaismam, 1986, p. 62).

Nesse caso a *análise imanente* remete à busca de elementos que se acham na constituição interna do objeto referido, o que significa respeitar a sua própria integridade objetivada. Todavia esses discursos (geopolíticos) se encontram imersos em circunstâncias históricas específicas, a sua historicidade é inseparável de sua produção. Daí a busca daquilo que Marx chamaria de “lógica específica do objeto específico”, ou seja, da determinação social do objeto, das condições concretas de possibilidades e perspectivas socialmente fundadas. Para

José Chasin, em seu estudo sobre a ideologia do Integralismo, para serem apreendidas, as ideologias necessitam serem remetidas ontologicamente às suas bases materiais (Chasin, 1978, p. 24).

Além disso, buscamos a junção histórico-concreta do objeto com suas conexões sociais, com o *decurso histórico*, com as forças sociais e categorias sociais antagônicas que se relacionam nesse chão histórico. No caso *“levá-lo a assumir suas reais significações, obrigá-lo (o discurso) a revelar sua verdadeira natureza, e compeli-lo a mostrar a forma específica pela qual efetiva a composição de suas noções e o enlaçamento destas no arranjo de seu todo doutrinário. De tudo isso, o desmascaramento da ideologia examinada.”* (Chasin, 1978, p. 25).

No caso do fenômeno ideológico, Marx e Engels nos legaram a especificidade do domínio espiritual pelas categorias dominantes: *“Os pensamentos da classe dominante em cada época, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é simultaneamente, o seu poder espiritual dominante”*. Por esta razão, *“os pensamentos dominantes nada mais são senão a expressão em idéias das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes formuladas como pensamento, portanto, as relações tornam precisamente esta tal classe, portanto os pensamentos de sua dominação.”* (Marx & Engels *apud* Fernandes, 2003, p. 186).

O que podemos atestar é que há uma reciprocidade de relações entre liberdade subjetiva ativa própria da atividade humana no interior de limites e possibilidades de ordem estrutural: *“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem de modo arbitrário, em circunstâncias por eles escolhidas, mas nas circunstâncias que encontram imediatamente diante de si, determinadas por fatos e pela tradição”* (Marx & Engels *apud* Fernandes, 2003, p. 187).

Ainda sobre o fenômeno ideológico, o filósofo húngaro Istvan Mészáros ressaltou a sua natureza ontoprática confluindo inteiramente com a posição marxiana que assegura o poder prático da ideologia na mobilização social. Por isso, como assegura Antonio Rago, *“ele sustenta este caráter de consciência prática da ideologia, recusando o imperativo idealista do critério gnosiológico, que visa distinguir o falso do verdadeiro e, portanto, aquilo que entra na conceituação de ideologia e o eu lhe escapa. Está claro que, nas sociedades divididas em*



*classes, a ideologia é efetivamente a consciência de classe tomada operativa e consciente no antagonismo estrutural.”* (Rago, 1998, p. 37).

Nesse sentido, o que determina a natureza das ideologias, acima de qualquer consideração, é o imperativo de se tornar praticamente consciente do conflito fundamental – a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de resolvê-la através da luta. Em outras palavras, as várias formas ideológicas de consciência social acarretam (mesmo em graus variáveis, diretas ou indiretamente) diversas práticas de longo alcance em todas as variáveis, na arte e na literatura, bem como na filosofia e na teoria social, independentemente de estarem vinculadas às posições sociopolíticas progressistas ou conservadoras (Mészáros, 1996, p. 23).

É a esta natureza de consciência social prática que importa reportar, assim como numa sociedade de classes, o caráter operatório e decisivo da ideologia na tomada de consciência dos conflitos e dos antagonismos, que levam à sua resolução até as últimas conseqüências. Na verdade, porém, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal é insuperável nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais, que se revelam ao longo da história e se entrelaçam de modo conflituoso manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas de forma nenhuma independentes), que exercem forte influência mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

Em suma, ao considerar a ideologia enquanto consciência prática, Mészáros nos chama a atenção para o fato desta *“função ideológica graças à posição de supremacia da mistificação, visando alcançar o domínio consensual dos receptores induzidos a ela”* porque, prossegue o filósofo húngaro, *“uma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as*

*ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições, de um lado, como totalizadora em suas explicações e, de outro, como afirmativas estratégicas umas as outras.*” (Mészáros, 1996, p. 24). Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência apática necessária através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e até, de certa forma, confrontam-se abertamente, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente.

\* \* \*

A estrutura do nosso trabalho baseia-se em quatro capítulos: No Capítulo I, buscaremos entender o surgimento do pensamento geopolítico afirmando que o espaço geopolítico é sempre um conceito socialmente produzido com base numa diversidade de discursos. Sempre haverá um sujeito preponderante que os articule, seja o científico, o filosófico, o acadêmico, o histórico ou o geográfico; buscaremos identificar alguns desses discursos que ao se estruturarem juntos num mesmo espaço e período histórico, compõem o geopolítico.

No Capítulo II, abordaremos as questões referentes ao surgimento da doutrina de segurança nacional, buscando através do contexto histórico de sua formação evidenciar como os conceitos referentes à segurança nacional que transitam no contexto histórico, de modo a atender as necessidades apresentadas pela realidade. Trataremos de refazer esse caminho histórico da construção da ideologia de segurança nacional, apresentando como em determinado momento, a geopolítica passou a fazer parte na constituição da ideologia no Brasil, evidenciando que a força da geopolítica no Brasil é referente à influência da DSN francesa.

No Capítulo III, analisaremos as bases teóricas que formam a especificidade do discurso geopolítico brasileiro. Ainda que o grosso de nosso trabalho sejam os discursos pós-golpe de 1964, voltaremos uns anos atrás para buscar nas principais obras sobre geopolítica, a exemplo dos trabalhos de Golbery do Couto e Silva e seu traço marcante: a construção do determinismo geográfico. Afirmando serem a partir da construção desse determinismo - recheado de autoritarismo, teorias raciais da época – somado à preocupação da geopolítica com a guerra total (a análise que esse discurso faz sobre o contexto

interno e externo do país) foi possível a geopolítica em momento posterior pensar a noção de “potência”

No Capítulo IV abordaremos aquilo que chamamos de geopolítica ditatorial, ou seja, buscaremos entender como se organizou o discurso de potência mundial. A partir da idéia de que o status de potência só seria alcançado com um desenvolvimento econômico interno, se justificou, no combate ao comunismo, a repressão.

## Capítulo I - A gênese da Geopolítica: uma crítica à Geografia Política Moderna

*“Terras férteis homens indolentes, terras ásperas homens duros”.*

(Heródoto)

*“Os mares aproximam, as cadeias de montanha afastam [...]. Se uma república é pequena, vive ameaçada de destruição por um poder estrangeiro; se é grande, vive ameaçada de desagregação por condições internas”. (Montesquieu, “L Esprit de Loi”)*

Extremamente complexa seria a tarefa de buscar com precisão o surgimento do pensamento geográfico, não tanto de datar o momento de sua especialização nos meios acadêmicos<sup>9</sup>, mas centrar o instante no qual a relação entre os homens e as influências naturais que o cercam passaram a ser motivo de

---

<sup>9</sup> Foi somente no século XIX que a Geografia se tornou uma ciência específica, tendo se separado da Filosofia, da Astronomia, da Geologia e de outros saberes que, até então, eram mais ou menos integrados com ela. Isso ocorreu como consequência da especialização dos saberes, isto é, de uma maior delimitação de cada objeto ou campo de estudos. A Astronomia, por exemplo, deixando de ser confundida com a antiga "geografia matemática", passou a se ocupar com o Universo e com a Terra no espaço astronômico. A Geologia, que também se tornou autônoma nesse período, estuda a evolução do nosso planeta (eras geológicas, rochas minérios, etc.). Temos ainda outras ciências, que também eram confundidas com a Geografia e que se tornaram independentes: a Geodésica, que é a ciência moderna que estuda a forma e as dimensões da Terra; a Geofísica, que se ocupa com a física do nosso planeta (campo gravitacional e magnético, ondas sísmicas, etc.); a Antropologia, que investiga as culturas; a Sociologia, que procura compreender as relações sociais. Da mesma forma, também a Geografia se especializou e passou a ter um campo de estudos mais restrito. Deixou de ser identificada com todos os conhecimentos sobre a Terra – sobre o nosso planeta em todos os seus aspectos – e passou a se ocupar especificamente do *espaço geográfico*, ou seja, a superfície terrestre, que é o lugar onde a humanidade vive e no qual produz modificações. Ver VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Editora Ática, 1987.

preocupação e investigação. Se centrarmos o olhar na História, constataremos que os exemplos que dariam conta de explicar os períodos essenciais – em que se põe a função social do estudo geográfico – aparecem, muitas vezes, de formas fragmentadas dificultando sua investigação. Segundo a idéia fomentada na geografia política moderna, isto ocorre porque todo homem ocupa um espaço que influi sobre ele. Desde que existem homens e sociedades, existe o saber geográfico.

Posto isso, não seria por menos que muitos estudiosos, principalmente aqueles que ressaltam a importância da “ciência geográfica”, têm como o ponto de partida para o “pensar geográfico”, as primeiras civilizações, principalmente os gregos, *“através de suas explorações marítimas, os primeiros mapas, as concepções sobre formas da terra, as descrições sobre os povos contactados (citas, etíopes, celtas, hindus.) as contribuições astronômicas e cosmológicas, as notícias sobre climas e meteorologia, tudo num certo sentido científico”*. (ESG, 1977, p. 2). Desde o surgimento das primeiras civilizações, o advento dos mapas e a necessidade de localizar os objetos e determinados fenômenos em específicas regiões dão conta do que seria o estudo geográfico.

Cabe ressaltar que, seria necessária a investigação de longos períodos da história das sociedades para se identificar os momentos característicos da geografia, tarefa que não nos interessa nesse momento; mas sim, buscamos apreender a função e *práxis* desse pensamento geográfico/geopolítico nas sociedades contemporâneas, mais precisamente no Brasil ditatorial. Entretanto em um trabalho como esse se faz necessário algumas indagações no sentido de situar a formação desse pensamento na história, não de fazer uma história da geografia e/ou geopolítica, mas encontrar os nexos constitutivos desse pensamento que, de um modo ou de outro, expressam sua função.

Para tentarmos iniciar essa discussão sobre o pensar geográfico começamos com uma citação antiga – sempre respeitando o momento histórico de sua produção – que com enorme clareza expõe o modo que os homens olharam para o estudo geográfico desde a antiguidade, lugar de onde o “geógrafo” romano Estrabão, que viveu no século I a.C. afirmou:

*“A maior parte da Geografia satisfaz a necessidade dos Estados. A Geografia em seu conjunto tem um vínculo com as atividades dos dirigentes. Os grandes generais, sem exceção, são homens capazes de raciocinar em termos espaciais, de pensar a estratégia apropriada na terra e no mar, de unir povos sob um governo comum. Até mesmo um caçador terá mais êxito se conhecer a natureza e a extensão do bosque e, além do mais, só aquele que conhece uma região pode escolher o melhor local para acampar, para fazer uma emboscada ou para dirigir uma campanha militar”* (Vesentini, 2003, p. 4)

A denúncia ou exaltação da Geografia como instrumento estratégico de dominação imperialista não é ressaltada apenas por Estrabão. Segundo Yves Lacoste - crítico contemporâneo do tema - a Geografia existe desde que existem os aparelhos de Estado. Já existia com Heródoto, em 446 antes da era cristã, em que o filósofo não conta uma história (ou histórias), mas precede a uma verdadeira enquete (título exato de sua obra), obra esta que, para Lacoste, é feita em função das finalidades do “imperialismo” ateniense (Lacoste, 1985, p. 27). Contudo, se pensarmos em tempos históricos mais recentes – como pretende este trabalho - afirmações como essas não teriam mais que um sentido anacrônico e insuficiente, visto que o próprio “imperialismo” não é o mesmo, elas somente seriam válidas se apoiadas nas condições históricas que marcam o período moderno.

Se atribuir à Geografia política o papel de instrumento de dominação não foi intenção de seus precursores, o que comumente tenta se provar, com certeza essa foi sua utilização na história, principalmente a partir do século XIX, onde além de instrumento de dominação e expansão ela se tornou a justificativa para práticas expansionistas dos impérios modernos nos quais suas ligações com os Estados e suas funções políticas estariam mais fortes e definidas, ou seja, no século XIX, como afirmou Napoleão Bonaparte *“A política de um Estado estava em sua geografia”*.

A frase do general francês, personagem símbolo daquilo que ficou conhecido como império moderno, ilustra o papel atribuído por ele à Geografia e

sua função no Estado. Através de suas ações expansionistas no continente europeu, após auto proclamar-se Imperador, Bonaparte imprimia uma “Revolução” que daria nova configuração a Europa; já que o Bloco Continental, como assim gostava de chamar o *novo sistema*, significava a unificação de todo o continente a seu redor, garantindo - através da força, repressão e o cerceamento das liberdades - a hegemonia econômica sobre seus dominados. Segundo a escritora, Madame de Staël, figura perseguida pelo regime, “a geografia da Europa napoleônica só se aprende de forma adequada na desgraça. As voltas que era necessário dar para evitar o seu poder eram já de quase mil léguas e agora passando pela mesma Viena, era necessário ganhar o território asiático para escapar por ali.”<sup>10</sup>

Bonaparte partia do fato das necessidades das nações que se pretendiam dominantes, como o caso francês, de guiar suas ações frente aos outros Estados, levando-se em conta a posição geográfica do país e a expansão geográfica de seus domínios. Segundo essa idéia, os Estados passam a atuar como indivíduos dentro do cenário internacional e, nesse caso, o bem supremo a ser conquistado é o *poder e o espaço*, fatores que garantem domínio sobre os outros e que só se desenvolve quando assentado em dados geográficos. Um olhar mais atento às relações estatais não deixaria de relacionar as idéias acima com as determinantes que marcaram posteriormente o primeiro conflito mundial no século XX.

Usar o poder dos Estados e sua posição geográfica torna-se prática corrente nesse período marcado por duas grandes Guerras Mundiais, justamente por que esse mecanismo aglutinava e/ou representava as necessidades que foram impostas às nações imperialistas com o advento da Revolução Industrial – em que a dominação e a lógica do capital imperialista se fizeram presentes - a expansão das fronteiras e do poder eram imprescindíveis à sobrevivência dessas nações; pelo menos assim pregava a ideologia do Capital.

Nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial (1914-18), um século depois de Napoleão, traduzia essas necessidades, pois a força das empresas capitalistas formadas a partir da industrialização do século XVIII encontrava sua ascensão na primeira quinzena do século XIX, na qual a lógica de expansão comercial foi

---

<sup>10</sup> Staël apud RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Napoleão Bonaparte, Imperador dos franceses – Duzentos anos (1804 – 2004). Revista da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004, p. 44.

apropriada de maneira íntima pelos Estados que se tornaram os grandes instrumentos políticos nas relações internacionais. Esses Estados passaram a ter função de expandir e manter o capital em formação sem que fosse possível distinguir entre economia e política, muito pelo contrário, a fusão entre essas duas instâncias garantia ao capital a arma fundamental para sua manutenção.

A explicação teórica mais correta para essa apropriação do Estado pelo Capital estaria no fato de que, *“no sistema capitalista a acumulação de capital está associada à produção de mais valia, o crescimento econômico se regula por um mecanismo que estabelece e ao mesmo tempo encobre uma relação de poder social. Isso por que a acumulação de capital se associa com a exploração, a qual deve ser totalmente estruturada e reproduzida”*. (Estensorro, 2003, p. 13). E dentro dessas relações de poder está implícita a luta entre as classes, nesse caso, a classe dominante estabelece seus interesses como prioritários e os expressa no Estado<sup>11</sup>, a fim de reproduzi-los. Se a classe dominante quer expandir assim o Estado o fará.

A Grande Guerra, como ficou conhecido o primeiro conflito mundial do século XX, foi a expressão disso. Ela envolveu todas as grandes potências e todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, dos Países Baixos, os três da Escandinávia e da Suíça. Não é por menos que, no tocante à destruição, a primeira Guerra tenha sido devastadora. O conflito mostrava às populações que nele participaram, direta ou indiretamente, uma sociedade *“formada por um conjunto de indivíduos egocêntricos sem conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (lucro, o prazer, ou seja, lá o que for), estava sempre implícito na teoria Capitalista”* (Hobsbawn, 1998, p. 25). Essa busca incessante do lucro e poder - observados aqui os atos incoseqüentes para sua obtenção - deu o tom que caracterizou o conflito. Sobre esse ponto em questão, o historiador Erick Hobsbawn, grande estudioso sobre o período, escreveu:

*“O motivo era que essa guerra, ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados,*

---

<sup>11</sup> ESTENSORRO, Luis. Capitalismo, Desigualdade e Poder na América Latina. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, 2003. p. 13.



*travava-se por metas ilimitadas. Na era dos Impérios, a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites.”* (Hobsbawn, 1998, p. 37)

Segundo essa idéia, os limites estavam atrelados à capacidade de expansão de uma empresa, em suma, eles não existiam. Essa total falta de limites significava, como já apresentado, para essas potências a garantia da sobrevivência do Capital. Não foi por menos que o conflito só podia fincar sua ideologia no tudo ou nada, ou se vencida por inteiro ou se perdia por inteiro (Hobsbawn, 1998, p. 37). A face impiedosa, destruidora e genocida da guerra tiveram onde se apoiar. O conflito que se iniciou em 1914 mostrou ao mundo que o fator militar está intimamente ligado a todo um contexto sócio-econômico e que a guerra, a partir disso, tende a ser totalitária, com a mobilização de todo o povo no seu desenvolvimento sem distinção entre civis e militares.

Terminada essa guerra, os momentos que se seguiram ao fim do conflito não foram diferentes dos que o causou e, se a expansão territorial era o centro, não podia pairar, sobre a “paz” do pós-guerra, outra coisa que não fosse sombra da angústia e inquietação das populações, a terra ainda era o principal. Segue-se o exemplo do tratado de Versalhes<sup>12</sup> que propunha um acordo de paz, ou no máximo a garantia dela, era na verdade a continuação dos objetivos expansionistas estatais. Impunha-se à Alemanha, tida como a grande culpada pelo conflito, uma paz punitiva, justificada pelo fato de que, mais uma vez, o Estado era o único responsável pela guerra e por todas as suas consequências.

O objetivo do tratado era manter os alemães enfraquecidos. Lógico que no primeiro momento, limitou-se o poder do exército, privando a Alemanha de sua marinha e aeronáutica, em segundo, impôs-se reparações (pagamento dos custos de Guerra aos vencedores). No entanto, o centro do acordo estava fincado nos territórios e isso foi feito, de acordo com Hobsbawn:

---

<sup>12</sup> Hobsbawm, 1998, p. 103.

*“Privando-se a Alemanha de todas as suas antigas colônias no ultramar. (Elas foram redistribuídas entre os britânicos e seus domínios, os franceses, e em menor extensão aos japoneses, mas, em deferência à crescente impopularidade do imperialismo, não mais foram chamadas de ‘colônias’, e sim de ‘mandatos’ para assegurar o progresso de povos atrasados, entregues humanitariamente às potências imperiais, que nem sonhariam em explorá-los para nenhum propósito).”* (Hobsbawn, 1998, p. 41)

O poder, a expansão e a exploração territorial marcaram o início e o fim do conflito. Para aumentar a instabilidade criada no mundo no período pós-guerra somou-se, às determinantes acima, a Revolução Russa<sup>13</sup> que iria trazer novas perspectivas a essa sociedade abalada pelo conflito; o movimento socialista, que de início guiou-se pelo pacifismo de suas ações, mas que com o movimento de outubro 1917 aderiu nitidamente à tese da planificação econômica e à centralidade dos poderes no Estado – fato este, que o torna determinantemente militarista e conseqüentemente expansionista. O Estado russo, ainda que ideologicamente antagônico aos Estados capitalistas, operava na mesma lógica da expansão territorial.

Se pudéssemos resumir os principais fatores que engendraram o século XX, nesse caso a Primeira Guerra e os anos que antecederam a Segunda, afirmariamos a questão territorial como sendo seu maior fomentador. Não é por menos que se torna impossível pensar o surgimento da geografia denominada moderna sem levar em consideração que a produção desse conhecimento é fruto do período histórico no qual foi produzido.

É desse contexto que podemos abstrair o surgimento da geografia política moderna. Sendo que a insuficiência da geografia política tradicional desde Ratzel

---

<sup>13</sup> Segundo Hobsbawn, a Revolução de 1917 foi o maior movimento revolucionário organizado na história moderna. A revolução de outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as idéias da Revolução Francesa como são hoje evidentes, duraram mais que o bolchevismo, as conseqüências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. Sua expansão global não tem paralelo com as conquistas do Islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lênin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos “dez dias que abalaram o mundo”. (Hobsbawn, 1998, p. 62).

até algumas obras mais recentes foi a de não apreender a especificidade de cada situação, de cada local, do conjunto de fatores que engendram a vida em cada meio geográfico distinta; muito pelo contrário, deixando de lado todo esse conturbado contexto, essas análises se pautaram no entendimento da realidade apenas a partir das noções genéricas e das históricas, tais como função, sítio e situação, capitais naturais e artificiais, litorâneas e interiores.

*“Um estudo mnemônico e caótico de um compêndio fragmentário e desordenado de noções tiradas superficialmente de outras disciplinas, não somente a contradição de uma disciplina excessivamente vasta e ambiciosa, dotada de uma metodologia que nada tem a ver com rigorosos métodos científicos, mas também a sua essência última: um almanaque enciclopédico ad usum delphini.”* (Quaini, 2002, p. 11)

O geógrafo francês Yves Lacoste chegou a afirmar que essas características enciclopédicas que passaram a ser representadas na Geografia, foram incorporadas de tal forma pelo discurso geográfico que a descrição passou a ser sua função principal. Porém, essas formas discursivas – divulgadas principalmente nas escolas e universidades – por trás de uma roupagem inocente e despretensiosa, ocultavam um *“instrumento de uma obra de mistificação de longo alcance cuja função é impedir o desenvolvimento de uma reflexão política sobre o espaço e de mascarar as estratégias espaciais dos detentores do poder.”* (Lacoste, 1985, p. 33).

Por mais que essa postura possa parecer rígida - e tendo a consciência que posições extremadas diminuem e limitam a análise - esta função do pensamento geográfico não pode ser descartada, ao contrário, é preciso a reflexão por exemplo, das razões que levaram esse discurso a representar uma realidade distorcida, da sua ausência de organicidade e conseqüentemente sua carência científica. De acordo com Quaini, ao analisar as relações internas dessa geografia “quantitativa”, de denominação moderna, nos forneceu um caminho:

*“É verdade que em alguns lugares, encontrando não poucas resistências, iniciou-se uma racionalização da análise geográfica – aplicando métodos da chamada ‘nova geografia’ ou ‘geografia quantitativa’ – mas, posto de lado os limites de uma revisão que em muitos casos, atinge mais a linguagem do que o conteúdo e o método específico, esta operação, que se explica em larga medida em razão das novas necessidades da programação econômica e territorial, se resolve, salvo poucas exceções, numa relação como os problemas reais, que é, sim, relativamente nova, (porque a nível tecnocrático) mas não é crítica e, afinal, serve de apoio e está subordinada às escolhas dos centros decisórios.”*  
(Quaini, 2002, p. 12)

Fica evidenciado que o pensamento geográfico só pode ser apreendido – assim como sua função dentro da sociedade - se seu estudo for confrontado com o período histórico no qual ele foi gestado. Quaini identifica as experiências teóricas que engendraram o Iluminismo como sendo o ambiente onde nasceu essa geopolítica moderna. Entretanto, acreditamos que são as relações posteriores a esse período, como a progressiva expropriação do produtor daquilo que ele produz (a separação entre o produtor e o território), além da luta incessante pela gestão social do território e de seus recursos imprimidos a partir da Revolução Industrial, que formam a verdadeira gênese das determinações da geografia política moderna, assim como seus objetivos e sua estreita ligação com os poderes de Estado.

Essa modalidade da geografia moderna restrita à noção de *função enciclopédica* subtraiu de suas análises aquilo que deveria ser essencial em sua produção: a relação entre Capital, Estado e sociedade. Por mais que esse discurso tenha contribuído para uma maior compreensão das relações entre o homem e a natureza ao afastar as relações de produção e reprodução da vida material e conseqüentemente as contradições criadas em seu interior, esse discurso nada auxiliou na compreensão da interação entre *“homem e o meio -*

*historicamente determinado*”, principalmente a partir da Revolução Industrial e o desenvolvimento do Capitalismo.

Karl Marx ao escrever “Para a crítica a economia política”<sup>14</sup>, revela seu ataque a esse modo de se investigar a realidade. Segundo o filósofo, ao se estudar, por exemplo, a economia política de um país, não se deve começar pela população (uso corrente na geografia política) - ainda que esse pareça o melhor caminho, já que embutidos nas populações estariam arrumadas as divisões entre elas, a repartição das mesmas na sociedade, a divisão entre cidade, campo e mar e os diferentes modos de produção – para Marx, as populações, diferentemente do que possa aparentar, não são um dado real, mas uma abstração, visto que se retira do jogo as classes sociais que as compõem, não levando em consideração a relação entre essas classes no interior da divisão social do trabalho, “*o capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo*” (Marx *apud* Quaini, 2002, p. 14 - 15).

Marx entende que essa forma de representar a sociedade e a realidade, comporta, desde suas origens, usos de abstrações indeterminadas ou de determinações conceituais simplistas, gerando uma pontual deficiência científica. Massimo Quaini esclarece a posição de Marx, trazendo o exemplo do discurso sobre “*as condições gerais da produção*” - proferidos pelos economistas clássicos - e o relacionando com a geografia geral da produção<sup>15</sup>. O produto dessa relação seria:

*“Certas raças, certas disposições, certos climas e certas condições naturais, tais como estar ao lado do mar, a fertilidade do solo, etc.,*

---

<sup>14</sup> Quaini, *op. cit.* p. 13.

<sup>15</sup> De acordo com Quaini, “*embora a geografia de produção tenha tido tradicionalmente um lugar secundário em relação à geografia da paisagem e do gênero de vida (que por muito tempo foram as categorias e os conceitos de uma análise geográfica que, deste modo, se recusava a enfrentar a especificidade da organização territorial moderna ou capitalista), podemos também encontrar alguma confirmação dos vícios lógicos supracitados abrindo o manual de geografia geral de R. Almagiá, que ainda hoje é o tratado mais difundido no ensino universitário italiano, a propósito das condições geográficas da grande indústria moderna*” e ainda que as condições estejam ligadas ao econômico e social, como a presença de capitais ou de elementos dirigentes empreendedores, “*mas as mais importantes estão ligadas direta ou indiretamente a fatos de ordem geográfica. Entre estes, mencionaremos como particularmente importantes: 1) a presença de matérias-primas para serem transformadas; 2) a energia motriz; 3) mão-de-obra; 4) a proximidade dos mercados de troca; 5) a presença de vis de comunicação*” (*idem*, p. 15).

*são mais favoráveis do que outras para a produção. O que conduz, de novo, à tautologia de que a riqueza se produz com tanta maior facilidade conforme seus elementos, subjetiva e objetivamente, existam em maior proporção” (Marx apud Quaini, 2002, p. 15).*

Os pressupostos contidos nessa idéia traduzem-se no fato de que é necessário às forças produtivas o uso de simplificações acerca da produção material de modo que, ao proferir que a indústria se desenvolveria com maior facilidade quando as condições fossem também favoráveis (as matérias-primas, a força motriz, a mão-de-obra, a disposição das populações nos territórios e o controle das mesmas) passa-se à eternização e à apologia dos modos de produção historicamente determinados, o que torna as relações geográficas condição inerente ao desenvolvimento da grande indústria. Nesse sentido, as forças dirigentes dos capitais e o próprio *Capital*<sup>16</sup> são apresentados de forma acrítica como empreendedores dotados de uma intelectualidade superior.

*“Por esta via é inevitável chegar-se a considerar o capital e os capitalistas, o trabalho assalariado – numa palavra as relações de produção capitalistas – como condições naturais e eternas da produção, não diversamente da natureza que oferece ao homem as matérias-primas ou as fontes de energia” (Quaini, 2002, p. 16).*

Tem-se clareza quanto ao fato de que o Capital e a indústria teriam sido os dois fatores essenciais nos quais se encontrava a gênese da geografia política

---

<sup>16</sup> Nesse caso o capital é considerado não somente como fator atópico da economia em geral. De acordo com Quaini, O. Baldacci dirá: *“a linearidade destas exemplificações (do tipo: conjunção do carvão e dos minerais ferrosos provoca a localização da indústria siderúrgica na Grã-Bretanha) torna-se extremamente complicada por causa da luta pela garantia das meteria-primas e dos mercados de consumo, pela necessidade de dosar a entrada dos produtos de consumo e de fazer frente às furiosas concorrências comerciais. Todos esses problemas econômico-geográfico são ulteriormente viciados por formas de prestígio político, que podem alterar até as férreas leis da economia, baseadas – como é sabido – na geografia geral” (Baldacci apud Quaini, 2002, p. 16).* Quaini alerta que se a indústria mais desenvolvida possui algumas características comuns àquela menos desenvolvida, será preciso isolar justamente o centro de que constitui a indústria moderna, *“afim de que não se esqueça a diferença essencial PR causa da unidade, a qual decorre já do fato que o sujeito – a humanidade – e o objeto - a natureza – são os mesmos. Este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo” (Marx apud Quaini, 2002, p. 17).*

moderna, isso por que a emergência e o fortalecimento do modo de produção capitalista, desde seu princípio até seu marco histórico no final do século XVIII e posteriormente no século XIX, trouxeram modificações decisivas no modo das sociedades lidarem com o tempo e o espaço. (Vesentini, 1987, p. 24) Se tanto o espaço quanto o tempo estão interpolados à ideologia do capital, temos que o *tempo* passa a ter relação direta com a produção, expansão e lucro, ou seja, não foi “feito” para ser desperdiçado, *Time is Money*. Enquanto o *espaço* encontra sua expressão mais acabada na figura repressiva do Estado, que seguindo a mesma lógica iria atuar como facilitador da acumulação (por quanto que o mesmo era, e ainda é a representação da classe dominante) e expansão capitalista, visto que é representante dos interesses do grande capital.

Por conseguinte, são justamente os interesses burgueses colocados em plano superior que transformaram o Estado capitalista. Se pensarmos na função desses Estados a partir da geografia política – suas leis em relação à natureza – estes seriam “sujeitos” independentes das relações históricas e sociais, que por estarem dotados de energia e recursos naturais, exteriorizariam tendências de desenvolvimento territoriais, o que justificaria as relações imperiais dos Estados Modernos.

Considerando-se que o Estado capitalista passou por uma série de transformações desde sua efetivação, cabe ressaltar que a mais significativa delas corresponde ao momento em que ele foi organizado pela sociedade burguesa, sob a forma de Estado-Nação. Iniciado com as monarquias absolutistas – sua centralização política e administrativa – seu auge se deu com o fortalecimento do capital industrial do século XIX:

*“O Estado-nação é uma estrutura relativamente recente. De fato, o próprio estado moderno é uma instituição bastante jovem na vida da humanidade civilizada, datando mais ou menos do fim do século XV. Antes desse período, a governança européia dividia-se entre as jurisdições das autoridades eclesiásticas, cidades independentes, governantes feudais (cujos próprios relacionamentos estavam longe de serem simples) e oligarquias diversas. Somente quando uma ameaça estratégica às prósperas e sofisticadas cidades italianas*

*ocasionou uma crise de sobrevivência, essas sociedades recorreram à burocratização institucional da autoridade governante que acarretaria no Estado Moderno (...). (...) acompanhamos, em seguida, uma série de mudanças na estrutura dos Estados, uma morfologia de ordens constitucionais ou arquétipos. Tais transformações culturais culminaram no formato Estado-nação, em fins do século XIX. Só então se arraigou a idéia de que o Estado constitui-se de um modo adequado – ou seja, legítimo – a partir das fronteiras de seu povo nacional, não apenas dos territórios conquistados ou herdados por seus governantes (...).” (Bobbit, 2003, p. 200).*

O Estado-Nação defendido pela burguesia pregava a idéia de comunidade com um território único e indivisível, enquanto que internamente propunha-se a defesa ávida de um mercado unificado. Esses Estados, surgidos em sua grande maioria a partir da Primeira Guerra, vinham acumulando inúmeras responsabilidades, dentre elas: as promessas de estabilidade interna – sendo o promotor do bem estar e garantindo proteção contra concorrência estrangeira – e se o centro desses Estados eram seus mercados, propagava-se a garantia de relações e o excesso (seguro) aos mercados externos, mesmo que para isso fossem necessárias as intervenções armadas. Em suma, o Estado-Nação operava na busca de incrementar a nação como um todo (Bobbit, 2003, p. 216).

Não há dúvida de que o Estado-nação, assim como qualquer forma de organização estatal, toma para si o controle social, político e econômico, exercendo a repressão e autoridade em todos os níveis institucionais. Esses Estados buscam no interior de suas estruturas mecanismos que facilitem a propagação de seus ideais; nesse caso específico, a segurança, integração nacional e expansão territorial. Os estudos sobre a geografia, como já apresentado, davam conta de aglutinar todos esses elementos reorganizando-os de forma a atender os interesses burgueses de acumulação capitalista. Sob este aspecto, não seria por menos que as escolas fossem o principal veículo de divulgação dos preceitos expansionistas dessa nova e “civilizada” sociedade, propagados pela geografia.



Em especial, no tocante à questão da geografia na escola, José W. Vesentini propõe fazer uma ponte entre os objetivos criados pelos Estados e a Geografia ensinada nas escolas nas séries iniciais. Para o autor, o século XVIII e especialmente o XIX foram momentos de profundas mudanças nos sistemas escolares, principalmente na expansão do ensino público. Diante do quadro, em que a escola abarcava cada vez mais um número elevado de alunos – e por ser um órgão estatal - conseguia inculcar nessas gerações práticas relacionadas à reprodução do Capitalismo, o fortalecimento do Estado e a repressão social. (Vesentini, 1987, p. 26).

O geógrafo identifica, a partir da leitura que faz de Thompson, mais uma vez a noção de tempo como ponto crucial nessas formulações:

*“Disponha-se ainda de outra instituição que podia ser usada para inculcar a ‘economia do tempo’: a escola. Clayton lamentava que as ruas de Manchester estavam cheias de ‘crianças andrajosas que não tinham o que fazer; não apenas perdiam tempo, mas que ainda aprendiam costumes de jogos’ etc. elogiava as escolas de caridade porque ensinavam Industriosidade, frugalidade, Ordem e Regularidade: ‘os escolares são obrigados a levantar cedo e observar as Horas com grande Pontualidade’ [...] uma vez dentro do recinto da escola, a criança entrava num novo universo de tempo disciplinado.” (Thompson apud Vesentini, 1987, p. 26).*

Na carona desse ensino voltado para a indústria e o capital, estavam colocados, na ordem do dia, a identificação da nação como um “ser indivisível” e harmônico, ou seja, o estabelecimento de uma identidade nacional, sendo que, o Estado capitalista justamente por ser “algo” construído historicamente e não natural, precisava impor essa uniformidade a partir de suas instituições como a escola. Em tal contexto, *“visto de forma sucinta, onde se dá o aparecimento da Geografia moderna com Ritter e Humboldt, e onde essa formação discursiva se*

*desenvolve, em particular com sua institucionalização nas universidades e nos sistemas de ensino de todos os níveis” (Vesentini, 1987, p. 27).*

Podemos dizer que a geografia, a partir dos meios acadêmicos, numa relação de cima para baixo, chegava até as escolas pelas mãos de profissionais que se formavam nessas áreas. Ensinava-se a geografia transmissora do nacionalismo, ligada ao Estado – mais por suas referências territoriais do que pela sua história – esta representava o Estado como eterno e natural (aos mais esclarecidos) e, num rearranjo conceitual, identificava os interesses particulares da classe dominante e o futuro do Estado em anseios de toda uma “nação”, visão posteriormente apropriada e aprofundada pela geopolítica. Yves Lacoste em sua crítica a tal postura da geografia escolar escreveu:

*“A geografia escolar que foi imposta a todos no fim do século XIX e cujo modelo continua a ser reproduzido ainda, hoje, quaisquer que possam ter sido os progressos na produção de idéias científicas, encontra-se totalmente alheada de toda a prática [...], no entanto, o mestre, o professor, sobretudo dantes, obrigava a “fazer” muitos mapas [...]. Assim a imagem mágica que deve ser reproduzida pelo aluno é, antes da mais, a da Pátria. Outros mapas representavam outros Estados, entidades políticas cujo esquematismo dos caracteres simbólicos vem reforçar ainda mais a idéia de que a nação onde vivemos é um dado intangível” (Lacoste, 1985, p. 37 - 38).*

Defensor de uma “geografia crítica” Vesentini busca na gênese da produção acadêmica as formas de resistências dos geógrafos frente à realidade que lhes era imposta e, no que tange a relação entre Estado dominante e ensino geográfico, argumenta que:

*“(...) o próprio desenvolvimento dessa forma discursiva vem ocorrendo desde o século XIX de forma indissociável com os sistemas de ensino. Basta lembrar, por exemplo, o peso que*

*exerceram Vidal de La Blanche e Aroldo de Azevedo nos rumos seguidos pela geografia acadêmica (e não apenas escolar) na França e no Brasil; esses dois geógrafos, apesar das diferenças que os separavam, tiveram algo importante em comum: ambos começaram como autores de livros didáticos para o ensino elementar e médio, transmitindo aí uma visão da geografia que se tornou hegemônica durante décadas, inclusive em nível de teses e artigos acadêmicos. Basta lembrar, ainda, a marginalização acadêmica de geógrafos como E. Reclus ou P. Kropotkin, cujos escritos não eram adequados às finalidades do ensino da geografia naquele contexto histórico de enaltecimento do Estado-nação, e que acabaram sendo relegados ao esquecimento, ao silêncio.”* (Vesentini, 1987, p. 27 - 28).

Em conformidade com o autor, as análises que pautam as conclusões de autores como Lacoste – que afirma que a “*geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra*” – explicam-se a partir de generalidades e abstrações que não encontram seu lugar na História. O exemplo a partir do qual se estrutura a lógica apresentada por Vesentini, está no estudo feito por Lacoste sobre a guerra do Vietnã. Segundo essa análise, o conflito foi estritamente uma “*guerra geográfica*”, isso porque foi impresso no território vietnamita uma destruição sistemática de seus recursos naturais: as redes de diques que protegiam as planícies extremamente populosas foram arrasadas com o objetivo de promover inundações, as devastações e o desencadeamento voluntário de novos processos de erosão, além de uma repartição das populações no território a fim de urbanizá-las (Vesentini, 1987, p. 29).

Ainda que Vesentini concorde que essa destruição encontrava-se arrumada nas formulações geográficas, o autor ataca esta posição de “*função para a Guerra*” da geografia, afirmando que essa guerra “*também poderia ser realizada com idêntico êxito por outros especialistas: psicólogos, antropólogos, sociólogos, ecologistas, químicos etc., pois as tentativas de uma rápida urbanização das regiões poderiam estar pautadas não só em informações*

*geográficas, mas também na sociologia, na antropologia, na economia, etc.” (Vesentini, 1987, p. 28).*

Vale lembrar que Yves Lacoste afirmou que, a partir de Heródoto, a geografia nasceu e se desenvolveu a serviço do imperialismo dos Estados. Essa função ideológica – própria da geografia universitária mais moderada - consistia principalmente em conturbar a reflexão sobre um objeto, política e espaço territorial, e mascarar as escolhas de política territorial de grupos dominantes.

É necessário entendermos que o estudo geográfico é, como já visto, fruto de seu tempo histórico e assim como qualquer outra ciência desse período, pode estar ligada ou não aos aparelhos de Estado, se ligados reproduziram as necessidades estatais. Dizemos isso porque, no contexto histórico apresentado, independe se houve resistências dos geógrafos, elas são importantes, porém não se pode negar que a geografia que ficou conhecida e evidenciada foi justamente aquela “parte” que acordava com o Estado e que não podia ser separada das relações capitalistas de produção e nem da Guerra. Valendo-se do chão histórico - ideologias coloniais imperialistas - a geografia, tentou mostrar uma influência direta e determinante do solo (meio) na formação do homem (seu intelecto, superior ou inferior) e afirmou que o espaço, onde se assentava a vida humana, era imutável e superior ao próprio homem.

## **1.1. Uma construção conceitual do espaço: a questão do determinismo geográfico**

*“A maior parte dos geógrafos teoriza o menos possível e se satisfaz afirmando sem nenhum pudor, ‘que a geografia é uma ciência sintética’ [...]. Tais declarações exprimem contemporaneamente a ignorância das características não menos sintéticas das disciplinas às quais os geógrafos recorrem, seu isolamento [...] e sua escassa preocupação pelos problemas teóricos, mesmos aqueles mais elementares que todas as ciências tiveram de enfrentar e, em certos casos, há muito tempo. Por outro lado, muitos geógrafos não escondem seu desprezo pelas ‘considerações abstratas’ [...] e ‘fazem disto um mérito e declaram sua predileção pelo concreto’”. (Lacoste apud Quaini, 2002, p. 26)*

*“A terra (meio físico) sempre teve uma influência muito grande no destino do homem, assim como o país no dos povos e,*

*juridicamente falando, o território no destino dos Estados.”*  
(Mattos, ESG, 1976, p. 97)

A questão que relaciona a construção e a função do Espaço são pontos essenciais que não só estão contidos, como estruturam todo o pensamento geográfico – tanto na antiguidade quanto em épocas contemporâneas – contudo, os espaços pensados no bojo da Geografia Política Moderna que estão assentados na relação homem-natureza, constroem-se retirando dessa equação o homem e afirmando a superioridade da natureza na construção desse espaço e mutuamente a impotência e submissão do homem frente ao território.

Considerando-se a sistematização proposta por esses estudos, não seria de se espantar – fator que já evidenciamos – que os espaços não são entendidos como uma produção humana historicamente determinada; o espaço geográfico não é tratado como fruto do trabalho humano e nas relações dos homens entre si e com a natureza, e sim como algo concreto que independe da ação humana.

*“[...] o espaço criado substitui o espaço efetivo como princípio dominante de organização geográfica. Na sociedade pré-industrial, as diferenças naturais de utilidade de recursos e de ambientes naturais formavam a base da diferenciação geográfica [...]. A industrialização teve o poder de alterar tudo isso. A urbanização do amplo implica a eliminação dos estilos de vida regionais através das forças do mercado mundial. Os produtos e objetos úteis para o consumo e uso tornam-se mais padronizados, mais numerosos e nos vinculados a base local. E os então vibrantes estilos de vida das diversas regiões geográficas, junto com as paisagens específicas que eles tinham formado, foram transformados [...]. A estruturação do espaço torna-se cada vez mais importante.”* (David Harvey apud Vesentini, 1987, p. 34).

Ao afirmar o espaço como concreto e não sujeito à abstrações, essa lógica analítica cria um espaço, ou a apreensão dele, centrada no objeto que, por ser totalmente empírico, é visto como passível de existir independente dos conceitos que os determina, o que acaba tornando esse viés “empirista” extremamente perigoso pois supervaloriza o objeto em detrimento do sujeito. Além de tornar o próprio objeto vazio pela delimitação *a priori*, volta-se para instrumentalização e manipulação do real pelo Estado. Perde-se de vista que o objeto não é só

construído no exterior (pela sociedade ao transformar a natureza), mas também na relação sujeito-objeto (Vesentini, 1987, p. 35).

Essa lógica analítica cria uma inversão metódica na forma de se investigar a realidade. Isto porque as estruturas da realidade, de acordo com essa idéia, são percebidas de maneiras diferentes por cada sujeito, o que coloca em plano superior apenas a percepção dos estudiosos frente à realidade sem um justo estreitamento entre a teoria e os fatos, entre a realidade e a interpretação. Nesse momento, o espaço geográfico foi visto como “objetivo” em si mesmo, pronto e arrumado.

*“As recentes pesquisas epistemológicas demonstram que o ‘concreto’ não é o ‘dado’ empírico ou abstrato, mas o ‘construído’ mediante a estruturação dialética dos elementos e das relações do processo de conhecimento [...] Dizer que o observador faz parte do sistema que observa é uma tautologia que os geógrafos sempre ignoram o que hoje os chama de volta à realidade [...] escrever que os geógrafos estudam o espaço concreto significa dizer que eles se interessam praticamente por tudo o que existe.”* (Quaini, 2002, p. 26).

Representante dessa corrente, o filósofo Kant travou uma discussão sobre o espaço e os corpos que o ocupam - propostas que darão o tom posterior das preposições que serão absorvidas pela geopolítica, aprofundadas no sentido de entender as influências do espaço nos corpos e sua utilização para fins hegemônicos. Immanuel Kant não era um geógrafo de formação<sup>17</sup>, mas um filósofo, um produto do Iluminismo, sua preocupação central estava nos rumos da Filosofia e a crise em que ela se encontrava no século XVIII em fator do avanço da ciência. A Ciência, nesse momento - justamente por trazer em seu interior a luta frente às formas eclesiásticas que marcaram o período anterior – centrava sua investigação nas interpretações da natureza concreta, abandonando as

---

<sup>17</sup> “O geógrafo americano R. Hartshorne considerou Kant um dos fundadores da moderna geografia como ciência do espaço e da diferenciação espacial. De fato, Kant representava o iniciador de uma tradição científica que se delineia, não somente em decorrência de uma rigorosa reflexão filosófica sobre conceitos de espaço, posição e região (conduzida, por exemplo, no artigo de 1768: Do primeiro fundamento da distinção das regiões no espaço), mas também pela instauração (desde 1756) de um novo método de transmissão do conhecimento, cuja importância para a formação das escolas geográficas nacionais.” (Quaini, 2002, p. 28).

formas anteriores em que a percepção do mundo sensível era o cerne, trazendo a luz à Astronomia copernicana e a da Física de Isaac Newton.

Por conseguinte, o conceito de ciência se reduziu às dimensões do inorgânico e das relações matemáticas, excluindo tudo e qualquer outra coisa, fazendo surgir, então, uma concepção de *natureza-sem-o-orgânico-e-sem-o-homem*, da qual deriva uma dualidade natureza-homem que, ao lado da dualidade sujeito-objeto de Descartes, incomodavam Kant (Moreira, 2008, p. 13). Nesse momento,<sup>18</sup> seu trabalho caracterizava-se pela busca de uma sistematização entre as formas criadas pela ciência no plano da *natureza* e como seria possível incorporar o *homem* dentro desses conceitos, como encontrar um ponto em comum de pensar a *natureza* e o *homem*, sem que as diferenciações entre o empírico e o abstrato separassem esses dois elementos, que pare ele faziam parte de um todo.

Sua busca se iniciou em duas balizes indissociáveis: a Geografia e a História; trazendo da primeira, a base dos fenômenos da natureza, e da segunda, os referentes aos homens; é desse esforço que o traçado do “espaço” parece se delinear como central em sua obra. Ruy Moreira alerta:

*“A geografia que Kant conhece é um agregado de conhecimentos empíricos de todos os âmbitos, organizados em grupos de classificação, uma taxonomia do mundo físico, no sentido aristotélico do termo, e por isso designada de geografia Física. Essa taxonomia é traduzida na forma das grandes paisagens da superfície terrestre, recortando-a em pedaços de espaço que fazem dela uma ampla corografia. De modo que são seus atributos a relação de apreensão sensível dos dados do mundo circundante e o olhar corográfico sobre a superfície terrestre, a que Kant, ao longo dos quarenta anos que irá lecioná-la, de 1756 a 1796, acrescenta o enfoque do espaço.”* (Moreira, 2008, p. 14).

---

<sup>18</sup> O momento que a filosofia kantiana investigou e tentou compreender pode ser considerado o das revoluções burguesas, de um lado a Industrial na Inglaterra e de outro a francesa – a revolução burguesa na Inglaterra no século XVIII e na França no século XVIII, e a revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII e na França no século XIX -, tendo nesse caso a Alemanha, morada do filósofo, ficando a parte nesse cenário, as inquietações de Kant seguiam no sentido de situar o homem no primeiro plano (Quaini, 2002, p. 14).

Segundo alguns especialistas<sup>19</sup>, Kant não realizou grandes transformações na geografia apenas no intuito de compreender o papel do espaço, ele inseriu a percepção geográfica do mundo físico, sendo que para o autor o espaço é um dado *a priori* da percepção, “*um plano de extensão geométrica preexistente ao olhar humano que já faz o fenômeno vir à percepção humana ordenado nos parâmetros de uma ordem espacial*” (Moreira, 2008, p. 15), ficando certo que cada fenômeno ocupa um lugar e uma distância pré-determinados em suas disposições.

Quando Kant, em 1756, discutiu - em *Monadologia Física* - se o espaço é ou não anterior aos corpos que o preenchem, ele tentou resolver o combate entre a metafísica, de onde partiam as posições de Leibniz, e o racionalismo, representado pelas teses da física de Newton. Enquanto os leibnizianos propunham que um espaço é relativo e posterior às coisas que o ocupam, os newtonianos defendiam o espaço real, absoluto, condição de possibilidade da existência dos corpos, que só poderiam existir ocupando-o (Prado, 2000, p. 17).

Lúcio Prado, em sua análise acerca da obra kantiana, alerta que o ambiente onde Kant propôs suas teses estava impregnado por essa disputa, condicionando a obra do autor que acabou se apropriando das teses de ambos os lados;

*“O pensamento de Leibniz é movido por interesses metafísicos e, assim, seu sistema deve ser constituído de tal maneira que preserve os fundamentos dessa pretensa ciência; por isso, lhe é impossível aceitar a idéia de um espaço absoluto, pois fazê-lo significaria negar a autonomia ontológica das substâncias, que necessitariam, assim,*

---

<sup>19</sup> Segundo Ruy Moreira em seu trabalho *O pensamento geográfico brasileiro*, foi Karl Ritter que transformou a geografia em moderna, Moreira vai dizer que: “*O ponto referencial e a corografia, que Ritter vai transformar no que chama de método comparativo. A visão corográfica parte da noção do recorte paisagístico que materializa a arrumação da superfície terrestre, numa ordem de classificação taxonômica ao tempo que propicia ao geógrafo organizar sua descrição [...] que ele identifica sob o nome de individualidade regional dos recortes do espaço. O processo consiste em comparar as paisagens duas a duas e daí extrair os traços comuns e os singulares de cada uma, para assim inferir a ordem geral de classificação e a específica de individualidade, produzindo o mapa dos recortes nessa significação. A comparação sucessiva recorte a recorte*”. (Moreira, 2008, p. 15). Segundo Moreira esses preceitos serão absorvidos por Humboldt, “*que vai orientar-se nesse novo fundamento de Ritter, para oferecer outra forma matriz; Humboldt também vai partir da ordem de classificação e corografia das paisagens, mas para tomar as formas de vegetação, que designa de Geografia das plantas, para o exercício do método de comparação [...] a geografia de Humboldt exerce um efeito e atração mais forte que a de Ritter sobre seus contemporâneos*” (Moreira, 2008, p. 15).



*de algo que lhes fosse exterior como condição de sua própria possibilidade.” (Prado, 2000, p. 17).*

Enquanto que para Newton não existia nenhuma intenção em elaborar um sistema que desse conta de explicar as formas metafísicas, muito pelo contrário, como já dito, sua intenção era elaborar um postulado sobre o espaço absoluto,

*“Newton, por sua vez, é completamente estranho aos compromissos metafísicos de Leibniz e não tem o menor interesse em preservar a substancialidade (entendida como autonomia ontológica) das coisas [...] sua empresa é elaborar uma ciência capaz de traduzir numericamente a ordem causal próxima (e não última) que reage os fenômenos da natureza.” (Prado, 2000, p. 17).*

A luta entre a metafísica e a ciência trava-se nesse chão, o espaço. De acordo com Prado, as orientações leibnizianas do espaço relativo não foram e não podiam ser abandonadas naquele momento por Kant, sendo orientado por essa filosofia, seria impossível negar que a metafísica dava sustentação para entender a relatividade do espaço em relação aos corpos, por outro lado, não era possível negligenciar o fato de que a nova ciência da natureza proposta por Newton trazia avanços significativos, principalmente em relação ao método. Kant traduziu em sua tese a conciliação entre as duas.

Partindo das idéias que transitam no universo da filosofia de Leibniz em relação à natureza do espaço e a negação de sua forma absoluta, Lucio Prado ao tratar do conceito de *espaço enquanto relação*, alerta para o fato de que a teoria relacional de Leibniz – posteriormente assumida e reorganizada por Kant - sustenta-se amparada “em uma lógica formal e a estrutura categórica das proposições, que devem ser todas reduzidas à forma sujeito/ predicado” (Prado, 2000, p. 18). Sendo assim, em relação à substância e ao espaço de Leibniz, pode-se concluir que:

*“(...) toda substância nada mais é do que o sujeito lógico das proposições e somente o sujeito pode subsistir independentemente de seus predicados. Se a estrutura proposicional é a base da sustentabilidade dos seres, entre o corpo e o espaço também deveria existir uma relação de sujeito e predicado. (...) Nesse caso, se afirmarmos que ‘ser ocupado pelo corpo’ é predicado do espaço, mantemos sim a substancialidade do espaço, mas ao preço de negar a substancialidade do corpo, que seria um predicado do*

*espaço e, portanto, não substancial. Da mesma forma, se ocupar um espaço for um predicado do corpo, mantém-se a substancialidade do corpo, mas nega-se a do espaço. Logo o espaço não pode ser substancial.”* (Prado, 2000, p. 41 - 42).

Diante da visão de Prado, essa seria a melhor forma de estruturar a conceituação teórica de Leibniz, porém esse arranjo não está explícito nos escritos do filósofo, isso por que os argumentos preferidos por ele são aqueles que fazem uso dos princípios da “identidade dos indiscerníveis” e de “razão suficiente”. Essas idéias assentam-se no fato de que o espaço como tal, é algo real, portanto idêntico em todas as partes, indiscernível e então não haveria razão suficiente para que as coisas existentes fossem dispostas desta ou daquela maneira; assim aquilo que definiria esse espaço é a relação de distância que as coisas mantêm entre si, é o que pode determinar a especificidade de tal arranjo de copresentes espaciais, ou seja, para Leibniz o espaço é a relação de copresença das substâncias que guardam entre si certa relação de distância<sup>20</sup> (Prado, 2000, p. 42).

*“Os homens (...) consideram que muitas coisas existem ao mesmo tempo e encontram nelas uma certa ordem de coexistência, segundo a qual suas relações mútuas são mais ou menos simples. Trata-se de suas situações ou distâncias. Quando ocorre que um desses coexistentes mude sua relação com respeito aos outros, sem que mude a correspondente relação entre aqueles, e que um recém chegado adquira com respeito aos outros a relação que antes teve o primeiro, se diz que aquele veio ao lugar deste e se chama essa mudança de movimento (...). O que corresponde a todos estes lugares se chama espaço”.* (Leibniz apud Prado, 2000, p. 490)

---

<sup>20</sup> Prado alerta que por substância “deve-se entender não uma certa porção do espaço que ela ocupa, mas o ponto de vista através do qual ela reflete todo o universo” (Prado, 2000, p. 42) e acrescenta o autor, “Vale, todavia, salientar que Leibniz faz referência a dois espaços; um abstrato, homogêneo, que se equipara ao espaço geométrico; outro concreto, constituído por certa relação entre substanciais reais. Ou seja, dado um conjunto C de substâncias que mantêm entre si um certa relação de copresença, o espaço é a relação das distâncias dos lugares ocupados por cada uma. Temos, neste caso, um espaço constituído por essas substanciais e trata-se de um espaço concreto. Por outro lado, é possível, mentalmente, conceber sistemas de relações de distancias possíveis – e isso a ontologia Leibnizianas permite perfeitamente -, o que constitui o espaço homogêneo. No primeiro caso, temos um espaço concreto, que embora não seja real em sentido estrito, é um fenômeno bem fundado derivado da relação entre substanciais reais. No segundo, temos uma entidade metal, puramente abstrata, pertencente ao reino das meras possibilidades.” (Prado, 2000, p. 43).

Foi a partir de conceituação leibniziana e na tentativa de reconciliação do espaço relativo, é que Kant operou sua lógica analítica no estudo sobre as forças vivas em que procurou interferir na contradição entre cartesianos e leibnizianos, mais uma vez entre metafísica e racionalismo. Kant promulgou que o espaço resulta da ação das forças próprias das coisas e sua estrutura deve depender da lei que regula tais forças, dessa idéia deriva o fato de que as “coisas que ocupam o espaço” agem umas sobre as outras; isso posto, a relatividade do espaço aparece sustentada no fato de que sua estrutura depende da legalidade que rege a interação de tais forças (Prado, 2000, p. 62). Sobre esse ponto, escreveu Kant:

*“[...] a divisibilidade do espaço ocupado por um elemento implica também a divisão do elemento em partes substanciais. Donde resulta a afirmação comum, tomada aqui como verdade absoluta, de que os partidários da divisão infinita do espaço real afastam dos monadistas de um modo absoluto e que os defensores das mônadas são da opinião de que as afecções do espaço geométrico devem ser consideradas como afecções imaginárias dos seus elementos [...]”*  
(Kant apud Prado, 2000, p. 80).

Para Kant o espaço não é uma substância, mas um fenômeno da relação externa das coisas; então existiria a possibilidade de dividir a relação de uma mesma substância em duas partes, e isso não seria incompatível com a unidade da substância, ou seja, por mais que uma substância divida-se, sua divisão não alteraria o espaço (território).

Segundo Lucio Prado, ao tentar conciliar a relação entre metafísica e o racionalismo científico (nesse caso a geometria), Kant acabou por trair algumas posições da teoria de Leibniz e se aproximou das formas newtonianas de entendimento espacial; com Newton, diz Kant *“podemos expor as leis da natureza, mas não podemos averiguar as origens e as causas dessa lei”*, entretanto segue o filósofo, *“se deve evitar, com todo o cuidado, que se infiltre nas ciências naturais alguma ficção (...), que será vão todo o esforço que não conte em seu apoio com o sufrágio da experiência e com a interpretação da geometria”* (Kant apud Prado, 2000, p. 66).

Concluído, para Kant, a definição do espaço físico e concreto como *“aquele que deriva da relação existente entre substâncias reais que coexistem”*, não é nem entidade mental nem somatório dos elementos que o compõe. No primeiro

caso, porque “se constitui a partir da relação de distância dada entre substâncias reais”, no segundo caso, porque os elementos simples só podem “produzir um corpo, mas nunca seu espaço”, ou seja, “o espaço concreto não é composto por partes, como o corpo, mas é uma mera relação” (Kant apud Prado, 2000, p. 43 - 44).

Qual seria a contribuição Kantiana – levando-se em conta o que foi exposto acima - para a geografia política? Como essas relações conceituais referentes ao espaço são organizadas em seu entendimento geográfico? Na tentativa de responder a essas perguntas recorreremos mais uma vez a Massimo Quaini. Em seu trabalho “Marxismo e geografia”, no capítulo intitulado *Filosofia e Geografia*, o autor exterioriza o “elo” que liga a concepção Kantiana de espaço à sua reorganização na geografia. Quaini nos alerta que, para Kant, a geografia faz parte das ciências empíricas, isto é, fundamentadas na experiência, sendo que a finalidade última de sua função constitui-se da apreensão do real, a qual compreende em parte a descrição dos objetos; *a descrição do mundo*, em parte, a narração de suas mudanças: *a história do mundo*. Ambas são ou físicas ou antropológicas. (Quaini, 2002, p. 27).

A partir dessas afirmações concluímos que, para Kant, o conhecimento do mundo está fundamentado sobre aquilo que existe conforme as leis necessárias em que consiste o verdadeiro conhecimento da natureza em sentido rigoroso, ou sobre os seres que agem conforme as leis de liberdade: o conhecimento do homem ou antropologia. Para Quaini as duas formas não são consideradas ciências especulativas, mas pragmáticas, e seria por meio dessas duas ciências, a antropologia e a física, que Kant promulgou: “*a geografia cultiva e civiliza ao mesmo tempo e é uma parte muito importante do conhecimento do mundo, menos importante, porém do que o conhecimento do homem, propriamente dito*” (Kant apud, Quaini, 2002, p. 27).

Visando alcançar o núcleo da teoria da geografia de Kant, o autor buscou como apareceu formulada a questão da natureza para o filósofo:

*“Todas as coisas da natureza, enquanto componentes de um todo, formam propriamente o mundo. Mas num sentido mais restrito, contamos entre as coisas do mundo somente aquelas com as quais podemos ter algum contato, isto é, aquelas sobre as quais nós*

*podemos operar do mesmo modo com o qual elas operam sobre nós. Nesse sentido restrito, a terra compõe o nosso mundo.” (Kant apud Quaini, 2002, p. 28).*

Quaini destaca dessas preposições dois caminhos analíticos: de um lado, a descrição do mundo ou da terra referindo-se a idéia do todo, do conjunto; de outro, esse conjunto ou todo definido somente em relação ao homem e sua práxis da sociedade, sendo que no segundo caso, pode-se definir a função a qual a geografia é colocada, nesse caso, indissociável do homem, ou melhor, *“daquela parte da terra que é o habitat do homem”* (Kant apud Quaini, 2002, p. 28). Uma geografia que é na sua essência totalmente física e mostra um *quadro geral da natureza e seus efeitos*, onde o homem aparece apenas como um desses efeitos, subjugado em relação às influências naturais; fator que definira o *determinismo* dentro do pensamento geográfico. Diz Quaini:

*“Chegamos ao núcleo da teoria da geografia de Kant: a separação entre ciências especulativas e ciências pragmáticas (ou seja, entre razão e experiência) e em segundo lugar, entre antropologia e geografia, entre história e natureza (ou seja, entre liberdade e necessidade) são outros tantos elos de uma concepção que, mesmo prescindindo dos conhecimentos geográficos do momento, não pode deixar de comportar uma concepção determinista e providencialista ou metafísica no que diz respeito ao plano histórico e antropológico.”* (Quaini, 2002, p. 28).

A questão do determinismo é indispensável não só a este capítulo, mas dentro deste trabalho como um todo. Traduzindo de uma forma mais simples o determinismo geográfico seria a ideologia que defende a existência de uma influência incondicional do meio ambiente no homem que nele habita. Os defensores dessa ideologia, a exemplo de F. Ratzel insistiam no fato de que a geografia do homem só poderia ser formada através de uma base científica quando essa estivesse fundamentada nas leis gerais que regulam a difusão de toda a vida orgânica sobre a terra. (Ratzel apud Quaini, 2002, p. 19).

A geografia só torna-se científica se, na relação homem-natureza, o homem for reduzido a animal e, como qualquer outro ser vivo, sofreria as influências do meio em que habita, sendo que essas determinações geográficas encontrariam seu lugar, segundo seus defensores, nas formas internas de

organização social, política e cultural; na maneira em que os homens, externamente, se relacionam com outras nações; no modo em que os Estados evoluem frente aos outros e principalmente, a mais perigosa de todas as determinações geográficas estariam no intelecto do homem (que pode, dependendo do lugar, ser mais desenvolvido ou não). Aqui, citando uma passagem de Montesquieu que diz:

*“(...) já dissemos que o calor forte tira a força e a coragem dos homens; que há nos climas frios certa força corporal e espiritual que torna os homens capazes de ações longas, penosas, importantes, ousadas... Não deve admirar portanto, que a covardia dos povos de climas cálidos os tenha quase sempre feitos escravos, e que a coragem dos povos de clima frio os tenha mantido livres; é um efeito que deriva de causa natural.”* (Montesquieu *apud* ESG, 1961, p.5).

É notório que as idéias ligadas ao determinismo geográfico (largamente difundido pela geopolítica) encontram-se arrumadas na visão Kantiana da geografia. Se retornarmos a pergunta que sustenta toda a teoria do filósofo, sobre *os corpos serem ou não anteriores ao espaço que ocupam*, é possível perceber que no âmago dessa discussão entre a metafísica e o racionalismo, há uma tentativa frustrada de relativizar o espaço, visto que o relativismo é posto de lado na teoria kantiana e acaba por se alinhar com a noção de espaço físico e concreto; sendo assim o espaço concreto (território) é superior ao homem (corpos) não podendo ser modificado por ele, porém na relação inversa essa transformação de um pelo outro é algo quase natural.

Essa tentativa de apreensão da história do homem a partir da geografia não se sustenta apenas na filosofia kantiana, mas também em Hegel. Quaini busca aprofundar esses conceitos trazendo à discussão a figura de Hegel como promotor de uma geografia menos naturalista e mais histórica, um estudo marcado pelas possibilidades de vida que o ambiente oferece aos povos localizados nas diversas regiões da terra.

Seria essa, para Hegel, a chave, ou uma delas, para a compreensão da História; esse postulado só é passível de aceitação na filosofia hegeliana, pois o autor entende e supera os limites do criticismo Kantiano separando natureza e história, uma vez que o homem é sujeito da história e através do trabalho o motor

de sua auto-reprodução (Quaini, 2002, p. 30). Sendo assim Hegel trazia que as linhas fundamentais que regiam todo o sistema era a concepção da terra como um teatro do desenvolvimento histórico da humanidade:

*“Estes princípios são, em poucas palavras, a consideração dos continentes como indivíduos geográficos, a importância fundamental da relação entre formas sólidas e entre formas fluidas (isto é, entre os continentes e o mar), a relevância histórico-geográfica da relação entre oriente e ocidente, a correlação inversa entre grau de dependência da natureza e grau de civilização.”* (Rossi apud Quaini, 2002, p. 30).

Tais princípios estão inseridos no quadro lógico e dialético da filosofia hegeliana de uma história universal e a realização do espírito:

*“O espírito do mundo se realiza nos diversos espíritos do povo (ou povos cósmico-históricos), os quais estão separados, no tempo e no espaço; e a este respeito se faz valer a influencia da situação de natureza, isto é, da relação do espiritual com o natural, com o temperamento, etc. [...] esta relação é algo exterior, mas como terreno, sobre o qual se move o espírito, ela é essencialmente e necessariamente uma base.”* (Hegel apud Quaini, 2002, p. 30).

Podemos perceber que nessa relação, o fator exterior não é menor, a determinação geográfica se torna um ponto substancial no processo histórico de Hegel, para Quaini esses conceitos são bebidos de Karl Ritter ao afirmar que *“o elemento caracterizador da natureza geográfica liga-se, assim, imediatamente ao que de essencial existe na natureza histórica dos continentes e não o que existe de acidental [...] mas constituindo um mesmo fundamento”* (Ritter apud Quaini, 2002, p. 31). Buscando essa explicação nas palavras de Hegel encontramos:

*“Na medida em que não é livre e é um elemento natural, o homem se diz sensível:- e o sensível se divide em dois aspectos, o da naturalidade subjetiva e o da naturalidade exterior. Este é o aspecto geográfico, que, segundo a idéia mais óbvia que dela se tem, pertence, em geral à natureza exterior. São portanto diferenças de natureza, as quais devemos considerar. Ora, elas devem antes de mais nada ser consideradas também como possibilidades particulares das quais se liberta o espírito; e assim oferece a base*

*geográfica. O que importa é conhecer não o solo como lugar extrínseco mas o tipo natural local, que coincide exatamente com o tipo e com o caráter do povo que é filho de tal solo. Este caráter é justamente o modo pelo qual os povos progridem na história do mundo, e aí tomam lugar e posição.”* (Hegel apud Quaini, 2002, p. 31).

Fica clara a existência de uma relação muito forte entre o tipo natural onde se encontra o local com a formação do caráter desse povo - o que liga a filosofia hegeliana ao determinismo - pois não há liberdade (se caso exista é pouca) da vontade humana frente à determinação natural do solo. O núcleo da geografia histórica de Hegel encontra-se na dialética, de um lado o pensamento do filósofo mostra-se inovador frente à Kant, pois sua lógica e metodologia conseguem a separação entre a unidade da natureza frente à história.

Contudo ao postular que essa “unidade” opera enquanto unidade do pensamento e não assentado na relação concreta e histórica com a natureza (dialética do trabalho), a dialética hegeliana não pode ser outra coisa que um procedimento analítico exterior ao objeto sobreposto à história, *“em definitivo, um método acrítico e largamente ideológico de estabelecer, por exemplo, as correlações entre estruturas geográficas e modos de vida dos povos”* (Quaini, 2002, p. 32).

Podemos dizer que Hegel, através de suas formulações, ainda que expresse uma concepção possibilista da história (teoria que promulga existir entre a relação homem – natureza possibilidades de influência do meio no destino dos povos), esse possibilismo transforma-se em determinismo, pois a possibilidade de um povo se desvincular da natureza e se tornar sujeito histórico é considerada como dependente da estrutura morfológica e climática das diversas regiões geográficas do globo, assim sua base geográfica da história universal é reduzida em uma presumida necessidade geográfica, a área do velho mundo.

Quaini alerta que essa concepção é totalmente eurocêntrica, uma vez que *“entre os limites desta área nasce e se conclui a história universal; ainda dentro dessa área, a história universal possui seu centro geográfico representado pelo Mediterrâneo e pela Europa”* (Quaini, 2002, p. 33).

Nosso objetivo até aqui, não foi examinar nem esgotar todos os problemas que envolvem a relação entre filosofia e geografia, isso demandaria um estudo



aprofundado sobre o tema. Nossa intenção, longe dessa, foi apenas indicar os caminhos para compreensão do surgimento da geografia humana moderna, tendo como fio condutor para a estruturação desse pensamento a história, ou seja, tentamos mostrar que as concepções criadas desde Kant até Hegel acerca da relação do homem com a natureza e sua história exprimem, de um modo ou de outro, o momento histórico onde foram gestadas. Somado a esse fator temos também que o determinismo geográfico, muito diferente do que se costuma dizer – que a única responsável por sua exacerbação é a geopolítica – tem suas raízes na formação primeira desse pensamento geográfico moderno; e o que fez a geopolítica, como veremos adiante, foi apenas adaptar o determinismo às necessidades da época de cada lugar de onde falavam seus autores.

Não seria demais repetir que as concepções criadas pela geografia moderna tradicional inserem demasiada ênfase ao objeto e na sua existência independente de outros fatores (sujeito), o que transforma a apreensão desse objeto em algo unicamente empírico. Dissemos também que esse empirismo, por sobrepor o objeto em relação ao sujeito - sendo que esse objeto foi construído numa relação exterior ao mesmo - acabou por esvaziar não só o sujeito como o próprio objeto.

Portanto, essas formulações – sejam as preposições kantianas, as teorias ambientalistas ou naturalistas da história desde Montesquieu até o darwinismo social, fundamentados na teoria da adaptação do homem às condições naturais ou ambientais (concebidas como fatores externos que age mecanicamente) ou mesmo nas orientações idealistas de Hegel - todas encontram terreno no determinismo geográfico.

A única que acreditamos se separar desse grupo são as formulações presentes no pensamento de Karl Marx. O pensamento do autor é o contraponto a essa construção conceitual do espaço – contida como vimos nessa filosofia moderna – por uma visão do espaço construída historicamente, o espaço geográfico como fruto do social produzido como condição do trabalho humano e nas relações do homem em si e com a natureza. Uma visão da qual a geopolítica tem aversão.

## 1.2. O espaço historicamente construído

De quais modos são construídos os espaços? Propomos pensar nessa indagação sem nos determos, a princípio, em indagações de cunho histórico/filosófico, mais sim num exercício de reflexão prática. Se pensarmos em termo das sociedades constituídas no interior dos Estados Modernos, sejam eles modernos ou não, democráticos ou ditatoriais, os territórios são sempre organizados com intuito de atender às necessidades dos indivíduos que nele ocupam.

O que nos leva a concluir que essas necessidades são as efetivadoras das construções das ruas, da estruturação dos edifícios (e suas posições estratégicas), são elas que estabelecem, quando de interesse, os locais de lazer e convívio social, ou mesmo as diferenças regionais, entre o urbano e o rural, entre o periférico e o central; o que sem dúvida, principalmente em termos de Estado capitalista, traduz uma maior ou menor influência no estado dos indivíduos que habitam esses locais.

Múltiplos seriam os exemplos que mostram as estruturas componentes de uma cidade, ou um Estado, todavia aquilo que se destaca como verdade indiscutível é o fato de, independente das necessidades, os espaços são construídos e/ou reorganizados pelos homens. Diferente do que promulga, como já mostramos, a corrente geográfica humana moderna, esse espaço não é algo idealizado, como quer essa filosofia, mas sim um espaço efetivo e concreto, pois não é outro senão o homem que no exercício de transformação da natureza a sua volta que modifica seu habitat e conseqüentemente sua própria existência.

Karl Marx, ao estudar o papel e função do trabalho nas vidas dos indivíduos, atesta que o trabalho é mais do que uma fonte de riqueza, como afirmava os economistas, mas sim a condição básica e fundamental de toda a vida humana, uma vez que o trabalho – como ato de transformação da natureza pelo homem – é o fator que possibilita a diferenciação entre os homens e qualquer outra forma de vida animal<sup>21</sup>. *“Pode-se distinguir os homens dos animais*

---

<sup>21</sup> Marx dirá que *“só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a”* (Marx apud Antunes, 2002, p. 28).

*pela consciência, pela religião, pelo que se queira. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir os meios de vida [...] ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma.”* (Marx in Fernandes, 2003, p. 187).

É da essência humana modificar e reorganizar a natureza, mas ao fazê-lo em favor das suas necessidades, o homem cria as condições e os instrumentos que irão potencializar a sua ação no mundo, ou seja, ao transformar a natureza, o homem transforma a si próprio, esse movimento “*sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza*” (Marx apud Antunes, 2002, p. 36).

A partir dessa conclusão – e no intuito de criticar severamente a filosofia especulativa de Hegel<sup>22</sup> - o trabalho, como *práxis humana*, aparece na ontologia de Marx como condição essencial para a mediação e/ou entendimento entre natureza e homem; isso porque o homem através do trabalho regula e controla seu metabolismo com a natureza, fato pelo qual se conclui que o objeto (espaço) só pode ser pensado em Marx a partir da intervenção do homem (sujeito) e não o contrário. Ao direcionar sua crítica à Hegel, Marx escreveu:

*“A filosofia que quer negar por meio de sofismas a dependência racional e natural do objeto, cai na servidão mais irracional e mais inatural em relação ao objeto, cujas determinações mais acidentais e mais individuais ela deve construir como absolutamente necessárias e universais.”* (Marx apud Quaini, 2002, p. 42).

---

<sup>22</sup> O confronto com a filosofia hegeliana (com aquela que mais tarde Marx definiu como sendo a sua “*anterior consciência filosófica*”) é conduzido tanto contra seu núcleo central, a lógica e o método especulativo, como contra suas aplicações enciclopédicas, a filosofia da religião, do direito, a filosofia da história, da natureza e etc. Segundo Massimo Quaini é em um trecho da “Sagrada Família” que Marx exteriorizou sua posição sobre aquilo que ele chamou de “*mistério da construção especulativa*”, diz Marx “*a substantificação ou hipostatização da idéia e a conseqüente transformação do sujeito real em predicado ou atributo da idéia (por exemplo, a idéia abstrata de fruto é a substância da pêra, da maçã, da amêndoa, as quais se tornam assim ‘simples maneiras de existir ou modos de frutos’ e segue o autor, “esta operação implica necessariamente na eliminação da diferença sensível (aquilo que faz da maçã algo diferente da pêra) e também necessariamente conduz a resultados meramente tautológicos”* (Marx apud Quaini, 2002, p. 38). Nesse caso, não se chega a uma particular riqueza de determinações, sendo assim o filósofo especulativo de acordo com Quaini “*renuncia portanto à abstração do fruto, mas renuncia de modo especulativo, místico, isto é com a aparência. Esta renúncia que não é verdadeira renúncia, esta só aparente superação do método especulativo é a dialética*” (Quaini, 2002, p. 38 - 39).

No que diz respeito à natureza e a transformação que ela sofre pelas mãos humanas, Marx buscou apreender as conseqüências futuras e devastadoras dessa prática; cada paisagem desmatada (a fim de estabelecer o cultivo ou extrair riquezas naturais) pode causar futuramente a aridez das terras, a seca e a subseqüente escassez de alimentos. Fator que levou Marx a dizer que após cada uma das vitórias humanas sobre a natureza, ela adota sua vingança. Essa relação se daria da seguinte forma:

*“Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos a natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada.”* (Marx apud Antunes, 2002, p. 29).

Marx entende que quanto mais o homem conhecer e compreender essas leis naturais e os efeitos imediatos dessa intervenção na natureza, será possível controlar com maior precisão os efeitos causados pela produção, e quanto mais isso estiver claro na visão humana de “mundo”, melhor os homens compreenderão sua unidade com a natureza e, *“mais inconcebível será essa idéia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, a idéia que começa a ser difundir pela Europa sobre a base da decadência da antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo”* (Marx apud Antunes, 2002, p. 31).

Ao pensarmos nessa relação natureza-homem mediada pelo trabalho, da qual fala Marx, podemos concluir que o espaço, sempre modificado pelo homem, só tem valor se entendido de um modo social, o que nos leva ao fato de ser necessário o abandono da idéia de um espaço geográfico pronto e arrumado a espera de sua compreensão. Por outro lado deve-se entender também que o sujeito não o constrói – o espaço – livremente, muito pelo contrário, essa organização espacial é mediada, principalmente a partir de Revolução industrial, pelo modo de produção capitalista ao transformar a natureza original em segunda natureza.

Embora Marx reconheça a prioridade de uma natureza externa ao homem, fica claro que essa distinção entre natureza pré-social (não modificada pela ação humana) e a natureza socialmente pensada, só encontra sentido lógico se considerar o homem como distinto da natureza, essa que precederia a história humana, porém essa natureza pré-homem não se encontraria, segundo o autor, em mais nenhum lugar.

Em suma, a história do homem está ligada à sua relação com a natureza, contudo essa relação só interessa a Marx se ela, a natureza, for antes da mais nada entendida como momento da práxis humana, porque a natureza tomada de forma abstrata, em si, separada do homem, é nada para o homem (Marx *apud* Quaini, 2002, p. 44 - 45). O conceito de espaço social estaria contido dentro dessa idéia, o geógrafo Lefebvre, influenciado por Marx, nos dirá que o espaço social seria:

*“O homem, ou melhor, a prática social, cria as obras e produz as coisas (...). A produção, no sentido marxista, supera a oposição filosófica entre o sujeito e o objeto, assim como as relações construídas pelos filósofos a partir dessa separação (...). Ora, o espaço (social) não é apenas uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele envolve as coisas, os produtos, ele compreende suas relações dentro de sua coexistência e sua simultaneidade: ordem relativa e/ou desordem relativa. Ele resulta de um processo e de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. Portanto, ele não pode ser resumido a uma ficção, a uma irrealidade ou idealidade comparável à de um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho (...) o espaço social implica em múltiplos conhecimentos.” (Lefebvre *apud* Vesentini, 1987, p. 36).*

Podemos dizer que a interpretação dialética da natureza em relação ao homem proferida por Marx pode ser encontrada nesse trecho da obra de Lefebvre. O autor deixa claro que o espaço social é fruto do trabalho humano, das condições de produção historicamente determinadas; conclui-se que esse conceito que se refere à produção, é tanto material quanto teórico, já que nesse caso não há separação entre um e outro, os dois fazem parte de um mesmo todo, ou seja, as idéias são engendradas a partir de determinadas condições sociais, mas essas idéias não podem ser consideradas reflexos “ideais” da realidade e sim condição para a ação humana.

Sendo assim, frisamos que a própria idéia conceituada por Marx de trabalho tido como práxis humana, está ligada às formas históricas determinadas, às ações pelas quais os homens estabelecem entre si relações determinadas, mediatizadas pelas relações com a natureza. O que torna o significado das palavras “material” e “vida material” inerente ao homem e às sociedades e não externa a eles. A natureza aparece enquanto dimensão do universo que o homem transforma e com o advento do capitalismo, essa produção da vida material<sup>23</sup> atinge sua forma plena e perigosa (Vesentini, 1987, p. 37).

Sem dúvida que o homem age na natureza e na sociedade como um todo, é a práxis que desenvolve as forças produtivas, que (des)constrói o espaço geográfico, muitas vezes com a finalidade de atender aos interesses de certos grupos ou classes sociais dominantes. É inegável que o desenvolvimento dos meios de produção capitalista, ou melhor, o sistema capitalista como um todo, condiciona (forçosamente) e imputa nas sociedades – principalmente no plano das idéias – o modo de pensar capitalista. Sempre pensado de modo a garantir sua auto-reprodução, o capital norteia a construção da base material da sociedade, isto é, os projetos estabelecidos antes das obras (habitações, avenidas, estradas), os planejamentos urbanos e rurais, ou mesmo as lutas pela terra, pressupõem ações pré-concebidas pelo capital.

O que nos leva a crer que a construção do espaço geográfico pela sociedade capitalista perpassa pela relação, já destacada nesse trabalho, entre o sujeito e o objeto, sendo que o objeto é fruto da produção do trabalho humano dentro de um processo histórico. Motivo suficiente que assegura ser um equívoco delimitar um objeto *a priori*, antes de uma profunda investigação do mesmo. No que tange a geografia e a construção do espaço, que efetivamente nos interessa, esta delimitação *a priori*, produz um espaço geográfico idealizado, fora das verdadeiras determinações do real. Nesse caso o espaço é, de uma forma subjetiva, nada mais que a visão de quem o vê.

---

<sup>23</sup> Para Marx o modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, das condições encontradas por eles na realidade que os cerca. Contudo esse modo de produção não deve ser entendido apenas como a reprodução da existência física dos indivíduos. De acordo com o autor “*ele já é antes uma maneira determinada de atividades desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar em sua vida, um modo de vida determinado. Os indivíduos são assim como manifestam a sua vida. O que eles são coincide portanto com sua produção, tanto o que produzem quanto também como o produzem. Portanto, o que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção.*” (Marx apud Fernandes, 2003, p. 187).

*“Podemos pôr em relevo o limite de uma abordagem que não partiu da definição do próprio objeto. ‘Qualquer que seja o objeto da história – instituição, nação ou disciplina científica – é necessário definí-lo ou delimitá-lo para seguir seu desenvolvimento’, escreveu R. Aron ao traçar As etapas do pensamento sociológico, advertindo também que, ‘quando o objeto da história é uma disciplina científica ou pseudocientífico ou semicientífica, a dificuldade é ainda maior’. Pensando bem, a falta desta definição preliminar, mesmo em um estudioso consciente como Claval, não parece ser de todo casual; acaso não reflete o status teórico da geografia humana até hoje incerto.” (Vesentini, 1987, p. 38)*

Ainda que nessa passagem o autor trate do objeto voltado à geografia humana e ao espaço, é possível pontuar a contraposição entre essa teoria e a contida no pensamento de Karl Marx. Na lógica do pensamento marxiano sobre os homens, as sociedades e a relação natureza-homem, cada um desses elementos aparecem como partes de um todo, no caso a História. O real - que é a expressão desses fatores - tal qual se apresenta em determinados momentos históricos, é fruto da práxis humana e concebido como um momento histórico concreto, construído por indivíduos efetivos.

Por sua vez, essa realidade ou objeto sobre o qual os estudiosos se debruçam, na lógica desse pensamento dialético pode ser apreendido na sua essência, diferente, por exemplo, do que se propõe na citação acima em que há uma exterioridade do sujeito frente ao objeto. Entretanto as categorias que expressam a essência do objeto, são elas também inerentes ao objeto e ao momento histórico no qual está inserido, isto posto, não é possível (re)utilizar uma mesma categoria para explicar objetos distintos, sendo que “um objeto específico contém um lógica específica”, ou seja, um objeto em si engendra as categorias de sua própria análise.

Toda categoria, de um modo ou de outro, por mais abstrata que possa parecer, apreende algo existente nos seres. Na carona dessa afirmação podemos dizer que toda a teoria surge a partir de certas condições históricas concretas e nunca de sujeitos “ahistóricos” de uma forma idealizada, em que as teorias e conceitos expressam apenas formas de aproximações da realidade. E se é possível uma total apreensão do espaço geográfico – de suas determinações, as formas de poder que o compõem, as disposições das classes sociais e a luta

entre elas pela posse do território – ela só pode ocorrer sobre essas circunstâncias.

\* \* \*

O espaço geográfico e social tal qual conhecemos como fruto do capitalismo em sua etapa avançada, estão significados no Estado e, por sua vez, constituem formas organizadas de poder. Assim caberá aos Estados, sendo eles próprios condutores das ações, a garantia da “proteção” de seus habitantes (sempre da classe dominante), da manutenção e reprodução capitalista. Para isso numa situação interna, ele exercerá a coerção e violência às suas populações; e externamente, suas metas serão a expansão de suas fronteiras e submissão de outras nações aos seus domínios. Não é por menos que o Estado, como veremos a frente, será o alvo principal de atenção dos principais geopolíticos.

O geógrafo José William Vesentini, ao trabalhar essa função do Estado moderno em termos geográficos, dirá que embora toda a sociedade tenha uma forma específica de se organizar em seu espaço, só com o capitalismo o espaço é instrumentalizado, e no momento que o capitalismo se tornou uma expressão mundial, seu valor como relação social penetrou em todos os poros da sociedade, dessa equação se destruiu o *Outro* para reproduzir em toda a parte o *Mesmo* (Vesentini, 1987, p. 39). Ou seja, apaga-se o valor dos indivíduos e suas ações como meio de garantir ao capital a reprodução de seu desenvolvimento desigual e, nesse ponto, a (re)construção permanente do espaço flui como cerne do movimento capitalista.

Ao eliminar o *outro*, ao conservar como condição essencial apenas a propriedade privada, o capital *“não subordinou apenas a si próprio setores exteriores e anteriores: produziu setores novos transformando o que preexistia, revolvendo de cabo a rabo as organizações correspondentes”* (Vesentini, 1987, p. 40). Isso mostra que toda a sociedade se torna o lugar de reprodução das relações de produção (a arte, os lazeres, as formas de vestuário, de alimentação, de mobiliário, ou seja, o cotidiano), o que reduz o espaço a um meio homogêneo e ao mesmo tempo fragmentado, reduzido a pedaços; o espaço como sede de poder.

O espaço é visto pelo autor como o meio (e local) onde o capitalismo exerce o poder e a dominação. Segundo o geógrafo, a intensificação da



mobilidade social do capital - tanto interna ao país quanto externa em suas fronteiras – assim como a renovação nos espaços urbanos, cria condições ou expande novos campos de lutas sociais, uma vez que o setor de construções aparece como indústria básica à reprodução da capital (Vesentini, 1987, p. 40).

Vesentini busca entender a construção do espaço nas suas estruturas ou microestruturas internas de poder, para o geógrafo o capitalismo em sua sociabilidade gera diversos campos de luta em seu interior, nesses campos de embate, estaria às relações internas de poder<sup>24</sup>. Ainda que a construção social do espaço tenha atingido sua plenitude da segunda metade do século XX, desde as origens do capitalismo ele vem sendo instrumentalizado pelo capital e pelo estado. A partir da leitura que faz de M. Foucault – buscando entender as relações de micro-poder – o autor identifica, por volta do século XVIII, a inserção do poder na construção do espaço visando um maior controle sobre as pessoas (Vesentini, 1987, p. 45).

No mesmo instante em que uma reorganização espacial em certos microcosmos é indispensável para a reprodução do capitalismo, podemos encaixar todo o pensamento filosófico como o de Kant, pois o conceito de espaço se tornava indesejável para a filosofia, sendo reduzido à percepção de “natureza externa”.

Buscando entender as razões que levaram ao abandono do estudo do espaço como forma de apreender as relações capitalistas e o poder diz Foucault:

---

<sup>24</sup> É esse o ponto principal que leva o autor na sua lógica analítica a criticar o marxismo, já que: *“De fato, essa tradição discursiva nos legou um rico instrumental teórico para captar a exploração, econômica, a distribuição, as trocas...; mas o poder, a dominação e suas inextricáveis relações com o espaço constituem campos quase que inexploráveis”* diz o autor *“Ademais, com o surgimento (ou recrudescimento) das lutas feministas, do(s) movimento(s) ecológico(s), dos conflitos de gerações, das lutas urbanas, dos conflitos étnicos, dos movimentos separatistas locais ou regionais etc., foi colocada em xeque a idéia de haver uma classe revolucionária (e mesmo a noção de revolução é polemizada) por principio e de antemão, juntamente com idéia complementar de que a abolição da propriedade privada (ou a socialização dos meios de produção) iria terminar com a exploração e com a dominação”* (Vesentini, 1987, p. 42). Nesse contexto é possível, segundo o autor, encontrar a crise do marxismo já que as questões de poder e da dominação, negligenciadas pela teoria, não podem mais ser vistas como derivações da economia ou mesmo subsumidas na noção tradicional de Estado, ou seja, *“a construção do espaço, como se vê, não apenas é algo engendrado pela evolução do capitalismo, existente fora da teoria; ela é fruto de inquietações intelectuais, de interrogações inseparáveis de determinadas condições sociais e históricas”* (Vesentini, 1987, p. 43).

*“No momento em que se começava a desenvolver uma política sistemática dos espaços (no final do século XVIII), as novas aquisições da física teórica e experimental desalojavam a filosofia de seu velho direito de falar de mundo, do cosmos, do espaço por uma tecnologia política e por uma prática científica lançou a filosofia em uma problemática do tempo. A partir de Kant, cabe ao filósofo pensar o tempo. Com uma desqualificação correlata do espaço, que aparece do lado do entendimento, do analítico, do conceitual, do morto, do imóvel, do inerte” (Foucault apud Vesentini, 1987, p. 46).*

A partir do final do século XVIII e no século XIX foram inúmeras as transformações espaciais e sociais ocorridas em função do capitalismo industrial; além da propriedade privada, existiu nesse período um rápido crescimento das cidades acompanhado de uma abrupta urbanização e a formação de redes urbanas com uma complexa divisão territorial do trabalho, não apenas no que diz respeito à cidade e campo, mas também entre as diversas cidades. Na continuidade dessas transformações, como já dissemos, aparecem como principais, os Estados-Nações e as alterações, impostas por esses Estados na divisão internacional do trabalho, surgidas com o sistema colonial moderno (Vesentini, 1987, p. 47).

A partir disso, o ano de 1848 é identificado como o momento crucial em que se finca uma etapa decisiva na evolução do capitalismo e nas suas formas de agir sobre o espaço. Segundo Vesentini, a intensificação dos movimentos populares de ideologia socialista em contraponto ao movimento burguês, fez este último revigorar-se estruturado a fim de manter sua hegemonia, apagando assim o discurso dos agentes sociais concretos para unificar toda a história sob o signo da nação entendida como a realização de uma vontade coletiva<sup>25</sup>. Mais uma vez Marx aparece como uma referência as formas de dominação quando trata dos 18 Brumário:

*“As revoluções burguesas, como as do século XVIII, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é o estado permanente da sociedade; mas estas revoluções têm vida curta; logo atingem o auge, e uma longa modorra se apodera da sociedade antes*

---

<sup>25</sup> Vesentini, 1987, p. 47.

*que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates. Por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido pra recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parece derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e ergue-se novamente, agigantando.”* (Marx apud Vesentini, 1987, p. 47).

Já mostramos no início deste capítulo, que o Estado-nação é composto por uma série de determinantes que, devido ao transcorrer do tempo, se transformam em necessidades; essas necessidades, ao mesmo tempo em que são geradoras desses Estados, o constituíram enquanto força, seriam elas: a centralização do poder político-administrativo acarretando uma unificação territorial, uma enorme necessidade de um mercado nacional forte e a principal, a força dos exércitos para sua consolidação. Contudo podemos dizer que além desse fator, o Estado-nação é mais do que um mero acaso – no interior da luta de classes – mas fruto de um projeto político vencedor, que se auto-intitulou como natural, único e divino, apagando das memórias coletivas todo e qualquer outro projeto que não fosse o da classe burguesa dominante.

Vesentini alerta que o resultado atribuído ao Estado pela luta de classes, tornou-se ideológico a partir do momento em que põe as realizações individuais ou de grupos sociais dominantes como sendo de um todo e a expressão da nação. E diz o autor ao referir-se aos projetos que desafiaram a ordem social constituída, *“ofereceram perigo em vários ‘momentos cruciais (1848, 1871...), que a dominação burguesa (re)direcionou-se para melhor cercear a contestação, os movimentos populares”* (Vesentini, 1987, p. 49).

Visando entender a construção da capital Brasília, como um projeto das elites e do capital para sua manutenção, relaciona-a com a Paris de Napoleão III e escreve, *“o prefeito de Paris sob o governo de Napoleão terceiro (Luis Bonaparte), o barão Haussmann, promoveu um ‘embelezamento estratégico’ nessa cidade com o escopo de impedir barricadas, dificultar o controle das ruas pelos amotinados e facilitar a repressão”* (Vesentini, 1987, p. 49).

Sendo assim podemos afirmar que a construção do espaço – cuja expressão maior na sociedade capitalista é o Estado – a partir do século XVIII (já

que o cerne de sua composição é a manutenção do capital e das classes dominantes) passa a organizar-se e a fazer uso desmedido das instituições militares, ou seja, para garantir a força e coerção do Estado frente às organizações operárias, as burguesias em todo o mundo se utilizam das armas.

*“Ela revelou-se uma sociedade de relações duras; dureza na disciplina da fábrica, dureza na concorrência. Seria uma sociedade muito mais dura nas relações entre os homens que a sociedade pré-industrial [...]. Em primeiro lugar, observaremos que os mais recentes analistas das revoluções industriais, especialmente aqueles que procuram deflagrá-las ou dirigi-las nos países subdesenvolvidos, empregam com maior naturalidade o termo militar mobilização. Em segundo lugar, ressaltaremos que a sociedade industrial submeteu os trabalhadores da fábrica a uma disciplina militar. Por fim, veremos que ela introduziu no sistema do capitalismo concorrencial um clima de conflito permanente [...]. Quando à aparelhagem, a empresa industrial está predestinada à corrida às armas. Existe uma semelhança notável entre a potência política que receia ser ultrapassada por outra em material de guerra, tanto na qualidade como na quantidade, e que procura tomar à dianteira porque teme ficar para trás, e a empresa industrial que adota um procedimento absolutamente idêntico. Na verdade, a corrida armamentista, tão intensa em nossos dias, é como que o reflexo do que aconteceu no século XIX com as armas industriais.” (Vesentini, 1987, p. 50).*

Constrói-se uma série de técnicas que pensam o espaço sob o domínio do Estado, esses conjuntos de saberes enxergam o território como uma organização hierárquica – desde a escala mundial até as estruturas de uma cidade no interior dos Estados – em que a manutenção da estratificação social interna é a garantia da hegemonia. Esses saberes se encontram organizados na Geopolítica. Contudo Vesentini demonstra que esses instrumentos Geopolíticos foram utilizados por uma série de grupos, mas em grande parte pelos militares que dominaram e ainda hoje dominam os estudos nessa área, principalmente estratégica.

### **1.3 O pensamento geopolítico clássico**

*“A esterilidade da terra Ática fez com que seu governo fosse democrático: a fertilidade do solo da Lacedemônia explica que*

*seu governo fosse aristocrático” (Montesquieu apud Aron, 1962, p. 256)*

Afirmamos que a frase proferida pelo filósofo Montesquieu é a expressão daquilo que compõe o pensamento geopolítico, uma forma de explicar a realidade de maneira distorcida. Elas fazem parte das teorias do determinismo geográfico que se difundiram entre os séculos XIX e XX que procuravam afirmar, assim como Montesquieu, que o desenvolvimento das nações, suas diferenças culturais, organizações políticas e sociais, bem como as características genéticas dos povos, eram determinadas por sua geografia, mais especificamente pelas condições climáticas dos lugares.

Contudo além dos diversos climas, principal argumento em que se baseavam as leis gerais do determinismo, outros elementos da geografia física foram incorporados, tais como a posição e localização da rede hidrográfica, a localização e o traçado dos litorais (com valor estratégico), a qualidade do solo e do relevo. Em suma o determinismo geográfico do qual se utilizou largamente à geopolítica para explicar o real, contém em suas leis gerais uma fórmula quase matemática, que explica não só a vida humana, como também o intelecto e o destino dos indivíduos. Voltamos mais uma vez a Montesquieu:

*“Essas férteis regiões são planícies em que nada pode ser disputado ao mais forte; é preciso submeter-se e, quando isto acontece, o espírito da liberdade não retorna. As riquezas do campo constituem penhor de fidelidade; nos países montanhosos, porém, pode-se conservar o que se tem, e é pouco o que se tem. A liberdade – isto é, o governo de que se goza – é o único valor que merece ser definido. Por isso ela reina mais nos países montanhosos e difíceis do que naqueles que a natureza parece ter favorecido mais.” (Montesquieu apud Aron, 1962, p. 256).*

A fundamentação do pensamento geopolítico clássico como campo de saber acadêmico-científico estrutura-se, a saber, querendo explicar histórica e geograficamente a construção de cenários e estratégias em situação de conflito, tomando como referência as concepções colonialistas do mundo. Se pensarmos em termos práticos, as nações imperialistas impunham sua dominação exercendo o poder sempre em duas frentes principais, a primeira sobre o uso maciço das

armas como forma de garantir uma maior eficácia da exploração, garantindo um rearranjo e domínio territorial à nação dominante; o segundo ponto seria sustentar política e ideologicamente o conceito de nação superior, formando nas sociedades dos países colonizadores a crença de que o movimento colonial expansionista se dava a partir do interesse moral dos seus cidadãos, em acordo com os cidadãos das nações dominadas. Ditava-se então, que a colonização longe de ser algo ruim, muito pelo contrário, permitiria às nações dominadas – onde imperavam a selvageria e a barbárie – o privilégio de terem acesso aos valores civilizatórios, discurso que vigorou tanto no século XVI quanto no século XIX.

O período que compreende esses dois séculos, assim como os discursos civilizatórios, é caracterizado pelos movimentos expansionistas coloniais, que guiados pelo “mercantilismo” – baseados na exploração territorial, na busca de matéria-prima barata e obtenção de riquezas naturais – nada mais representavam senão uma das formas, entendidas pelo historiador Marc Ferro, do imperialismo moderno.

Segundo Ferro, a distinção entre colonialismo e imperialismo se faz de um modo sutil, quase imperceptível, uma vez que *“civilizar, colonizar, irradiar sua cultura, propagar-se, tais são os primeiros impulsos do imperialismo, sendo a colonização a força de reprodução de um povo pelos espaços”* (Ferro, 1996, p. 29). A partir dessa idéia, pode-se dizer que, o que antes era imperceptível, torna-se então inexistente, não havendo modos de separação entre império e colônia, muito pelo contrário, um é a expressão do outro; contudo eles podem se manifestar de formas diferentes de acordo com as necessidades históricas de cada realidade. Diz Ferro:

*“Os imperialismos do final do século XIX e do século XX diferenciam tanto do espírito de conquista ou de dominação das épocas passadas quanto da expansão colonial dos séculos anteriores pela seguinte característica: estavam, mais que outros, ligados ao capital financeiro, e a colonização ou conquista não eram as únicas expressões de sua existência. É claro que a colonização e a conquista territorial podem ser imperialistas; mas, no século XIX, e até a Primeira Guerra Mundial, o imperialismo dispõe de meios de ação que podem se acomodar com a independência política: é este o caso da*

*penetração do capital financeiro na China ou no Império Otomano, e também na Rússia.”* (Ferro, 1996, p. 34).

Independente das diferentes formas que possam assumir “os imperialismos”, uma premissa básica sustenta a todos: a dominação de outros povos foi o motor de toda essa expansão, não importando quais tenham sido os discursos que os justificaram, *“religioso no tempo dos árabes, religioso ainda nas expedições cristãs contra os infiéis, religioso mais uma vez quando católicos e protestantes desejavam consolidar a expansão de sua fé, nos séculos XV e XVI”* (Ferro, 1996, p. 34). Ainda que por de trás do discurso imperialista estivessem as necessidades de acumulação de riquezas – ou capital – os discursos imperiais, impregnados de racismos, tiveram papel importantíssimo na reprodução e manutenção da dominação.

Ferro nos diz, usando de exemplo o caso inglês, que existia uma séria convicção por parte dos colonizadores, de serem pertencentes a uma cultura superior, cabendo-lhes a missão de levar a superioridade - identificada com a ciência e a técnica - aos povos inferiores. Desta forma, o *“fardo do homem branco era civilizar o mundo, e os ingleses mostravam o caminho”* (Ferro, 1996, p. 39), isto é, os representantes legítimos da “raça branca” fariam progredir as sociedades por eles subjugadas. Essas ideologias imperialistas, incorporadas pelo conceito de civilização, serviam a uma função econômica e política bem definidas:

*“Ora, a história e o direito ocidental haviam codificado o que era a civilização – e seu vínculo com o cristianismo também. Um após outro, Henry Wheaton, Lass F. Oppenheim e de Malten, respectivamente norte-americano, inglês e russo, haviam definido os fundamentos do direito [...]. Não só aqueles países deviam assegurar aos europeus os direitos que definem a civilização – e que, na verdade, garantiam-lhes a preeminência -, mas a proteção desses direitos tornava-se a razão de ser, moral, entenda-se, dos conquistadores.”* (Ferro, 1996, p. 40).

De acordo com Ferro, em meio a esse caudilho, as idéias de Darwin, principalmente em sua deformação social, exerceram um enorme fascínio, e

numa inversão prática, a luta de classes, apresentada por Marx, constituiu “*a versão humana da luta pelas espécies analisadas por Darwin*” (Ferro, 1996, p. 40). Quanto à colonização diz Ferro: “*Ela surge como a terceira vertente dessa convicção cientificista, com a diferença de que, na sua bondade, o homem branco não destrói as espécies inferiores, mas as educa - a menos que não sejam humanas*” (Ferro, 1996, p. 40).

Os colonizadores conseguiram incorporar as ideologias imperialistas dentro das sociedades em todos os seus níveis. Como lembrou o historiador, a expansão colonial tornou-se a solução para todos os problemas da sociedade, inclusive os internos aos Estados: a pobreza, a luta de classes, a superpopulação. Tudo era apagado pelo argumento de que o imperialismo representava um interesse comum da nação, pairando, como uma divindade, acima dos indivíduos e das classes. E mesmo que as teorias raciais já existissem antes da colonização e do imperialismo, elas não tinham tanta expressão, foi o imperialismo que “*deu-lhes substância e vida, propagou-as*” (Ferro, 1996, p. 42).

Totalmente atreladas às ideologias colonialistas do século XIX, as instituições acadêmicas, universidades, centros de pesquisa, assim também como os exércitos, passam a voltar suas atenções para a disciplina geográfica que começa a ser lecionada como base obrigatória justamente no sistema escolar secundário de países como França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Japão e Estados Unidos (Steinberger, 2005, p. 49). Essa difusão da Geografia como um campo de saber acadêmico solidifica uma “tradição” do pensamento geopolítico estruturado através do imperialismo. Na Alemanha, temos Friedrich Ratzel e Karl Haushofer, na Suécia, Rudolf Kjellen, na Grã-Bretanha, Harold Mackinder, nos Estados Unidos, Alfred Mahan e Nicolas Spykman.

Dono da cátedra de Geografia na Universidade de Leipzig, formado em zoologia, fortemente influenciado pelo darwinismo social, Friedrich Ratzel (1844-1904) foi, sem dúvida, o sistematizador da geografia política moderna. Com diversos trabalhos escritos e uma tese, desenvolvidos na área de imigração, Ratzel defende os valores tradicionais da cultura camponesa alemã. Situando-se politicamente como um liberal nacionalista, esteve à frente de um forte projeto de afirmação nacional para a Alemanha baseada numa política imperialista (Steinberger, 2005, p. 50).



Sua obra mais expressiva foi escrita em 1897, “Politische Geographie” (Geografia política), um estudo em que aparecem os contornos do que posteriormente recebeu o rótulo de geopolítica, o trabalho é uma leitura sistematizada da política espacial, redefinindo a maneira que a geografia utilizava e abordava a política. Essa obra divide-se em nove partes, nas quais discute, basicamente, os laços entre solo e Estado e o crescimento espacial estatal ao longo da história humana, *“um verdadeiro programa de governo para uma Nação imperialista”, ao associar o crescimento do Estado à expansão cultural de seu povo, de base comercial ou missionária*” (Azevedo, 1955, p. 45).

Membro da Liga Pangermânica (1890) e fundador do Comitê Colonial, Ratzel defendeu a formação de um império colonial alemão. A *fronteira colonial*, para ele, constituía um instrumental da expansão do Estado empenhado em absorver áreas de valor político-econômico: planícies, cursos d’água, regiões litorâneas, produtoras de matérias primas.

*“As fronteiras não são concebidas senão como a expressão de um movimento orgânico ou inorgânico; as formações estatais elementares assemelham-se, evidentemente, a um tecido celular: em tudo se reconhece a semelhança entre as formas de vida que surgem da ligação com o solo.”* (Ratzel apud Tosta, 1987, p. 59)

De acordo com Azevedo *“Não há necessidade de muita argúcia ou malícia para se perceber, desde logo, que tais idéias serviam admiravelmente ao expansionismo prussiano, iniciado por Bismarck e continuado pelo imperador Guilherme II”* (Azevedo, 1955, p. 45). Tais idéias, todavia, influenciam muito mais que esses dois estadistas alemães apenas, constituindo um precioso material teórico que é utilizado por vários geopolíticos contemporâneos.

O alemão concebia o Estado como um organismo vivo, e como tal haveria a necessidade, desse “ser” dotado de vontade, de imprimir a expansão de suas fronteiras como modo de nutrir suas carências; contudo, essa expansão dependia impreterivelmente, da auto-imagem que uma população constrói de si mesma. Desse modo, a expansão territorial surge como forma de suprir essa carência nacionalista travestindo-se, numa realização natural, de uma nação.

Ocupando o centro da teoria Ratzeliana, o crescimento estatal é concebido proporcional à sua cultura, ao seu desenvolvimento tecnológico e econômico. Para ele, a expansão do organismo vivo é uma resposta ao mundo exterior, nesse caso, os outros organismos – Estados – lutam entre si pelo alargamento de suas fronteiras, visando garantir sua sobrevivência. De acordo com essa idéia o organismo vivo luta por um espaço vital no mundo.

Essa teoria foi amplamente aceita e divulgada pelos militares brasileiros, principalmente pelo fato dela esclarecer que países com abundância territorial – seja seu próprio ou conquistado – como os Estados Unidos, a Rússia e a China, estão fadados a serem grandes potências hegemônicas imperialistas. Essa idéia fascinou os militares brasileiros em fator das dimensões espacial do Brasil. Ao analisar a obra de Ratzel o coronel Octavio Tosta ressaltou:

*“A teoria de Ratzel apóia-se na decisiva influência exercida em todos os fatos geográficos pelos dois elementos essenciais: espaço (raum) e posição (lage). Analisando a história, prova como o espaço e a posição, influem no destino político de cada território. Mostra, por exemplo, que ‘os países da Europa surgiram na história na ordem em que estão localizados, um após outro, quando observados de Roma – primeiro a Ibéria, depois a Gália, Rétia, Britânia, Alemanha Ocidental. Observa, também que a atitude para com o espaço esta intimamente subordinada ao caráter nacional. Assim entre alguns povos, a vocação para a conquista e domínio dos espaços evidencia-se na mentalidade dos líderes, mas não se verifica naqueles que deviam executar os projetos e ocupar os territórios recém-adquiridos, como ocorreu na conquista francesa da América do Norte. Já em outros povos, esta vocação para dominar o espaço e se adaptar as contingências de um ambiente novo e estranho, pode ser, observada nas massas e não ser verificada nos seus líderes, como ocorreu, por exemplo, com os espanhóis na América’.”*  
(Tosta, ESG, 1961, p. 2 - 3).

Exaltando a teoria de Ratzel, o general Carlos de Meira Mattos, em documento divulgado no interior de Escola Superior de Guerra (1976), evidenciou o papel das dimensões territoriais como forma de garantia natural de sucesso no cenário internacional; o tamanho do território de uma nação vai se configurar como o Destino Manifesto. Para o militar existem formas territoriais que favorecem a coesão interna dos Estados e outras que são menos favoráveis ou

contrárias. No que tange os fatores positivos, os territórios de dimensões compactas – na qual se encontra o Brasil, França, Venezuela e Espanha – diz o geopolítico:

*“Aproximando-se do círculo, as formas compactas, apresentam, por isso mesmo, a vantagem de serem aqueles que dentro do mesmo perímetro abrangem maior área. Isto oferece vantagem do ponto de vista estratégico [...], além disso, nas formas compactas é evidente a equidistância dos pontos extremos em relação ao centro, favorecendo a evolução do povo em condições mais uniformes, a expansão do desenvolvimento de maneira mais equilibrada, e, em síntese, a integração nacional.”* (Mattos, ESG, 1976, p. 90).

Essa visão corrobora com a teoria de Ratzel de que os Estados, por serem organismos vivos, nascem, crescem, entram em apogeu, declínio e morrem como qualquer animal. Podem expandir-se, contrair-se, prosperar e até transplantar-se. Examinando o processamento da evolução dos Estados através da modificação de suas bases físicas, Ratzel formulou determinadas leis que explicam a evolução geográfica dos espaços políticos. Estas leis, aparecidas pela primeira vez no ano de 1895, foram denominadas de *leis de crescimento espacial dos Estados* ou *leis do expansionismo*, doutrinas que segundo Chiavenato foram incorporadas também pelo pensamento do General Golbery do Couto e Silva no Brasil (Chiavenato, 1981, p. 13). Sobre essas leis, pode-se dizer que nascem sobre a égide do autoritarismo e expansionismo de Estado:

*“O espaço dos Estados aumenta com o crescimento da cultura [...] O crescimento dos Estados segue outros sintomas de desenvolvimento: idéias, produção comercial, atividade missionária [...] o crescimento dos Estados se processa pela amalgamação e absorção de unidades menores [...]. A fronteira é o órgão periférico do Estado e, como tal, é o indicio do crescimento da força e das modificações deste organismo [...] O primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo de fora, de uma civilização superior.”* (Tosta, ESG, 1961, p. 4).

Na linha de estudos sobre o espaço, principalmente seu caráter orgânico, aparece o britânico Halford John Mackinder (1864-1946) <sup>26</sup>. As teorias desenvolvidas por esse autor não se diferenciam muito daquilo que promulgava seu predecessor; para Steinberger, foram fundamentalmente a partir das colocações de Ratzel que se desenvolveram as doutrinas geopolíticas, não só de Mackinder, como de Kjellen e Haushofer (Steinberger, 2005, p. 50). Mackinder, após ter estudado a influência do espaço e da posição no condicionamento da política mundial, apresentou em 1904, um trabalho intitulado “O Pivô Geográfico da História”, uma tentativa de provar que o mundo é uma ilha controlada por um coração, o *Heartland* (Chiavenato, 1981, p. 16). A busca desse pivô parte de sua análise sobre a Eurásia, diz o inglês:

*“É uma terra contínua limitada ao norte pelos gelos e em todos os demais lados pelo mar (...). Sua parte central e norte não possuem vias fluviais abertas para o oceano não obstante prestarem-se admiravelmente – salvo nas regiões das florestas subárticas – as evoluções da cavalaria (...). A leste, sul e oeste dessa região central, dispostas segundo um vasto círculo, encontram-se zonas de acesso ao mar. Segundo a conformação física pode-se distinguir quatro regiões características que, de maneira geral, coincidem com as esferas de influência das quatro religiões: budista, na China; bramanismo, na Índia; muçulmana, no Oriente Médio; e cristã, na Europa (...)”* (Mackinder apud Tosta, ESG, 1961, p. 11).

Nesse caso o pivô da política mundial se encontra sobre essa vasta região descrita, bastando que se abra esse “continente” – inacessível aos navios – com uma rede férrea que consiga integrar toda a região, isso garantiria a nação que porventura dominasse esse território, *“condições de mobilidade essenciais ao desenvolvimento de uma potência econômica e militar”* (Mackinder apud ESG, 1961, p. 13). Não há dúvidas que, para Mackinder, a nação pivô do mundo era a Inglaterra. Sendo assim, o geógrafo voltou suas preocupações aos dois países que faziam frente aos objetivos expansionistas ingleses, nesse caso a Alemanha

---

<sup>26</sup> Mackinder foi um destacado geógrafo, conferencista de geografia na Universidade de Oxford e professor na Universidade de Londres. Em 1919 partiu para a URSS, investido das funções de alto comissário britânico junto à Rússia meridional. Voltando à Inglaterra em 1920, foi nomeado Cavaleiro e, posteriormente, presidente da “Imperial Shipping Committee” e desempenhou, até 1922, as altas funções de membro do Parlamento Inglês (Tosta, ESG, 1961, p. 10).

de um lado e a Rússia de outro. Ao referir-se aos dois países, Mackinder alerta que a Rússia czarista ocupa, em face do mundo, a mesma posição estratégica central que a Alemanha dentro da Europa, então ambas podem atacar e/ou serem atacadas por todos os lados.

O autor buscou, em meio a essa realidade, posicionar o papel da Inglaterra nesse jogo de poder no espaço terrestre. A resposta a essa questão veio em 1919 no livro “Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction”, a obra é uma reelaboração do conceito de área pivô e o uso do *Heartland* ganhou expressão dentro de sua obra. O geopolítico defendeu que os fenômenos geopolíticos podem e devem ser explicados a partir da luta aberta entre o *heartland* e os crescentes concêntricos que o circundam: “*Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World Island; quem domina a World Island controla o mundo*” (Mackinder apud Mello, 1999, p. 56).

Mackinder reordenou suas idéias nessa obra ao reconsiderar a relação entre massas continentais e oceânicas. Ele defendeu a idéia da existência de uma unicidade das águas do planeta, que formariam o *Midland Ocean* e englobariam toda a bacia do Atlântico Norte, seus mares subsidiários (Caribe, Báltico e Mediterrâneo), suas áreas insulares (Inglaterra, Islândia e Groenlândia) e suas regiões marginais (Europa Ocidental e leste da América do Norte).

*“Dessa proposta nasce meu segundo conceito geográfico, o de Midland Ocean -o Atlântico Norte -, com seus mares dependentes e as bacias de seus rios. Sem entrar nos pormenores dessa noção, permitam-me apresentá-la em seus três elementos: uma cabeça-de-ponte, na França, um aeródromo protegido por fossos (os mares e canais circundantes), na Inglaterra, e uma reserva de forças bem adestradas, de recursos agrícolas e industriais, no leste dos Estados Unidos e Canadá.”* (Mackinder apud Mello, 1999, p. 66).

E se o mundo depende do equilíbrio entre essas forças, o papel da Inglaterra seria o de contrabalancear essas determinantes, mantendo o país salvo, frente às agressões e poderoso, para imprimir uma dominação não só no continente, mas também fora da Europa. Entretanto alertou o autor para o perigo

que seria se a Alemanha e a Rússia se unissem visando à construção de uma esquadra que conseqüentemente levaria ao surgimento de um império do mundo.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial ocorrem profundas mudanças nessa conjuntura internacional apresentada. Não há mais um perigo da coligação de forças entre Alemanha e Rússia, muito pelo contrário. Porém o medo do geógrafo não cessou, ele apenas apontou em outra direção.

Ao mesmo tempo em que os ideais imperialistas ingleses, continuaram partes constitutivas de seu ideário, sutilmente eles são diminuídos em detrimento do medo ou de uma invasão alemã, ou do domínio da União Soviética, por isso as idéias de Mackinder com relação a *Heartland* – no fundo uma oposição entre um núcleo central e uma periferia no mundo – se modificaram e se tornaram mais atualizadas em relação ao momento histórico.

Preocupado com as potencialidades da produção soviética na Guerra, disse Mackinder:

*“Tudo isso considerado, é conclusão inevitável que, que se a União Soviética sair desta guerra como conquistadora da Alemanha, ela se coloca, como o maior poder terrestre do Globo. Será, acima de tudo, a potência colocada estrategicamente na posição mais vantajosa sob o ponto de vista defensivo [...]. O Heartland é a maior fortaleza natural da terra. Pela primeira vez na história está guarnecido por uma força suficientemente tanto em número quanto em qualidade.”*  
(Mackinder apud Tosta, ESG, p. 1961, p. 15).

Continua o autor apresentando suas inquietações em relação aos alemães:

*“O Heartland está colocado em seu cinturão de amplas defesas naturais – Oceano Ártico, coberto de gelo [...]. O cinturão está porém incompleto por causa da passagem de mil milhas de largura através da qual penetra a Europa peninsular, na planície, interior, através do amplo istmo entre o Báltico e o mar Negro. Pela primeira vez em toda a história há, dentro desta vasta fortaleza natural, uma guarnição adequada para negar entrada ao invasor alemão. Devido a este fato e as defesas de flanco e retaguarda, a largura mesma da entrada constitui uma vantagem, porque permite a oportunidade de derrotar o inimigo compelindo-o a fazer um desdobramento do seu poderio humano. E, acima e abaixo do Heartland, há um depósito de ricos solos para a obtenção de*

*culturas, minérios e combustíveis para a extração, o equivalente - ou quase equivalente – a tudo que existe acima e abaixo (do solo) dos Estados Unidos e domínio do Canadá.”* (Mackinder *apud* Tosta, ESG, p. 1961, p. 15).

Na esfera de todas as posições apresentadas pelo autor, está clara sua preocupação principal e única: a posição da Inglaterra no cenário internacional; não seria por menos que em meio a Segunda Guerra – travada justamente por objetivos expansionistas – o geógrafo (ou qualquer indivíduo ligado aos altos comandos estatais) direcione toda a sua produção ao entendimento do contexto a sua volta.

Nesse esforço percebe-se que toda a geopolítica não só de Mackinder, como de Ratzel, seus planos de dominação territorial, suas teorias sobre as rotas fluviais e terrestres, ensaios sobre o clima e vegetação, religião, as influências do meio no caráter da população, posições de ataque e defesa em caso de “necessidade” ou mesmo a busca de um espaço vital, refletem simplesmente uma justificativa da guerra e do Estado capitalista.

Não há de forma alguma nessas teorias, uma consistência científica de bases aplicáveis; suas afirmações mudam de acordo a atender as necessidades mais urgentes da cena histórica, ou seja, a geopolítica é um conceito ideologicamente construído, a exemplo da idealização do *Heartland*. Por mais que exprima posições estratégicas e exemplos de exploração dos recursos naturais, o *Heartland*, proposto por Mackinder, só atinge um significado palpável se levarmos em consideração o fato de que sua teoria se construiu – no período da guerra – sob as bases de um anticomunismo.

Na esteira de uma geopolítica anticomunista - membro da Câmara dos Deputados e do Senado entre 1909 e 1917 - temos o cientista político e o primeiro a utilizar a palavra geopolítica, Rudolf Kjellen (1864-1922), o principal destaque do pensamento geopolítico na Alemanha, principalmente depois da morte Ratzel, tendo sido considerado o maior defensor de um projeto de expansão imperialista germânico ao qual voltou toda sua geopolítica (Steinberger, 2005, p. 52).

Os primeiros trabalhos de Kjellen foram sobre assuntos relacionados à história da Constituição sueca. Em 1905 publicou uma das obras mais conhecidas de seu repertório “As grandes Potências”, na sequência, no ano de 1915, outro trabalho “Ideas of 1914”, versou sobre a Primeira Guerra Mundial, tida como um

conflito ideológico entre os defensores franceses e ingleses dos conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade com os defensores alemães dos conceitos de ordem, rigor e solidariedade nacional (Steinberger, 2005, p. 52). Sua obra de 1920 foi uma reestruturação de seu pensamento e saiu com o título de “As grandes potências e a crise mundial”.

O núcleo do pensamento de Kjellen, assim como de Ratzel, gira em torno do Estado sendo os mesmos, verdadeiros seres vivos. Considerou vital a luta pelo espaço como algo inerente ao Estado, isto é, “*a ambição do Estado para tornar-se organicamente unido ao solo*” (Kjellen *apud* Tosta, 1961, p. 6). Afirmou que os Estados são agentes controladores do espaço geográfico, então procuram escolher unidades geográficas, como uma região, para se aliarem com ela e, por meio dessa aliança, se transformarem em unidades naturais. Ao tratar do assunto mais uma vez, o coronel Octavio Tosta, buscando relacionar as teorias do sueco com uma possível realidade brasileira, retira uma fala de Kjellen:

*“[...] quanto mais o mundo se organizava, mais os vastos espaços, como Estados grandes, faziam sentir sua influência, e quanto maior o desenvolvimento dos grandes Estados, menor a importância dos pequenos Estados [...]. Estados vitalmente fortes com uma área de soberania limitada são dominados pelo categórico imperativo político de dilatar seu território pela colonização, união com outros Estados, ou conquistas de diferentes espécies”* (Kjellen *apud* Tosta, 1961, p. 7).

Segundo essa idéia o verdadeiro poder do Estado vivo, se manifestaria em cinco aspectos principais: o território, o povo, a economia, a sociedade e o governo, contudo esses elementos teriam que ser combinados em três grandes áreas – um grande espaço, liberdade de movimento e coesão interna – para serem possuidores de um poder real hegemônico.

Ao aprofundar as idéias de Ratzel, Kjellen criou uma base consistente para uma nova geração do pensamento geopolítico alemão que foi liderada pelo militar Karl E. Nikolaus Haushofer. Geógrafo de formação e professor na Universidade de Munique (1919), Haushofer procurou, como seu maior interesse, incentivar e fortalecer a cultura alemã junto aos seus compatriotas no exterior (Steinberger, 2005, p. 52-53). E foi desse esforço que, em 1925, fundou a Academia Germânica



e também a revista “Zeitschrift für Geopolitik” (*Revista de Geopolítica*), dois elementos responsáveis pela associação de suas teorias geopolíticas ao Nazismo.

A revista foi muito bem aceita e divulgada nos meios acadêmicos, seus colaboradores transitavam nas altas esferas intelectuais da sociedade, desde militares, a jornalistas, economistas e geógrafos, até cientistas políticos e historiadores. Os periódicos contavam com uma tiragem que chegou, mensalmente, aos 1.000 exemplares nos anos iniciais, atingindo seis anos depois, cerca de 5.000 ao mês. Como não poderia deixar de ser, entre os principais temas trabalhados pela revista encontram-se a necessidade de um espaço vital para a Alemanha, reafirmando a presença e força das teorias geopolíticas anteriores, a superioridade da raça ariana e o lugar de destaque do país no cenário internacional.

*“Sem esses personagens, que logicamente foram impulsionados por determinados aspectos do clima intelectual da República de Weimar e da Alemanha nazista (Berlim como a ‘nova Paris’ nos anos 20 e 30, ressentimento alemão contra os tratados de pós-Primeira Guerra Mundial, misticismo, radicalização nacionalista, ênfase na raça e na busca do seu ‘espaço justo’ etc.), a geopolítica provavelmente teria conhecido um destino diferente, seria tão-somente mais uma das inúmeras propostas malogradas para ‘uma nova ciência’.”*  
(Vesentini, 2000, p. 20)

Segundo o pensamento de Haushofer, a Geopolítica é uma ciência que trata da dependência dos acontecimentos políticos em relação ao solo, “*A geopolítica pretende e deve tornar-se a consciência geográfica do Estado*” (Haushofer, *apud* Tosta, 1961, p. 29), exprimindo assim sua dimensão pragmática e combinando-a com uma fundamentação biológica – o espaço visto como a luta entre organismos vivos – de expansão estatal, tal como pensava Ratzel (Steinberger, 2005, p. 53). O pensamento de Haushofer com relação à geopolítica assim como sua função, não se diferencia em quase nada das preposições

anteriores, principalmente de Ratzel seu compatriota, e Mackinder seu “inimigo”<sup>27</sup>.

A visão geográfica de Haushofer imaginava uma Alemanha pensada a partir de espaços globais; na busca da relação de seu país com o cenário internacional, elaborou-se uma nova ordem mundial, dividida em quatro blocos continentais: a África e o Oriente Médio; a zona americana (o continente americano); a zona russa (a Rússia mais o sul da Ásia); a zona japonesa (Extremo Oriente, Sudeste asiático e Oceania) e a mais importante dessas formações a zona alemã, que compreendia a Europa toda menos a Rússia. Dessa observação concluiu Haushofer que a *“cobiça por Lebensraum ou pela autarquia faz de um vizinho fraco um tentador focado para a grande potência, especialmente se ele possui recursos ricos ou complementares, ou ocupa uma posição estratégica”* (Haushofer, *apud* Tosta, 1961, p. 32).

O principal destaque da geopolítica de Haushofer é sua clara identificação com o expansionismo da Alemanha nazista. Segundo Steinberger, ao ser interrogado no tribunal militar internacional de Nuremberg sobre suas possíveis relações com o nazismo, o geopolítico afirmou em sua defesa que suas idéias nada diferiam das teorias de Mackinder (Steinberger, 2005, p. 53). E sem dúvida não há como dissociar as idéias de ambos. E se existe alguma diferença entre Mackinder e Haushofer, ela está no fato de que os dois olharam o mundo de posições diferentes, mas ao mesmo tempo com iguais intenções.

Entretanto, terminada a Segunda Guerra, apresentaram-se uma gama de trabalhos que tentavam provar, de um modo ou de outro – apenas uma mera influência em Hitler – que Haushofer comandava todo o pensamento nazista<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Entretanto Haushofer busca superar algumas dessas teorias, a exemplo do *Lebensraum*, a fim de ajustá-lo a realidade na qual escreve. Não só para Haushofer, como para todos os geopolíticos alemães, o *Lebensraum*, é um direito, natural, de uma nação de ter amplo espaço para sua população, segundo ele: *“a geopolítica uma das armas mais poderosas na luta pela distribuição mais justa dos espaços vitais da terra, uma distribuição baseada antes na capacidade de trabalho e nas realizações culturais dos povos do que nas ocupações impostas pela força”* (Haushofer, *apud* Tosta, 1961, p. 30). A partir dessa idéia o conceito de *Autarquia* aparece na visão do autor como uma complementação necessária ao entendimento do *Lebensraum*. Para ele, *Autarquia* significa o ideal de auto-suficiência nacional no sentido econômico, presume-se que cada unidade política deva produzir de tudo o que necessita. Mas, diz Haushofer, que o ideal de *Autarquia* só poderia ser atingido pela unidade política que possuísse um espaço tão amplo que abrangesse os principais climas que, juntamente com as diversas terras agráveis (Haushofer, *apud* Tosta, 1961, p. 30).

<sup>28</sup> Ver sobre a influência do pensamento geopolítico de Haushofer com os preceitos expansionistas da Alemanha Nazista em segundo a autora, “A identificação das idéias de

Chegou-se a afirmação, por parte de alguns estudiosos no calor dos acontecimentos, que o livro “Minha Luta” de Adolf Hitler teria tido como co-autor o próprio Haushofer.

As principais identificações de suas teorias com o terceiro Reich (1933-1945) fundamentam-se justamente nos conceitos de espaço vital, ou seja, todas as invasões territoriais da Alemanha na guerra seguiam o objetivo de conquistar dentro da Europa a extensão de terra suficiente para garantir a dominação do continente. Segundo Vesentini (2000) essa estreita relação levou a geopolítica a uma crise sem precedentes, isto por causa, que ela passou a ser identificada, além do nazismo, com o fascismo italiano; praticá-la ou mesmo escrever sobre ela, tornou-se algo execrável no mundo acadêmico e científico.

Não é nosso objetivo nesse momento responder a uma questão extremamente complexa de uma possível relação entre Hitler e Haushofer, seria preciso um estudo de fôlego e qualquer conclusão anterior a uma minuciosa investigação traduzir-se-ia no mínimo precipitada e irresponsável. Porém algumas observações se fazem indispensáveis; já afirmamos nesse trabalho que entendemos os discursos geopolíticos, como uma representação ideológica e caótica da realidade. Então se pontua que aquilo que esse discurso apresenta com um dado real – empírico, portanto comprovado – não passa de uma reordenação de elementos “pinçados” da realidade a fim de atender objetivos próprios.

Transferindo-se essa idéia para a relação geopolítica/fascismo, teremos não mais do que uma geopolítica justificadora da expansão nazista, que guiara seus esforços no sentido de mostrar cientificamente que a sobreposição alemã em outros territórios, a dominação – escravização e genocídio – dos seus habitantes tidos como inferiores, é um fator natural. E o que garante essa vocação

---

Haushofer com o expansionismo da Alemanha nazista é algo controverso. No pós-guerra, criou-se uma verdadeira linha de pesquisa, cujos trabalhos tentaram provar que Haushofer era o mentor intelectual de Hitler e co-autor de *Minha luta* (...) ilustra sua posição citando um autor, que escreveu sobre o assunto em 1943, “*Haushofer e seu Instituto de Munique com seus mil cientistas, técnicos e espões são quase desconhecidos do público, e até mesmo no III Reich. Porém, suas idéias, cartas geográficas, mapas, estatísticas, informação e planos ditaram os movimentos de Hitler desde o começo. (...) O Instituto de Haushofer não é mero instrumento a serviço de Hitler. É exatamente o contrário. O Dr. Haushofer e seus homens dominam o pensamento de Hitler*” (*The reader's digest, 1941, apud Weigert, 1943, p. 19 - 21*).

imperialista do povo alemão é a superioridade de sua raça adquirida em fator da influência do solo. Vesentini ao tratar desse ponto dirá que:

*“(...) isso tudo não apaga o teor expansionista da Geopolitik, que na realidade era muito mais do que apenas um ideal de grande potência mundial para limites políticos entre os estados eram representados; e que a ordem mundial era injusta devido a pouca presença da Alemanha, um candidato “natural” (pela engenhosidade da raça, que seria intelectualmente superior e destinada a comandar) a ser uma grande potência mundial.” (Vesentini, 2000, p. 22)*

O exemplo da geopolítica nazista é bastante marcante e elucidador no que tange a sua função. Não apenas ela, mas todas as teorias geopolíticas apresentadas até esse momento têm clara identificação com o espaço e tempo onde foram gestadas. Seguindo essa tradição, os autores Alfred Mahan e Nicolas Spykman influenciaram de maneira acentuada as teorias geopolíticas norte-americanas, uma concepção geopolítica anticomunista que redundou na cruzada norte-americana dos anos 50, liderada pelo senador Joseph McCarthy (Steinberger, 2005, p. 53).

Nicholas John Spykman nasceu em Amsterdã, Holanda, em 1823. Foi jornalista, em países do Oriente Médio, Austrália e extremo Oriente. Em 1920 foi para os Estados Unidos onde ingressou na Universidade da Califórnia. Tendo concluído o curso de licenciatura e doutoramento em filosofia, Spykman tornou-se professor na própria Universidade, sendo assistente na Universidade de Yale – no departamento de relações internacionais – e posteriormente diretor do curso (Steinberger, 2005, p. 53).

Spykman adotou em sua teoria uma visão global sobre o cenário internacional bastante parecida com as preposições de Mackinder. Para o autor não era mais possível atribuir ao *Heartland* tamanha importância, pois o momento histórico não permitia mais a dominação de uma grande faixa na Europa como propunha a teoria. A lógica nessa reformulação transitava no fato de que os norte-americanos estavam longe do *Heartland* europeu e uma possível tentativa de conquista desse território poderia trazer consequências desastrosas à política imperialista Americana, que teria então de concorrer diretamente com as potencialidades da União Soviética.

Nessa lógica analítica, suas atenções se voltaram ao Novo Mundo, ou melhor, ao *Rimland* (região fímbrias), significando a orla marítima do Velho Mundo que, conforme o autor, cerca de todos os lados a ilha que é o Novo continente (Spykman *apud* Tosta, 1961, p. 37). O *Rimland* é tido como a zona tampão de natureza anfíbia, uma vez que compreende uma vasta zona de conflitos entre o poder marítimo e o poder continental, entre o *Heartland* e o *Rimland*, zonas que serviam de base, de acordo com o autor, para o entendimento das questões referentes à Segurança Nacional. A geopolítica de Spykman gira ao redor das questões de segurança nacional e da relação entre o Novo e o Velho Mundo (capitalismo e comunismo). Desse modo escreveu o autor:

*“A fortaleza relativa de ambos os mundos determinará a qual dos dois está reservado, que o abraço se converta em corda de enforcamento ou em carícia mortal, a menos que se pretenda que as distâncias oceânicas impeçam alguma pressão perigosa [...]. O novo mundo poderia influir sobre a política da Europa e da Ásia, se fosse capaz de organizar-se e unir-se de tal sorte que grandes massas de força não compensadas ficassem disponíveis para atuar além dos oceanos, as quais poderiam exercer papel decisivo no Antigo continente e determinar sua política se este continuasse dividido e equilibrado. Mas se, pelo contrário, o mundo antigo lograsse unir-se e organizar-se, de maneira que grandes massas de poder não compensados disponíveis para atuar além dos oceanos, o Novo mundo ficaria cercado.”* (Spykman *apud* Tosta, 1961, p. 38 - 39).

O geopolítico defendia uma política de segurança nacional para os Estados Unidos que buscasse evitar uma colisão com os centros do poder no Velho Mundo; de acordo com Spykman, a situação em 1942 demonstrava que a segurança e independência dos EUA somente poderiam ser preservadas, logrando uma política exterior que tornasse impossível a massa de terra da Eurásia, abrigar um poder excessivamente influente na Europa e no Extremo Oriente (Spykman *apud* Tosta, 1961, p. 39).

A partir disso é definida a posição dos norte-americanos no ocidente e dentro da própria América Latina como uma potência hegemônica frente ao centro do poder europeu, cabendo o domínio do país em todo o território do Novo Mundo – a fim de criar uma área de atuação tão substantiva quanto à da Europa –

restando a alguns Estados sul-americanos tentar compensar o poder dos EUA, estabelecendo políticas de boa vizinhança, isto é, “*valendo-se de amizade ou filiações européias ou asiáticas*” (Spykman *apud* Tosta, 1961, p. 40). Contudo alerta o geógrafo:

*“A situação de poder dos EUA é de indiscutível hegemonia sobre a maior parte do Novo Mundo (...). Os EUA dominam completamente o Mediterrâneo americano e podem exercer efetiva pressão sobre a parte setentrional da América do sul (...). A distância dos centros econômicos e políticos dos países do ABC lhes concedem certo grau de independência sendo, por esta razão, a única região do hemisfério onde os Estados Unidos não podem exercer facilmente sua força” (Spykman *apud* Tosta, 1961, p. 40).*

Conclui-se que a geopolítica de Spykman caracterizava-se por uma estratégia de contenção, cujo principal objetivo consistia em assegurar a integridade do Hemisfério Ocidental através da manutenção do *status quo* dos Estados Unidos, impedindo que a União Soviética ampliasse a sua imensa área de domínio político. E no Brasil, ao mesmo tempo em que a defesa do Ocidente frente ao comunismo foi algo de preocupação ente os geopolíticos, a manutenção do *status* norte-americano perdeu, como veremos - o lugar para o sonho hegemônico nacional: O Brasil Potência.

## Capítulo II - Geopolítica, Segurança e Desenvolvimento

*“O paralelismo segurança/desenvolvimento teve uma grande importância depois de 64. Mas desde o início, sem esse nome, se estudavam problemas de energia, transportes, saúde pública, etc. De modo que o pragmatismo da questão da segurança nacional continuou com o binômio segurança/desenvolvimento. São coisas que se entrelaçam. Os dois nasceram juntos.”* (Mal. Osvaldo Cordeiro de Farias)

### 2.1. Ideologia de Segurança Nacional: o pano de fundo

Mal haviam silenciado os canhões e os fuzis ao final de 1945 e as populações acometidas pelas desgraças das duas Grandes Guerras Mundiais, viam-se novamente envoltas em um novo conflito, que não trazia - pelo menos aos tantos miseráveis filhos da guerra - qualquer esperança ou perspectiva de um fim próximo. Os aliados impuseram ao nazi-fascismo uma vitória literalmente arrasadora, não menos violenta do que a Alemanha tenha feito nos quase seis anos de batalha, muito pelo contrário, de igual proporção facínora e genocida; contudo as contradições sociais e as questões de cunho nacionalistas que estiveram presentes na origem do conflito permaneceram.

A Guerra Fria, como ficou conhecida, representava para aqueles que a vivenciaram uma Terceira Guerra Mundial; travada de uma maneira não muito convencional já que, a guerra consistia *“não só na batalha, ou no ato de lutar:*

*mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida*” (Hobbes *apud* Hobsbawm, 1998, p. 224), isto é, a característica principal do período não foi o conflito direto entre as duas grandes potências da época – os Estados Unidos e União Soviética – mas sim o medo, de não poder evitá-lo.

O pavor marcou os 45 anos que vão do lançamento das duas bombas atômicas – “carinhosamente apelidadas” pelos norte-americanos de Little Boy e Fat Man – nas cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão até a queda da União Soviética. Traduzia-se no medo de que: na disputa de forças ideologicamente antagônicas entre o comunismo e o capitalismo, a humanidade mergulhar-se-ia em uma Guerra atômica (total e generalizada), selando sua própria extinção; fato que segundo o historiador Erick Hobsbawm, *“não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária”* (Hobsbawm, 1998, p. 224), continua o historiador, *“gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”* (Hobsbawm, 1998, p. 224).

A bipolarização do mundo, o medo de um conflito nuclear, punha na ordem do dia das nações imperialistas, assim como seus satélites, a questão da Segurança Nacional<sup>29</sup> como o foco principal. Entretanto ainda que os anos posteriores ao fim do conflito em 1945 tivessem sido emblemáticos na fundamentação e aplicação de uma Doutrina para a segurança, sua gênese finca-se em anos anteriores.

Em 1945 a Europa - continente epicentro do conflito – apresentava-se ao mundo, totalmente devastada, não só no que tange a destruição de suas cidades como a desorganização de suas fronteiras; dividida entre as influências e necessidades das potências bélicas e econômicas, carregava uma enorme

---

<sup>29</sup> O surgimento da Ideologia de Segurança Nacional tem como pano de fundo o conflito pós-guerra entre Estados Unidos e a União Soviética; pois em fator da guerra fria, o comunismo passou a ser a maior ameaça e centro das preocupações no ocidente, que através do comando dos Estados Unidos<sup>29</sup> foi disseminado a noção de segurança hemisférica para América Latina. A ideologia de segurança nacional foi concebida num momento em que operam transformações profundas na sociedade brasileira e no contexto internacional, a questão do envolvimento do Brasil no bloco ocidental, a ênfase na defesa do continente americano de agressões externas e principalmente uma identificação ideológica com o mundo “livre”. (Oliveira, 1976, p. 26).



tensão. De acordo com Oliveiros S. Ferreira grande estudioso das relações de segurança, no pós 45:

*“O movimento em favor da independência, liderado por Ghandi e o Partido do congresso (NEHRU), coloca o partido trabalhista inglês – que ganhara as eleições em 1945 contra Churchill – em situação, levando o governo de Clement Attlee a conceder a independência da antiga ‘jóia da coroa’ em 1947, dividindo o território em dois países: Índia e Paquistão. Na china, o exercito comunista de Mao Tsé-tung, com forte apoio soviético, inicia a fase final da guerra civil que levará à fuga de Chang Kaicheck para Formosa em 1949. O Japão está ocupado pelos Estados Unidos, e a Coréia dividida entre Sul (ocupada pelos EUA) e Norte (ocupada pelos soviéticos). [...] No Oriente Médio, as antigas potências igualmente mantêm suas posições, embora se possa notar que a União Soviética e a Grã-Bretanha ainda dividem a Pérsia, hoje Irã. O Hemisfério Ocidental (as três Américas) é a única região em que a geografia política não se alterou.” (Ferreira, 2007, p. 30).*

Ferreira busca na passagem acima, evidenciar a existência de uma intenção por parte de ambas as potências, de imprimir de modo incisivo, e violento se necessário, políticas de dominação. O que de certo estava expresso nas relações internacionais e na divisão de mandos que os dois países operavam nos anos iniciais do pós-guerra. Entretanto Hobsbawm, não abandonando o caráter expansionista das duas nações, alerta da necessidade de uma visão mais aprofundada sobre esse processo. Para ele, as áreas de influência de cada um dos países, assim como seus espaços estratégicos foram respeitados pelas duas nações, principalmente os Estados Unidos.

Hobsbawm sustenta essa posição, afirmando que a divisão de poder entre comunismo e o capitalismo, pelo menos naquele momento estavam assentadas numa relação de forças desiguais, ou seja, as áreas dominadas pelos americanos tinham valor superior em relação à de domínio soviético, diz Hobsbawm:

*“(...) os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência –*

*a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentavam ampliá-la com o uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinham na zona aceita de hegemonia soviética” (Hobsbawm, 1998, p. 224).*

Para o autor o campo de batalha onde realmente houve uma competição entre as duas superpotências, onde o conflito armado, mais do que provável, acabou irrompendo, foi no continente Asiático. Situação que só mudaria a partir da década de 70, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise político-econômica, onde a divisão desigual de poder não mais podia ser aceita.

Antes de avançamos nas determinantes presentes em 70, voltemos aos anos de 1943/1944, logo após a escalada dos aliados na África, quando teremos justamente o momento onde os militares norte-americanos deram início ao seu planejamento estratégico, onde se encontram a gênese dessas formulações apresentadas no início da Guerra fria. Os principais pontos discutidos nesses planos versavam sobre a defesa do território dos EUA frente a seu principal inimigo. De acordo com Ferreira (2007), esse inimigo foi escolhido nesse período, levando-se em conta o Estado que, por sua maior capacidade bélica, colocasse em risco a segurança nacional; evidente que escolhido o inimigo, atribuisse a ele todas as ações possíveis e, as medidas preventivas para garantir a integridade do território (Ferreira, 2007, p. 30 - 31).

Segundo essa idéia o inimigo não é apontado, pelo menos em princípio, por diferenças ideológicas, mas sim por suas capacidades militares. Se olharmos para os anos de 1934 -1939, em fator do poder de sua esquadra, a Inglaterra era a principal inimiga dos Estados Unidos a ser combatida; entretanto a partir de 1939, marco inicial da expansão alemã em torno de seu território, muito lentamente a Inglaterra troca de lugar com o nazismo alemão e o fascismo italiano.

Percebe-se que as questões referentes à segurança nacional não estão imutáveis no tempo, elas são (re)ajustadas de acordo a atender as necessidades do momento histórico presente. E foi pensando dessa forma que em 1943 os

ideólogos e militares nos EUA – maior fomentador (mas não o único) da ideologia de segurança nacional – atribuem a nação uma função clara; estabelecer um arranjo militar para a defesa do território frente a uma possível agressão, garantido a partir da implantação de bases militares extras estatais que qualquer ataque se faça de início longe do Estado. Essa doutrina de defesa pregava:

*“A doutrina de defesa em profundidade exigiu que se definissem os países em que os Estados Unidos poderiam estabelecer bases militares e, também, aqueles aos quais será necessário solicitar autorização para sobrevôo e pouso a fim de que a Força Aérea pudesse projetar rápida e de modo eficaz o poder norte-americano onde fosse necessário. As bases foram consideradas as fronteiras estratégicas dos Estados Unidos. Para além delas, seria possível usar a força para responder a qualquer agressão. No interior do círculo delimitado por essas bases-fronteira, os Estados Unidos deveriam ter uma posição sólida o bastante para que seu território se tornasse inviolável” (Ferreira, 2007, p. 31).*

Como já evidenciado – voltando ao início pós-guerra -, os anos que se seguiram o fim do conflito trariam nova perspectiva a essa que podemos chamar de ideologia de segurança nacional. Há de forma sistemática uma reorganização das idéias, passando-se a promulgar que os norte-americanos não seriam apenas defensores de seu território, mas sim os tutores e propagadores de uma democracia em todo o Ocidente. Em comunicado ao então general George Marshall em 1947, o secretário da Guerra Patterson, ao tratar das áreas de influência norte-americana, explicou que *“a ameaça de ataque a qualquer [dessas áreas] forçaria os Estados Unidos a irem a sua defesa, mesmo que não fosse certo que se seguiria um ataque aos Estados Unidos”* (Ferreira, 2007, p. 32).

Como os novos demiurgos do ocidente, ou de qualquer outro lugar no mundo onde impusessem sua superioridade, os norte-americanos teriam o direito de garantir além da “proteção” aos países vizinhos; a preservação e o acesso às matérias-primas dos países envolvidos, podendo negá-las aos seus inimigos, manobra que auxiliaria, segundo eles, na manutenção da paz. A representação de uma ideologia que a maioria dos americanos acreditava ser o modelo para o mundo.

Este quadro é o esboço do pensamento estratégico militar expresso na ideologia de segurança nacional dos EUA. Podemos acrescentar a essas idéias um pensamento estratégico bastante familiar no interior do pensamento geopolítico da época (ver capítulo I); os estrategistas americanos entendiam que não poderia ser permitida aos soviéticos, a ocupação da chamada massa da Eurásia, um território considerado de suma importância em caso de ataque ao país. O atlântico ficou definido como a área de prioridade na hipótese de agressão; como escreveu Oliveiros Ferreira:

*“Foi esse temor de que a União Soviética aumentasse seu domínio na Eurásia que levou os Estados Unidos a se oporem à solicitação soviética de estabelecer uma base nos Dardanelos e a ter uma posição firme contra a URSS na Pérsia e na Turquia depois de 1947. Da mesma maneira, houve quem, com posição de influência na Casa Branca, argumentasse que se partes da Europa Ocidental, do Oriente Médio, da China e do Japão entrassem para a órbita comunista, o fato seria incompatível com a segurança dos Estados Unidos”* (Ferreira, 2007, p. 33).

O autor destaca esse fator como inicial para a associação entre o comunismo e a União Soviética, e o avanço do primeiro tido como progressos geoestratégicos do segundo (Ferreira, 2007, p. 33). Por mais que o ano de 1947 é apresentado pela historiografia como o início da Guerra Fria, mais uma vez, afirmamos que suas bases são anteriores. Como expressou Winston Churchill no dia seguinte à rendição alemã, *“O mundo está envolvido numa total confusão. O perigo comum, o laço que unia os movimentos de grande aliança se desvaneceu para sempre. A ameaça soviética, no meu entender, já tomou o lugar do inimigo nazista (...).”* (Barros *apud* Rocha, 1996, p. 24).

A fala de Churchill em 1945 apontava uma perspectiva, Harry Truman em 1947 procurava sua confirmação<sup>30</sup>. Em discurso ao congresso nacional norte-americano, apoiado no relatório do então conselheiro político na embaixada em Moscou George Kennan – que denunciava uma política soviética de dominação

---

<sup>30</sup> Ver sobre esse ponto, contexto histórico da doutrina Truman, em FERREIRA, Oliveiros S. *in* OLIVEIRA, Eliezer Rizzo (org.) Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.p. 35.

mundial –, Truman reunido com os líderes do congresso, defendeu abertamente uma nova política de defesa, que consistia em auxiliar financeiramente países que pretendessem resistir às pressões totalitárias, tendo sido denominada de “Doutrina Truman”, seu primeiro ato foi o anúncio de dispêndio de recursos financeiros aos governos da Turquia e da Grécia, como condição para a derrota do comunismo nesses países (Ferreira, 2007, p. 36).

*“Contra a vontade de certos números de povos, regimes totalitários impuseram-se recentemente a eles [...] auxiliem os povos a manter suas instituições livres e sua integridade nacional contra movimentos agressivos que buscam impor-lhes regimes totalitários. Isso é nada mais do que o franco reconhecimento de que regimes totalitários impostos a povos livres por agressão direta ou indireta minam aos fundamentos da paz internacional e assim sendo a segurança dos Estados Unidos” (Truman apud Ferreira, 2007, p. 37).*

A política externa de Truman ultrapassava e muito a de Roosevelt, com um tom extremamente agressivo, o apoio aos povos livres e a contenção do expansionismo soviético – baseado entre outros na ajuda econômica – condicionava a afirmação da liderança mundial do país. A “Doutrina Truman” representou na época, não mais do que, a continuidade e/ou um paralelismo as principais teses que vigoravam no período, sendo elas, o inquietante sentimento de que o capitalismo e a sociedade liberal, que o acolhe, não estavam de modo algum assegurados.

A insegurança, que centralizou as preocupações no “perigo vermelho”, colocou lado a lado, as duas superpotências numa corrida armamentista na década de 60 sem precedentes. Conjugada com um crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação para a Guerra, “os dois complexos industrial-militares eram estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro, suas armas nucleares” (Hobsbawm, 1998, p. 233).

Antes de prosseguirmos convém chamar a atenção para o seguinte fato: Se pensarmos em termos práticos o conceito de segurança nacional versa

fundamentalmente, sobre a necessidade das nações se defenderem e preservarem sua Pátria, contra um possível agressor externo – o que remontá-la trás uma necessidade dos Estados Modernos; isso nos leva a crer que a princípio o conceito de Segurança Nacional não é restrito a um ou outro Estado, mas sim, parte da formação de todos eles.

Entretanto como se observa no período histórico estudado, este conceito está centralizado em dois Estados – URSS e EUA – cabendo as outras nações, de um modo ou de outro, direcionarem sua política de segurança, escolhendo um dos dois como parceiros, o que justifica uma divisão mundial em dois pólos na Guerra Fria.

O que se pode retirar desse ponto em questão, é a existência de uma inversão, do conceito inicial de segurança, uma vez que, ela, não é mais apenas a defesa da pátria, mas sim, principalmente em se tratando dos EUA, a Segurança Nacional, é uma fechada concepção de Estado. O entendimento dessa passagem (troca) é crucial para a compreensão dos anos posteriores, a Doutrina Truman e ao Plano Marshall, onde reforçando a idéia, qualquer avanço da União Soviética era entendido como um triunfo do comunismo.

Em se tratando do Estado e seu papel, estava mais do que claro aos norte-americanos a função de seu país no cenário internacional – segundo divulgavam seus ideólogos - como provedores da paz e do bem estar que só a sociedade capitalista liberal poderia proporcionar. Sendo esse o ponto principal, reflete o verdadeiro aspecto do comunismo na ideologia de segurança. Washington podia fazer entre outras coisas: conduzir qualquer invasão, promover intervenções políticas e sanções econômicas em outros países; Ordenar o aumento e a venda da produção de armas, além de garantir matéria-prima e mão-de-obra barata e etc. Tudo isso travestido da luta contra o comunismo. Ao tratar desse ponto Hobsbawm nos diz que:

*“(...) um anticomunismo apocalíptico era útil, e, portanto tentador, mesmo para políticos não de todo convencidos de sua própria retórica ou do tipo do secretário de Estado da marinha do presidente Truman, James Forrestal (1882 – 1949), clinicamente louco o bastante para suicidar-se porque via a chegada dos russos de sua janela no hospital. Um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser*

*conveniente para governos americanos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial – na verdade, de longe a maior – e que ainda viam o ‘isolacionismo’ ou protecionismo defensivo como seu grande obstáculo interno”* (Hobsbawm, 1998, p. 232).

Podemos afirmar que a Doutrina Truman forneceu para os norte-americanos – e todos os governos que os apoiaram - um instrumento de compreensão do mundo. Cada vez que o *status quo* fosse questionado, em qualquer parte do globo, sempre que surgisse um governo desfavorável aos EUA e, conseqüentemente, a sua política imperialista, era atribuída automaticamente a isso a presença de Moscou. Daí a necessidade de agir seguiria dentro de um contexto de ameaça a segurança, tornando a guerra à principal fonte de toda a ideologia (Comblin, 1978, p. 40).

De acordo com Oliveiros Ferreira, em nenhum outro lugar do mundo a incompreensão dos verdadeiros objetivos da URSS, assim como também as reais intenções norte-americanas, causará tantos prejuízos como na América Latina; *“essa ligação interesses privados=Ocidente feita pelo pentágono e quase sempre pelo Departamento de Estado foi aproveitada, sempre, pelas oligarquias que viram reforçados seu poder, inclusive pela repressão, levando a que os movimentos não subversivos (para usar a linguagem corrente da época) fossem levados a apoiar-se nos partidos comunistas ou ligados a Moscou”* (Ferreira, 2007, p. 47). Justificando toda e qualquer intervenção militar no poder, além da repressão como forma de luta.

Os ideólogos da segurança nacional<sup>31</sup> – em sua maioria militares – valiam-se do fato de que o mundo vivia em uma guerra permanente, fato que estava totalmente apagado nas consciências dos povos. Então a “doutrina de segurança nacional” tinha como finalidade, segundo seus propagadores, conscientizar as massas do perigo iminente.

Em nota, o oficial encarregado do serviço de comunicações sócias do governo chileno alertou: *“O mundo atual está em guerra. O imperialismo soviético estende cada vez mais seu domínio por meio de uma guerra de conquista que utiliza todas as formas conhecidas de agressão moral, espiritual e física”* e

---

<sup>31</sup>Ver sobre os ideólogos Comblin, Joseph. *A ideologia de Segurança Nacional*, 1978.

continua o militar, *“ninguém deseja viver em situação de emergência, porém, o MIR e o comunismo estão aí, com sua guerra aberta, sem destino e sem justificativa moral”* (Morales apud Comblin, 1978, p. 32).

Pode-se encaixar a Guerra fria no interior da ideologia de segurança nacional como sendo o conceito de Guerra total<sup>32</sup>, ou seja, travada com objetivos claros de destruição. Segundo o manual de estratégia, da *National War College* americana, a guerra generalizada *“é o conflito armado entre as grandes potências, na qual os recursos totais dos beligerantes são postos em ação e na qual a sobrevivência de uma delas representa um perigo”* (Manual da War College apud Comblin, 1978, p. 33). Como escreveu no Brasil o general Golbery, ideólogo da Escola Superior de Guerra, uma das referências na formação da DSN brasileira, a guerra contra o comunismo é uma guerra pela sobrevivência do Ocidente, conseqüentemente uma guerra absoluta:

*“Da guerra estritamente militar passou ela, assim, a Guerra total, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica, como guerra de exércitos, esquadras e aviões; de guerra total a Guerra Global; e de guerra global a guerra indivisível e - por que não reconhecê-lo? Permanente. A ‘Guerra Branca’ de Hitler ou a Guerra Fria de Stalin substituiu-se à paz e, na verdade, não se sabe já distinguir onde finda a paz e onde começa a guerra – uma evidência a mais, e esta sob todos os ângulos funesta, da geral confusão de valores em que periga soçobrar a civilização do mundo ocidental”* (Couto e Silva, 1967, p. 66).

Se uma guerra total poderia ser considerada, mesmo naquele momento, apocalíptica, já que as duas nações tinham objetivos bem claros em suas políticas, e não era com certeza sua autodestruição; seu caráter ideológico e justificador de práticas repressivas estão mais do que claro. Expresso nos manuais da Escola Superior de Guerra brasileira na década de 60 a Guerra total representava *“o conflito armado que interessa a todos os elementos da nação,*

---

<sup>32</sup> Ver em Aspásia Camargo – meio século de combate, entrevista com Osvaldo Cordeiro de Farias nas palavras do General Osvaldo Cordeiro de Farias – um de seus idealizadores - é possível entender que a segurança nacional se baseava em um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. (Farias, 1981, p. 419).



*num esforço conjunto que afeta todas as atividades públicas e privadas, tendo em vista a aplicação total do poder Nacional, para a manutenção ou consecução dos Objetivos Nacionais”* (Rocha, 1996, p. 66).

É necessário a partir do que foi discutido até aqui tecer algumas considerações. Esse é a “grosso modo” o contexto histórico onde as questões referentes à segurança nacional emanam. Não há dúvida que os EUA, como a potência econômica e bélica no período, tivesse principalmente no Ocidente uma enorme influência nos países vizinhos. Contudo, e isso afirmamos, a ideologia de segurança nacional – ainda que originada em Washington – não pode ser analisada, a exemplo do Brasil, como algo trazido de fora de forma fechada, sem levarmos em consideração as especificidades internas de cada país; o que de fato mostraria uma adaptação da ideologia vinda de fora a fim de atender as necessidades internas do país onde penetrou, como no caso brasileiro.

O exemplo mais acabado dessa tese está no já citado professor de Teologia em Harvard, Joseph Comblin em seu livro *A ideologia da segurança nacional*. Publicado originalmente em francês, em 1977, e logo depois traduzido para o português; toda sua obra tinha como alvo o papel dos EUA na implantação das políticas repressivas em vigor no Cone Sul, para o autor “*é incontestável afirmar que a doutrina que inspirou os golpes militares vem diretamente dos Estados Unidos. É nos Estados Unidos que os oficiais dos exércitos aliados aos EUA aprenderam-na*” (Comblin, 1978, p. 14).

De acordo com o Historiador João Roberto Martins Filho, Comblin, avalia de maneira simplista o processo histórico de construção do ideário golpista que levou as ditaduras, não só no Brasil como na A. Latina. Em seu trabalho Comblin entende que os chefes militares latino-americanos não tinham – e nem precisavam ter - idéia do tipo de sociedade e de governo que iriam fundar, e sequer sabiam que iriam criar um novo regime (Martins Filho, 2006, p. 2).

O que importava eram os processos objetivos, vale dizer, “*a coesão e a força dos fatores históricos que estavam em ação, à coesão e a força do modelo de segurança nacional*”, que “*se realiza, de certo modo, por si mesmo, graças a seu dinamismo interno: utiliza os generais e seus conselheiros civis e os leva a fazer coisas com as quais jamais haviam sonhado*” (Comblin, 1978, p. 71), ou seja, esse tipo análise pressupõe uma inconsciência militar em relação à

realidade a sua volta, uma vez que todas as necessidades e especificidades de cada país são apagadas e postas no lugar os interesses norte-americanos.

Nesse traçado, *“toda a força do sistema forjado nos Estados Unidos entra em ação”*.<sup>33</sup> Martins Filho nos alerta que explicações como estas acabam por dispensar o estudo dos processos internos de construção<sup>34</sup> da mentalidade militar. Na verdade, na visão de Comblin, a direita latino-americana aparece como uma simples marionete ideológica, sem história política ou capacidade de gerar seus próprios mitos, doutrinas ou ideologias (Martins Filho, 2006, p. 2), como afirma Comblin:

*“Não pretendemos que seja preciso explicar a totalidade da evolução política das atuais ditaduras latino-americanas pela doutrina de segurança nacional; porém esta doutrina é extremamente estruturada. Encontra-se nos cursos das Escolas Militares que foram fundadas para aprimorá-la e que se consagram inteiramente a essa tarefa; citemos, por exemplo, a National War College e o Industrial College of the Armed Forces, em Washington, a Escola superior de Guerra, no Brasil, a Academia Superior de Seguridad Nacional, no Chile”* (Comblin, 1978, p. 21)

Para Comblin existe uma semelhança inquestionável entre as diversas Escolas de Guerra na América Latina, sendo possível apenas extrair a questão da língua, que difere, pois os textos lidos, os esquemas de estudo e o próprio material apresentado aos alunos são idênticos, diz o autor *“Há certamente uma doutrina muito rígida que vem dos Estados Unidos e é transmitida quase sem modificações nas escolas de segurança nacional da América Latina”* (*idem*, p. 22).

Ainda que os norte-americanos tenham sido, principalmente no pós-guerra, a nação dominante e conseqüentemente difusora de seus ideais; explicações como essas acima são diluidoras das especificidades de cada nação. Nesse caso, transformando e aplicando o conceito de segurança nacional em algo generalizado, isto é, explicasse o aparecimento das ditaduras e uma possível coesão interna do regime a partir da Doutrina.

---

<sup>33</sup> *Idem*, p.71.

<sup>34</sup> Sobre os processos internos ver, MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a Caserna. Tese de Doutorado. Unicamp, 1993.

## 2. 2. A “doutrina francesa” e a ideologia de segurança no Brasil

No ano de 1974 na edição de Março/Abril da revista *A Defesa Nacional*, editada pelo exército, especializada em assuntos sobre geopolítica e estratégia, o Tenente coronel Job Lorena de Sant’anna abriu seu artigo intitulado *As Forças Armadas francesas*, com os seguintes dizeres “Como está hoje o exército francês, que ajudou a formar os chefes de nossos chefes”<sup>35</sup>. A frase do militar nos remete a pensar qual a relação existente entre o exército francês e o Brasil, para que ela fosse explícita com esse grau de intimidade, que essa fala nos transmite.

As insinuações sobre uma possível conexão francesa e de sua “doutrina” nas forças armadas brasileiras é muito mais antiga do que possa aparentar. Porém a afirmação de sua existência vai de encontro direto a grande parte de historiografia, que tende a afirmar: “*Deve ser ressaltado ainda que as Força Armadas latino-americanas, em geral, foram particularmente influenciadas pela disseminação da Ideologia da Segurança Nacional por parte do establishment militar norte-americano*” (Ferraz, 1994, p. 22).

Pensando de uma maneira cronológica, teríamos no final da década de 50 o surgimento da Escola Superior de Guerra<sup>36</sup>, lugar de onde vigorou os questionamentos referentes à segurança nacional; aliás, bem propícios aos acontecimentos e ao estágio onde se encontrava a Guerra fria, o que proporcionou uma visão ideológico-estratégica da defesa do ocidente frente a uma Guerra Total, a uma guerra contra o comunismo. Como disse o General Osvaldo Cordeiro de Farias, fundador da ESG<sup>37</sup>:

---

<sup>35</sup> Ver Coronel Job Lorena de Sant’Anna in Revista *A defesa Nacional*, 1974, edição Março/ Abril, p. 92.

<sup>36</sup> Para o general Osvaldo Cordeiro de Farias ao explicar as intenções na formação da ESG nos diz a respeito da Segurança nacional que “*o currículo propunha o estudo de diferentes problemas brasileiros e os grupos de trabalho debatiam suas possíveis soluções. Não era para o governo. A ESG jamais teve- antes ou agora- qualquer função de assessoria governamental. Nada impedia porém, que as autoridades solicitassem o estudo de determinados temas. (...) Nos primeiros tempos, procuramos ainda formar um quadro geral das condições de desenvolvimento do país, inclusive através de viagens pelo Brasil. Essas viagens tinham como objetivo permitir que as pessoas se aproximem de uma realidade que mal conheciam. Assim foi a experiência prática que nos levou a transformar a questão da segurança nacional no binômio segurança e desenvolvimento. E, no mundo, hoje, não se tem segurança sem desenvolvimento*” (Farias 1981, p. 419).

<sup>37</sup> A um suficiente número de obras, dentro da historiografia, que tratam da formação da escola superior de guerra, contudo podemos dizer que a escola superior de Guerra foi formada “em

*“Existia uma escola para tratar dos problemas da produção bélica, o Industrial College, outra para formular estratégias, o War College, e uma terceira para integrar as três forças. No Brasil, um país pobre e de poucos recursos, nós decidimos criar um só estabelecimento para cobrir estas diferentes finalidades. Segundo esse raciocínio, qual seria o objetivo principal da ESG? Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em fato total (...). Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que o dos militares na guerra” (Cordeiro de Farias apud Camargo e Góes, 1981, p. 413 - 17).*

Segundo parte da historiografia, de acordo com a evolução do cenário político da Guerra fria, em momento posterior na década de 60, seria o momento preciso onde a segurança nacional sofreria uma evolução e modificação do conceito de Guerra Total, para aquilo que ficaria conhecido como guerra insurrecional ou revolucionária, ou seja, o modo de um conflito direto, e possivelmente devastador, entre Estados Unidos e União Soviética, tomou o lugar de uma guerra não mais travada nas fronteiras, com um inimigo devidamente uniformizado e definido; mas sim, uma guerra travada por agentes indefinidos, surgidos do próprio interior das fronteiras do Estado, podendo estar em qualquer lugar e ser propagado por qualquer um.

O fato que marca o início desse pensamento nas Forças Armadas dos EUA seria em 18 de janeiro de 1962 quando o presidente Kennedy promulgou o

---

*Curitiba, em fins de 1948. Comandante da Região Militar do Paraná e Santa Catarina, o então general-de-divisão Osvaldo Cordeiro de Farias, recebeu em seu gabinete a visita do tenente-coronel Idálio Sardenberg. A visita, embora fosse inesperada, possuía caráter oficial. Sardenberg era emissário do Chefe do Estado-Maior Geral, general Salvador César Obino, e sua presença ali visava comunicar que Farias havia sido escolhido para organizar um estabelecimento militar nos moldes do National War College, dos Estados Unidos. O estabelecimento já possuía nome e existência legal. Era a Escola Superior de Guerra (ESG), regulamentada pouco antes da visita de Sardenberg a Farias, através do Decreto Nº 25.705, de 22 de outubro de 1948. Pelo artigo 1º do Decreto, a Escola deveria ser responsável pelo curso de Alto Comando das Forças Armadas, reunindo o oficialato superior do Exército, Marinha e Aeronáutica. Os artigos seguintes incumbiam o Estado-Maior Geral (depois Estado-Maior das Forças Armadas) de organizar a ESG e submeter à Presidência da República o Regulamento da Escola, num prazo de 120 dias” in FERRAZ, Francisco César Alves. A sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra, Assis, SP, 1994, p. 8-9.*

memorando de segurança, o que definiria a força da ideologia norte-americana no país; momento no qual a Guerra Revolucionária passou a ser efetivamente estudada e aplicada (Martins Filho, 2006, p. 4). João Roberto Martins Filho, alerta que nesse momento apresentar aos brasileiros uma doutrina de combate à guerra subversiva “*seria o mesmo que ensinar o padre-nosso ao vigário*” (*idem*, p. 4), isso por que, antes mesmo do triunfo da Revolução Cubana, os oficiais de ambos os países tinham buscado, por conta própria, uma doutrina de guerra mais adaptada às suas necessidades e que os EUA não pareciam em condições de oferecer,

*“O Pentágono, tinha, em poucas palavras, uma doutrina de contraguerrilha rudimentar (isto é, uma doutrina de combate armado a organizações guerrilheiras), mas não uma doutrina de contra-insurreição abrangente (isto é, uma estratégia político-militar destinada a vencer uma luta revolucionária ideologicamente dirigida)” (ibidem, 2006, p. 4).*

Nesse processo de importação das idéias francesas, João Roberto Martins Filho demonstra que as forças Armadas argentinas foram as pioneiras. Entre 1958 a 1959, a *Revista de La Escuela Superior de Guerra* publicaria uma série de artigos de autoria de militares e assessores franceses, cujo tema central era a doutrina da *guerre révolutionnaire*<sup>38</sup>. No ano de 1959 realizou-se na *Escuela de Guerra*, a operação Ferro, conhecido curso de pós-graduação constituído de uma série de conferências sobre a guerra anti-subversiva destinada a oficiais já formados. (*idem ibidem*, p. 5). Já no Brasil como mostra o autor:

*“No caso do Brasil, o coronel Augusto Fragoso pronunciou em maio de 1959, no curso de Estado-Maior e Comando da Escola Superior de Guerra a histórica palestra ‘Introdução ao estudo da guerra revolucionária’, fruto aparentemente de seus próprios estudos diretos da produção francesa, que*

---

<sup>38</sup> O autor vai mostrar que “A influência doutrinária francesa começou e se completou, assim, bastante antes do que admite Samuel Ficht, que prefere usar como referência o *Boletín de Educación del Ejército*, para propor que, até 1966, permaneceu o foco preponderante na doutrina de guerra convencional. Recorrendo a documentação muito mais minuciosa, López mostra que, já em 1962, estava ‘virtualmente completa a elaboração doutrinária básica de caráter anti-subversivo’.” (López apud Martins Filho, 2006, p. 5).

*evidentemente começaram algum tempo antes. Em 1958, o Estado-Maior da Armada brasileira publicara Alguns estudos sobre a guerra revolucionária, coletânea de quatro artigos traduzidos da Revue Militaire d'Information e um da Revue de Defense Nationale ('A técnica da insurreição' do general L-M. Chassin). Por sua vez, o Relatório do Seminário de Guerra Moderna, também de 1958, publicara as recomendações dos Grupos de Estudos reunidos na ECEME, constituídos por oficiais instrutores da escola, no sentido de que se incluísse no currículo escolar 'assuntos relativos à guerra insurrecional'." (Martins Filho, 2006, p. 4).*

Em depoimento o general e geopolítico, conhecido dentro da Escola Superior de Guerra, Octavio Tosta explica o contexto onde se concretizou a entrada das idéias sobre a Guerra Revolucionária,

*"Nesse momento, estávamos profissionalmente perplexos, sem saber que direção tomar. (...) Então começamos a tomar conhecimento de novas experiências (...). Nessa ocasião, a literatura militar francesa (...) começa a formular um novo tipo de guerra. Era a guerra infinitamente pequena, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. (...) Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as idéias sobre as guerras insurrecionais e revolucionárias e passou a nelas identificar o quadro da nossa própria possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. (...) Isso tudo contribuiu para a formulação da nossa própria doutrina da guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 1964" (Tosta apud D'Araújo, 1994, p. 77-78).*

Após a eclosão da rebelião na Argélia o exército francês compreendeu que o verdadeiro motivo da derrota na Indochina, foi o fato da doutrina militar de segurança – ainda de orientação Americana – não estava adaptada a esse novo estilo de Guerra. Caracterizado em sua essência, da indistinção entre os meios militares e os não militares, ou seja, entre as forças devidamente armadas e as guerrilhas, que por serem, estas últimas originárias das massas despreparadas, fariam uso da propaganda política e ideológica nas operações militares.

Ao contrário dos Estados Unidos<sup>39</sup> o exército francês instalou a guerra revolucionária no centro de seu ideário, em que se põe a primeira diferença entre as duas escolas. Um segundo ponto a ser destacado é que a doutrina francesa de segurança operava de acordo com a idéia de que o controle das informações são essenciais, tornando-se impossível o combate à guerrilha sem um exército coeso e um comando político unificado. Voltando ao artigo do tenente coronel Job Lorena de Sant'Anna sobre a doutrina francesa, escreveu:

*“A França adotou para suas forças armadas uma organização baseada numa nova concepção: 1- as condições da guerra moderna e a evolução das técnicas exigem, acima das distinções entre exercito, marinha e força aérea, um comando único e fortemente centralizado 2- a distinção admitida é a das metas, que tende a dar lugar a atual estrutura mais funcional, fundamentada sobre três diferentes objetivos; evitar a guerra; intervir em caso de conflito; defender o território. 3- as forças armadas integram cada vez mais a vida da nação: a nação de serviço militar tende a ser substituída pela de serviço nacional”* (Sant'Anna, A defesa Nacional, 1974, p. 92).

A “doutrina” mostra uma relação estreita entre a Guerra e a política<sup>40</sup>, e ao fazê-lo, *“não hesita em afirmar que se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então é necessário mudar a sociedade, não o Exército”* (Martins Filho, 2006, p. 7).

---

<sup>39</sup> Como nos mostra João Roberto Martins Filho, *“Por outro lado, mesmo depois do surgimento da doutrina americana da contra-insurreição, parece difícil negar que o Exército (ou os marines) dos EUA não podiam ocupar na mesma medida a condição de role model gozada pelos oficiais franceses junto a seus colegas argentinos e brasileiros. Isso, em primeiro lugar, porque a doutrina americana do começo dos anos 60 nunca deixou de ser um artigo de exportação e de restrito consumo interno no interior das Forças Armadas americanas, apesar da obsessão de Kennedy pelo tema. Já o aparelho de Estado civil não podia contar com agências como os serviços coloniais britânicos e franceses, indispensáveis para integrar os aspectos políticos e militares da guerra revolucionária. Por sua vez, o Exército do EUA ‘desconfiava de um grupo treinado para operações irregulares’, o que se expressou anos depois, no Vietnã, nos desencontros entre essas tropas – que operavam em estrito contacto com a Central Intelligence Agency - e o comando do Exército.”* (Martins Filho, 2006, p. 8).

<sup>40</sup> Segundo João Roberto ao falar da relação entre o Estado e a Guerra, no interior da doutrina, dirá que, *“Dada dessa situação, um dos problemas mais difíceis no combate à GR seria o papel a ser desempenhado diretamente pelas Forças Armadas. Algumas conclusões, no entanto, servem de ponto de partida: de um lado, é preciso criar serviços de informação capazes de antecipar os movimentos do inimigo interno; por outro, cabe às Forças Armadas construir uma organização de defesa interna do território, ao mesmo tempo em que cria unidades especialmente adestradas na luta anti-revolucionária. Porém, mais do que tudo, é preciso reconhecer que a preparação para a guerra anti-subversiva supera as atribuições tradicionais das Forças Armadas. A ação contra-revolucionária exigiria uma ação conjunta decidida de todos os poderes do Estado”* (Martins Filho, 2006, p. 14).

A partir dessa conceituação apresentada da “doutrina” de segurança francesa, procuremos, agora, identificar os principais pontos – além dos já evidenciados - que fizeram com que a ideologia de segurança francesa fosse aceita e posta em prática pelos militares brasileiros. O coronel Sant’anna mostra o caminho, *“a doutrina de segurança nacional francesa admite a multiplicidade de formas que atualmente podem tomar os conflitos internacionais. Guerra fria, guerra subversiva, guerra insurrecional, guerra limitada, guerra total são expressões que substituem o antigo binômio – guerra externa e, guerra civil”* (Sant’anna, A defesa Nacional, 1974, p. 95).

O primeiro ponto de relevância relaciona-se ao modo que no interior da doutrina, aparecem às relações entre civis e militares na sociedade. Segundo a ideologia francesa, a intersecção entre os civis – ocupantes dos mais altos cargos dos diversos setores sociedade, tanto na vida pública ou privada – e os altos escalões da hierarquia militar, mostrava-se o primeiro e principal passo para se alcançar uma padrão aceitável de unidade e coesão nacional. Em outros termos a ideologia de segurança francesa – através da guerra revolucionária – propunha um projeto de intervenção dos militares nos rumos da política no país. Isso, de certo modo, parecia agradar aos militares brasileiros, que do mesmo modo, insatisfeitos com a democracia e o governo, viam em suas participações no poder algo positivo para a sociedade.

Um segundo detalhe, mas de igual importância, está no fato de que os exércitos modernos e recentes, como o caso do Brasil nos anos 50, por estarem envolvidos na criação de uma ideologia militar ambiciosa, voltada a um projeto de grandeza para a nação, absorveu os exemplos dos militares intelectuais franceses, que trabalhavam tutelando seus colegas civis, aguçando ainda mais a idéia de que as Forças Armadas estavam destinadas ao domínio do Estado<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Eliezer Rizzo de Oliveira nos mostra em seu trabalho, *Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil* (1978), que a ideologia de segurança nacional sofre ao longo de sua construção mudanças substanciais, que têm influência, como já dito, não só do cenário internacional, mas principalmente da própria situação brasileira (grifo nosso). Essa evolução do pensamento (DSN) se processa pela passagem das considerações econômicas para as considerações políticas<sup>41</sup>, e dentro de um cenário de luta e contenção dos movimentos populares, a DSN e a ESG, aparecem ligadas, a essa estratégia de preparação econômica, política e ideológica, para o embate que se considerava eminente.



*“Enfim, a doutrina militar francesa oferecia aos militares dos países acima uma definição flexível e funcional do inimigo a enfrentar, ao mesmo tempo em que, no plano geopolítico, valorizava o Terceiro Mundo como cenário do confronto mundial da guerra fria [...]. Afinal, ocupava o centro dessa doutrina a idéia de que, enquanto os Estados Unidos e seus aliados estavam hipnotizados pela perspectiva da guerra nuclear, o comunismo flanqueava as defesas do Ocidente a partir do Sul, e se não fosse contido destruiria, ao fim, a civilização ocidental [...] definido de forma ampla o suficiente para servir às mais variadas situações nacionais. A idéia geral era que a civilização cristã estava envolvida numa guerra permanente e mundial, onde não apenas as distinções tradicionais entre guerra e paz passavam a ser insignificantes, como – na expressão de um analista – ‘as diferenças entre anticolonialismo, nacionalismo anti Ocidente e comunismo’ passavam a ser insignificantes. Vale dizer, o esquema francês era genérico o suficiente para permitir que o Exército argentino definisse como seu principal inimigo o peronismo, que nada tinha a ver com o comunismo, enquanto dava ao Exército brasileiro uma justificação a mais para combater os nacionalistas ou os católicos radicais, além dos comunistas de várias feições” (Martins Filho, 2006, p. 10-11).*

O destaque a geopolítica ganha um relevo enorme dentro dessa relação. Isso por que, a ideologia de segurança nacional brasileira - como mostraremos a adiante - estrutura-se em dois pontos fundamentais: a geopolítica e desenvolvimento nacional. Pode-se dizer que esses dois fatores andam de mãos dadas no interior da ideologia, já que, o desenvolvimento é visto como uma condição inerente à segurança. E a geopolítica estrutura as bases, ou melhor, as proporções que podem alcançar esse desenvolvimento, neste caso do Brasil, afiançando o país a categoria de potência mundial.

Não seria possível concluir uma discussão como essa sem uma longa investigação que estabelecesse o verdadeiro valor da doutrina francesa na ideologia de segurança nacional no Brasil. Ainda que exista uma importância indiscutível da França e seus ideólogos na construção do pensamento militar brasileiro, qualquer afirmação que ela seja única seria uma negligência. Na verdade, as idéias que permeiam a ideologia de Segurança Nacional, no Brasil, se constituíram na combinação de postulados estratégicos desenvolvidos no exterior - com ideologias autoritárias de “resolução dos problemas nacionais”, que

desfrutavam de grande aceitação entre as elites nativas. Em seu interior da sociedade<sup>42</sup>, como nos apresenta Ferraz:

*“Além da intervenção estatal, essas ‘ideologias de Estado’, como as definiu Bolívar Lamounier (1977), caracterizavam-se por uma visão orgânico corporativa da sociedade, sendo os conflitos sociais administrados pelo Estado, o que enfraquecia a organização autônoma da sociedade civil, tornando desnecessária sua organização em partidos e/ou associações. Mas o mais notável, porém, é que nestas ideologias que povoaram as mentes dos ideólogos dos anos vinte, trinta e quarenta, transitava-se facilmente de um elitismo altruísta para o voluntarismo golpista, tornando legítimo, para as elites, o emprego temporário da força, sendo a corporação armada geralmente à fiel da balança, seja como parceira, seja como adversária”* (Ferraz, 1994, p. 18).

Não há um só fator que condicione e estruture a ideologia de segurança nacional, a esfera onde ela, se estrutura perpassa, tantos os fatores externos quanto internos, A ideologia de segurança brasileira, nada fez, senão absorver de cada um deles aquilo que julgava conveniente as suas intenções. Nessa perspectiva o estudo de geopolítica adquire uma significância, dentro das forças armadas, e no projeto que, as mesmas, estabeleceram para o Brasil. O Brasil Potência.

### **2.3. O Projeto Brasil Potência no interior das Forças Armadas**

---

<sup>42</sup> Segundo Ferraz (1994) no interior do país as determinante de colaboram com as formulações de ideologia de segurança nacional estão inseridas no contexto “após a chamada ‘Revolução de 1930’ Assim, pode-se dizer que, no processo social e político iniciado nos anos vinte e trinta, já estavam sendo cultivadas algumas das sementes para as idéias desenvolvidas na Escola Superior de Guerra. A configuração político-ideológica mundial dos anos trinta implicou, entre outros fenômenos, a crise das ideologias liberais e a ascensão do nazi-fascismo na Europa. As nações da América Latina, além dos reflexos da situação política mundial, ainda tinham conflitos internos com a combinação da dependência externa com a expropriação interna das classes subordinadas. Assim, as propostas de desenvolvimento elaboradas pelas elites políticas e econômicas latino-americanas acabariam quase sempre por passar pela via autoritária. Eram ideologias que privilegiavam o Estado forte, interventor minucioso na vida social, o que permitia a autocracia das burguesias nativas sem questionar muito seu caráter de flagrante dependência em relação às potências capitalistas” (Ferraz, 1994, p. 18).

Que fique claro que a intenção de transformar o Brasil em uma potência mundial, não foi monopólio apenas dos ideólogos no interior da caserna. Podemos dizer tendo em vista o momento histórico que caracterizou o país no início da década de 1970, que a situação econômica favorável fez florescer tal ideal no cotidiano dos dirigentes da nação, principalmente dos setores da burguesia. Entretanto, foi no interior dos quartéis e das instituições militares que o sonho de Brasil potência ganhou força e direcionamento – atingindo o status de projeto – durante todo o regime.

Esse fato é facilmente comprovado na série de debates promovidos no interior da Escola Superior de Guerra, principalmente os de formação geopolítica, nos quais o Brasil Grande era o carro chefe durante toda a ditadura. Corroborando com a tese de Ângelo Del Vecchio a noção de Brasil potência, esteve associada de maneira intrínseca ao regime militar em 1964, fruto de uma propaganda maciça feita por todos os generais ditadores, principalmente Médici, versando sobre a influência brasileira no âmbito internacional (Del Vecchio, 2004, p. 170).

O bombardeio publicitário garantiria, pelo menos ideologicamente, a sustentação da ditadura como uma “revolução” renovadora, modernizante e desenvolvimentista; como aponta um de seus ideólogos *“A liderança do continente, papel para o qual, pela nossa dimensão geográfica, estágio de desenvolvimento e nível cultural, parece-nos estar naturalmente indicado”* (Magalhães, ESG, 1967, p. 4). Não menos importante, o jornalista John Gerassi, redator da revista Newsweek, em palestra a ESG no ano de 1966 – voltada às questões geopolíticas - diz que apesar de todos os problemas que afligiam o Brasil, ele ainda era um líder, *“quando ele sonha, sacode Washington, quando se move desloca o continente. E se explodir abalará o mundo. O Brasil tem a capacidade, o espaço territorial, o intelecto e a força necessária para se tornar uma potência Mundial”* (Gerassi, ESG, 1966, p. 2).

Mas ainda que o golpe de 1964 e o regime político/autoritário que o sucedeu tenham sido emblemáticos no que tange ao sonho de hegemonia nacional, a identificação com um projeto de grandeza e os militares, encontra sua gênese no momento em que a intervenção militar na vida nacional se tornou mais incisiva, na década de 1930 com a criação do Estado Novo varguista. Isso nos

mostra que o sonho hegemônico brasileiro começou a se delinear muito antes de 1964 – não com a mesma força – com uma roupagem estritamente militar; surgiu daí uma pergunta bastante corrente na historiografia, ou seja, será então que tal projeto já estava presente nas motivações que levaram os militares a desferir o golpe em 1964?

A revolução de 1930, construída em grande parte sobre as bases do tenentismo, abriu dois grandes precedentes marcantes na história, não só do país, como também no interior das instituições militares. Dado o grande ciclo de influência militar que se iniciaria, Getúlio Vargas, apoiado em seu comando militar, promoveria a centralização e a institucionalização das Forças Armadas, cercandolas, como mostra a tese de Edmundo Campos Coelho<sup>43</sup>, por um sentimento de coesão e identidade nacional, rompendo com as antigas formas de dominação regional, marcantes do conhecido coronelismo. As expressões dessa centralização dos militares se fizeram presentes na luta contra a “intentona comunista” em 1932 e no ano de 1937 com a construção do Estado Novo; que aliás elevou a institucionalização do Exército a um nível até então impensado, uma empresa<sup>44</sup> ou um partido.

A construção de uma chamada “Doutrina Militar do Estado Novo” esteve atrelada a uma série de atenuantes que a formaram enquanto tal. Na análise dessa constituição, a figura do General, chefe do Estado Maior das forças revolucionárias, Góes Monteiro aparece no centro como um dos grandes mentores intelectuais dessa “reforma militar”. Sendo correta a afirmação de que a produção intelectual não se separa das determinações práticas da vida do indivíduo, uma breve pincelada na biografia do autor é esclarecedora como forma de perceber sob quais bases ideológicas assentou-se as reformas.

---

<sup>43</sup> Edmundo Campos Coelho é partícipe da posição de autonomia construída no interior das Forças Armadas, em seu trabalho “Em busca de identidade o Exército e a política na sociedade brasileira” (1976) tenta mostrar que a função da DSN dentro das Forças Armadas foi a de produzir um consenso em seu interior, processo no qual é legitimada a formulação de diretrizes gerais e com as quais foram definidas as políticas substantivas da instituição. Para o autor, esse consenso se apresenta como condição de coesão; assim sendo a DSN tem importância para as Forças Armadas no que diz respeito à formação de sua identidade criando condições para que as políticas substantivas da instituição se tornassem viáveis, exercendo um papel facilitador da coexistência e integração das Forças Armadas na Sociedade, ou seja, se identifica a coexistência com um novo profissionalismo militar fundido às ideologias empresariais ao mesmo tempo assentados em um modelo unificado de organização social que diminuiria um conflito interno, o aparelho militar se integra com a sociedade (Coelho, 1976, p. 165 - 166).

<sup>44</sup> Campos Coelho, 1976, p. 97 - 98.

Góes Monteiro sempre se mostrou dedicado às funções militares, mais especificamente à organização militar. Ainda enquanto cadete ao cursar engenharia militar, entrou em contato com as táticas e os estudos sobre organização das forças armadas adotadas pelo exército alemão, e também foi ativo na missão militar francesa que aportou no Brasil. Posteriormente no início do governo Vargas, porta-voz das aspirações de renovação nacional do movimento tenentista, Góes Monteiro<sup>45</sup> preconizava, entre outras coisas, o nacionalismo econômico e um Estado forte para a implantação de indústrias nacionais de base e exploração autônoma das riquezas do subsolo, única maneira, segundo ele, de construir a verdadeira segurança da nação e de fazer valer a “política do Exército”.

A capacidade industrial do país confundir-se-ia com a capacidade militar, e a forma de viabilizar esse projeto estaria na ordem e na disciplina em conformidade com os princípios da organização militar. Desse modo o anticomunismo, que cresceu consideravelmente depois da chamada Intentona Comunista de 1935, além de unir a tropa, justificava também medidas de exceção internamente, pois no entender de Góes Monteiro, a defesa nacional seria o resultado de uma política de desenvolvimento que implicaria *“uma estratégia global de rígida contenção das forças políticas em luta e disciplina social”* (Garcia, p. 24-25).

O comunismo comporia de forma explícita o ideário do regime varguista inclusive servindo aos militares como Góes Monteiro, de instrumento na formação da já citada identidade militar. A força do anticomunismo no Estado Novo foi tão intensa que chegou a ser comemorado anualmente através da homenagem às vítimas militares da “intentona”.

De acordo com Mauricio Broinizi Pereira, o comunismo é, sem dúvida, formador da política do Estado Novo, *“depois da farsa do Plano Cohen, utilizado para convencer o Congresso a apoiar a Lei de Segurança Nacional, a justiça de exceção e o estado de sítio, e para impor o estado de guerra, que inaugurou a ditadura, o anticomunismo foi também implantado em outras áreas do Estado,*

---

<sup>45</sup> Fortemente cooptado pelo autoritarismo de Alberto Torres e Oliveira Viana, o general pregava um Estado fortemente centralizado voltado única e exclusivamente ao poder nacional, o que o ligava claramente ao modo de política estabelecida pelo fascismo italiano.

*principalmente através do tribunal de Segurança Nacional, onde foram julgadas milhares de pessoas entre 1937 e 1940” (Pereira, 1997, p. 14).*

Esse anticomunismo exagerado no interior da ideologia do Estado Novo é sentido na fala do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra:

*“(...) o exército elabora uma pedagogia que irá inspirar posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis. O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação dos princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições. (...) O capitão Severino Sombra, redator da seção de pedagogia da revista *À defesa Nacional*, elabora em janeiro de 1935, a pedido de Góis Monteiro, um documento sobre política social do Exército. Tratando especificamente da educação militar, sugere que a educação patriótica deveria ser iniciada ainda na escola. Analisando a ação pedagógica comunista nos quartéis, toma-a como exemplo para o Brasil. Recorre à literatura marxista para confirmar a idéia de que este trabalho educativo deve ser começado na infância, supondo que, se para os comunistas a propaganda de classe deve ser oposta ao ensino patriótico, o inverso será necessariamente verdadeiro. (...) A vinculação da educação às questões de segurança nacional confirma a idéia de que, no Estado Novo, a educação deveria constituir-se em um projeto estratégico de mobilização controlada”. Em documento reservado dirigido ao presidente Vargas em 1939, Dutra define a educação como setor de atividades estreitamente ligadas aos imperativos de segurança nacional, “O Brasil reclama um sistema completo de segurança nacional, o que pressupõe, fundamentalmente, uma entrosagem dos órgãos militares com os da educação e da cultura. (...) E, não obstante, assinalam-se, no setor pedagógico do Brasil, muitos obstáculos a serem vencidos, para que o objetivo da política de segurança nacional possa ser completamente alcançado” (Dutra apud Pereira, 1997, p. 15).*

Muito mais do que segurança nacional e anticomunismo, o discurso de Dutra reflete uma reorganização das funções das forças armadas no âmbito nacional; isso porque ao tratar dos objetivos pedagógicos como fundamentais na construção de um estado seguro, o exército, na visão do ministro, não seria mais apenas espectador, e sim organizador e condutor da política no interior do Estado.

Sobre esse ponto recorreremos uma vez mais ao historiador Mauricio Broinizi Pereira, que ressalta o papel fundamental que tiveram os militares na sustentação do Estado Novo. Enquanto instituição, as forças armadas, ganhou identidade, estrutura, organicidade, definição doutrinária e consolidação hierárquica, *“entretanto, o que, curiosamente, não tem sido considerado, é que, assim como a reorganização das Forças Armadas e do Estado brasileiro se confundiam durante a Era Vargas, essa nova instituição militar também era formada em estreita relação com funções de governo”* (Pereira, 1997, p. 17).

Governo que no caso do Estado Novo, caracterizava-se pelo autoritarismo centralizador, demiurgo de uma “modernização” e integração nacional, apoiados nos interesses das classes dominantes em detrimentos aos trabalhadores. Concentrou no nível federal a tomada de decisões antes partilhadas com os estados e foi autoritário, centralizando no executivo as atribuições anteriormente divididas com o legislativo, trazendo a proposição máxima de que só um governo forte torna possível a realização da verdadeira democracia (Oliveira, 1982, p. 10)

<sup>46</sup>.

Protetores do estado ditatorial, com o objetivo de sustentar e manter intacto a centralização do poder, os militares se viam inseridos na vida nacional com objetivos bem definidos que de longe extrapolavam as funções militares. De um lado a manutenção da ordem, de outro a condução política no Estado.

*“Das 23 unidades da federação, incluindo estados, territórios e distrito federal, 19 foram administradas por interventores e governadores militares, ao longo dos quinze anos de Governo Vargas; e nada menos do que 69 militares revezavam-se nestes cargos, sendo grande maioria do Exército e, em menor número, da Marinha, inclusive alguns oficiais de baixa patente, os ‘tenentes’. Além disso, houve ampla participação militar na administração de setores públicos, de empresas estatais e de vários órgãos e institutos criados para impulsionar o processo de industrialização e ‘modernização’ nacionais. Produziu-se a idéia de que, depois de desmobilizados, disciplinados e colocados sob o comando da hierarquia militar, os ‘tenentes’ interventores foram afastados dos governos para dar lugar à acomodação dos políticos locais, dado que havia sido refeito o ‘pacto oligárquico’, nas*

---

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

*eleições de 1933. Entretanto, esta parece ser apenas uma meia verdade, pois, ainda que a maior presença militar nos governos estaduais tenha ocorrido entre 1930 e 1934, em alguns estados os militares, e não só os ‘tenentes’, continuaram ocupando governos estaduais, ou foram reconduzidos após 1937. Mesmo com a ‘destenentização’ do Governo Vargas em 1933/34, pelo menos dez estados ainda tiveram governadores militares ente 1935 e 1945.” (Pereira, 1997, p 18).*

A presença do “partido” militar nas funções do Estado brasileiro é intensa e ocorre justamente quando os militares estavam operando internamente uma redefinição de suas instituições, não é por menos e bastante razoável supor que se processou de um lado uma formação profissional militar, de outro uma nova percepção de seu papel dentro do Estado como condutores de um projeto nacional.

Além, dessa forma específica de institucionalização militar – condicionada pela participação dos mesmos na vida política e sua identificação com um modelo autoritário de Estado – as forças armadas passaram a se infiltrar, em vários outros setores da sociedade, gerando um acúmulo de conhecimento necessário a sua nova função política, *“transformando as Forças Armadas num lugar privilegiado para se desenvolver uma determinada (e detalhada) percepção dos problemas nacionais, além de uma grande desconfiança em relação aos políticos tradicionais/regionais sem ‘projeto nacional’.”* (Pereira, 1997, p 20 - 21).

Mais uma vez as palavras do general Góes Monteiro são reveladoras sobre a característica da Força Militar brasileira, quando diz:

*“(...) um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividade, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo, o regime político-social – tudo enfim que afeta a política militar do país. (...) sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve ser criada no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no exército (...). A política do*



*Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza - e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria” (Monteiro apud Pereira, 1997, p. 21).*

Se qualquer dúvida pudesse ser levantada em relação ao papel que os militares atribuíam a sua própria instituição, o discurso do general deixava clara a posição: “um órgão essencialmente político”, mais do que isso os militares seriam, em sua visão, os projetistas de uma política “genuinamente” nacional que deveria cooptar, sem exceção, todos os setores da sociedade. Em último ponto essa política nacional estava voltada a uma mobilização para a guerra, sendo essa última o norte das intenções militares. Não nos esqueçamos que o momento que caracteriza o discurso de Góes Monteiro é marcado, externamente pela Guerra Fria e internamente pela formação da “Doutrina de Segurança Nacional”, nas quais o conceito de guerra total e mobilização nacional estavam em voga.

Seguindo essa linha de raciocínio, a política de segurança interna e externa é definida pelo general e aparece em sua fala como pontos essenciais do projeto nacional, diz ele:

*“O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para esse fim serem evidentemente tão fortes quanto possível, de modo que nenhum outro elemento antagônico à sua finalidade possa ameaçar os fundamentos da Pátria. Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com fraqueza só se constroem lágrimas(...).” (Monteiro apud Pereira, 1997, p. 23).*

O autoritarismo – de cunho ditatorial - é sentido de forma explícita nessa passagem, sendo o poder a peça chave para a consolidação do que podemos chamar de política nacional militar. Esse poder é adquirido única e exclusivamente pela força e coerção, não só das populações, mas como de

quaisquer setores da sociedade que se ponham contra o projeto nacional estabelecido.

Segundo o historiador Mauricio Broinizi Pereira, Getúlio Vargas reorganizou e forneceu amplas bases estruturais às Forças Armadas. É possível essa percepção se olharmos para o balanço econômico do Governo Vargas entres os anos de 1930 e 1954, período em que grande parte dos investimentos do Estado estiveram voltados às forças militares; foram investidos no aumento dos quadros efetivos em torno de 170 mil, fazendo com que as despesas militares girassem em torno de 24% a 36,5% do orçamento federal, valor que segundo Broinizi ultrapassou e muito os gastos durante a ditadura de 1964 (Pereira, 1997, p 24 - 25). Vargas gastou em média mais de uma quarta parte de seu orçamento federal com as Forças Armadas que estiveram envolvidas em todos os tipos de programas desenvolvidos pelo governo, desde educação e saúde, até atividades de comunicação e transportes. Contudo a questão da segurança nacional continuava sendo o foco nos discursos governamentais a exemplo da fala do ministro da educação Gustavo Capanema:

*“(...) há dois fatores a considerar quando se focaliza o surto de progresso do Exército na nova fase republicana que se iniciou no Brasil em 1930 e culminou em 1937. O primeiro é o aparecimento de um chefe de Estado na altura de compreender que a solidez das instituições de uma nação é decorrente da eficiência de suas forças armadas. O segundo é o próprio espírito dessas forças armadas, que as vicissitudes de um republicanismo doentio jamais apagou. Defrontaram-se assim, em 1930, um governo revolucionário e um exército esfacelado. O homem e a força se olharam com reserva, porque não queriam estreitar-se num abraço precipitado. Seriam necessários mais alguns anos, uma guerra civil em São Paulo, motins de quartel, tentativas impatrióticas inspiradas em interesses estranhos, para que, finalmente, o homem e a força trocassem o abraço sincero, firme, duradouro, sobre o qual repousa a tranqüilidade nacional. O Sr. Getúlio Vargas não cortejou interesseiramente o Exército, nem o Exército se prostrou com subserviência aos seus pés. Os princípios do homem se casaram com o espírito da tropa. O estadista foi buscar muito longe a origem dos males que afetavam nossas instituições armadas, males tão grandes, que se refletiam diretamente sobre o país, comprometendo sua segurança. E a força, tocada em seu espírito, reanimada pelo remédio salvador que a República*

*Velha lhe negara durante quase meio século, retesou seus músculos sadios e vigorosos numa sacudidura de gigante que se liberta” (Capanema apud Pereira, 1997,p. 197).*

Usando a figura de linguagem do próprio Capanema, as relações afetivas entre o “projeto militar” e o “projeto nacional”, estavam cada vez mais consistentes, a ponto de não haver possibilidades práticas nem teóricas de separação entre elas. Dessa união a “segurança nacional” surge apoiada no “desenvolvimento”, e ambos despontam como sendo os objetivos nacionais e permanentes de toda a nação; haja vista o tratamento dado à questão da guerra moderna como *“uma contenda de usinas e técnicos destruidores a serviço de uma vontade única, a vitória e a derrota são frutos dos trabalhos de paz orientados por essa mesma vontade”* (Monteiro apud Pereira, 1997, p. 28), ou seja, a “vontade única” que representa os interesses específicos de uma classe social – no caso os militares - passam a se configurar como objetivos de toda uma nação, conseqüentemente o sucesso ou fracasso desse projeto podem ser atribuídos à falta de organização e controle dessa população (vontade nacional). Daí mais uma vez o autoritarismo centralizador vem como forma de garantir a eficácia da mobilização e a concretização do projeto nacional.

Em última análise, a identificação entre o Estado Novo e a “nova doutrina militar” de “segurança nacional” imbuía, não só os militares, mas o próprio Getúlio Vargas de um discurso altamente patriótico e voltado às potencialidades brasileiras, pois *“com o Estado Novo, não há como negar, o Brasil vê sensivelmente fortalecido o poder central e a unidade nacional, e com essa obra desse alto patriotismo, prestigiadas as forças especificamente nacionais, como o Exército e a Marinha”* (Dutra apud Schwatzman, p. 199). Estavam lançadas as bases do “Brasil Grande”.

A Segunda Guerra Mundial viria reforçar nos discursos oficiais a formação do País Potência entre os objetivos do Estado. Como tentamos demonstrar até agora, a força do Estado Novo esteve ligada diretamente às estruturas militares, para a garantia da consolidação de poder. Sendo assim é justamente nas realizações militares que o “Brasil Potência” iria ser foco de atenção, como mostra o discurso de general Dutra em 1940

*“Tem já o Exército na Fábrica de Itajubá onde forjar seus sabres e fuzis; na de Bonsucesso, suas máscaras contra gases; na de Juiz de Fora, seus estojos e espoletas de artilharia; na de Andaraí, seus projéteis; na de Curitiba, suas viaturas militares; na do Caju, seus aparelhos de transmissões; na de Piquete, suas pólvoras e os mais diversos explosivos, todas planejadas, construídas ou remodeladas no decurso deste decênio, além da ampliação da antiga Fábrica de Cartuchos do Realengo e do equipamento modernizado dos arsenais do Rio de Janeiro, e do General Câmara, no Rio Grande do Sul, cujos índices já atingiram um alto grau de eficiência” (Dutra apud Pereira, 1997, p. 226).*

De acordo com Mauricio B. Pereira, não era comum, no Governo Vargas, o emprego do termo potência para designar suas aspirações nacionais, contudo, era frequente a comparação entre as nações “fortes e fracas”, no que dizem respeito às suas condições políticas, sociais e econômicas. A importância das riquezas nacionais – principalmente as naturais tão ressaltadas pela geopolítica – também fazia parte dos tópicos de uma grande potência, além da industrialização, modernização e progresso nacional respectivamente, símbolos do governo Vargas. O Brasil estava fadado a um grande destino, *“O Brasil Grande, o Brasil Potência, estava de uma forma ou outra, no horizonte dos comandantes militares do Estado Novo e de sua principal liderança civil”* (Pereira, 1997, p. 32).

Essa específica forma ideológica de organização estatal, baseada na segurança e no desenvolvimento, passou a fazer parte constitutiva do Estado, servindo como um de seus instrumentos, na garantia de superar as deficiências nacionais através da via autoritário-ditatorial. Seguindo essa linha de pensamento o Estado Novo buscou em todos seus anos de existência, submeter à sociedade civil e os interesses parciais e organizados na tentativa de sanar qualquer foco de insurgência ou “subversão” de pudesse desviar o país de seu caminho, de seu projeto nacional estabelecido como Potência Mundial. O país deveria se tornar forte, e essa força ser digna de uma potência, para tanto era preciso realizar com o máximo de autonomia uma política externa e interna na qual não haveria lugar para questionamentos, uma representação de obstáculos (Pereira, 1997, p. 34)

Nesse caso a defesa “interna” tão intensamente exaltada da pela “segurança nacional”, pode ser entendida como unicamente a manutenção da “ordem”, ou seja, o desenvolvimento só poderia ser alcançado se a nação como um todo, compreendesse que para se chegar ao destino de Grande Potência, era necessário um poder centralizado e coercitivo; com isso, *“queimar etapas, alcançar o desenvolvimento industrial e dotar o país dos meios necessários para a plena realização de seu ‘glorioso destino’ de ‘nação forte e independente’.* Assim, até o desafio de uma grande guerra poderia prová-la. Este passou a ser o maior objetivo das Forças Armadas, transformado em ideologia do Estado, Estado de segurança, ideologia de segurança nacional” (Pereira, 1997, p. 34 - 35).

Diante do apresentado até agora, algumas considerações acerca do Projeto Brasil potência se fazem necessárias para evitar possíveis incompreensões analíticas. Em primeiro lugar destacamos o fato de que, em termos práticos, não é possível falarmos em projeto de potência nos moldes significativos da palavra, isto é, não há um projeto fechado, uma cartilha ou um corpo doutrinário no qual possamos encontrar um plano de ação hegemônico. Entretanto, os discursos oficiais no Governo Vargas manifestaram essa posição, do “Brasil Grande”, de modo incisivo. Os ideólogos do Estado Novo expressavam em suas falas a celebração do regime, utilizando os discursos como meros veículos publicitários, entretanto é possível perceber de maneira sutil que muito daquilo que aparentava estar num plano teórico, foi de um modo ou de outro posto em prática no Estado, *“O Brasil Potência [...] estava no horizonte dos comandantes militares do Estado Novo e sua principal liderança civil”* (Pereira, 1997, p. 32).

O exemplo das realizações no campo das forças armadas como o próprio Getúlio gostava de frisar, são esclarecedoras:

*“Uma obra gigantesca foi realizada no período de meu Governo que pode ser limitado entre 1937 e 1945 – precisamente a formação de uma nova estrutura de defesa nacional. As reformas do Exército, da Marinha e a criação do Ministério da Aeronáutica estão aí. Os materiais bélicos que dispunha o Brasil em 1930, todos sabem que não passava de alguns resíduos de ferro velho da guerra de 1914. Criei Divisões Motorizadas para o Exército Nacional [...]. Dei ao exército os meios materiais e de ensino e treinamento, para*

*que nossos oficiais se apresentassem nos quadros das Forças Armadas do Mundo iguais em capacidade técnica, eficiência, dedicação.” (Vargas apud Pereira, 1997, p. 24).*

Não se pode negar como já evidenciamos que as realizações de Vargas nesse campo correspondem ao pronunciado. Inegável também que o campo militar era considerado o ponto máximo da política de potência, como ditava Vargas em 1946, *“O Brasil possui hoje quadros técnicos militares nas Forças Armadas de terra, mar e ar iguais aos de qualquer Nação do mundo. Isto foi feito e a política não destruiu. E não destruirá.”* (Vargas apud Pereira, 1997, p. 24).

Está claro que as Força Armadas tiveram papel central na condução do Estado Novo. Desse modo concluímos que não são poucos os papéis atribuídos à ideologia de segurança nacional; além de garantir um reconhecimento da instituição militar como classe, ela também conduziu as ações do governo em âmbito internacional, uma vez que as ligações com os governos totalitários e o cenário de guerra colocavam na ordem do dia os objetivos hegemônicos como centrais.

No interior do Estado brasileiro a “segurança nacional” iria criar um vínculo duradouro entre a corporação militar e a ideologia de combate ao comunismo, que somados ao êxito na condução do Estado Novo e a identificação com a ditadura, davam aos militares os instrumentos para intervir mais diretamente na política nacional. Daí surgiram as contradições decisivas para os rumos do país; isso porque a ideologia conferia aos seus governantes uma maior liberdade em suas ações garantindo assim múltiplas possibilidades para a realização de quaisquer projetos, inclusive o de potência. Nesse caso períodos democráticos não eram vistos com bons olhos e a Ditadura se tornaria a melhor opção.

A formação do Estado Novo garantiu as bases da institucionalização das Forças Armadas, assim como a participação das mesmas na condução do governo promoveram um primeiro e decisivo modo de inserção do exército na sociedade brasileira. Entretanto a formação ideológica dos militares iria ainda ser “implementada” pela participação das tropas na Segunda Guerra com a criação da Força Expedicionária brasileira e posteriormente o advento da Escola Superior de Guerra.

A importância da FEB na Forças Armadas é ressaltada e discutida por grande parte de historiografia, mas foi principalmente no interior dos próprios escalões militares que essa evidência se concretizou. No ano de 1960 era publicado pelo ministério da Guerra/biblioteca do Exército, as memórias do Ten.cel. Manuel Thomaz Castello Branco, intitulado o *Brasil na II Guerra*, os escritos do militar não são únicos, mas sem dúvida representam o grosso das idéias que circulavam na época acerca do papel decisivo da Guerra nos meios militares. De acordo com o militar:

*“Mesmo participado do conflito de forma discreta, a Forças Armadas brasileira sofreram profundamente as suas influências, podendo-se mesmo afirmar que não houve setor das suas atividades que não tenham sentido as suas reações, a começar pelo próprio homem que muito se valorizou no embate com a realidade. Se a posição militar no seio da sociedade já era de destaque pela sua ativa participação na formação da nacionalidade e de fiéis defensores da sua soberania, mais se realçou e reafirmou perante a nação pelas imperecíveis conquistas obtidas no campo de batalhas em confronto com os melhores soldados da época. Os reflexos no âmbito interno das suas próprias instituições asseguram-lhe um clima de maior sociabilidade, mais suave, compreensível e tolerante, bem como melhores padrões de vida à altura do seu nível cultural, criando um novo ambiente de convivência que, aos poucos, vai modelando novos hábitos e afirmando novos conceitos mais adequados ao progresso”* (Branco, 1960, p. 374).

O documento acima é a expressão de aspectos importantíssimos que compunham o ideário militar no período. O primeiro destaque refere-se à influência da Guerra na formação militar, mais especificamente o militar de profissão, que passa a ter uma maior clareza da realidade a sua volta e por consequência uma maior possibilidade de intervenção. Como segundo ponto, na continuidade desse raciocínio, esse homem militar agora mais claro de suas funções no Estado passa a buscar alternativas mais adequadas ao progresso.

Como visto o progresso vigora como o norte das intenções militares, sempre ligados a sua função na sociedade e a segurança nacional:

*“Durante a Guerra as Forças Armadas brasileiras desenvolveram-se bastante e se modernizaram, triplicando os efetivos do Exército. Ao encerrar-se o conflito, porém, começaram a perder, progressivamente, partes dos seus efetivos em praças, desnecessárias, na ocasião a segurança nacional, para logo crescerem os quadros oficiais, em decorrência das sucessivas reformas de base, destinadas a dar-lhes organização mais compatível com seus elevados encargos, que já não envolvem apenas os supremos interesses da nação, mas a própria integridade continental” (Branco, 1960, p. 574).*

A despeito da defesa da integridade continental o centro de ataque era o comunismo, contudo, diferente dos anos anteriores, na década de 1950 em fator da Guerra Fria o medo do comunismo não se restringia apenas às fronteiras entre Ocidente e Oriente, muito pelo contrário ele fazia parte das preocupações internas do Estado, já que de acordo com a ideologia militar eram a falta de desenvolvimento e a miséria resultante, os focos geradores do comunismo. Ao tratar da situação do nordeste o autor sintetiza:

*“Demais será preciso que todos os brasileiros compreendam que o problema do nordeste é de âmbito nacional, devendo a ele se dedicar com igual empenho e entusiasmo. Enveredamos, assim, por novos caminhos, únicos capazes de nos conduzir, sem tormentas, à consecução dos objetivos nacionais, pois, se não modificarmos, com sabedoria, este panorama, teremos sempre pelas costas um permanente foco de perturbações sociais, tão ao gosto dos maquinadores contumazes que, sem escrúpulos, procuram tirar proveito de situações como essa, para engrossarem as suas correntes partidárias [...]. O comunismo será fatalmente, o mais beneficiado nesta competição, dada a fertilidade do terreno à sementeira das suas idéias e princípios” (Branco, 1960, p. 573).*

Já ressaltamos aqui a importância do anticomunismo, entretanto retornamos mais uma vez a esse ponto, pois é esse anticomunismo juntamente com o contato entre a FEB e os norte-americanos que promoveram uma estreita



relação entre os militares brasileiros e os valores norte-americanos, como é sentido na passagem abaixo:

*“Com respeito às doutrinas de emprego devemos, desde logo, ressaltar, que abandonamos os velhos conceitos franceses, que tantos e tão preciosos frutos produziram, em troca das normas norte-americanas, que nos guiaram durante a guerra e que, por certo, continuarão a nos nortear a conduta no futuro, pois, tendemos, novamente, para as guerras de coligação. Com a divisão do mundo em dois blocos ideológicos, Comunismo de um lado, Democracia do outro, aquele liderado pelos russos, este pelos norte-americanos, não haverá alternativa para os seus aliados, senão cerrarem fileira sobre eles, sob pena de se verem esmagados pelo tropel das hostes inimigas. A despeito dessa nova ordem, não devemos perder de vista os nossos próprios problemas, cujas responsabilidades não poderemos delegar a terceiros, exceção daqueles que, pela sua natureza, envolvem interesses comuns a mais de um país”* (Branco, 1960, p. 576).

E continua o autor,

*“Estamos, portanto frente a dois problemas bem distintos: um de natureza intercontinental, outro regional, cujo equacionamento está a exigir muito tato, prudência e discernimento, para que a solução que venha a ser dado a um deles, não redunde em prejuízo do outro. Face à hipótese de uma guerra intercontinental, seremos fatalmente, simples cooperadores, pelo menos em futuro próximo, o que, entretanto, não deverá nos impedir de opinar sobre as decisões que venham a ser tomadas, pois os rumos imprescindíveis dos acontecimentos poderão nos alçar à liderança continental, enquanto com relação à regional seremos, forçosamente, os seus condutores, cabendo-nos, neste caso, todas as responsabilidades pelos acertos e erros, por acaso cometidos”* (Branco, 1960, p. 576).

Nos dois trechos acima estão expressas as duas principais funções do comunismo. Num primeiro plano ele serviria à ideologia como um facilitador da absorção das idéias de uma sociedade liberal, “cristã” e democrática pregadas pela ideologia de segurança americana. Num segundo momento, ou paralelo ao primeiro, o anticomunismo reorganizaria o discurso hegemônico dividindo-o em duas vertentes, uma de *potência* outra de *co-potência*. Antes de nos

enveredarmos por esses caminhos que irão levar ao discurso de potência, devemos aqui ressaltar outro ponto que passa despercebido no discurso.

O retorno da FEB, pós Guerra, representa para o interior da caserna uma enorme contradição, entre ter combatido as forças do totalitarismo na Itália e ter no país um regime ditatorial, isso sem dúvida provocou uma reação anti-Vargas em grande parte dos oficiais da FEB. Todavia não podemos atribuir de modo arbitrário a pressão do oficialato ao movimento de deposição de Vargas e liberalização do regime. Contudo o descontentamento de parte do militares é percebido pelo alto comando que no mesmo instante em que a os oficiais retornam da guerra, sua guarnição é dissolvida numa tentativa de preservar a hierarquia. O general Góes Monteiro, percebendo a gravidade da situação, procurou estabelecer as coisas ao seu jeito e manter controle da situação; de um lado havia um clima político amplamente favorável à democratização, incluindo as posições da vários oficiais, nem todos da FEB; por outro lado devido à conjuntura Getúlio Vargas apelava em seus discursos ao povo e o chamado “queremismo”, o que gerava uma desconfiança em relação aos objetivos de continuidade do regime.

Segundo Mauricio Broinizi Pereira, o general Góes Monteiro, “*de total simpatizante do nazismo, transformava-se em um fiador da democratização*” (Pereira, 1997, p. 44), pois dele saiu à articulação da deposição de Vargas. A partir de então, a inserção dos militares na vida política nacional esteve mediada pelas tensões e disputas internas, e sua relação com os partidos civis e os projetos nacionais em jogo. Pereira alerta para o fato de que a grande questão a ser respondida era estabelecer qual projeto político nacional garantiria a integridade do poder, a disciplina e a unidade institucional das Forças Armadas, paralelamente a continuidade dos objetivos nacionais permanentes (*idem*, p. 44).

Não sendo possível acontecer de outra maneira - com o advento da deposição de Vargas - os militares não ficaram inertes em relação à definição do projeto nacional levado a cabo pelas lideranças civis, muito pelo contrário a participação do oficialato foi efetiva. Representantes do Governo Vargas, os militares se apresentavam como seus sucessores diretos, tanto na oposição quanto na situação, ou seja, a tese que até agora defendemos, da institucionalização militar gerar condições de “governabilidade” se confirma,

principalmente se levarmos em conta o quadro que remonta as eleições e seus candidatos no período de 1945 até 1960.

Em todas as eleições, 1945, 1950, 1955 e 1960 foram disputadas por candidatos militares, um exemplo disso esta candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN em 1945 e 1960; também esteve à frente das urnas o então general e ideólogo da segurança nacional Juarez Távora pelo PDC/UDN em 1955, derrotado. Em 1960 o general Lott também dava as caras nas eleições sem nenhum sucesso. Contudo a única vitória esteve nas mãos do general Eurico Gaspar Dutra em 1945.

Ainda que as derrotas nas eleições tenham sido acentuadas, não devemos negligenciar o fato de que em todas elas os militares estiveram presentes e mais do que isso: todos os governos civis até Jânio Quadros sofreram fortes intervenções, *“três delas derrubaram presidentes, Vargas duas vezes e João Goulart; uma tentou impedir a posse e a outra fez garantir-la, no caso de Juscelino Kubitscheck; e, finalmente, houve a que tentou impedir a transformação do vice-presidente João Goulart em presidente”* (Pereira, 1997, p. 45). Seguindo essa linha de raciocínio as teses que remontam o período e atribuem o papel de poder moderador aos militares caem por terra.

Os militares em todos os momentos, pelo menos da década de 1930 até 1960, intervieram diretamente na vida nacional, sem dúvida que sua experiência internacional na guerra, a inserção no governo, o estreitamento das relações de poder no Estado – além do conhecimento preciso da máquina estatal – criaram entre os comandos militares a sensação de preparo para levar a cabo um projeto “modernizador”. Desse modo as disputas militares de cargos no Estado representavam essa preocupação “desenvolvimentista”, seja o desenvolvimento-associado ou autônomo não importa, a constituição de um projeto político de potência fazia parte essencial de suas pretensões.

A síntese apresentada por Mauricio B. Pereira é esclarecedora nesse ponto, segundo ele:

*“Não continuavam os militares cientes e atentos sobre o desenrolar da política das potências no pós-guerra? Não buscavam um novo papel político e militar para o Brasil após sua participação na Segunda Guerra? Por que crescia, entre*

*os militares brasileiros, a tendência liberal que buscava uma aliança privilegiada com os Estados Unidos? Não seria porque crescia a influência e liderança norte-americana nos rumos mundiais do pós-guerra? Os Estados Unidos não haviam se constituído na maior potência econômica e industrial e na maior máquina militar do planeta? Não teriam os norte-americanos as melhores condições objetivas para contribuir com o desenvolvimento econômico e militar do Brasil? E por que a outra tendência, dos militares nacionalistas, inflamava-se em defesa, do petróleo, do controle sobre o capital estrangeiro, de uma maior autonomia na política externa, e do desenvolvimento alicerçado em bases estatais e nacionais?” (Pereira, 1997, p.50).*

Essas indagações revelam de maneira correta as preocupações no interior da instituição militar, são elas que sem dúvida guiam as ações do partido militar nesse período. No entanto, podemos supor que esses anseios causaram divisões internas na política militar, isso porque de um lado cresciam as correntes ligadas à segurança nacional; de outro o aumento substancial de valores entre os brasileiros e os norte-americanos; e somado a essas duas vertentes havia também o aumento da segurança interna, símbolo do anticomunismo. E não menos importante criava-se também, frutos da hegemonia dos discursos geopolíticos, um sentimento de proteção e exaltação das riquezas naturais como modo de alavancar o Brasil no cenário internacional.

São inúmeros os exemplos dessas disputas internas, haja vista as tensões criadas no interior do clube militar acerca da estreita relação entre militares e o Estado brasileiro. Por mais que as divergências existissem, elas operavam internamente a instituição por isso não representavam um problema, pelo contrário o partido militar tinha um núcleo com objetivos comuns e bem definidos - como a segurança nacional, fortalecimento das Forças Armadas, o desenvolvimento industrial e tecnológicos - como alicerces para o projeto político de potência.

Desse modo podemos afirmar que existiram objetivos comuns, definitivos na deposição do presidente João Goulart em 1964. Isso porque com o advento da Escola Superior de Guerra na década de 1950, as intenções modernizadoras e desenvolvimentistas promulgados pelos militares foram fortemente acopladas às intenções das elites civis.

Essa congruência de valores entre as elites e os militares, denunciada na monumental obra de René Dreifuss<sup>47</sup>, entraram em desacordo com a política do então presidente João Goulart – marcada por uma administração independente e pelas alianças com setores sindicais e organizações camponesas – criando uma situação onde o golpe de Estado apareceria, para os comandos militares, como a forma de garantir o desenvolvimento das forças produtivas, manutenção intacta da acumulação, e conseqüentemente promoção de um desenvolvimento sem precedentes “digno” e uma grande nação. Em fim “a solução da baderna”.

Desde a construção do Estado Novo por Getúlio Vargas a corporação militar assumiu a responsabilidade de construção de um Estado Nacional brasileiro forte, integrado e desenvolvido, missão essa que extrapolou as diversas conjunturas políticas, até mesmo se sobrepondo às formas dos regimes políticos no Estado. Dentro dessa linha reflexiva, o período de intervenção dos militares na política brasileira que se iniciou em 1964 e se estendeu até 1985, pode ser percebido *“como um traço constitutivo da nossa tradição política, na qual, episodicamente, a ‘missão militar’ adquire ao início a forma de movimento, depois*

---

<sup>47</sup> René Armand Dreifuss em sua obra “1964: A conquista do Estado” centraliza o papel da Escola Superior de Guerra, como um órgão que fez a junção entre civis e militares, tanto no que diz respeito ao capital privado como no Estado, aquilo que o autor chama de ligações orgânicas. Pois ao examinar a composição do quadro de pessoas no interior da instituição, pode-se observar a extensão em que essa escola conseguia socializar os mais variados atores políticos dentro da sociedade civil e da sociedade política brasileira. (Dreifuss, 1987, p. 80). Ele analisa de maneira sistemática a ação da classe capitalista através dessa chamada “elite orgânica” composta por “tecno-empresários” e militares; esse estudo baseia-se na função e nas atividades de uma organização política – o complexo IPES/IBAD – liderada pelo bloco de poder multinacional e associado, cujo em fator das influências que esses setores exerciam na sociedade, foi possível uma organização bem arquitetada entre as elites do capital, “Uma vez unificada as varias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando um “plano geral”, a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua casa, neutralizaria a dissecação e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou a passividade das classes subalternas” (Dreifuss, 1981, p. 229). Em sua visão isso acontece porque havia uma igualdade de valores entre os militares e os empresários principalmente no que se refere aos interesses do capital multinacional-associado e o ritmo e a orientação do desenvolvimento capitalista no Brasil, sendo assim *“A conquista do poder político pela elite orgânica não foi simplesmente um resultado da crise político-econômica do período e o imediato colapso do regime, levando a uma subseqüente queda do governo. Nessas críticas condições, a elite orgânica tentou levar adiante uma campanha para dominar o sistema tanto em termos políticos, quanto ideológicos”* (Dreifuss, 1981, p. 229). A igualdade de ideais deve-se, de acordo com o autor, não só pela grande influência dos empresários civis na Escola de Guerra, mas também das Forças Armadas Norte Americanas, desde a participação do Brasil na guerra que criou condições para a formulação da DSN. Em síntese, essa influência do capital associado de um lado e os Estados Unidos de outro, fez com que a doutrina girasse em torno do binômio segurança e desenvolvimento.

*de regime, para finalmente esgotar o próprio fundamento da modalidade de Estado erigida a partir de 1930.*” (Del Vecchio, 2004, p. 170), isto é, a ditadura.

Uma característica marcante da ditadura militar brasileira foi a descontinuidade das políticas de potência, reflexo de um regime igualmente descontínuo, conflituoso e, muitas vezes, incoerente; dada a falta de unidade na elaboração dos projetos de governo de cada presidente militar e a interrupção da implementação dos mesmos nas sucessões.

Logo após a deflagração do golpe de Estado em março de 1964, o General Castelo Branco assumiu a representação do governo militar e demonstrou o interesse na elevação do Brasil à categoria de potência.

O cenário político mundial forçava que o Estado brasileiro se posicionasse diante da lógica bipolar da Guerra fria; portanto, a execução de um projeto de potência, deveria obrigatoriamente se inserir em uma relação de interdependência com a potência aliada, nesse caso, os Estados Unidos da América. Ambos os estados envolvidos esperavam benefícios com o estabelecimento de tais relações; o governo norte-americano ganharia a possibilidade de expandir sua economia e o governo brasileiro esperava obter empréstimos com condições vantajosas e assistência técnica para a implantação de um sistema de planejamento nacional, entre outros fatores. Desta forma, o projeto de potência deveria se submeter às relações de interdependência e abandonar as pretensões de autonomia e soberania nacionais, como demonstra Del Vecchio, “*A interdependência adquiriu estatuto superior ao da soberania, subordinado seu exercício ao combate à ‘subversão’.*” (Del Vecchio, 2004, p. 172 - 173).

Restava apenas ao estado brasileiro, a possibilidade de alcançar a hegemonia regional no interior do bloco latino americano, liderado pelos Estados Unidos. Nesse sentido, a política externa colocada em prática durante o governo de Castelo Branco, buscou um alinhamento com os países vizinhos do cone Sul – o pan-americanismo- obtendo êxitos, por exemplo, nas relações com a Bolívia e com o Paraguai (Del Vecchio, 2004, p. 173).

Apesar do sucesso pontual, não foi durante o governo de Castelo que o Brasil alcançou o status de potência regional. A derrota do pan-americanismo castelista estava estampada na economia e na sociedade: “*O fluxo de capitais estrangeiros esteve aquém das expectativas brasileiras; o aporte técnico*

*modernizador foi pouco expressivo; a dinâmica do comércio exterior manteve-se gravosa aos países periféricos (...).*” (Del Vecchio, 2004, p. 174), além do alargamento das distâncias sociais.

O insucesso das políticas de Castelo Branco promoveu o questionamento dos ideais *sorbonistas* e a exaltação dos valores nacionalistas defendidos pela Linha Dura e com a instituição de um regime de fato – com o AI-2, em outubro de 1965 – ficavam evidente quais seriam os rumos da sucessão presidencial.

A escolha do General Costa e Silva, representante dos ideais dos militares da Linha Dura, simbolizou a derrota da *Sorbonne* e a adoção de uma postura política inversa ao governo anterior. Para o novo presidente, a análise do contexto mundial demonstrava que as relações de interdependência estabelecidas entre os Estados Unidos e o Brasil buscavam a satisfação plena dos interesses norte-americanos e a manutenção da subordinação do Brasil à sua política hegemônica. Portanto, para superar essa condição afirmada pelo governo de Castelo Branco, Costa e Silva adotou uma política interna de desenvolvimento econômico e externa de soberania e segurança nacionais; o afastamento e as tensões com os Estados Unidos foram inevitáveis.

Com a finalidade de diminuir as distâncias entre centro e periferia no sistema capitalista e as diferenças sociais internas, Costa e Silva buscou um espaço de integração com outros países subdesenvolvidos ou terceiro-mundistas. Portanto, afirma Del Vecchio que *“A orientação da nova política externa limitava seu âmbito de referência a pouco mais do que a área de abrangência do ‘primeiro dos círculos concêntricos’, ou seja, a América Latina. Este era o espaço preferencial da integração e de projeção do poder nacional.”* (Del Vecchio, 2004, p. 177).

Não se tratava de um acordo mútuo entre os países latino-americanos – o pan-americanismo de Castelo Branco – mas de uma afirmação da condição de hegemonia brasileira na América Latina.

As consequências imediatas das ações de Costa e Silva foram o fechamento do regime – com o AI-5 – para a garantia do desenvolvimento interno, a afirmação da soberania nacional que provocou dissidências com os norte-

americanos e condescendências aos vizinhos do cone sul e a divisão interna da elite militar (Del Vecchio, 2004, p. 178).

Em meio à situação de descontinuidade e conflito, a escolha do General Médici para sucessão de Costa e Silva em 1970, representava um compromisso com a estabilização. A herança deixada pelo presidente anterior não era composta apenas de problemas; o crescimento econômico experimentado pelo estado brasileiro a partir de 1969 legitimava o autoritarismo instituído com o AI-5: *“A elite dirigente fardada acreditava no que era veiculado pela propaganda governamental como encontrou nessa crença a realização da missão tradicional dos militares.”* (Del Vecchio, 2004, p. 180 – 181). Com isso, estabeleceu-se uma clara política de potência, divergente do pan-americanismo de Castelo Branco e do terceiro-mundismo de Costa e Silva; Médici almejava o desenvolvimento, a ascensão do Brasil à categoria de potência mundial.

Para Médici, o congelamento das relações de poder entre as duas potências que disputavam a Guerra fria – Estados Unidos e União Soviética – durante a década de 1970, dava ao Brasil certa margem de ação. Não que se tratasse da negação do imperialismo, mas da extensão do poder nacional e a transformação do Brasil em potência; *“Essa singularidade do ‘modelo’ apontava para uma linha de ação que não colidia com as bases da ordem mundial estabelecida, mas pretendia a alteração da posição relativa ocupada pelo Brasil.”* (Del Vecchio, 2004, p. 183).

Os resultados obtidos pelo projeto de potência adotado por Médici tendiam a confirmar a ideologia do “destino manifesto” preconizada pelos geopolíticos brasileiros: o Brasil ocupava o oitavo lugar na economia mundial, observava um crescimento econômico interno, consolidava sua posição hegemônica na América Latina e era um forte candidato na luta pela hegemonia de todo o Atlântico Sul (Del Vecchio, 2004, p. 185).

Apesar dos resultados econômicos “extraordinários” – de acordo com as propagandas a favor do regime – era o sistema político que demonstrava fragilidade. Diante dos olhos internacionais, principalmente dos Estados Unidos, todo o crescimento econômico era fruto de uma política autoritária, de um regime cujos mecanismos não eram legítimos já que negavam as formas democráticas da representação política.



Ernesto Geisel enfrentou uma sucessão desafiadora. Devido alterações no contexto internacional que expunha a degradação do sistema bipolarizado, a política de Médici se tornou obsoleta e se fazia necessária a superação das suas estratégias. É importante ressaltar que o governo Geisel integrou o período denominado “Milagre Econômico”, portanto a questão da legitimidade política levantada pelos Estados Unidos era enfraquecida internamente pela propaganda que exaltava o crescimento econômico, além das formas repressivas de controle social.

Geisel encarou a evidente distância entre o Brasil e os países desenvolvidos e percebeu que um projeto de potência só se consolidaria naquele momento se o país aproveitasse as possibilidades abertas pelo novo quadro mundial de multipolaridade. Para tal, ele ultrapassou as fronteiras ideológicas tradicionais e firmou acordos bilaterais com países antes considerados subversivos, como a República Popular da China e Angola (Del Vecchio, 2004, p 187 – 188). Desse modo, as políticas do governo Geisel alcançaram o fortalecimento das posições nacionais e a afirmação da hegemonia brasileira nos “círculos concêntricos”. Também era pretensão da política externa adotada por Geisel a projeção do poder nacional para a África a fim de controlar as linhas de tráfego marítimo do Atlântico Sul que

*“(...) interessa muito mais ao Brasil do que qualquer outra área do universo. É ali que passam as principais linhas do tráfego marítimo, essenciais à nossa segurança, entre elas a chamada ‘rota do Cabo’. Será ali que teremos que proteger o nosso próprio território. Ocupada a vertente atlântica da África por uma potência militar hostil, o grau de ameaça que nos envolverá será permanente.” (Mattos, 1975, p. 75).*

Ficam óbvias as manifestações de não-alinhamento com os Estados Unidos e a intenção da afirmação da soberania nacional sob uma perspectiva fortemente autonomista da política externa que buscou a construção de uma órbita própria de alianças.

Ao final da gestão de Geisel, observamos a aceleração do desenvolvimento interno e o esforço em afirmar, no plano internacional, a autonomia nacional. Este governo aglutinou o apoio de quase todos os setores

militares, alcançando a maior base de consenso de todo o regime (Del Vecchio, 2004, p. 191).

Apesar da clara descontinuidade dos projetos de potência postos em prática pelos quatro governos aqui analisados – o pan-americanismo de Castelo Branco, o nacionalismo terceiro-mundista de Costa e Silva, o modelo brasileiro de desenvolvimento de Médici e a superação das fronteiras ideológicas de Geisel – houve um ponto de concordância entre eles. Todos personificaram no Comunismo o principal e maior inimigo que deveria ser perseguido e combatido com todas as forças, tanto no âmbito interno, quanto no externo<sup>48</sup>.

### **Capítulo III - A vocação geopolítica do Brasil: a construção dos ideais de potência no interior do determinismo geográfico**

*“O homem sempre viveu na íntima dependência do solo. Não foi em vão que do barro se moldou o primeiro ser humano.” (Gen. Alfredo Souto Malan, ESG, 1963, p.3)*

---

<sup>48</sup> Este assunto será tratado com maiores detalhes no Capítulo IV.

Como se constrói o pensamento geopolítico brasileiro? Qual a função do determinismo geográfico na edificação desse ideário? De que modo os nódulos ideológicos do discurso geopolítico se entrelaçam com o chão histórico concreto? E como emanam dessa trama os ideais de potência mundial? Resumidamente são estas indagações que constroem os objetivos desse capítulo, traduzidos da seguinte forma: existe uma ligação intrínseca entre a formação do discurso geopolítico brasileiro, o período histórico que o alimenta e a criação dos ideais de Grandeza Nacional e posteriormente Potência Mundial.

Essa afirmação se insere diretamente no modo como são construídas as ideologias, por isso não é novidade o fato da geopolítica brasileira retirar elementos da realidade e reorganizá-los de modo a atender suas necessidades, isto é, a produção discursiva não se separa de sua historicidade. Contudo, o que trazemos de novo nessa equação é o instrumento teórico que possibilitará essa reestruturação do real, que vai estreitar os laços entre os fatores geográficos e a sociedade; e mais, garantir a seus ideólogos e a geopolítica, o status de “ciência”. Função assumida pelo determinismo geográfico, caracterizado pela estreita e exagerada influência do meio ambiente no indivíduo, e no “destino” ou “vocaçãõ” da nação.

Se o determinismo é a ferramenta da qual se utiliza a geopolítica, na sua compreensão da realidade, o estágio e a maneira em que se desenvolve, revela, entre outras, as teorias raciais ocultas, a defesa do autoritarismo como forma de garantir o desenvolvimento, a função coercitiva do Estado, o papel “superior” das elites criadoras e uma geopolítica voltada exclusivamente ao anticomunismo. São a partir dessas atenuantes que emergem do discurso geopolítico brasileiro, que pretendemos defender a hipótese central desse trabalho, já que reafirmamos a possibilidade de reconstruir a realidade brasileira vista a partir dos olhos desses ideólogos.

Por mais que o foco desse trabalho seja a apreensão desse discurso ao longo do regime militar que se instaurou em 1964, temos que ele se construiu em sua totalidade nos anos anteriores. Suas bases, a visão de mundo apresentada nos escritos geopolíticos, o modo como o discurso dialoga com a política, a economia, a organização social, espacial e psicossocial (como chamavam assim

as influências do meio no intelecto humano), isto é, compreender como a geopolítica se apresenta durante a ditadura militar é entender sua construção nos anos anteriores.

Se a construção conceitual do discurso é o ponto chave nesse momento, é justamente da palavra geopolítica que partimos nossa análise. Não há no pensamento geopolítico brasileiro – sobretudo o produzido na Escola Superior de Guerra - uma só passagem isolada, um documento completo ou mesmo a congregação de vários ideólogos, que dê conta de sintetizar o significado da palavra geopolítica, não tanto sua etimologia, mas precisamente o conceito que ela carrega. Em termos semânticos, à junção geografia e política, é definida com maior facilidade como demonstra o geopolítico Meira Mattos, a geopolítica, nada mais é do que *“a política aplicada aos espaços geográficos”* (Mattos, ESG, 1990, p. 84).

O significado conceitual da palavra geopolítica não se diferencia muito daquilo que os ideólogos brasileiros aprenderam com suas influências estrangeiras, algumas pequenas modificações, entre um autor e outro, discordâncias isoladas - na maioria das vezes em situações históricas distintas - mas no geral apresentam-se assim:

*“Geopolítica é palavra polêmica. Como ciência, igualmente, é de aceitação polêmica. Sua composição semântica vem de Geo-terra e política - arte de governar. As relações da terra e o homem já eram tratados antes do surgimento da Geopolítica, no campo da Antropologia e da Geografia Política [...] a Geopolítica como indicadora de soluções políticas condizentes às realidades ou necessidades geográficas [...]. Assim a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado.”* (Mattos, ESG, 1976, p.89).

Essa acepção da geopolítica como consciência geográfica, comumente divulgada nos trabalhos da Escola de Guerra, carrega consigo uma confusão. Centradas mais precisamente nos antagonismos que marcam as relações entre as questões políticas e o meio físico, onde justamente se manifestam as contradições decisivas para a construção do determinismo geográfico. E ao atribuir o termo confusão a essas relações, não estamos apenas retirando o valor

científico desses estudos, mas também alertando que na construção do determinismo geográfico pelos ideólogos, não há muitas vezes nenhum padrão metodológico definido.

Na tentativa de aprofundar essa confusão da qual se estruturam as bases do pensamento geopolítico brasileiro e sua definição conceitual, recorreremos à significação contida nos discursos da Escola Superior de Guerra:

*“Em assunto de Geopolítica somos adeptos de uma Geopolítica política, isto é, de uma Geopolítica como parte integrante da ciência política tal como a entenderam Kjellén, Haushofer, Maull, Backheuser, Golbery e outros [...]. A Geopolítica – como de resto qualquer ciência abstrato-concreta – pode evidentemente ser encarada em dois quadros diferentes, harmônicos entre si, embora cada qual colimando seu objetivo próprio: o quadro geral – de ciência pura; e o quadro particular – de ciência de aplicação – orientada para determinado setor, o qual, na hipótese especial da geopolítica, pode ser um único Estado, um grupo de Estados ou até mesmo um continente” (Tosta, ESG, 1964, p. 1 - 2).*

As influências teóricas desse discurso, não são novidade e fazem parte daquela gama de autores que se consagraram nos séculos XIX e XX. Não voltaremos a esse ponto já suficientemente abortado, embora ressaltemos que os três primeiros autores citados por Tosta versam suas teorias, sobre a associação entre o solo e o desenvolvimento cultural/intelectual, a expansão imperialista do Estado como um organismo vivo e dotado de consciência própria e o direito natural dos Estados maiores de dominar os menores; sendo esses os principais pontos tratados pela geopolítica brasileira, principalmente na década de 1960.

Mas o que de fato chama atenção nessa passagem é o modo pelo qual a geopolítica se apresenta como uma ciência voltada ao serviço da máquina estatal. De fato, uma verdade irrevogável, o Estado tem uma função central nas teorias geopolíticas, sendo ele *“uma realidade palpável, viva e exigente”* (Mattos, 1975, p. 67), desse modo a garantia de um destino glorioso. Porém o Estado só pode alcançar seus objetivos se estiver politicamente coeso. Sendo assim a geopolítica define-se como esse instrumento de coesão, ou uma ciência de aplicação, como demonstra o trecho a seguir:

*“Em debate acadêmico recente, em sala de aula, fomos colocados diante da seguinte questão: - Geopolítica, arte ou ciência? Expusemos, então, o nosso pensamento: - Geopolítica, ciência política. Por quê? Ciência, porque pertence à grande família das ciências de observação nascidas de experiência histórica e incorporadas, pouco a pouco, à área dos conhecimentos científicos, após a consagração dos pensadores do século XVII – Francis Bacon, Galileu, Descartes – que conseguiram ampliar o horizonte do saber pela criação do método de pensamento indutivo. Portanto, a Geopolítica pertence ao grupo das ciências sociais (política, economia, psicologia, sociologia etc.) e nós a posicionaríamos como um ramo da política – aquele que trata da aplicação da política aos espaços geográficos.” (Mattos, ESG, 1990, p. 82).*

A passagem do militar e geopolítico Meira Mattos reforça a visão cientificista da geopolítica defendida por seus locutores e esmiúça os ramos do conhecimento em que ela se associa; essa visão de aplicação e pertencimento às outras áreas do conhecimento é a base do determinismo geográfico brasileiro, isso porque todas as estruturas sociais (povo, espaço, organização política, econômica e social) estão assentadas sobre o meio físico, gerando a crença em seus ideólogos que todos esses mecanismos devem, em maior ou menor grau, satisfação para a geopolítica.

*“Dentre os fundamentos e fatores do poder nacional, os geográficos costumam ser estudados em primeiro lugar, pois que são geralmente considerados, quando não os mais importantes, pelo menos os mais estáveis. Ao empregar tal adjetivo – ‘geógrafos’ -, pretendem os autores referirem-se apenas as características físicas (ou naturais) de um território - espaço, posição, relevo, clima, etc. – com exclusão daquelas que são devidas à ação do homem [...] todos sabem que a geografia não é mais aquela árida enumeração de acidente é de dados estatísticos, que constituía um instrumento de tortura para os pobres escolares. Sabem que essa disciplina sofreu profundas transformações, assumindo foros de ciência das mais atraentes, sobretudo a partir dos trabalhos de Humboldt e Ritter, unanimemente considerados os fundadores da moderna geografia. Mas, à proporção que se enriquecia, que assumia caráter científico, a geografia ia-se tornando mais complexa e hoje o grande público indaga, com certa perplexidade, em que consiste realmente essa moderna*

*geografia. Já não mais satisfaz a velha definição – ‘a descrição da superfície da terra’ – para substituí-la, surgem propostas de inúmeras outras, via de regra longas e complicadas ou mesmo obscuras, revelando grande variedade de conceitos sobre a própria natureza da geografia.”* (Guimarães, ESG, 1962, p. 2 - 3)

De acordo com essa visão, a geopolítica - sempre ligada aos interesses de Estado - em sua gênese, mais que uma ciência concreta e de aplicação, seria a ciência da distribuição, isto é, ela estuda ao mesmo tempo a repartição na superfície terrestre, os fenômenos físicos, biológicos e humanos. De maneira lógica, nessa linha de raciocínio, há uma ligação natural entre esses pontos conferindo a esses “estudos” certa autonomia dentre os diversos ramos do saber. Na sua função distributiva, a “ciência” geopolítica voltaria suas atenções aos fatos concretos, às manifestações do espaço físico, à distribuição dos recursos naturais etc.

Entretanto, quando se trata do homem, essa concretude não se aplica, já que o terreno histórico onde transitam as ações humanas é extremamente flexível, o que leva esse discurso a reorganizar suas funções para assumir o papel de “ciência das relações”, *“não interessando os fatos em si mesmos, cujo estudo competiria as demais ciências especializadas ou sistemáticas, mas apenas as relações entre elas. Caber-lhe-ia, assim, o papel de ligação entre os diversos ramos do conhecimento”* (Guimarães, ESG, 1962, p. 2).

A partir desse momento o determinismo geográfico atinge o *status* no centro da ideologia, funcionando como um instrumento analítico que sustenta a intimidade das relações entre a geografia e os outros ramos do saber; da geografia e as sociedades. O documento abaixo esclarece essa posição:

*“Toda essa variedade de pontos de vista se explica, em grande parte, pelo afã de estabelecer um critério de distinção entre a Geografia e as demais disciplinas, procurando mesmo traçar limites nítidos entre elas. Este problema já fora, entretanto no fim do século XVIII, claramente resolvido por Emmanuel Kant, em suas aulas de Geografia Física [...]. De acordo com essa concepção, a realidade pode ser examinada segundo três diferentes pontos de vista. De um ponto de vista, vemos as relações de coisas semelhantes, isto é, classificamos os fenômenos segundo sua natureza íntima. De outro, consideramos o desenvolvimento cronológico, isto é,*

*estudamos os fenômenos segundo sua sucessão no tempo. De outro ainda, vemos as coisas segundo seu arranjo e sua variação no espaço. A esses pontos de vista correspondem três diferentes gêneros de ciência: primeiro – as ciências sistemáticas, que também poderíamos chamar de especializadas – física, química, biologia, etc. Segundo as ciências cronológicas – a História -; e terceiro as ciências corológicas – a Geografia e Astronomia.” (Guimarães, ESG, 1962, p. 3).*

Segundo os ditames da “corologia” apresentada pelo autor, é inútil procurar tentar traçar os limites das chamadas ciências especializadas tanto quanto da geografia. Dele se conclui que não há propriamente fenômenos geográficos – geopolíticos – da mesma forma que não existem fenômenos históricos independentes, todos os fenômenos podem ser estudados a partir da geografia;

*“O conceito corológico vem restituir à Geografia seu conteúdo tradicional. Ela se interessa não só pelas relações entre os fatos, mas também pelos próprios fatos que se distribuem na superfície terrestre. Seu objeto por excelência é o estudo da diferenciação regional e das causas dessa diferenciação. Continua a ser a descrição da superfície da terra, mas não mais se limita a isso, pois procura sempre explicar o arranjo das coisas nessa superfície [...] se não há propriamente fatos geográficos por sua natureza, mas apenas fatos estudados do ponto de vista geográfico, que se querará dizer com a expressão ‘fundamentos e fatores geográficos’? Que sentido terá, por exemplo, a velha sentença napoleônica ‘a política do estado repousa em sua geografia’, se esta disciplina se ocupa de fenômenos de todas as categorias, não somente os de natureza física, mas também os de natureza humana, isto é, sociais, psicológicos, econômicos e políticos?” (Guimarães, ESG, 1962, p. 4).*

Estão definidos os substratos do determinismo, a geopolítica se torna a ciência do *todo* e a partir dela as estruturas sociais podem ser contempladas, “a terra sempre teve influência muito grande no destino do homem, assim como o país no dos povos e, juridicamente falando, o território no destino dos Estados” (Osório, ESG, 1960, p.15). De acordo com essa visão, os Estados nacionais devem guiar suas políticas, externa e internamente, por aquilo que a geopolítica propõe como ideal, pois nela descansa o destino de uma nação, sendo “vitoriosas as sociedades humanas (nações) que forem capazes de responder ao desafio do



*meio físico e de suas próprias contradições psicossociais e, fracassadas, aquelas que não tiverem capacidade de responder a este desafio.”* (Mattos, ESG, 1976, p. 89).

No Brasil o determinismo geopolítico assume a função de vocação. A natureza fixa o plano do desenvolvimento de uma região, segundo linhas de traçadas antemão das quais o homem não deve se afastar sob pena de fracasso e todos os organismos sociais fazem parte de um mesmo plano, como se o território brasileiro estivesse dotado de vontade própria e seus indivíduos estivessem a mercê dessa vontade; seriam eles operários trabalhando em prol de um destino manifesto comum. Nesse momento a velha forma marxiana de apreensão do discurso, revela sua função, isto é, o pensamento dominante de determinada época, e o pensamento da classe dominante:

*“O homem é o agente, mas a natureza é que determina o que ele deve fazer. Sua liberdade consistiria, assim, apenas em realizar mais ou menos depressa o ‘plano da natureza’, tal como um inspetor de veículos, que pode retardar ou acelerar o tráfego, com o manejo dos sinais de ‘pare’ ou ‘siga’, mas segundo vias já existentes. O papel da geopolítica seria, então, o de descobrir a ‘vocação’ de uma dada região. E o habitante, ‘if he is wise’, deve procurar agir para transformar em realidade tal vocação.”* (Guimarães, ESG, 1962, p. 8).

Esse destino pode se manifestar de várias formas no interior do discurso, mas aquele que melhor o define, desde os primeiros trabalhos na década de 1920, passando pela década de 60 e principalmente em 70, é o hegemônico:

*“A análise da extensão, da forma e da posição é inseparável do estudo dos aspectos fisiográficos de um país, cujo Poder Nacional se pretenda avaliar. É verdade que todos esses fatores dizem respeito mais propriamente ao potencial do país, pois que o poder resultará da atividade do homem, do partido que ele souber ou puder tirar dessas condições naturais [...]. Mas é inegável que há territórios mais bem dotados que outros e por isso os Estados que neles tem sua base física podem esperar atingir a situação de grandes potências. Ao passo que outros há, com tais deficiências naturais, que terão de contentar-se com um poder limitado. Mesmo os maiores adversários do determinismo geográfico*

*reconhecem que a natureza não concede as mesmas possibilidades a todos.” (Guimarães, ESG, 1962, p. 15).*

Isso iria garantir, “geopoliticamente” falando, a seguinte compreensão do Brasil em 1964:

*“O Brasil – verdadeira Nação-Gigante como observou Deffontaines, é o quarto país mais extenso do nosso planeta, situa-se em sétimo lugar em potencial humano, possui importantes recursos econômicos e naturais e ocupa privilegiada posição estratégica no Hemisfério Ocidental e, particularmente, na América do Sul [...]. O Brasil: com uma superfície que seria igual à dos Estados Unidos se este tivesse dois Texas, uma população atual de uns sessenta milhões e um incremento anual de um milhão e quinhentos mil, uma capacidade de organização não-desprezível e recursos naturais que tem sido comparáveis aos dos Estados Unidos, o Brasil deverá encerrar o século XX com uma população de uns cento e vinte e cinco milhões, um potencial econômico comparável ao dos Estados Unidos de hoje em uma posição predominantemente no mundo latino, europeu e americano.” (Tosta, ESG, 1964, p. 25 - 26).*

Não é nossa intenção nesse momento, a apresentação dos objetivos hegemônicos, mais sim, a compreensão de sua formação em meio ao determinismo. A busca de uma vocação ou de um destino para o país é o carro chefe do discurso geopolítico brasileiro, nessa jornada o discurso opera sua construção ideológica sustentada sobre três grandes pilares, são eles: a geografia e a história (ou geohistória), os objetivos nacionais permanentes – extremamente flexíveis de acordo com a realidade que os cerca - as manifestações do poder nacional nas quais incluem-se, dentre outros: a integridade territorial, a unidade social (centralização do poder), as fronteiras e a projeção internacional.

### **3.1. A projeção do Brasil: Geopolítica, determinismo e o Estado Nacional**

*“Em qualquer debate concernente aos problemas de uma política Nacional, os argumentos enraizados na Geografia e na História vêm, imediatamente, à tona, porquanto os próprios Objetivos Nacionais Permanentes se configuram à luz espaço-temporal. O estreito laço entre as posições adotadas nesses setores científicos e a adesão as aspirações nacionais, ou sua recusa formal ou dissimulada, é flagrante na repercussão sobre a atividade prática dos indivíduos”* (Cunha, Ruy Vieira, ESG, 1968, p. 1)

Segundo a geopolítica brasileira qualquer sociedade pressupõe, para sua existência, três elementos indispensáveis: a base física (determinante do caráter e do destino da nação), o elemento humano (totalmente cooptado pelo meio) e a interação (não só entre o homem e o meio, mas também entre todas as instituições sociais). Essa interação garantiria, segundo a geopolítica, força suficiente ao Estado, que dotado de potenciais naturais, se quisesse fazer visível na política internacional.

Com a equação montada e o valor do produto definido de antemão, faltaria apenas balancear os coeficientes para não haver desacordos. Na alusão a uma expressão matemática, atribuímos aos coeficientes os “valores” humanos e os naturais, que não são construídos do dia pra noite, mas sim resultado de longos processos históricos que os definem. Nesse momento, o determinismo geográfico vai buscar na história, a formação do Estado físico e de seu povo.

A operação que insere historicidade à geopolítica é simples. Num primeiro momento, a Geografia e a História se viam separadas por longas distâncias; enquanto a primeira operava suas análises nas formas fisionômicas da superfície terrestre, *“a geografia descreve, cientificamente, a paisagem geográfica, síntese abstrata e visível”*; a outra se limitava *“a narrativa de registros de fatos ou acontecimentos julgados extraordinários”* (Cunha, ESG, 1968, p. 8-9). Desse modo, tanto a História quanto a Geografia, cada uma na sua função, aparecem como duas ciências descritivas, e assim nenhuma delas teria valor aplicativo na realidade; entretanto uma não poderia operar sem a outra, o que levou a geografia/geopolítica a reorganizar suas funções para fazer da história um instrumento para suas análises, transformando assim *“a Geopolítica, supremo e final conceito da História, é a ciência do sangue e do solo”* (Cunha, ESG, 1968, p. 8 - 9). Instrumento pelo qual o homem lê a realidade e se insere ativamente nela:

*“O fato geográfico e o histórico são reconhecidos como influências, de maior ou menor grau, a ponderar em todos os setores qualificados pela presença do fator humano. Mas, ao contrário, nem sempre se enfatiza devidamente a relevância do correspondente pensamento científico como instrumento de ação, que elucidando os temas com correção, quer discriminando fundadas alternativas prospectivas para os investimentos da competência decisória na vida prática. Em conseqüência, não é rara exceção o diletantismo audaz ser encontrado na base de opções vitais ou ser invocado para delinear modelos-padrões, onde só por acaso se rastreia a manipulação consciente de uma metodologia científica.”* (Cunha, ESG, 1968, p. 1).

Segundo texto publicado em 1968 pela Escolar Superior de Guerra como parte das atividades do curso ministrado naquele ano para oficiais e civis, a primeira coordenada para se tecer considerações sobre a geopolítica e o espaço brasileiro fora dada pelo Tratado de Tordesilhas, celebrado entre os reinos de Portugal e Espanha em 1494 (Departamento de Estudos, ESG, 1968). Quase uma década depois, a mesma afirmação era proferida em atividade acadêmica, *“antes mesmo de ser o Brasil descoberto, o Tratado de Tordesilhas, deu a primeira coordenada para as considerações geopolíticas do espaço brasileiro”* (Departamento de Estudos, ESG, 1977, p. 31).

Esse tipo de reflexão é extremamente comum na geopolítica brasileira, não ficando centrada apenas a ESG; há exemplos de autores como o general Omar Emir Chaves que produziu um extenso trabalho versando sobre o sentido geopolítico do descobrimento do Brasil, ele afirmava que o país surgiu de uma imposição geográfica, já que não houve nenhuma reação a progressão portuguesa que se fazia em direção ao Atlântico, isto é, *“foi o determinismo geográfico que se cumpriu em toda a sua plenitude, desde que não houve por parte dos naturais ou elementos exteriores, reações capazes de se contraporem à seqüência natural dos acontecimentos”* (Chaves apud Miyamoto, 1985, p. 59).

Essa visão de um caráter geopolítico na formação do Estado brasileiro foi assumida pelos poucos pesquisadores que se dedicaram ao entendimento do assunto, como é o caso de Shiguenoli Miyamoto, que reforça a existência de

princípios geopolíticos expansionistas nas formações fronteiriças do Brasil e da América do Sul, seja na entrada pelas bandeiras, pelo tratado de Madri em 1750, ou “*pela ação impecável do Barão do Rio Branco que, praticamente, deu os últimos retoques ao mapa do Brasil*” (Miyamoto, 1985, p. 59).

Entretanto, não há uma só prova concreta de que essas expansões, principalmente imprimidas pelos bandeirantes, tiveram por trás de suas intenções um caráter geopolítico. Em primeiro lugar, cronologicamente falando, as primeiras bandeiras de que temos conhecimento datam do final do século XVI; por sua vez os primeiros trabalhos que versavam sobre geopolítica - pelo menos o momento em que esses estudos se tornam conhecidos em âmbito mundial – estão centrados, em sua maioria, no início do século XIX, tornando impossível a influência desses estudos nas propagações das missões bandeirantes. Mesmo anacronismo vigora se relacionarmos as bandeiras com a produção geopolítica brasileira, que data da década de 1920, ou seja, não há ligação alguma.

Mesmo em se tratando de uma simples operação, a maioria dos ideólogos geopolíticos não faz essa distinção – até mesmo porque essas não são suas intenções - ao citar incisivamente essas hipóteses. Apenas alguns poucos autores tentam escapar – sem nenhum sucesso - dessas declarações inconsistentes; para isso ao invés de citar diretamente os bandeirantes em suas formulações, referem-se primeiro a literatura que trata dessas questões<sup>49</sup>. O trabalho mais corrente entre os geopolíticos da ESG, da década de 1950 até 1970, é a enorme obra de Cassiano Ricardo intitulada *Marcha para o Oeste*<sup>50</sup>. O livro dividido em dois volumes, tenta mostrar nas suas mais de seiscentas páginas, a influência das bandeiras na formação social e política do Brasil. Mas o grau de deturpação dessa influência é tão grande que só na extração de uma pequena passagem podemos esclarecer:

*“Se a bandeira deu origem à democracia, ainda incipiente e se esta se generalizou mais tarde, bem é de ver até onde contribuiu pra tal ocorrência, graças a mobilidade externa em virtude da qual consegue: uma geografia antitotalitária;*

---

<sup>49</sup> Nesse caso, são elas: Sérgio Buarque de Holanda (1976), Afonso de Taunay (1975), Ricardo Roman Blanco (1960), Carlos Davidoff (1982) e Cassiano Ricardo (1970).

<sup>50</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.

*espaço bastante pra nossa alegria de viver em liberdade, em grupos sociais primários; hierarquização do negro e do índio deslocados do comunismo tribal para área social em que opera a bandeira; absorção de quistos étnicos através da acomodação e da assimilação de seus elementos; desfeudalização dos engenhos pela corrida aos descobertos”* (Ricardo, 1970, p. 31).

Para o autor os bandeirantes tiveram intervenção direta em tudo que permeia a formação do Brasil. O modo como Cassiano Ricardo organiza seus capítulos deixa claro essa posição, os títulos abordam desde o *índio na sociedade bandeirante, a república e o bandeirante, cristãmente e bandeirantemente, o negro no bandeirantismo* até mesmo *A bandeira - ensaio de democracia, a bandeira na fundação das cidades*, e o que consideramos o principal deles, *a Bandeira na gênese do Estado*.

Consideramos esse capítulo como o mais importante, não tanto por seu valor dentro da obra, mas sim porque dele partem os geopolíticos brasileiros para se referirem à formação do Estado brasileiro. Segundo Ricardo há uma enorme colaboração das bandeiras na função ofensiva e defensiva do país, o que gerou na população brasileira e no próprio Estado uma *“formação guerreira”*, desse modo, *“o bandeirante a frente de seu grupo, que é uma antecipação do Brasil integral, antecipa o chefe de Estado”* (Ricardo, 1970, p. 478).

É justamente do caráter do Estado brasileiro, da formação de seu povo e da relação geográfica entre eles, que o discurso geopolítico se apropria. Nos discursos produzidos no interior de ESG, inúmeros são os exemplos que dão conta de explicar a importância dessa relação histórica para a geopolítica, dentre todas destacamos a que melhor caracteriza a função do determinismo:

*“Quando as caravelas de Cabral chegaram à nova terra, a idéia de ilha a todos dominou. A conformação do litoral divisado e bem justificava a suposição. E assim foi durante algum tempo, tanto que, trocado depois o primeiro nome dado, perdurou a designação. Porque seria ilha e porque havia muito próximo da costa íngremes montanhas, a exploração da terra descoberta ocorreu ao longo da estreita faixa entre o mar e a montanha, ao longo de porções esparsas. O conjunto era como um arquipélago. [...] as*

*entradas e bandeiras, galgando a alturas e vencendo as distâncias, mostraram que era mesmo um vasto continente. Mas a terra, conquistada a golpes de audácia e coragem, foi ocupada em fragmentos, o homem parando aqui e ali para formar pequenos núcleos. Era ainda o arquipélago, desta vez já bem longe do litoral [...] depois de íngremes e acidentadas encostas, que separam os homens em grupos, mas não lhes arrefeceram a tenacidade e o anônimo de caminhar sempre, cada vez mais para o interior, surgiu o grande planalto, antigo como os que mais o são neste mundo. Terra consolidada e endurecida, onde não há terremotos nem vulcões [...] mas, ao lado da terra velha do altiplano, meseta das de maior antiguidade geológica, incorporamos a Amazônia tenra e virgem, ainda embebida em águas originais, verdejante de florestas tropicais, abundante de fauna e flora e deserta de homens. Ao mesmo tempo, em memoráveis lutas pelas coxilhas dos pampas, púnhamos em fuga os espanhóis, conquistamos novos espaços de terra e descíamos quase até a bacia do prata [...] de fato, a história brasileira é um vasto sistema de incorporação de terras e de manutenção do território conquistado. Assim é que a ambição dos bandeirantes determinou a conquista de regiões além dos limites fixados no Tratado de Tordesilhas, motivando árdua disputa entre Portugal e Espanha. O desfecho foi a regularização do fato consumado, o reconhecimento explícito da posse das porções de terras conquistadas, pelo tratado de Madri. De outra parte, os franceses, holandeses e ingleses, que, em épocas diferentes, invadiram parcelas do território e tentaram consolidar as conquistas, foram repelidos com energia” (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 6 - 7).*

Essa descrição conturbada dos fatos históricos reflete a necessidade do discurso geopolítico de assentar as bases de uma grandeza nacional, num direito natural concebido historicamente. Nesse caso as bandeiras servem a esse propósito, pois são a representação romântica do homem audaz e corajoso, que na prática de suas funções, expandiram o território e abriam ao país as possibilidades de grandeza.

E nessa visão, o diálogo do discurso com elementos exteriores, começa aparecer aos poucos. Não nos esqueçamos que nesse período, como também nos posteriores, as teorias desenvolvimentistas e autoritárias promulgadas por Alberto Torres e Oliveira Viana<sup>51</sup> – da existência de elites preparadas para guiar o

---

<sup>51</sup> Os elementos conservadores que aponta Vânia têm suas raízes nos pensamentos de Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral. O pensamento conservador brasileiro – apesar de ser

país - estiveram em voga nos círculos militares. Para a geopolítica, a figura do bandeirante faz alusão direta à capacidade dirigente das elites.

Como exemplo, no ano de 1970, uma equipe formada por oficiais estagiários da ESG, publicaram um artigo - fruto de discussões realizadas acerca das estruturas geopolíticas - versando sobre os conceitos fundamentais das classes dominantes na condução do Estado; em sua conclusão, o artigo afirmava que “(...) *uma sociedade é o reflexo de sua geografia e da classe dominante que a conduz. A debilidade de uma nação, a sua cultura, sua prosperidade ou decadência, enfim todas as forças vivas existem em função da sua classe dominante*” (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 57), desse modo podemos supor que, nessa visão, a história política de um povo é a história de sua classe dominante, “*assim como o estudo de sua origem, desenvolvimento, composição, estrutura e mudança*” (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 57).

Sendo assim, a exaltação das bandeiras, a expansão e defesa do território, a afirmação de objetivos geopolíticos – ainda que “ocultos” – na formação histórica do país, serviram ao discurso em dois momentos: um, como já dissemos, refere-se a garantir historicamente que o Brasil esteve sempre fadado ao destino de grandeza manifesto em sua natureza, “*Antes mesmo que o pensamento geopolítico adquirisse foros de conhecimento científico, através da teorização das observações relativas à interação homem-meio físico, isto no final do Século XIX, já havia, a respeito do Brasil, prognósticos prospectivos de pensadores esclarecidos, dotados de visão política, que preconizaram para o nosso país um*

---

essencial para compreendermos o modelo de sociedade imposto pela ESG – por si só não basta, já que temos que entender em que nível se deu a influência de ideologias Norte-Americanas. Veremos como se deu essa influência no caso dos autores e ideólogos brasileiros como Oliveira Vianna, Golbery e Carlos de Meira Mattos. Oliveira Vianna em *Instituições Políticas Brasileiras*, ao fazer um estudo ético da política Brasileira, analisa a mentalidade dos grupos meridionais do Brasil, seus modos de comportamento na vida política, apresentando um preconceito em relação à atuação desses grupos em diferentes regiões do país, apontando para sua incapacidade. Diz “(...) *estudei-lhes a etapa, a que eles haviam atingido no tocante ao sentimento da solidariedade de clã (...). Estudei-lhes, em seguida, as organizações partidárias e reconheci que elas não haviam atingido uma consciência superior aos interesses dos seus grupos privados (...). Não podiam exhibir, nos elementos da sua cultura política, nenhuma tradição representativa de interesses coletivos provinciais, e que também o espírito de clã se infiltra por toda a estrutura do Estado – província (...). Estudei-lhes, por fim, a sua consciência de Estado-Nação e seu sentimento dos interesses da coletividade nacional e reconheci que eles, como grupo social, como povo massa, careciam também de complexo democrático da nação (...). Esse complexo democrático da nação só o encontrei, atuante, na pequena elite, de pura formação universitária, que constituía aquelas minorias dos grandes homens de Estado*”. (Vianna, 1987, p. 253).



*destino de grandeza*” (Mattos, ESG, 1997, p. 60)<sup>52</sup>. Num segundo momento esse “resgate histórico” serviu para a afirmação de uma classe governante superior com direitos adquiridos, uma vez que ela é resultado direto da “*ambição, capacidade de trabalho, condição de nascimento, etc.*” e terá o direito de comandar uma sociedade “*quando conseguir manter sob seu domínio as forças ativas dessa sociedade*” (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 57 - 58).<sup>53</sup>

Os exemplos contidos nos documentos que dariam conta de demonstrar essa apreensão da história pela geopolítica são inúmeros, grande parte dos fatos históricos contidos nessas explicações são pincelados sem nenhuma crítica ou contextualização histórica, garantindo, desse modo, que quaisquer problemas apresentados - na realidade histórica de onde fala o discurso – possam ser enfrentados e respondidos através da geopolítica.

De acordo com o exposto algumas pequenas observações se fazem necessárias. Estamos afirmando que o discurso geopolítico brasileiro, munido do determinismo, criou, utilizando-se da história, situações analíticas que permitiram encontrar na formação do Estado brasileiro elementos de poder e grandeza. Na carona desse processo os indivíduos evoluem de acordo com o Estado - suas necessidades e preocupações – e a fim de atendê-lo. Significa dizer que os múltiplos anseios do Estado, sempre independentes dos seus habitantes, tomam

---

<sup>52</sup> Outro exemplo desse fato vem do geopolítico Meira Mattos, “*A linha de Tordesilhas, marco inicial, imposição geopolítica sobre a qual se arcará a história colonial do Brasil, determinando a configuração de nossa política externa. Tordesilhas é este o primeiro, em ordem cronológica e em importância histórica, dos alicerces sobre os quais se assentará nossa vida internacional. Representa as relações com a Espanha, isto é, os domínios a oeste da linha, os quais irão, mais tarde, constituir as repúblicas nossas vizinhas. Tordesilhas é o problema de fronteiras – problema sempre prioritário em toda ação diplomática e tacitamente colocado ao realizar-se o descobrimento. Logo em seguida quase que imediatamente após a colocação do marco cabralino, anuncia-se o segundo elemento fundamental dessa política: o problema da segurança da orla marítima.*” Destacou o Embaixador Meira Penna, a presença já nos primórdios de Século XVI, dos dois desafios vitais de nossa segurança externa, a proteção das fronteiras terrestres a oeste e a proteção da fronteira marítima a leste. “*Dois problemas geopolíticos que exigiram da diplomacia colonial portuguesa e da diplomacia imperial e republicana, preocupação constante, negociação permanente e, algumas vezes, luta armada*” (Mattos, ESG, 1997, p.60)

<sup>53</sup> Outro exemplo: ao apresentar as determinantes históricas que definem o tratado de Madri em 1750 - já citado em documento anterior - a geopolítica ressalta a importância de Alexandre de Gusmão. Dessa análise, as seguintes conclusões são tiradas, “*repassando a história, verifica-se uma continuidade extraordinária no interesse das elites dirigentes, em assegurar num amplo espaço geográfico e fixar lindes de forma legal e consensual com cada um dos vizinhos*” e continua o autor, “*no império o Visconde de Rio Branco foi o grande intérprete da geopolítica no prata e embora sem usar a expressão hoje aceita, fundamentou-se em suas bases; a geografia, História e Poder Nacional*” (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 32).

um caráter permanente, objetivos que independente do período histórico devem ser almejados.

Sobre esse ponto em questão, uma equipe de geopolíticos formada pelo Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra em 1964 escreveu:

*“Os elementos essenciais de uma nacionalidade são a terra, o homem e as instituições. De fato, sem base física não há nação, salvo exceções esporádicas que a história revela, por circunstâncias peculiaridades a determinado espaço de terra. Por outro lado, o homem é o elemento central da nacionalidade, aquele que se estabiliza em certo território e o explora e domina através da técnica para atingir os fins que tem vista. Finalmente, o fenômeno das relações humanas em certo território determina um complexo de idéias, crenças e costumes que formam um conjunto coordenado e organizado de princípios, normas e procedimentos, caracterizado como instituição”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 4).

A “visão panorâmica” que acreditavam ter do processo “histórico-cultural” brasileiro permitiu aos seus analistas interpretar de modo sucinto os *“interesses e aspirações do povo brasileiro”* com fim de formular os objetivos nacionais permanentes (ONP), *“cabe-nos, agora, fixá-los”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 23). Os objetivos nacionais permanentes, nessa visão, são primordiais para serem alcançados e preservados através dos meios de toda ordem de que se dispõe a nação, *“ocorre-nos concluir que os ONP formulados são aqueles que nos parecem cristalizar os mais relevantes interesses e aspirações do nosso povo na época em que vivemos”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 24 - 25).

*“A concepção de ONP envolve o entendimento de que cada um deles é um fim em si mesmo. Assim, não cabe incluir como ONP os meios indispensáveis à consecução daqueles fins. Os meios são caminhos a percorrer para chegar aos fins. O desenvolvimento econômico e a valorização do homem, por exemplo, nos parecem meios indispensáveis para alcançar e preservar os ONP, porém não os considerados fins em si mesmos”* (Cunha, 1969, p. 29).

O discurso geopolítico propaga que os objetivos nacionais permanentes, inspiram-se na estrutura e nas superestruturas sociais, mas são sempre reflexos da conjuntura, manifestam valores secundários, *“aceitos em conformidades; são*

*imagens atuais e controvertidas de grupos, de seções, de regiões, da elite ou do povo*” (Departamento de Estudos, ESG, 1978, p. 13). As aspirações permanentes são heranças históricas, tem valor duradouro e vital, refletem “*valores primários tradicionais unanimemente aceitos de que derivam outras aspirações, e são nacionais, constituindo uma projeção de todos e não da elite ou grupos populares. Comuns a todas as camadas sociais, resultam de uma seleção discriminatória no processo histórico*” (Departamento de Estudos, ESG, 1978, p. 13).

Os ONP são, além de históricos, produtos da realidade (presente); valer dizer que eles apresentam, no interior de suas formulações, momentos distintos, um relacionado ao momento histórico em que falam seus locutores, e outro que independe do momento, são eles a integridade territorial, unidade nacional, soberania, projeção nacional e internacional, segurança e desenvolvimento (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 24). Mas que fique claro: todos esses elementos, sendo eles permanentes ou não, só podem ser postos em prática com firmeza e unidade política conseguida através da busca pelo poder nacional.

Segundo o grosso dos discursos produzidos, as origens do poder estatal estão assentadas no surgimento do homem sobre a superfície terrestre. O poder seria, para esses ideólogos, a capacidade de uma determinada classe impor sua vontade sobre as demais, sendo assim, a marca do poder seria a distinção entre povos vencedores e vencidos, dominantes e dominados, poderosos e fracos, e numa versão mais moderna nas décadas de 1960-70 (momento em que falam seus locutores), desenvolvidos e subdesenvolvidos (Mattos, ESG, 1977, p. 25).

O poder é entendido pela geopolítica como uma herança cultural da humanidade, ele não deve ser, de maneira nenhuma, criticado ou ameaçado; conseqüentemente ele nunca será extirpado. Esse poder está ligado à moral de uma sociedade, ou seja, uma nação com forte tradição cristã e democrática, características que modelam o caráter e a moral<sup>54</sup>. O poder, entendido como

---

<sup>54</sup> Golbery partilha da mesma visão, para ele o poder é natural de sociedades e está ligado pela moral; e essa moral só é encontrada em certos setores da sociedade em que a cultura é forte, por consequência “*O poder, em termos de controle dos povos, sempre em todas as épocas, foi exercido por um homem ou uma elite, e nenhuma das alternativas apresentadas para o futuro encontra solução (...). Pensar em governos de massa ou massas no governo é utopia ou má fé; tem sido muito mais má fé do que utopia*”. (Mattos, 1977, p. 30).

braço da política, é visto como algo que encerra uma relação psicológica entre aquele que o exerce e sobre o qual é exercido, isto é, o poder assegura ao primeiro o controle e ao segundo a dominação.

A geopolítica vê essa influência derivar de três fontes: o desejo de ajuda, o medo de coações e o respeito ou amor por um homem ou por uma instituição. Os instrumentos de exercício dessa influência são: ordens, ameaças, persuasão, autoridade ou carisma de um homem ou entidade ou a combinação de alguns desses elementos (Mattos, ESG, 1977, p. 25).

*“Impõe-se que o uso do poder esteja constantemente sujeito a critérios morais. Mas, esperar que mundo possa existir sem coerção, e criticar o homem que aspira ao poder, será querer fugir à realidade para entrar no mundo das fantasias. O homem cria a sociedade mediante a colaboração, a adaptação e o conflito; essas são as partes essenciais e integrais da vida social.”* (Mattos, ESG, 1977, p. 28)

Essas explicações concentram suas bases analíticas na dinâmica da sociedade capitalista que emerge do processo de revolução no século XVIII, ou seja, com o desenvolvimento industrial, a evolução da ciência e da tecnologia, a sociedade, principalmente ocidental, criou vários e eficazes instrumentos de coação e persuasão extremamente necessários aos geopolíticos brasileiros que consideram que os Estados Nacionais, a partir desse momento, garantiriam sua sobrevivência no movimento de expansão de suas fronteiras; para essa concretização expansionista o Estado deveria funcionar como um “indivíduo” único e livre de contradições internas, objetivos possíveis apenas com uso da autoridade coercitiva, “(...) é ordenando, ameaçando, persuadindo, ou inspirando fé, amor ou respeito, que o homem impõe sua autoridade aos seus semelhantes.” (Mattos, ESG, 1977, p. 28).

*“As relações entre os Estados se expressam hoje, com clareza nunca igualada antes, em múltiplas equações dimensionais de poder e o Poder é, por si mesmo, como todos sabemos, um complexo que largamente extravasa do âmbito restrito das Forças Armadas para o campo Psicossocial, o Político e, sobretudo, o Econômico nesta fase*

---

*histórica de alta mecanização e tecnicidade da guerra”.*  
(Couto e Silva *apud* Assunção, 1999, p. 90)

Segundo o pensamento esguiano o poder é necessário para garantir aos Estados dotados de potencialidades naturais e melhores condições geográficas – solo, território, localização etc. – meios de objetivar a formação ou a continuidade dos seus objetivos vocacionais. Por sua vez, esse poder ou suas manifestações, podem ocorrer ligados a duas vertentes, de um lado o poder assentado sobre as relações de coerção – extremo autoritarismo – de outro a persuasão. Os abusos de poder aconteceriam quando justamente os objetivos coercitivos sobrepuserem-se aos persuasivos.

*“A contenção do abuso do poder, em épocas mais remotas, coube, de certa forma, a alguns imperadores poderosos e à influência papal através de famosas bulas. Mais recentemente, passou a ser buscada através de uma política de equilíbrio do poder. Desde o Renascimento e da Reforma, o equilíbrio de poder vem sendo o tema de especulação predileta dos políticos da Europa, na busca do estabelecimento de uma ordem mundial. Filósofos vários assinalaram que o princípio de equilíbrio do Poder é consentâneo com a lei natural, com a harmonia das esferas de influência, indicando além de sua intrínseca beleza, o seu elevado conteúdo prático e moral.”* (Mattos, ESG, 1977, p. 28)

A defesa do autoritarismo é mais do que clara, é incisiva, “o poder é prático” e dele se molda o Estado. Contudo o ponto onde se insere nossa crítica perpassa o trato dado ao autor aos abusos no uso do poder, deriva dessas explicações que o poder - a não ser quando necessário – não dever ser exercido de forma arbitrária, isso causaria às sociedades danos irreparáveis, então a melhor opção para seu uso seria o equilíbrio ideal entre um e outro, isto é, entre a deficiência e a severidade, “*pois o primeiro não estimula o progresso e o segundo alquebra o espírito do homem*” (Mattos, ESG, 1977, p. 29).

O equilíbrio perseguido pelo autor encontra-se em repouso nas orientações das elites criadoras, seriam elas as responsáveis pelo equilíbrio e aplicação de poder nas populações.

Fazemos aqui um pequeno corte no raciocínio na intenção de ditar algumas considerações futuramente indispensáveis a nossa análise. O discurso

do qual nos apropriamos está centrado no período que compreende os anos anteriores ao golpe de Estado na década de 1960 até fins do chamado milagre econômico em 70, portanto nossos locutores tecem suas considerações, conscientes ou não, a partir da realidade que os cerca, o que propicia ao pesquisador dois momentos distintos: um em entender os padrões que emanam dos documentos, outro em pincelar nesses padrões o diálogo com o real.

Em se tratando do padrão, ele está na forma em que o Estado brasileiro é construído; significa dizer que tanto os escritos em 1950 ou em 1960 na crise que antecedeu o governo de João Goulart ou mesmo em 1969 com o recrudescimento do regime, tratam a formação estatal brasileira do mesmo modo, a partir das relações de poder e potência. No que tange ao primeiro ponto, o discurso proferido no período militar tende a ligar as relações de poder, não só à expansão, mas também na proteção do estado frente às forças consideradas subversivas da época, *“(...) os esquerdistas de várias matizes pregam essa solução para países que eles ainda não dominaram e onde não impuseram um governo totalitário. Não há governo mais elitista no mundo de hoje do que o da União Soviética e da República popular chinesa. Basta ver a estrutura e o mecanismo de poder nesses países.”* (Mattos, ESG, 1977, p. 30).

A partir dessa reflexão sobre o comunismo internacional, somado a “má fé” citada por Meira Mattos, o trecho a seguir é facilmente compreendido: *“no complexo mundo moderno, as sociedades democráticas buscam instrumentos de poder que assegurem num mesmo tempo autoridade e liberdade, e essa busca assume as dimensões do maior desafio da atualidade, liberdade com autoridade”* (Mattos, ESG, 1977, p. 31). O regime militar em 1964 não é visto como uma ditadura, mais sim como uma democracia gerenciada pela autoridade.

A noção de poder nacional em sua forma mais detalhada, trabalhada pela geopolítica brasileira, encontra sua fundamentação teórica sustentada na visão de uma diferença dos conceitos de poder e de Potência Nacional. Este último, pode ser para a geopolítica, poder “em ser” ou “potencial de poder”. É, em outros termos, no domínio estratégico, o Potencial ou potencial de poder, isto é, expressão apenas estimada de um certo Poder futuro, no qual permanecerão incorporados todos os componentes duradouros – permanentes - do Poder atual.

Assim, um poder futuro “*é sempre, afinal, emanção do Potencial de hoje*” (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 13).

A fim de elucidar a distinção entre poder e potencial, o general Golbery, um dos expoentes deste pensamento, apela para “*a ontologia em seus conceitos fundamentais de existência, de potência, de ato e de operação (ação ou ato segundo)*”, concluindo que se um “*ser em ato está em seu sentido pleno, manifestando-se pelo próprio ato primário do ser (existência) e, mais ainda, de ser isto ou aquilo (essência), enquanto que um ser em potência, ao contrário, não se pode manifestar, sendo apenas um poder ser outra coisa, então o Potencial nada mais é realmente que o Poder em Potência de ser poder futuro.*” (Couto e Silva apud Assunção, 1999, p.175). Enquanto que:

*“O Poder é realmente poder em ato ou poder atual, donde resulta desde logo a impropriedade da expressão Potencial Atual, ontologicamente inadmissível. Dito em outras palavras, o poder é sempre atual (existente) e ao mesmo tempo é potencial ou capacidade de ser no futuro um poder diferente, o que possibilita a transformação do poder atual em poder futuro mediante a atualização do potencial”* (Couto e Silva, 1981, p. 177 - 178)

O meio de transformar potencial em poder é a mobilização nacional, isto significa dizer que o “*caráter eminentemente relativo da potência - a potência é essencialmente relativa ao ato (por ou para o ato) - e o da capacidade operativa dos seres - todo ser obra na medida em que está em ato*”, para concluir que “*o Potencial é sempre relativo ao Poder Futuro, o que importa em reconhecer que o potencial varia com as condições futuras de sua própria atualização; e, ademais, o Poder atua na medida em que é realmente Poder e nunca como potencial*” (Mattos,1977, p. 17).

É importante compreender essa discussão, porque ela dá embasamento filosófico ao planejamento e fortalecimento do potencial nacional. No que concerne à estratégia - com vistas a realizar estimativas e avaliações - potencial nacional é apresentado de tal forma:

*“Expressão integrada dos meios de toda ordem (...) susceptíveis de, em maior ou menor prazo, serem*

*transformados em poder, para fazer a guerra. O Potencial considerado pela Estratégia é, assim, referido ao esforço máximo de que a Nação é capaz para enfrentar determinado antagonismo. Corresponde ao que também é denominado Potencial de Guerra. É o máximo de Poder Nacional futuro, bem amarrado no tempo”* (Couto e Silva, 1981, p. 380 - 382)

Também aqui são admitidos, para fins de análise e planejamento, quatro expressões ou fundamentos inter-relacionados, não obstante o caráter unificado do potencial nacional: potencial político, potencial econômico, potencial militar e potencial psicossocial - vale dizer demográficos, étnicos, culturais, sociais e éticos - além dos fundamentos geográficos que a todos os demais, por sua vez, condicionam mais ou menos estreitamente. Por esta sua qualidade de integração de fatores dos mais diversos, o Potencial Nacional não é redutível a quantificação.

Considerado a verdadeira chave para a compreensão realista e fria da dinâmica internacional, o potencial nacional - mais até que o poder - apresenta o problema de sua própria criação e fortalecimento. Com o advento da guerra fria, o potencial nacional, segundo seus defensores, pesaria realmente muito mais, nas ações, do que o próprio Poder, tal como existente de fato, em dado momento, para ser logo prontamente superado.

Isso faz com que se pense, a partir de então, não mais na estreita e rudimentar tarefa, muitas vezes contraproducente até, de organizar, equipar e adestrar forças militares imponentes - como se isso bastasse - mas sim em gerar, desenvolver, revigorar, consciente e planejadamente, aquele Potencial, dantes surgido espontaneamente como subproduto natural de um desenvolvimento econômico e social orientado, para fins bem diversos e necessariamente mais amplos e menos precisos.

Sem essa atuação decidida nesse sentido, a noção de potencial nacional tem “reduzida significação prática”, “(...) pois que muitos desses recursos perigarão permanecer eternamente como potenciais inexplorados, como já bem o estão, afinal, aprendendo as nações que se deixaram embalar, anos, décadas a fio, com as glórias fátuas do título, tão pomposo quanto inexpressivo, de país do futuro.” (Couto e Silva *apud* Assunção, 1999, p. 180).

Golbery esclarece que, também no âmbito do potencial nacional como do poder, rege a lei dos rendimentos decrescentes e a do retardo cultural por modo



que “os acréscimos em cada setor, se não se refletirem ou forem acompanhados de um aumento também nos demais - aumentos correspondentes (...) - irão, mais e mais, se traduzindo em reforço cada vez menor do Potencial em conjunto, até o ponto de verem de todo anuladas a sua significação e influência” (Couto e Silva apud Assunção, 1999, p. 181).

*“Assim, o potencial deve ser fortalecido de forma global, num desenvolvimento ‘nunca apenas econômico, mas desenvolvimento social em toda a sua amplitude, com objetivos coordenados que se enquadrem, harmonicamente, para o fim último de elevar o Potencial Nacional à altura das responsabilidades efetivas da Nação na quadra histórica que vivemos’.”* (Couto e Silva, 1981, p. 411 - 412).

Para o general, qualquer estudo menos superficial sobre o Poder Nacional deve pôr em relevo todos e cada um dos aspectos a considerar na avaliação do Poder e do Potencial estratégico das Nações, quais sejam, seus elementos (espaço, homem e recursos), seus fundamentos ou fatores (geográficos, políticos, psicossociais, econômicos e militares), suas limitações (de ordem externa ou interna), bem como seus instrumentos de ação nos vários campos (natureza, alcance e limitações próprias) (Couto e Silva, 1981, p. 181 - 182).

Mas, observa Golbery, nos dias que passam, a guerra é o fator dominante nas relações internacionais, “em ato ou em potência”, e, por conseguinte, o potencial estratégico de um país só pode ser definido em relação ao ato da guerra, emprestando-lhe assim a expressão de poder máximo com que a nação poderá atuar em circunstâncias determinadas. O potencial de uma nação estrangeira, por exemplo, “só nos interessa avaliá-lo no que permita, não qualquer ação visando à consecução dos Objetivos por esta Nação considerados, mas sim as que se oponham a nossos próprios objetivos ou pelos menos com eles interfiram” (Couto e Silva, 1981, p. 189).

Assim, como já observara Spykman, o poder das nações, por sua própria natureza, além de necessariamente relativo, é também subjetivo, um juízo de valor cujo único teste realmente objetivo é a própria guerra. De qualquer forma, dessa visão se conclui que “a superação de antagonismos, sejam externos ou internos, reverte, pela melhoria da posição relativa de poder, num caso, ou pela

*redução se não anulação de vulnerabilidades próprias, no caso oposto, sempre em benefício do fortalecimento do Poder Nacional.” (Couto e Silva, 1981, p. 330).*

Também o fator espaço é importante, pois o potencial (e o poder) é sempre local, devidamente localizado, devendo-se reconhecer a existência indiscutível de centros de poder, mais ou menos concentrados, de onde ele se espalha em todas as direções, tanto dentro como fora da unidade política - o poder decresce sempre na razão inversa das distâncias a que se aplica. Não tendo o potencial disponível, a possibilidade de fazer frente “com satisfatória probabilidade de êxito” à realização dos ONP, “(...) *impõe-se a redução destes à escala mais modesta das possibilidades nacionais, sob a reserva de que futuras ampliações de tais possibilidades, através da elevação ou fortalecimento do Potencial Nacional, deverão permitir a paulatina expansão dos objetivos estratégicos reduzidos, inicialmente adotados.*” (Couto e Silva, 1981, p. 330).

Procuramos explicitar as possíveis relações entre a formação do determinismo, sua função na geopolítica – a intimidade com os laços históricos - e o modo como daí edificam-se os ideais de Estado, poder nacional e potência mundial. Temos que esses elementos, dentro de situações históricas concretas – relacionadas com as condições econômicas e culturais – se conjugaram, se interpenetraram e se influenciaram reciprocamente, possibilitando a “ciência geopolítica” avançar suas teorias, em relação ao país, sua localização, o Estado – e seu papel no plano internacional - e seu povo; ao ponto de promulgar ao Brasil um destino de antemão traçado, ou seja, manifesto. Premissas que veremos adiante.

## **3.2. O Destino Manifesto**

Comumente, ao apresentar um trabalho sobre geopolítica e o modo como essa ideologia se constrói no Brasil, o pesquisador acaba tentando separá-la em fases distintas. Na primeira fase, marcada por obras como de Mário Travassos, essa geopolítica esteve centrada unicamente nos elementos geográficos – além da centralização do poder e questionamentos ao regime federativo; num segundo momento já com o advento da Escola Superior de Guerra na década de 50 – em

fator da Guerra Fria – a geopolítica do expoente Golbery caracterizou-se pela preocupação com a segurança nacional e a defesa do ocidente frente ao comunismo. E por último com a instauração do Golpe de Estado em 1964 e a centralização do poder, ela, a geopolítica passou a profetizar o Brasil como a próxima potência econômica mundial<sup>55</sup>.

De fato essas afirmações se confirmam, isto é, momentos históricos diversos pedem soluções distintas e o discurso geopolítico, fruto desses momentos, operou de modo diferente em cada uma das situações históricas. Contudo, essa forma analítica não leva em consideração os padrões que circundaram o discurso – unidade territorial e nacional, formação e posição do Brasil e etc. – aliás, são todos eles, em sua maioria ligados ao papel de destaque do Brasil no cenário internacional. Fazemos esse apontamento porque ao ler a documentação compreendida entre aos anos de 1960 até 1980, concluímos que todos esses padrões, traduzidos no projeto Brasil potência, são, como já dissemos, construídos nos anos anteriores, ou seja, os autores geopolíticos da ditadura buscam em todo momento suas referências nos estudos produzidos pelos seus “antepassados”. E é sobre esse discurso que deteremos nossa atenção.

A década de 1920 não pode ser considerada de grande relevância para a geopolítica, foram produzidos apenas alguns estudos esparsos sem grandes elucubrações. Porém, os primeiros trabalhos no Brasil que traziam em seus títulos o tema, portanto tornando o estudo sistemático, foram produzidos na década de 1930, mais especificamente em 1931 com a publicação de *Projeção Continental do Brasil*, pelo militar Mário Travassos.

Não vamos retornar aqui ao momento histórico que marca o lançamento do livro, mas apenas frisar o aumento da intervenção militar na vida política do Estado brasileiro. Operando nesse chão histórico, a obra de Travassos é considerada por aqueles que se dedicam ao assunto como um marco na formação da geopolítica brasileira; fortemente influenciado pelas idéias de Mackinder, o poder terrestre brasileiro foi o foco de atenção em todo o trabalho.

O livro do capitão foi produzido e chegou ao público logo após a revolução de 1930, no âmago do embate que caracterizava a substituição oligárquica pelo

---

<sup>55</sup> Ver Shiguenoli Miyamoto, 1985, p. 60.

estado varguista. Segundo as produções mais atuais da ESG, o livro é classificado de *“primeiro ensaio geopolítico do Brasil”*, recebeu o título original de *“Aspectos geográficos sul-americano”* e foi concluído em dezembro de 1930, exercendo desde esse tempo uma influência teórica seminal sobre o pensamento estratégico brasileiro.

*“A leitura de algumas páginas escritas por Mário Travassos em tempos tão recuados suscita ainda hoje o interesse geral e mostra uma iluminadora perspectiva dos fatos dominantes da conjuntura sul americana: —‘O enquadramento da massa continental por dois oceanos diferentes — a Leste o Atlântico, a oeste o Pacífico; a oposição sistematizada por circunstâncias decisivas, entre as duas maiores bacias hidrográficas do continente, ambas na vertente atlântica— a do Amazonas ao norte e a do Prata ao sul; a existência de países mediterrâneos— o caso da Bolívia e do Paraguai— justo na região em que aqueles antagonismos como que se encontram, constituem os fatos essenciais à eclosão de fenômenos geopolíticos da mais extensa e profunda repercussão continental’. O impacto dessa obra foi imenso pelas questões candentes que desvelava de um aspecto central do poder regional, cujas repercussões atravessaram décadas, projetando-se além do século em que foram pensadas e meditadas. De maneira a se encontrarem presentes nos dramas, mas também nas oportunidades que se abrem à integração continental e a emergência de um poder capaz de transformar o poder mundial” (Cabral, ESG, 2000, p. 13).*

A teoria de Mackinder trazia como ponto principal a dominação de pontos chave em um território, na garantia de manter no mesmo, um poder constituído. Essas teorias foram reorganizadas em parte, para atender aquilo que Travassos classificou como peculiaridades do continente sul-americano; nesse esforço o planalto boliviano assumiu o papel de território chave, entendido como *heartland*, segundo Travassos, o controle dessa faixa garantiria ao Brasil o domínio político/econômico sul-americano.

Na tentativa de criar um plano hegemônico para o Brasil, o autor assumiu terminantemente sua predileção por Mackinder e ao descrever a força dos aspectos geográficos sul-americanos Travassos, assim como seu “mentor”, propõe analisar a influência dos mesmos nos processos políticos e econômicos

do continente. O determinismo mais uma vez, dita as regras do jogo, diz o geopolítico:

*“(...) o enquadramento da massa continental por dois oceanos diferentes – a leste o atlântico, a oeste o pacífico; a oposição, sistematizada por circunstâncias decisivas, entre as duas maiores bacias hidrografias do continente, ambas na vertente atlântica - a do Amazonas ao norte e a do Prata ao sul; a existência de países mediterrâneos - o caso da Bolívia e do Paraguai - justo na região em que aqueles antagonismos como que se encontram, constituem os fatos essenciais à eclosão de fenômenos geopolíticos da mais extensa e profunda repercussão continental” (Travassos, 1947, p. 8).*

A linha analítica criada por Travassos pressupõe que todos os problemas correntes no continente naquele momento, só poderiam ser apreendidos a partir do entendimento de que estavam assentados sob dois grandes antagonismos geográficos: Atlântico contra Pacífico; Amazonas – coração dos interesses estratégicos – e Prata. O primeiro antagonismo centrava-se na oposição entre os dois oceanos que envolviam a “massa” sul-americana, cortada pela cordilheira dos Andes. Não mostrando muita clareza nesse ponto, Travassos dizia que a cordilheira garantiria à parte atlântica um papel dominante, não só na região, mas também no eixo da civilização ocidental – como canal de comunicação entre o nosso continente e o europeu.

*“Em resumo, na vertente atlântica imensa superfície de contato com os mais possantes centros da civilização mundial, vias de penetração naturais estendendo-se do oceano às próprias fraldas andinas. Mentalidade agrícola, tendências dinâmicas; na vertente pacífica, isolamento marítimo relativo, produção e comunicações que aconchegam características montanhosas, mentalidade mineira, tendências estáticas. Recapitulamos o formidável antagonismo demarcado pelas cumeadas dos Andes, porque da maneira de ser da oposição entre as vertentes andinas pode-se concluir da influência decisiva da vertente atlântica sobre a vertente pacífica, da sorte de sucção econômica que o sistema hidrográfico daquela, acionada como se encontra pelas correntes de transporte marítimo mais importantes do globo, há de exercer sobre esta.” (Travassos, 1947, p. 71 - 72)*

O primeiro antagonismo não exprime grande clareza, porém aquilo que dele emana é o papel assumido pelo Brasil como força continental, está escrito em sua geografia. O segundo antagonismo refere-se à oposição entre o Amazonas e o rio da Prata, tido pela geopolítica como dois grandes sistemas fluviais, entretanto opostos; um deságua ao sul e o outro ao norte da vertente atlântica. Isso expressaria o embate entre a região do Prata e da Amazônia controladas nessa ordem pela Argentina e Brasil. Segundo o autor o controle dessa região, por ser a principal via de comunicação do Pacífico, garantiria a seu “condutor” o acesso irrestrito à civilização mundial. Daí o papel importantíssimo do controle boliviano, para garantir que esse privilégio estivesse nas mãos do Brasil e não da Argentina.

O interesse das relações entre o Brasil e a Argentina, principalmente durante a ditadura militar em 1964, sempre foi objeto de atenção da geopolítica brasileira, a questão platina, como assim chamava seus estudiosos. Travassos ao deter-se sobre o tema de uma política expansionista Argentina, disse que a prova do expansionismo estaria na enorme rede ferroviária argentina, por estabelecer uma ligação entre Buenos Aires e as capitais de três países limítrofes: Assunção, Santiago e La Paz. De acordo com o autor, o perigo maior estaria na intersecção entre Buenos Aires e La Paz; diz Travassos ao tratar das implicações geopolíticas,

*“Quanto a repercussão do sistema sobre as redes vizinhas, esse é aspecto dos que merecem atenção especial. Se nas ligações Buenos Aires-Santiago e Buenos Aires-Assunção essa repercussão não ultrapassa os limites de suas naturais conseqüências, da ligação Buenos Aires-La Paz advém reflexos capazes de repercussão até mesmo sobre a economia continental.”* (Travassos, 1947, p. 55 - 56).

E continua o militar:

*“Dentre os aspectos mais importantes do esforço ferroviário platino, é notável o vulto econômico e político da ligação Buenos Aires-La Paz. Em primeiro lugar, essa ligação, embora indiretamente, multiplica os contatos da vertente atlântica com o pacífico (...) em seguida, está o papel que*

*seus trilhos representam, freqüentemente as cabeças dos vales da bacia do Madeira, como barreira econômica, verdadeira calha, na antiplanície, em favor do Prata” (Travassos, 1947, p. 60 - 61).*

A preocupação maior de Travassos era que essa comunicação entre La Paz e Buenos Aires, colocasse em risco o *heartland* boliviano - do qual o Brasil deveria se apossar - criando uma situação onde os antagonismos (Atlântico e Pacífico e Amazonas e Prata) pudessem favorecer a Argentina, na competição pela hegemonia no continente. Diz Travassos: *“Do quanto ficou dito pode-se concluir, pois, com certa segurança, do papel da ligação ferroviária Buenos Aires – La paz, como índice de homogeneidade em relação aos antagonismos geográficos sul-americanos, quer o de suas vertentes, quer o da oposição das duas bacias capitais da vertente atlântica”,* sendo assim *“Grimpa para o planalto boliviano e coleta os trilhos que saltam pelos colos andinos num esforço neutralizante de boa parte dos aspectos daqueles antagonismos, mas em proveito do Prata (Argentina)” (Travassos, 1947, p. 59)*

Mário Travassos via no *heartland* uma opção única para o projeto de potência brasileiro, assim também, como enxergava o planalto boliviano o instrumento inicial de toda a escalada nacional. De modo incisivo esse caráter é exposto como mostramos:

*“As solicitações que cercam o território boliviano são de tal monta que chegam a criar para a Bolívia uma instabilidade política verdadeiramente ameaçadora da Paz sul americanas. Com efeito, vinculada ao território do pacífico pela contextura andina da parte ocidental de seu território é, em seguida, em sua parte central e oriental violentamente dissociada pela repulsão das bacias platina e amazônica.” (Travassos, 1947, p. 97 - 98).*

*“Poderíamos dizer que para a política brasileira a Bolívia deste século é o Uruguai do século passado, agravadas as questões pela colocação desse foco de controvérsias políticas sobre o próprio flanco de território brasileiro em sua parte mais sensível dada a natureza viva de nossas fronteiras sudeste e sul. E para completar esse esboço é preciso que não se esqueça do território paraguaio, sorte de prolongamento de toda a angústia concentrada no território boliviano.” (Travassos, 1947, p. 179 - 180).*

*“O território boliviano pode ser considerado como o centro geográfico do continente sul-americano, seja por sua posição como explosão oriental dos mais importantes contrafortes da cordilheira, seja como ponte ortográfica abrindo o sistema andino, simultaneamente, as influências político econômicas que as bacias do amazonas e do prata representam na massa continental.”* (Travassos, 1947, p. 232).

Travassos indica a existência de um triângulo formado por Cochabamba – Cruz – Sucre, esse triângulo é identificado na geopolítica como área estratégica de suma importância na questão do antagonismo Amazonas e Prata, disse o capitão: *“As bacias do prata e do amazonas disputam o planalto boliviano, luta que certos caprichos geográficos favorecem ora uma, ora a outra dessas bacias. Não há como negar que o equilíbrio político sul americano se definira, num futuro bem próximo, segundo as oscilações do já famoso triângulo Cochabamba”* (Travassos, 1947, p. 176). Nessa linha de raciocínio, a rede ferroviária platina já citada, traria melhores condições aos argentinos no domínio do planalto boliviano.

A solução achada para essa situação visava deslocar a força das relações interestatais de Cochabamba – em que os argentinos tinham melhor chance – para um território – compreendido na parte de Santa Cruz, na fronteira oeste – que o Brasil pudesse controlar com maior facilidade. Para isso, a melhor opção seria a construção de uma rede ferroviária que ligasse Santa Cruz, até os rios Madeira-Mamoré, que serviria de conexão fluvial entre o triângulo boliviano e a bacia amazônica. Com essa mudança na balança de poder, agora favorável ao Brasil e a consequente neutralização do sistema ferroviário argentino, o Brasil seria o único país hegemônico, pois controlaria o planalto boliviano (Travassos, 1947, p. 59).

*“Do exposto resulta que se trata apenas de deslocar o centro de atração da região de Cochabamba para Santa Cruz, porque a atração exercida por Cochabamba é por assim dizer artificial, produto das facilidades de comunicações que tem desfrutado, ao passo que Santa Cruz representa realmente o verdadeiro centro de gravidade da economia do planalto”* (Travassos, 1947, p. 65).



Está claro que o discurso geopolítico proferido por Travassos diz respeito, em sua totalidade, aos objetivos expansionistas do estado brasileiro, não propriamente uma expansão em curso, mas aquilo que se queria realizar. Na busca de respostas para esses problemas, o autor vai identificar em seus postulados, alguns signos de inquietações políticas – reflexos de uma instabilidade geográfica – presentes no interior do continente sul-americano.

Travassos propõe que essa instabilidade gerada pela disputa de poder entre Brasil e Argentina, pode ocasionar insatisfações irreversíveis que só veriam seu desfecho em um conflito de âmbito internacional. Dentre os casos apresentados por Travassos destacamos a apreciação feita por ele, entre Bolívia e Paraguai. Segundo o autor, os bolivianos tinham a parte ocidental de seu território, cindido a cordilheira dos Andes e sua região oriental, oscilando entre as bacias amazônicas e platina. Essa oscilação se processaria pelos pólos de atração entre Brasil e Argentina, este último, aliás, o maior beneficiário da instabilidade boliviana, já que a Bolívia dependia dos argentinos, especificamente os portos, para escoar sua produção.

A solução para esse problema, apresentada por Travassos, era que o Brasil, em esforço político, acabasse com a dependência boliviana do território argentino, para isso seria necessário a criação de canais de escoamento, como uma rede fluvial, que ligasse a Bolívia à bacia amazônica e terrestre de ligação entre a Amazônia até o porto de Santos.

*“E de todo esse exame pode-se fixar de modo categórico o sentido político da Bolívia como centro geográfico do continente e a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o caráter de verdadeira conflagração.”*  
(Travassos, 1947, p. 84).

*“A oscilação entre as forças político-econômicas que as bacias do amazonas e do prata representam, essa sim pode traduzir verdadeiro motivo de apreensões internacionais mais serias. Essas bacias significam interesse de toda sorte, ligados às duas mais importantes nações do continente, que, se tudo as une, nem por isso estão de todo livres de possíveis estremecimentos provindos do planalto central do continente. E nisso não está todo o perigo, pois, se essas nações se estremecerem, é certo que esse estremecimento terá imediata repercussão continental que poderá resultar como*

*conseqüência da instabilidade geográfica da Bolívia.”*  
(Travassos, 1947, p. 89 - 90).

Não é necessário caracterizar cada uma das inquietações apresentadas por Travassos, uma vez que todas elas operam na esfera das relações entre Brasil e Argentina. Os dois estados são vistos como nações hegemônicas em potencial dentro do continente, conseqüentemente todas as manifestações de relações internacionais são entendidas como políticas estatais de conotação imperialistas. Travassos não é o único autor a trazer em suas colocações denúncias como essas; todas as produções geopolíticas posteriores, principalmente a partir da Segunda Guerra, trataram desse imperialismo continental. Principalmente da projeção continental do Brasil.

O centro da geopolítica de Travassos concerne ao entendimento do papel do Brasil, o maior país em território e recursos naturais dentro da América latina. Para o autor, o território que abrange o país é delimitado por dois tipos condicionantes, uma geográfica e outra política; de um lado, como já dito, estamos situados na vertente atlântica – bacias amazônicas e platinas – de outro, o Estado faz fronteira com outros dez países. A primeira etapa de análise de Travassos, diz respeito à posição territorial, isto é, o Brasil é dividido em quatro grandes regiões, sendo elas: o Brasil amazônico, o nordeste subequatorial, a vertente oriental dos planaltos e, mais uma vez, o Brasil platino, cada uma com características bem distintas.

*“(...) o Brasil Amazônico comportando a região serrana (maciço granítico das Guianas), a depressão amazônica (calhas do Amazonas e seus afluentes) e a Hiléia (região das matas); o Nordeste Subequatorial abrangendo o Golfão Maranhense (sorte de transição da Amazônia), a bacia do Parnaíba, as Serras e Chapadas da Vertente Norte-Oriental (regiões semi-áridas), o litoral, a mata e o agreste de Pernambuco (balizada pelo Cabo de S. Roque, foz do S. Francisco e Serra da Borborema); a Vertente Oriental dos Planaltos compreendendo o litoral baiano-espírito-santense (inclusive as bacias do Paraguaçu, Jequitinhonha e Doce) e a região das chapadas (zona alta), o vale do S. Francisco, o sul Mineiro e o vale do Paraíba; o Brasil Platino englobando a costa ou contra-vertente oceânica (entre o Atlântico e a Serra*

*do Mar), a Região Serrana (Serra do Mar e Geral), a região do Planalto (alternação de campos e matas, região suporte dos afluentes orientais do Paraná), a campanha rio-grandense e a baixada mato-grossense – em seu conjunto, nada mais espontâneo que essas grandes divisões e respectivas subdivisões”. (Travassos, 1947, p. 127 - 128)*

Não tem significação alguma a descrição do autor, se não levarmos em consideração suas intenções em posicionar o Brasil no centro do continente, isto posto, ao analisar as regiões brasileiras - novamente influenciado pelo embate Brasil Argentina - o militar identificou a existências de “dois países” dentro do mesmo Brasil, o amazônico e o platino, diz Travassos:

*“O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso se dispõe do Rio Amazonas como via natural. E sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O Brasil Platino, apesar de que exija meios artificiais para ligar-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Parat: o sul de Mato-Grosso, prolongando os territórios paulista e paranaense, representa a sua força de penetração.” (Travassos, 1947, p. 129).*

Sobre a vertente oriental dos planaltos continua o geopolítico,

*“Quer dizer que excentricamente, por via marítima, ou concentricamente, por vias terrestres, o papel funcional dessas regiões é de ligar, homogeneizar, amarrar os dois Brasis essenciais, do ponto de vista continental, o platino e o amazônico.” (Travassos, 1947, p. 131).*

Esses documentos, assim como grande parte dos apresentados até agora, expressam uma visão desses “Brasis”, tanto amazônico como platino<sup>56</sup>, como

---

<sup>56</sup> Sobre o Brasil platino, Travassos o entende da seguinte maneira, “Na bacia platina, características concêntricas, suficiente homogeneidade e densidade de população, facilidades topográficas, condições meteorológicas favoráveis. Os peões se encontram em vantajosa posição inicial. Domínio absoluto da viação fluvial pala bandeira argentina. Estradas de ferro em combinação com as vias navegáveis, procuram compensar a má posição da foz do Prata. Ambos os meios de comunicação drenado para Buenos Aires, como distribuidora, a economia dos

regiões que convergem suas potencialidades no planalto boliviano, ou seja, a formação de uma unidade nacional tão perseguida, passaria por políticas que consolidassem a ligação e o desenvolvimento das regiões afastadas, a exemplo das quatro citadas, além de um empenho geopolítico conjunto para transformar os objetivos de conquista do *heartland* boliviano em objetivos comuns. A partir desse momento, a projeção do Brasil no continente começa e se delinear, diz ele:

*“O fato decisivo, quando se olha para o conjunto do território brasileiro, engastado na massa continental sul-americana, reside nas notáveis possibilidades viárias, já em franca manifestação prática, que se traduzem, quer na naturalização do poder concêntrico na bacia platina, quer na força de atração do Amazonas, quer na capacidade coordenadora do litoral atlântico em relação a ambas essas altas manifestações de potencial econômico e político que o Brasil tem em suas mãos.”* (Travassos, 1947, p. 145 - 146)

Resumidamente, a geopolítica de Travassos propunha, no plano externo, ações expansionistas no continente baseadas em políticas que aproximassem o Brasil de países considerados indispensáveis do ponto de vista estratégico e comercial, internamente essas ações visavam uma integração nacional baseada numa diversificada política de comunicações, como a resolução das contradições Atlântico-Pacífico através da transferência *“de parte da riqueza da vertente ocidental para vertente oriental”* (Travassos, 1947, p. 146).

*“Temos a posse da maior parte da bacia amazônica e com ela o controle de todas as suas possibilidades viatórias, inclusive sobre os transportes que venham da outra vertente continental. Poderemos ter em consequência da parte sul de nosso litoral e das possibilidades de linhas de penetração para oeste, marcada influência neutralizadora das atuações político-econômicas da bacia platina. E, em virtude de nosso extenso litoral, podemos amarrar todas as manifestações daquele controle e desta influência, emprestando-lhes a necessária coesão.[...]. Examinadas, e conseqüentemente admitidas, certas manifestações geográficas da massa continental sul-americana, tão bem como do território brasileiro, manifestações que vimos pondo em foco, ressalta de modo indiscutível a importância de nossas comunicações*

---

*Estados mediterrâneos e levando a influência platina até os vales longitudinais do Andes.”* (Travassos, 1947, p. 170)

*longitudinais, quer do ponto de vista da unidade brasileira, quer como fecho da projeção coordenadora do Brasil do ponto de vista continental.” (Travassos, 1947, p. 158 - 159)*

Em suma, essas diretrizes eram para Travassos a forma principal que faria prosperar o desenvolvimento e, conseqüentemente, uma hegemonia política e econômica do Brasil no continente sul-americano. E alerta o militar:

*“É preciso, desde já, que não se confunda a concisão da fórmula com o simplismo de uma arrancada para o sertão. Para o oeste! Não é voltar as costas para o mar e muito menos abrir luta contra o mar – por mais paradoxal que pareça é estreitar a aliança com o mar, ampliando terras adentro a vinculação litorânea (...) três dos países andinos debruçam suas melhores esperanças sobre o amazonas, impelidos pela pobreza de articulação de suas costas estreitas, com o pacífico, cansados pela cabotagem entre o Canal do Panamá e o estreito de Magalhães, atraídos pelas bocas do rio-mar em contato majestoso com o atlântico lhes estenda os braços por intermédio de nossas comunicações terrestres (...). Para oeste! Como fórmula política de alto resultado, deve ser encarada como a resultante de um sistema de forças, como a direção geral de inúmeras atuações que vivem simultaneamente a solução dos mais graves problemas nacionais e a consecução do papel funcional que o espaço e a posição geográfica do Brasil lhe outorgam no continente e para além-mar” (Travassos, 1947. p. 245 - 248).*

Na carona das idéias levantadas por Travassos em relação à expansão fronteiriça e a busca de um ponto crucial de domínio no continente, trouxemos outro “expoente” da geopolítica, correntemente citado nos trabalhos do forte São João, o brigadeiro Lysias Rodrigues e seus escritos sobre “geopolítica do Brasil”, publicado em 1947. As teorias geopolíticas de Rodrigues, sem dúvida são “filhas” daquilo que se produziu no período anterior e constituem a retomada das premissas apresentadas por Travassos, porém reestruturadas para atender as nuances do período histórico.

O decurso histórico no qual transitam as idéias do militar é esclarecedor para o entendimento de seu pensamento. O mundo via, em 1947, o final do conflito mundial - de proporções devastadoras - e com ele a emergência de dois blocos antagônicos de poder - Estados Unidos e União Soviética – e

semelhantes, porém, em proporções bélico-destrutivas. A bipolarização do mundo levaria a ebulição de uma série de preocupações e questionamentos acerca da política internacional e nacional. No plano internacional, as questões relacionadas à segurança nacional, o medo de uma guerra nuclear e o anticomunismo se faziam presentes em grande parte dos Estados do Ocidente e principalmente na América do Sul, que diante de seus olhos, viram agigantar-se a influência norte-americana. No plano interno o país vivia o início da redemocratização após a queda do Estado Novo varguista.

Envolto nesse cenário em que as questões de hegemonia se fizeram presentes, os conceitos geopolíticos apresentados por Rodrigues foram marcados pela influência das idéias de Ratzel, segundo as quais o mundo atingiria o limiar de uma idade imperial marcada pela hegemonia de potências continentais. No que tange aos autores nacionais, além de Travassos, Rodrigues foi buscar inspiração na obra de Everardo Backheuser ao tratar das questões sobre transferência da capital e redivisão territorial. Entretanto o cerne da teoria do militar estava nos problemas das fronteiras.

Rodrigues identificou no país, áreas críticas compostas por forças distintas, contudo, localizadas em posição de suma importância e por isso potencialmente causadoras de confrontos armados. Essas áreas no caso, o Iguaçu, Bolívia e Letícia, representavam de acordo com o autor os *“puncti dolentes”*:

*“A política da boa vizinhança? Os tratados internacionais? Não: Fale mais alto, mais positivamente, o impressionante problema dos ‘puncti dolentes’ sul-americanos, nova espada de Dâmocles suspensa sobre o Brasil enquanto ele não puder resolvê-lo plenamente, ameaça perene enquanto o Brasil não puder neutralizá-los, se é que tal seja possível. Analisada a posição geográfica do Brasil no conjunto continental, e levando em consideração as enérgicas solicitações feitas sobre o conjunto pelos antagonismos geográficos, vemos que, ao Brasil cabe o papel de coordenador, sendo indiscutivelmente o ‘pivot’ em torno do qual tem de girar todos os problemas deste continente sul-americano”. (Rodrigues, 1947, p. 63).*

O *punctum dolens* do Iguaçu viria reforçar, no interior do discurso, o embate anunciado entre a Argentina e o Brasil pela dominação continental. Isso

porque esse ponto, estrategicamente localizado na região da bacia do Prata, faz fronteira entre os países citados - considerada entre os geopolíticos o ponto superior de tensão na América do Sul – o que provocou nessa região um estrangulamento geográfico, por estar no meio da queda de braço entre brasileiros e argentinos. Ademais, o Iguazu estaria situado no sistema fluvial platino que, de acordo com a geopolítica de Travassos como já apresentamos, trazia vantagens aos argentinos e conseqüentemente deveria ser alvo de atenção do Brasil.

*“A ação dos fatores geopolíticos territoriais e geográficos, quer no Paraguai, quer na Argentina, criaram vetores de forças geopolíticas cujo ponto de aplicação localizou-se justamente em um ponto delicado, aquele das grandes quedas d’água dos rios Paraná e Iguazu, capazes de produzirem um elevado potencial elétrico, particularmente as primeiras, as mais importantes das quais admite um ponto de trijunção de fronteiras (Brasil, Argentina e Paraguai). (...). De fronteira viva que era essa região no Brasil Colônia, voltou a ser de novo fronteira viva, tal a pressão dos fatores geopolíticos. Sob as cinzas dormita o perigoso problema. Essa calma aparente é ilusória. No dia que premeditadamente ou sem má fé, alguém tocar no assunto do aproveitamento de tais quedas d’água, a ação dos fatores geopolíticos será de extrema violência, podendo provocar até uma guerra”.* (Rodrigues, 1947, p. 64)

No caso do *punctum dolens* boliviano, Rodrigues não consegue avançar na discussão iniciado por Travassos, e apenas deixa algumas impressões que só fazem reforçar as mesmas idéias:

*“De todos estes ‘punctum dolens’, como muito acertadamente o cognominou Pandiá Calógeras, é o único que merece o epíteto de sul americano, porque ele é o ponto de aplicação das forças resultantes dos antagonismos oceânicos que solicitam o conjunto continental sul-americano. Situado no triângulo formado pelas cidades de Saucos-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra, região petrolífera por excelência, apresenta perigos que saltam à vista. (...). Nem aí descurou o Brasil de precaver-se contra ação dos fatores territoriais geopolíticos, pois, no extremo sul de Mato Grosso criou o Território Federal de Ponta Porá e empenhou-se vivamente*

*na construção da ferrovia Brasil-Bolívia, já em adiantado estágio de construção, e que em breve irá facilitar a derivação do escoamento dos produtos francamente para leste, para o Atlântico.”* (Rodrigues, 1947, p. 65 - 66)

A exemplo do exposto acima, o terceiro *punctum dolens* situa-se na região que abrange os Estados do Brasil, Peru e Colômbia respectivamente, todos eles próximos da cidade brasileira de Tabatinga. Essa região compreende um ponto estratégico localizado na vertente oriental com a bacia amazônica. Esse raciocínio corrobora com a tese de Travassos, de ser essa uma região essencial ao Brasil para garantia de sua supremacia no “antagonismo” Atlântico-Pacífico.

*“Essa região apresenta-se como um grande nó de diversos sistemas de transportes que buscam a porta de entrada do rio Amazonas nessa longínqua fronteira. Linhas de navegação fluvial e linhas aéreas comerciais, já trouxeram a essa região um impulso considerável, que cresce cada dia que passa, criando uma nova força de atração capaz de fazer fletir até ali rotas aéreas comerciais, que busquem ou venham da América do Norte, como fez o fator Canal do Panamá. (...). Em Letícia, como nos outros pontos, parece-nos que a primeira providência que se impõe é a criação ali de um outro território federal, capaz de vitalizar os elementos úteis que o Brasil ali dispõe, criando nesse ponto uma civilização brasileira predominantemente, como é justo.”* (Rodrigues, 1947, p. 66 - 67)

O entendimento dos *punctum dolens* serve a teoria de Rodrigues como instrumento de organização e reflexão que devem guiar a política internacional do Brasil; no interior da ideologia, eles, os *dolens*, são determinantes da projeção do Brasil em âmbito sul-americano e posteriormente mundial. Sendo assim, com o advento da Guerra Fria, as teorias geopolíticas se voltaram a pensar, não só em estratégias e expansão imperial, mas principalmente na defesa do continente e do país contra as ações do comunismo internacional, afirmamos que principalmente no interior da caserna criou-se um ramo da geopolítica dedicado exclusivamente a esse propósito.

Lysias Rodrigues foi um dos primeiros autores a expressar em seu trabalho essa preocupação e colocá-la com central ao analisar o papel desempenhado pelo Brasil no continente. Segundo o autor, o embate entre o poder marítimo e



terrestre era algo iminente, apenas uma questão de tempo para que a União Soviética, de posse do coração do mundo (heartland) e da Europa Oriental, estabelecesse um poder dominante em um bloco que compreendesse a Europa e a Ásia. Uma vez assegurada a supremacia do poder terrestre na Eurásia, o próximo passo soviético seria a conquista do norte da África e o estrangulamento das rotas do Atlântico, numa tentativa de aniquilar o poder marítimo norte-americano (Mello, 1987, p. 116).

Dentro desse contexto expansionista soviético, Rodrigues acreditava que o Brasil, mais especificamente o Amazonas, compreendia o território perfeito para as ligações marítimas entre o Brasil e os Estados Unidos, ou seja, a partir dele o país poderia garantir uma eficiência maior nas suas defesas, *“Assim, em território brasileiro, essa possível defesa da embocadura do rio Amazonas, o portão aberto daquela imensidade, só pode ser feita mais do que precariamente. É o nosso calcanhar de Aquiles.”* (Rodrigues, 1947, p. 116). A fragilidade dessa porção do território preocupava o militar, então, sua proposta visava fortalecer o dispositivo naquela área, anexando ao nosso território a Guiana Francesa, disse o geopolítico:

*“Para a França seria um alto negócio vender a Guiana Francesa, e para o Brasil, um negócio esplêndido adquirí-la. Não é preciso apontar o exemplo do Alaska adquirido pelos Estados Unidos. Não precisamos ir tão longe. O caso do Acre é bem semelhante (...) o Brasil comprando à França a Guiana Francesa, aliviaria em muito a inflação que o atinge, juntaria ao território nacional uma área considerável, mas, sobretudo, daria à embocadura do rio Amazonas a possibilidade de ter uma defesa eficiente.”* (Rodrigues, 1947, p. 117)

Na verdade, a incorporação da Guiana já representava em sua geopolítica o primeiro passo concreto para a projeção do Brasil no continente como uma potência dominante, líder na América Latina:

*“Dentro do conjunto continental sul-americano surge, porém, uma diretriz única, poderosa, geral, e que não podemos deixar de considerar em detalhe: Esta diretriz geopolítica é o Brasil que precisa criar na América do Sul um núcleo*

*geopolítico poderoso, homogêneo, sob sua chefia política [...]. A formação pelo Brasil, de um subnúcleo geopolítico na América do Sul, sob sua direção, decorre logicamente do apoio que o Brasil precisa dar ao núcleo geopolítico do Atlântico, como meio de facilitar sua missão. A liderança do Brasil, também justifica plenamente, uma vez que o Brasil é na América do Sul, não só o país de maior área territorial, mas, o de maior população, o de maior projeção internacional política.” (Rodrigues, 1947, p. 120 - 121).*

Segundo alguns trabalhos que se dedicaram ao assunto, como é o caso de Almeida Mello, essa reivindicação do Brasil como uma potência em âmbito sul-americano passa ou está fundamentada, como já dissemos, na dimensão territorial e na densidade populacional do país; essa teoria é decorrência direta do determinismo e da filosofia da história a qual recorre Rodrigues. Tendo Ratzel como seu “mentor”, o militar acreditava que o mundo marchava para a idade imperial, em que cada continente seria dominado por um grande Estado-suserano em torno do qual gravitaria uma gama de pequenos Estados-vassalos. E se o mundo seria dominado pelas grandes potências continentais, os recursos geográficos do Brasil capacitavam-no ao cargo (Mello, 1987, p. 119).

*“Todas essas coisas, decorrem do estado de transição por que passa o mundo, para atingir a ‘idade imperial’ prevista por Ratzel, a era da história continental, fixada pelas grandes potências que dominarem os grandes espaços. Nessa ‘ida de imperial’, ao Brasil cabe, sem dúvida alguma, papel preponderante. Pela vastidão de sua área territorial, pela sua posição geográfica esplêndida, pelos fatores geopolíticos benignos que o regem, pela imensa energia potencial latente que dispõe, e, pela capacidade superior de seus homens, claramente evidenciada já, está o Brasil indicado para ser uma grande potência em prazo pouco dilatado. O Brasil tem conhecimento da lei geopolítica que estatui que, os grandes tratos de terra sob um mesmo domínio, forçam naturalmente a criação de um dogma imperialista local.” (Rodrigues, 1947, p. 125)*

Ainda sobre o papel de relevo do Brasil, Lysias Rodrigues estreita as relações com os norte-americanos quando diz, “Na posição em que se acha o Brasil, as diretivas geopolíticas que o regem no plano mundial, são, pois: 1 – estreitar cada vez mais suas relações com os Estado Unidos; 2 – estimular a

*política da Boa Vizinhança; 3 – dar o mais cabal apoio ao núcleo geopolítico do Atlântico.”* (Rodrigues, 1947, p. 137 - 138). Sendo assim, a aliança com os Estados Unidos configurar-se-ia não como algo eterno, mas como uma pré-condição para a potência; visão assumida e difundida pelo general Golbery nas décadas de 50 e 60 no interior da Escola Superior de Guerra.

É inegável o papel da Escola de Guerra na instituição militar. No entanto, no trato das questões sobre geopolítica, não se observava, até início dos anos 50, uma articulação no plano conceitual entre os estudos geopolíticos e a ideologia de segurança nacional. As primeiras discussões apresentadas na instituição, do qual Golbery era o expoente, não apresentavam grandes superações ao período anterior, o carro chefe continuava a ser a expansão do Estado, a integração na nação e conseqüentemente, a idéia chave de que “espaço é poder”. Desse modo essa geopolítica se orientou pelos pressupostos do Estado como um organismo vivo, movido por interesses autônomos em relação à sociedade, mas identificado com um ideal de nação que pretendia representar. Entretanto, para que os interesses do Estado fossem identificados com os da Nação, as diferenças sociais foram diluídas no plano ideológico e, no plano político, os conflitos subordinaram-se aos objetivos globais de domínio de poder.

Se essas concepções fazem parte, como alertamos, dos estudos anteriores a ESG, o modo como a instituição se apropria dessas concepções de Estado Nação e tornam a geopolítica base fundamental na constituição da “doutrina de segurança”, revelam outro momento desses estudos; principalmente centrados na figura de Golbery, que não foi o único, mas sem dúvida era referência.

Não é nosso propósito nesse momento fazer uma análise detalhada do pensamento de Golbery do Couto e Silva<sup>57</sup>, pesquisas de grande respaldo já o

---

<sup>57</sup> Segundo Eliézer Oliveira, Golbery “desempenhou um papel extremamente importante no desenvolvimento das instituições brasileiras, dos anos 50 aos nossos dias, e nós, pesquisadores políticos, ainda estamos por realizar estudos sobre este fenômeno político-militar” (Oliveira, 1988, p. 240). De acordo com Vânia Assunção, Golbery foi uma das principais personagens da história brasileira, desde os anos 50. Unia perfeitamente as qualidades de intelectual e homem prático - era um *intelectual orgânico* da burguesia brasileira. Sua peculiaridade: agir nas sombras. Mas o fato de atuar quase sempre nos bastidores não diminui sua, às vezes, dramática importância para a história do Brasil. Não obstante a relevância histórica do general Golbery, nenhum estudo de maior monta se realizou sobre seu pensamento, diz ela, “O que se escreveu sobre ele, em sua quase totalidade, constitui-se de artigos curtos, que apenas tomam-no como ponto de partida para o estudo de outro tema - seja a “abertura”, seja a ditadura, sejam temas geopolíticos. Além de tratarem apenas de um ou alguns dos muitos temas trabalhados por Golbery, tais artigos, com raríssimas exceções, também não abordam a totalidade do pensamento do general, pois baseiam-

fizeram de forma contundente, como é o caso do trabalho de Vânia Noeli Assunção, intitulada *O Satânico doutor Go*, que retoma o pensamento do militar, inserido-o no cerne da ideologia bonapartista. O que pretendemos nesse momento ao analisar sua obra é apresentar as principais características de sua geopolítica que, desde já afirmamos, trazia as influências das teorias dos autores anteriores – reorganizadas para a realidade em que foram produzidas - porém inaugurava uma geopolítica, além de anticomunista, também centrada na defesa da civilização<sup>58</sup> “ocidental e cristã”. Desses dois fatores, iria emanar do seu pensamento os ideais de grandeza nacional atrelados aos norte-americanos, e o “destino manifesto do Brasil”.

O livro no qual inserimos nossa crítica, intitulado *Geopolítica do Brasil*, é uma coletânea de trabalhos mais densos ou artigos mais pontuais, produzidos pelo general entre 1950 e 1960. A escolha desse livro se justifica em dois momentos coligados; primeiro o período em que estes escritos foram produzidos trazem uma perspectiva ampla do decurso histórico e seus antagonismos, isso porque suas formulações estão impregnados externamente pelo clima da Guerra Fria e a política de contenção dos Estados Unidos em relação a União Soviética e internamente a década que marcou os anos entre 1950 e 1960 foi extremamente conturbada, ou seja, iniciou-se com uma crise e terminou com outra. Contudo, desse período, o fator que mais ressonou na obra de Golbery, foi a criação da Escola Superior de Guerra e sua “doutrina” de segurança nacional.

---

*se quase sempre em apenas uma de suas obras, Geopolítica do Brasil, especialmente na conferência realizada na ESG em 1980. Sua obra Planejamento Estratégico - livro resultante de conferências proferidas na ESG - é praticamente desconhecida. Obras de um mesmo período (ambos foram escritos no decorrer dos anos 50), aparecem-nos como trabalhos cujos assuntos se complementam e se explicam - como se verá, inclusive, muitos artigos constam de um como de outro livro”. (Assunção, 1999, p. 10)*

<sup>58</sup> Vânia Assunção ao tratar desse assunto demonstrou que o pensamento de Golbery guiou-se pela valorização do espaço nacional que não concordava plenamente com a geopolítica externa, voltada para as questões de segurança e defesa. E retornou ao velho dilema “- o do antagonismo entre as forças continentais e as atrações marítimas”, que ele considerava importantíssimo para nosso futuro. Isso porque, se de um lado está toda a “vasta hinterlândia” nacional “à espera de vitalização”, do outro “está o mar, não um mar qualquer, mas o oceano mais vivificado do mundo” que é a porta dos impulsos mais fortes de renovação e de progresso, “do qual dependerão sempre a nossa prosperidade e, talvez em grau muito maior no futuro, a nossa segurança”. No nosso litoral favorável, o dominante promontório nordestino e as avançadas de Fernando de Noronha e Trindade abrem grandes possibilidades de prosperidade e libertação das forças estrangeiras (Couto e Silva *apud* Assunção, 1999, p.61).

Tendo sido publicado em 1967, indubitavelmente o cenário internacional fez parte das suas conclusões nas quais as ações tidas como avanço do comunismo estavam mais latentes, os países europeus e o Japão estavam se reconstruindo economicamente e sobre esse ponto diz o geopolítico:

*“Assim sendo, esboço de uma geopolítica brasileira, este livro não exige, em verdade, rigorosa atualização. Tem a pretensão inerente a todo pensamento geopolítico que se preze, de resistir, em seu núcleo central de idéias, às variações conjunturais, mesmo em épocas de um dinamismo excepcional como a quadra que atravessamos. (...). E, pois, as mudanças sobrevindas no panorama internacional, não cremos que possam invalidar as idéias fundamentais que constituem o núcleo do pensamento geopolítico integrado que a seguir se exporá, nem tampouco venham a desfigurar, substancialmente, a perspectiva mundial em que se acha inserido.”* (Couto e Silva, 1967, p. 3 - 4)

O general afirmava que esses acontecimentos não afetariam a atualidade do seu pensamento, isso porque as variações conjunturais da década de 60 não haviam caracterizado tantas mudanças, a bipolarização dos poderes representados, pela União Soviética e os EUA continuavam a mesma, assim sendo, nem o decréscimo da guerra fria, nem o fortalecimento do neutralismo do bloco “terceiro-mundista, seriam, segundo Golbery, *“determinantes capazes de alterar a ‘visão de mundo’, reafirmado pelo antagonismo entre Ocidente cristão e o Oriente comunista que dominava a conjuntura mundial.”* (Couto e Silva, 1967, p. 4).

*“No mundo de hoje, o antagonismo dominante entre os EUA e a Rússia, polarizando todo o conflito, de profundas raízes ideológicas, entre a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente, e no qual se joga pelo domínio ou pela libertação do mundo, arregimenta todo o planeta sob o seu dinamismo avassalante a que não podem, não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterados e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente oscilante.”* (Couto e Silva, 1981, 186-187)

Não há dúvida que a razão fundamental para esse embate entre os “dois mundos” era, segundo o autor, culpa do expansionismo soviético que por ter em suas mãos o coração do mundo e procurou estabelecer um poder terrestre no bloco transcontinental euro-asiático.

O plano para conter o avanço soviético no ocidente buscava seus instrumentos numa política de contenção comandada pelos norte-americanos, isso supunha que os EUA deviam tomar posse de região entendida como *Rimland* – as fímbrias marítimas ou regiões periféricas que cercavam o *heartland* – para conter a expansão comunista. Essa estratégia apoiava-se em consistentes alianças políticas/militares organizadas pelos próprios norte-americanos no pós-guerra, além de uma rede de bases norte-americanas que formariam um cordão de isolamento. Sobre essa política de contenção diz Golbery:

*“No processo de sua afirmação, como diretriz fundamental do Ocidente, a estratégia de contenção, apelando para as luminosas teorias geopolíticas de Spykman sobre o valor intrínseco da ‘Rimland’ da Eurásia – orla anfíbia contígua à Terra-Coração de Mackinder -, empenhar-se-ia, desde os primeiros tempos, na tarefa imensa de organizar solidamente os vastos, heterogêneos e subdivididos espaços periféricos que do Báltico ao Mediterrâneo Oriental, pelo sul do mar Negro e do Cáspio, pela Ásia meridional e de sudeste, pelos mares da China e do Japão e de Okhotsk balizaram potencial circunvalação ante a avalanche comunista. Seria a laboriosa construção, até hoje não concluída ainda, do cinturão que cingiria afinal todo o mundo infectado pelo vírus do marxismo-leninismo – réplica ampliada e melhorada do velho conceito do ‘cordão de isolamento’ que fizera época em Versalhes, a transplantação, em escala nunca vista antes, do sistema medieval das chamadas ‘marcas’ germânicas.” (Couto e Silva, 1981, p. 242).*

De seu lado, o Brasil, gestado “sob o signo da própria Cristandade”, resultante final da transposição da cultura ocidental europeia “para terras quase desertas e virgens onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse ou pudesse deturpar-lhe a essência”, embebido desde sempre nas idéias e nas crenças ocidentais, “não poderia renegar jamais esse Ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura” (Couto e Silva apud Assunção, 1999, p.85).

*“E, pois, pertencemos ao Ocidente; nele estamos e vivemos; o Ocidente vive e persiste, realmente, em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma, nos livros que lemos, nas palavras que proferimos, nos cânticos que entoamos, nas preces que balbuciamos, até nesta maravilhosa paisagem plástica que nos rodeia, praias, montanhas, selvas, campos, planaltos e rios, ocidentalizados mais e mais pelo esforço perseverante e incansável de incontáveis gerações. Nós somos, também, o Ocidente.”* (Couto e Silva *apud* Assunção, 1999, p.85).

A passagem revela mais uma vez o determinismo geográfico como explicação do estreitamento dos laços entre Brasil e EUA, isso porque para Golbery, por razões históricas, geográficas, econômicas, culturais e religiosas, o Brasil é parte integrante do Ocidente e, frente à situação histórica, deveria estar sempre ao lado dos norte americanos. No mundo daquele momento, inflexionado por um conflito tremendo, apenas o ocidente estaria em condições de antepor-se ao avanço comunista, *“e terá de fazê-lo, a despeito da desconfiança que sempre suscitarão quaisquer intervenções suas em virtude de um longo passado, não de todo olvidado, de detestáveis práticas colonialistas”*, e o terá de fazer, *“sobretudo, porque nisso estará envolvida, agora, a sua própria sobrevivência, muito mais do que simples interesses materiais ou questões de prestígio”* (Couto e Silva *apud* Assunção, 1999, p. 82). No caso dos EUA, Golbery alerta:

*“O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o Mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa Geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma Geopolítica consciente e decididamente partícipe da Geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, a cujos destinos temos os nossos indissoluvelmente ligados, quer o queiramos ou não.”* (Couto e Silva, 1981, p. 170).

O pensamento de Golbery promulgava o Brasil como único país dentro do continente com proximidade, confiança política, e devido à “revolução de 64”, estabilidade social. Tranquilidades não encontradas em outros países como a África do Sul – assolada por conflitos raciais – e a eterna inimiga, a Argentina peronista, *“regionalmente, apenas podem contar, além de nós: a União africana, no momento a braços com graves problemas de sua política de ‘apartheid’ e que já elegeu mais ou menos os seus destinos no sentido da expansão continental em direção à bechuanalândia e à Rodésia do Sul; e, do lado de cá, junto a nós, a Argentina”* (Couto e Silva, 1981, p. 49).

Nessa linha analítica o Brasil aparece como um dos pilares do “mundo livre” e responsável pela defesa do Atlântico sul, isso porque

*“(...) ora, o Brasil, pelo prestígio que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do atlântico sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades da defesa do Ocidente”* (Couto e Silva, 1981, p. 246).

Oliveiros Ferreira, grande crítico sobre o assunto, aponta a enorme contradição dessas afirmações:

*“A operação mental que o general Golbery pretende fazer - construir uma geopolítica brasileira para auxiliar os Estados Unidos e o Ocidente a defender-se contra o ‘imperialismo comunista de origem exótica’ - é de difícil realização, porque nega, de início, o fundamento mesmo do raciocínio geopolítico, que é a política de poder e a afirmação do Poder Nacional desvinculado do contexto mais geral da civilização em que se insere (...). Geopolítica e o ecumenismo se excluem logicamente - da mesma maneira que a construção do Poder Nacional e a interdependência entre os que já assumiram responsabilidades na política internacional e aqueles que para elas se preparam. A construção, note-se bem, porque para os poderes nacionais já erigidos a interdependência é a forma histórica da afirmação de sua hegemonia sobre os demais Estados.”* (Ferreira, 1984, p. 596).



Combinando de um lado, uma postura de alinhamento com o Ocidente e de outro, os potenciais do Brasil numa possível estratégia, o ideólogo busca se favorecer dessa aliança não incondicional, reivindicando o papel do Brasil como aliado preferencial. Totalmente influenciado por Ratzel, o momento em que o mundo atingiria “a idade imperial” se aproximava e transformaria o papel dos países em relações de superioridade e inferioridade:

*“(...) abre-se a era da história continental que Ratzel predissera. Os países fortes tornam-se cada dia mais fortes e os fracos, dia a dia, mais fracos; as pequenas nações se vêem, da noite para o dia, reduzidas à condição humilde de Estados pigmeus e já se lhes profetiza abertamente um fim obscuro, sob a capa de iniludíveis integrações regionais; a equação do poder do mundo simplifica-se a um reduzido número de termos, e nela se chegam a perceber desde já apenas raras constelações feudais de estados-barões rodeados de satélite e vassalos.” (Couto e Silva, 1981, p. 22)*

É perceptível sob quais moldes se edificaram os ideais de potência na ideologia do general, poderíamos chamá-la de uma co-potência tutelada pelos norte-americanos, por isso *“deveremos nos conformar, natural e realisticamente, a um papel de simples forças auxiliares no conjunto operacional do ocidente - e, para isso, nos devemos conscienciosamente preparar”* (Couto e Silva *apud* Assunção, 1999, p. 86). Entretanto, alerta o militar para o fato da América Latina não estar imune às, tão temidas, guerras revolucionárias ditadas pela ideologia comunista, nascidas da estagnação econômica, da corrupção, da miséria, da ignorância e da fome, isso significa,

*“(...) mais permanente, mais premente, muito mais possível, não só não devemos contar com qualquer apoio exterior, antes, tudo devemos fazer para que este venha a ser inteiramente desnecessário, evidentemente, supérfluo e até mesmo injustificado, a fim de que a ocupação estrangeira, sob pretextos quaisquer ou quaisquer razões, por imponderáveis que sejam, não se torne o preço desmesurado de uma segurança que não tenhamos sabido manter como homens.” (Couto e Silva, 1981, p. 194).*

Contra essa hipótese, reafirmou-se o papel das elites dentro da geopolítica golberyana, já que por serem condutoras do Estado, sua deficiência, egoísmo, falta de visão etc., poderão criar um clima ainda maior de insatisfação e subdesenvolvimento capaz de fortalecer os ideais comunistas. Diante desse quadro, algumas prioridades ganharam destaque como *“diretrizes indeclináveis”* para uma geopolítica brasileira adequada *“à atual época agitada e cataclísmica”*:

*“Combater o subdesenvolvimento nas áreas mais retardadas e no restante do continente, cooperar na imunização também dos jovens países africanos à infecção fatal do comunismo, estar vigilante e atento a qualquer progressão soviética na direção dessa África atlântica onde se situa a fronteira avançada e decisiva da própria SN, colaborar por todos os meios em mantê-la totalmente livre do domínio comunista.”* (Couto e Silva apud Assunção, 1999, p.87).

Em primeiro lugar, o Estado deve se preparar com os outros países da América Latina, para acudir qualquer um dos vizinhos, na defesa de um *“inigualável patrimônio”* comum, contra quaisquer investidas *“exóticas”*, leia-se comunismo. Afora as já citadas, Golbery refere-se ainda à participação brasileira

*“(…) na manutenção dos bastiões defensivos do mundo ocidental que, lá longe na Europa, no Sul asiático e na Austrália, garantem a nossa relativa tranquilidade e toda a nossa segurança. Tudo isso, é claro, sem prejuízo de estar em condições de repelir ameaças mais diretas, necessariamente não muito potentes nem tampouco duradouras, no caso de uma guerra global.”* (Couto e Silva apud Assunção, 1999, p.88).

Para Golbery, no que se refere à conquista efetiva do território do Brasil, este é um processo que, ainda hoje, não está completo. Embora tenhamos ultrapassado o *“tênue fio litorâneo”* e a *“colonização periférica”* do século XVI, ainda assim nada mais fizemos que ampliasse a base de partida para exploração e assenhoreamento do interior brasileiro a escassos 500 km da orla oceânica.

Sua análise geopolítica do Brasil destaca *“um notável adensamento demográfico servido por trama rica de comunicações ferroviárias e rodoviárias”* no triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte. Este é o núcleo central do Brasil, seu

verdadeiro coração ou *heartland*, que concentra a maior massa de população e de riquezas, com uma circulação intensa, uma grande produção e onde estão situadas as mais importantes indústrias de base. Ali, o “*dinamismo é mais poderoso e enérgico*”. No restante do país, existem apenas dois núcleos ecumênicos e alguns escassos módulos de condensação geográfica, verdadeiras ilhas de população, destacando-se em meio a um vasto deserto. Sua conclusão é que, após 450 anos de história,

*“(...) somente o heartland central, portanto, vai atingido, em pleno, o seu destino geopolítico de vasta área de condensação ecumênica, centro de propulsão econômica, encruzilhada complexa de caminhos, nó de amarração natural de todo o bloco continental, plataforma essencial ao futuro expansionismo para o interior. Aí se vai ultimando, assim, aquela coincidência fundamental dos espaços físicos, demográfico, econômico e político que ancora o poder no centro de base compacta, possibilitando-lhe atuar dinamicamente e em potência.”* (Couto e Silva, 1981, p. 123).

E aí temos duas das idéias centrais da geopolítica golberyana: destino geopolítico, que ele reitera sempre proclamando que o grande *heartland* central, pelas suas simples e desnuda expressão espacial e a posição superior que desfruta no conjunto como centro natural da estrutura inteira, traz inscrito em si mesmo um destino imperial manifesto, sendo assim:

*“Se a geografia atribui à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica. (...) também nós podemos invocar um destino manifesto, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os nossos irmãos maiores do norte (...). E se a velha Inglaterra sobe reconhecer, desde cedo, o destino norte-americano, facilitando-lhe uma política de mãos livres no continente ocidental, à sombra protetora da esquadra britânica – a doutrina Monroe, como bem se sabe, foi inspirada por Canning – não parece demais que os EUA reconheçam também aquilo que devemos defender, a todo custo, como um*

*direito inalienável, traçado pela própria natureza no mapa do Atlântico Sul.” (Couto e Silva, 1981, p. 52).*

A outra idéia é o expansionismo para o interior, sua propositura final conforme teremos oportunidade de ver. Não obstante os muitos elementos negativos da avaliação, Golbery acredita que

*“Evoluímos, pois, - e não pouco - da tênue colonização periférica que caracterizava ainda o Brasil nos começos do século XVII, para ocupação de ampla base de partida, favorável à manobra que teremos de realizar, da incorporação real do imenso domínio do interior, praticamente ainda o deserto, à comunidade nacional.” (Couto e Silva, 1981, p. 73)*

Golbery destaca veementemente, que o Brasil, dono de vasto território, “é hoje um país territorialmente satisfeito”. Tendo, pois, seu espaço vital já conquistado, trata-se de ocupá-lo e explorá-lo devidamente, o que contribuiria para superar a realidade do “profundo desequilíbrio econômico e cultural entre as regiões de seus diversos quadrantes, os vários brasis em que realmente se desdobra o panorama continental brasileiro”. Assim, reafirma que nossa geopolítica, ao menos nesse momento histórico, deverá ser “ainda uma geopolítica de expansionismo interior, de integração e valorização territoriais, sem quaisquer ressaibos de um imperialismo além-fronteiras descabido e grotesco para quem dispõe, dentro de seu habitat, de todo um território imenso a construir” (Couto e Silva apud Assunção, 1999, p. 169 - 170).

E, sob profunda influência de Oliveira Vianna, conceitua seus dois brasis formados pelo ecúmeno (espaço valorizado efetivamente pela humanização), pouco mais que um terço do país, e a oeste o simples *domínio*, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora - a deixa para a retomada da proclamação de Mário Travassos: *Para Oeste!*

*“(...) o qual nos cumpre incorporar realmente à Nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva. Tarefa sem dúvida gigantesca que está a exigir um*

*planejamento cuidadoso e a longo prazo e que consumirá largos anos para sua realização, além de recursos vultosos de toda ordem.” (Couto e Silva, 1981, p. 43)*

E arremata, atestando a urgência e importância vital do cumprimento desta propositura sob pena de perda de territórios, de integração nacional e, pois, atentado à sobrevivência:

*“(...) o vácuo de poder, como centro de baixas pressões, atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça. E, portanto, se larga é a empresa e sobremodo difícil, impõe-se pelo menos dispor sem tardança, na cintura dessa imensa área vazia, postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra, à espera dos melhores dias de uma integração e valorização contínuas e totais, estejam em condições de opor-se a quaisquer veleidades alienígenas de penetração.” (Couto e Silva, 1981, p. 43).*

*“No campo interno, a problemática geopolítica resume-se na incorporação efetiva e vitalização de todo o amplo domínio, em grande parte ainda vazio do homem e da civilização fecundadora”, conforme atesta Golbery (Couto e Silva 47, 92 e 60-61). Olhando o mapa do Brasil com o objetivo de “auscultar a fiel mensagem inscrita no modelado eterno do habitat imenso que nos coube humanizar e valorizar”, a fim de decifrar as proposituras de “nosso destino geopolítico”, Golbery consegue a proeza de “entrever, em seus largos traços, a estratégia portentosa de toda uma hercúlea integração territorial, de nossa imperiosa projeção continental e da não menos imperativa segurança contra ameaças externas além-mar” (Couto e Silva, 1981, p. 3).*

Sua análise da posição do Brasil conclui que o país está magistralmente bem situado para realizar um grande destino tão incisivamente indicado na disposição eterna das massas continentais, quando lhe soar à hora, afinal, de sua efetiva e ponderável projeção além-fronteiras.

## Capítulo IV - A Grande Potência: o Brasil ditatorial na visão da Geopolítica

*“O capitão de 1931 sonhou com um Brasil Potência continental. Nós lhe pedimos licença para sonhar agora com um Brasil potência mundial”<sup>59</sup> (gen. Carlos de Meira Mattos, 1975)*

Não há possibilidade de desvencilhar a geopolítica ditatorial das formulações contidas na ideologia de segurança nacional. Ainda que já tenhamos abordado esse tema, uma reaproximação se faz necessária para entender a objetivação desses conceitos no interior do discurso. Dito isso, colocamos em questão a criação da Escola Superior de Guerra, não de modo a compreender suas estruturas internas, mas sim situar os estudos geopolíticos nessa formação.

---

<sup>59</sup> A frase da qual partiu a estruturação desse capítulo foi o emblema da campanha política divulgada pelos estudos geopolíticos a partir de 1964 e principalmente nos anos 70, nos quais o desenvolvimento econômico gerado pelo milagre garantiria ao regime sua sustentação como uma “revolução renovadora”. O momento que marca o enorme desenvolvimento econômico no milagre, é para a geopolítica a congruência da centralização do poder autoritário com a elevação, até então impensada, dos índices econômicos. Elementos essenciais que, segundo as lideranças, faltavam para afiançar ao Brasil - juntamente com seus recursos geográficos - a Grande Potência.

Em 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra, o pensamento político militar brasileiro começou a se estruturar em bases, consideradas por seus ideólogos, realistas e científicas. Verdade ou não, o fato é que a escola foi responsável pela formulação de uma doutrina política sustentada pela dinâmica de aplicação do poder nacional, distribuída na relação entre Segurança e Desenvolvimento. Por mais de um quarto de século, como afirma o general Meira Mattos, “(...) a instituição fundamentou-se essencialmente, no levantamento dos objetivos nacionais permanentes e objetivos nacionais atuais, e na formulação de uma política para alcançá-los.” (Mattos, 1975, p. 60).

Nessa política dita “realista”, a ESG incorporou décadas de doutrinas e valores geopolíticos, a exemplo do pensamento de Golbery. De acordo com Meira Mattos, as idéias que inspiraram o projeto inicial da escola traziam à luz suas referências; “o surgimento de um conceito de Segurança em substituição ao de defesa (ensinamentos que se evidenciou durante a 2ª. Guerra Mundial e no período imediato do pós-guerra); a consciência de que o Brasil possuía os requisitos para chegar a grande potência; a crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e execução governamentais; a necessidade de elaborar um método de formulação da política nacional” (Mattos, 1975, p. 61).

Entre 1949, ano da criação da Escola, e 1964, a ESG não teve grandes influências nas decisões governamentais, suas funções se restringiram a formular a “doutrina de segurança” através da pesquisa no campo do desenvolvimento, a formar as elites civis e militares aptas a pensar o Brasil, além racionalizar uma política de aplicação do poder nacional para segurança e desenvolvimento. Contudo, com o advento do golpe de 1964, essa situação de inércia afirmada nas palavras do general Meira Mattos, mudariam drasticamente, diz ele: “Quando veio a revolução de 1964 a doutrina da Escola Superior de Guerra já estava formulada e exercida em termos laboratoriais ou escolares. Foi fácil para o Chefe da Revolução, o Presidente Castelo Branco e seus principais assessores, Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, todos os ex-militares, participantes ativos na formulação dessa doutrina, pois haviam pertencido aos quadros da ESG, transferirem para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte de São João” (Mattos, 1975, p. 61).

Das inúmeras incoerências apresentadas nessas idéias, como a afirmação de uma participação tardia dos quadros da ESG e sua “doutrina” na política nacional, uma verdade é irrevogável: a propagação de elementos referentes à segurança nacional e desenvolvimento ficou muito mais explícita após o golpe de Estado. Como exemplo, em palestra de inauguração do ano letivo realizada em 1967, o então ditador Castelo Branco ditava seu discurso:

*“(...) o tema escolhido – segurança e desenvolvimento – é assunto dominante no nosso programa, doutrinário nos vossos estudos e hoje já integrado, em sua essência, na nova Constituição brasileira e em leis modernas (...) a primeira parte a fixar é a dilatação do conceito de segurança nacional, bastante diferenciado, hoje, do conceito mais restrito de defesa nacional. A diferença é dupla. O conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares da segurança e, correlatamente, os problemas de agressão externa. A noção de segurança nacional é mais abrangente. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando por isso os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito do que a agressão externa.” (Castelo Branco apud Mattos, 1975, p. 61 - 62).*

O documento expressa uma mudança nos conceitos de segurança nacional, principalmente em vigor nos anos 50, ou seja, a já citada troca entre as referências de *guerra total* para *guerra revolucionária*. Nos anos iniciais após a tomada de poder pelos militares, essas questões acerca dos movimentos insurrecionais estavam latentes, entretanto a ideologia de segurança nacional – assim como a geopolítica - já reorganizava essas preocupações ligando-as às soluções consideradas mais prudentes, isso significava – além das cassações, expurgos e mortes – gerar um desenvolvimento apaziguador, como escreveu Castelo Branco:

*“Desenvolvimento e segurança, por sua vez, são ligados por uma relação de mútua causalidade. De um lado, a verdadeira*



*segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social. Econômico, porque o poder militar está também essencialmente condicionado à base industrial e tecnológica do País. Social, porque mesmo um desenvolvimento econômico satisfatório, se acompanhado de excessiva concentração de renda e crescente desnível social, gera tensões e lutas que impedem a boa prática das instituições e acabam comprometendo o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime.”* (Castelo Branco *apud* Mattos, 1975, p. 62).

Foi nesse chão, impregnado pelo binômio segurança e desenvolvimento, que o discurso geopolítico ditatorial fincou suas bases. E o fez de modo tão consistente, que as preocupações geopolíticas até então centradas nas relações internacionais, deram lugar ao cenário interno; a guerra revolucionária, os movimentos populares – considerados em sua maioria subversivos - e o comunismo levaram ao recrudescimento do regime em 1969, ao mesmo tempo em contemplaram os elevados índices econômicos no milagre. Dessa forma afirmamos que toda a produção de discursos – sem grandes avanços nesse período – não fez mais, senão defender e justificar todas as ações e ideais do regime militar. E nesse caminho, a projeção mundial do Brasil como potência só faria sentido para seus propagadores, se sustentada sob essas premissas.

#### **4. 1. Potência, poder e violência**

Embora se comparada aos anos anteriores ao golpe, a produção geopolítica foi, em número de autores e trabalhos publicados, mais restrita, sua circulação no interior dos círculos militares – principalmente na ESG – assim como sua divulgação em diversos setores da sociedade civil foi de igual proporção e importância. O enfoque dos trabalhos geopolíticos pós-64, além da projeção mundial do Brasil, assentavam suas referências na posição estratégica do espaço nacional, nas potencialidades econômicas (tanto no campo da energia, quanto pelo produto interno bruto) e na capacidade industrial. Os dados eram assim divulgados:

*“Qualquer pessoa dedicada aos estudos geopolíticos, de qualquer nacionalidade, não pode deixar de reconhecer que somos donos de um país favorecido por características*

*geográficas e humanas inerentes às grandes potências. Somos um subcontinente, nosso povoamento se processa em ritmo acelerado e nosso progresso econômico se expande “a olhos vistos”, em que pese a interferência de inúmeros fatores perturbadores. Constituímos uma admirável unidade nacional. Não se pode negar ao homem brasileiro qualidades de operosidade, engenho criador e resistência aos fatores adversos. Nossas falhas no tocante ao problema humano são questões que se resolverão pela educação e higiene, pois nossa argamassa humana é boa. Criamos uma nação mestiça, em que predomina o elemento branco, sem preocupações raciais e sem preconceitos de casta. Podemos nos orgulhar de ter forjado uma nação de 62 milhões de almas.” (Mattos, 1975, p. 117).*

Nos anos 1960 até 1974, nos quais vigoram esse discurso, percebe-se, pelo menos no tocante à hegemonia territorial do Brasil, que nada se modificou, isto é, “como princípios religiosos” os fundamentos da grandeza nacional estiveram sempre assentados em nossa geografia<sup>60</sup>. Apesar dos avanços nas formulações serem poucos, é inegável que com o advento do golpe, a crença de que estávamos mais perto de nosso destino se solidificou entre os círculos militares de onde emanavam as mais diversas soluções de manutenção do crescimento, encorajando soluções geopolíticas particulares ao período histórico.

Dentre essas soluções, o desenvolvimento econômico iria despontar como a única forma de garantir estabilidade ao país. O poder nacional e os fatores geográficos, assim como a educação, o desenvolvimento econômico, a saúde, os meios de transporte e as comunicações, foram todos, sem exceção, analisados sob o prisma da segurança nacional e do desenvolvimento<sup>61</sup>. Nos primeiros anos após o golpe a política de Castelo Branco de arrocho salarial, cassações e

---

<sup>60</sup> Geograficamente, “continuávamos privilegiados” com nossa posição continental, e em termos populacionais, estávamos na década de 70 melhor favorecidos, ocupando o sexto lugar entre as nações no mundo, éramos o décimo em produção econômica, “*Estes impressionantes dados estatísticos indicam realmente uma grande potência mundial – tema que tem sido vigorosamente defendido por brasileiros através de quase todo século XX*” (Kelly, ESG, 1987, p. 18).

<sup>61</sup> Não fugindo ao período de sua produção, os elementos construtores de ideologia de segurança nacional floresceram nos anos iniciais Guerra Fria e a bipolarização mundial proveniente. Contudo, e agora tratamos especificamente do Brasil, a partir principalmente da década de 60 houve uma inversão nesses conceitos referentes à guerra total, travadas entre os países, para uma guerra travada no interior das fronteiras - gerada por um inimigo a princípio desconhecido – e de caráter subversivo.

perseguições desenfreadas, intervenção direta nos meios sindicais ou qualquer outro setor opositor, davam a certeza dessa política.

Segundo os militares, essas atitudes eram necessárias para a manutenção de um clima estável sem agitações sociais de qualquer espécie, uma tranquilidade alcançada apenas com uma legislação forte e coercitiva, que pudesse diminuir as contradições internas. O discurso geopolítico toma para si essas determinantes que aparecem na forma de conceitos geográficos, como poder nacional e fatores geográficos, o poder nacional e a segurança, desenvolvimento, educação, integração e o poder nacional. Todos eles demonstram uma preocupação dos estudos - até então centrados nas relações externas – com os problemas internos.

Para os ideólogos geopolíticos de 64, o Estado deveria ser absoluto e para tal só o autoritarismo tornaria viável a possibilidade de atingir os objetivos nacionais de grandeza. Essa afirmação não era novidade, uma vez que os gestores do Estado ditatorial concebiam a sociedade nacional como despreparada para executar qualquer tarefa, atribuindo a si mesmos o papel de mais aptos para garantir a realização dos objetivos hegemônicos.

Mas de fato o que significava uma potência mundial? Quais eram seus pré-requisitos? Como saber se o Brasil ocupava essa condição no cenário internacional? E qual seu poder real? Essas perguntas faziam parte do cotidiano da produção geopolítica ditatorial, expressas tanto nos *boletins e palestras* ministradas dentro da escola de guerra, quanto na produção externa da escola - representadas pelas revistas “*Segurança e Desenvolvimento*” e “*A defesa nacional*”.

Em pequeno ensaio intitulado *Conceito de Potência Mundial*, publicado pelo departamento de estudos da ESG em 1976, o general Meira Mattos iniciou sua discussão propondo que o conceito de potência evoluiu constantemente no decorrer do século XX. (Mattos, ESG, 1976, p. 117) “*Antes que os extraordinários progressos técnicos- científicos tivessem proporcionado ao homem os meios eletrônicos de comunicação, as velocidades supersônicas e os engenhos nucleares, o notável professor sueco Rudolf Kjéllen, considerado o pai da geopolítica, estabelecia como características de uma grande potência, três*

*atributos: espaço, liberdade de movimento e coesão interna*” (Mattos, ESG, 1976, p. 117).

Para o autor essa conceituação é válida, pois é dela que partem as grandes linhas de pesquisa geopolítica sobre o caráter das potências; contudo o momento histórico no qual fala Kjéllen e o modo esparso que os conceitos – espaço e coesão – são apresentados não atendem às necessidades do discurso no período. Era necessária uma conceituação mais completa, que desse conta de colocar o Brasil em seu “devido” lugar na escala de desenvolvimento econômico e geográfico, sendo assim disse Mattos:

*“Hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais; sua soberania deve estender-se sobre um vastíssimo território; deve dispor de imensas reservas de matérias-primas e de mão-de-obra especializada; sua capacidade de produção deve permitir-lhe a fabricação, em grande quantidade, de armas modernas de alto custo, e de ceder, gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados [...] as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multirraciais, pela simples razão de que algumas das condições precedentes não podem ser satisfatórias por um único povo que não disponha senão de seu próprio território”* (Mattos, ESG, 1976, p. 118).

A passagem acima apresenta para a geopolítica ditatorial um corpo “doutrinário” melhor desenvolvido e detalhado, principalmente no caso da afirmação do território como fonte de poder e projeção. Existem inúmeras classificações – no discurso geopolítico como um todo - para estabelecer a hierarquia entre os países; muitas delas acham nas correntes brasileiras fãis incondicionais, principalmente aquelas que enfatizam, como na citação acima, as capacidades do país. Entre os exemplos mais citados, encontramos as tipologias elaboradas por Hans Morgenthau, Nicolas J. Spykman e A. P. Kenneth Organsky.

Se lavarmos em consideração que o discurso geopolítico de potência segue em três grandes vertentes: política, econômica e social, os critérios adotados por Organsky dão conta da vertente econômica. Não que exista um abandono dos outros elementos, porém o produto interno bruto é privilegiado

como forma de estabelecer uma hierarquia nacional; portanto a variação do PNB dos países, marca a ascensão ou declínio de cada nação. Não é necessário ir muito longe para compreender o motivo da absorção dessas idéias pelos geopolíticos no período do milagre no Brasil.

O ideólogo Meira Mattos, ao apresentar Organsky em seus escritos busca relacionar o enfoque econômico e a população, com o poder político-militar, diz ele:

*“O poder de uma nação moderna apóia-se consideravelmente no tamanho de sua população, com inúmeros expressivos, uma nação pode sobrepujar suas deficiências, sem eles, grande poder é impossível. Hoje, a importância crucial do volume de população é ofuscada pelas imensas diferenças em desenvolvimento econômico, que torna possível a nações de tamanho médio dominar o mundo [...]. Uma grande população assegura o poder humano para forças armadas poderosas, assegura o trabalho para produzir grande riqueza nacional, assegura os consumidores que fazem o papel de mercado para outras nações, assegura os contribuintes de impostos que subscreverão os enormes custos do jogo da política mundial no presente estágio e assegura a ousadia para correr os riscos necessários de tal jogo. É difícil fugir à conclusão de que grandes populações fazem grandes nações.” (Mattos, ESG, 1976, p. 121).*

Do mesmo modo que a apropriação de Organsky pelo discurso destaca as populações como um dos elementos de grandeza *in potencial*, a apreensão, tanto de Spykman quanto de Morgenthau, ressaltou os valores geográficos nessa composição. Morgenthau por exemplo, apóia o poder nacional na geografia, nos recursos naturais, capacidade industrial proveniente, preparo militar, população nacional, moral nacional, qualidade de diplomacia e força da liderança nacional. (Morgenthau *apud* Miyamoto, 1987, p. 153)

Ao fazer uma releitura desses autores, o discurso geopolítico, representado nesse caso por Meira Mattos, buscava sintetizar as necessidades do país naquele momento:

*“Superfície do território, natureza das fronteiras, quantidade de população, ausência ou presença de matérias-primas, desenvolvimento econômico e tecnológico, capacidade*

*financeira, homogeneidade étnica, grau de integração social, estabilidade política e coesão interna [...] geografia, recursos naturais, capacidade industrial, grau de eficiência militar, população, caráter nacional, moral nacional” (Mattos, ESG, 1976, p. 119).*

O quadro apresentado até aqui, nada mais fez senão justificar as ações repressivas e centralizadoras do governo ditatorial. Porém, para o discurso geopolítico, não bastava apenas justificar a “revolução”, e sim encaixar o Brasil no ranking das grandes nações como uma potência de médio porte, ao lado do México, Índia, China e Argentina. Sendo o Brasil e a China “as duas potências médias que possuem melhores condições de aspirar a uma passagem para o segundo grupo, das superpotências de 2ª. Classe”, continua o autor:

*“A apreciação dos atributos essenciais de potência selecionados por tantos estudiosos da ciência política e da geopolítica revela que nós, brasileiros, possuímos todas as condições para aspirarmos a um lugar entre as grandes nações do mundo. Em termos de geografia, temos um território de dimensões continentais, com imenso litoral debruçado sobre o Atlântico Sul e maior fronteira terrestre, 15.400 km confinado com dez países sul-americanos. Nosso litoral ‘vis-à-vis’ com a África Ocidental é a maior extensão costeira nacional (7.400 km) no ecúmeno do Atlântico Sul. Ao nosso território, o quarto em extensão geográfica compacta do globo não falta recursos naturais – solo fértil, potência hidroelétrica e riquezas minerais. Estamos, ainda, longe de uma exploração intensiva de nossos recursos, muitos ainda desconhecidos. Nossa liberdade de movimento está-se comprovando, dia a dia, pelo domínio da tecnologia e da ciência, aplicadas à estratégia do desenvolvimento nacional.” (Mattos, ESG, 1976, p. 122).*

As potencialidades geográficas, sem dúvida foram as determinantes principais que tornavam o Brasil, na visão geopolítica, uma nação poderosa. Quais sejam os critérios definidos de potência, primeira ou segunda classe, os militares destacavam apenas duas superpotências<sup>62</sup> – EUA e União Soviética –

---

<sup>62</sup> E o Brasil, logicamente sempre voltado ao Ocidente, seria a nação potencialmente aspirante ao cargo; e justamente por ocupar um lugar de poder dentro da América Latina, suas responsabilidades seriam muito mais substâncias assim como as consequências de suas decisões, “O Brasil, obviamente vai se tornar uma importante potência; aliás, em certo sentido já o é. Dessa maneira terá que pensar sistematicamente sobre que tipo de novo sistema internacional

como dignas de referência. Para a geopolítica, o quadro comparativo entre outros países era a melhor forma de situar a atual momento onde se encontrava o Brasil. Segundo o grosso dos discursos, a comparação era feita trazendo ao embate nações, que em fator de suas dimensões, apresentavam requisitos semelhantes no que tange ao espaço físico e população.

Por isso a China (com um território de 9,59 milhões de quilômetros quadrados e 1,2 bilhões de habitantes) e a Índia (de 3.053 milhões de quilômetros e 1,6 bilhões de habitantes) eram os principais objetos comparativos, por serem candidatas à nações dominantes. O general Meira Mattos, valendo-se das categorias apresentadas por Organsky, chegou à conclusão que a cifra exata para o número de habitantes versus território, devia ser da ordem de 200 milhões de habitantes como o *quantum* mínimo para a grande potência contemporânea (Mattos, 1975, p. 83). A projeção calculada pelo autor, fazendo alusão aos dados divulgados pela ONU em 1975, prometia ao Brasil até o ano 2000, uma população aproximada de 278 milhões de habitantes, “*será, nossa população, um pouco menor do que a que abrigam hoje os 11 países da Europa Ocidental, em território equivalente à quarta parte do nosso*” (Mattos, 1975, p. 82 - 83).

Ainda que existissem outras nações aspirantes, no caso a Europa Ocidental integrada e o Japão<sup>63</sup> – considerando os aspectos muito particulares - para o general, do ponto de vista da posse de recursos naturais, a China e o Brasil estavam também na dianteira. Isso porque as dimensões continentais somadas à posição estratégica face aos grandes oceanos abririam possibilidades infinitas para agricultura, além de incalculáveis minerais no interior e na plataforma marítima. (Mattos, 1975, p. 84).

É necessária aqui uma pausa para reflexão. Como de praxe na ideologia geopolítica brasileira, principalmente de 64, as soluções efetivas para problemas considerados práticos - como um plano sistemático de exploração mineral ou mesmo um modo de usar a dita posição estratégica do Brasil – nunca são

---

*deseja ajudar a criar [...] com o poder vem à responsabilidade, e essa não pode ser enfrentada assumindo-se posições essencialmente retóricas”* (Brzezinski apud Mattos, 1975, p. 78 - 79).

<sup>63</sup> As demais nações figuradas no quadro comparativo – Canadá, Argentina, México, África do Sul e Austrália – embora possuidoras de base geográfica suficiente, não seriam para os geopolíticos capazes de alcançar níveis populacionais que pudessem, até o final do século XX, agilizar e potencializar seus territórios. No caso do Japão, seria necessário minimizar o fator da dimensão geográfica, e ressaltar a capacidade industrial, tecnológica e científica, que superariam a limitação da superfície (Mattos, 1975, p. 83).

explícitas e quando se propõem, jamais são contundentes. A explicação correta para essa questão é simples! Não são explícitas e nem contundentes porque elas não existem. A função que assumiu esse discurso no período ditatorial era de justificador das ações políticas, econômicas e sociais centradas nas decisões dos governos em exercício; nesse sentido as carências metodológicas são explicadas, uma vez que o discurso serviu muito mais como uma “agência de propaganda” do que qualquer outra coisa.

Dessa forma a ideologia geopolítica de 64, como apresentado até aqui, se apegou, no que tange ao projeto de potência, aos dados estatísticos e comparativos que não revelavam nada de substancial. Um exemplo claro, ainda no universo comparativo, é o modo como a capacidade industrial, tecnológica e científica era analisada. Para Meira Mattos, enquanto Japão e a Europa Ocidental integrada já podiam ser computados como nações em estágios de mais alto nível, o Brasil, a China e a Índia se encontravam em plena revolução desenvolvimentista. O general, falando da década de 70, propunha que nos próximos 25 anos os dois países teriam que manter programas de desenvolvimento em ritmo acelerado e corretamente orientados, ainda que por caminhos opostos, disse o autor, *“enquanto a China segue o rumo do desenvolvimento socialista numa sociedade fechada, o Brasil se orienta pelo desenvolvimento capitalista sob controle e no âmbito de uma sociedade democrática aberta.”* (Mattos, 1975, p. 84). Isto é, manter o acúmulo de capital e a expropriação das classes subalternas intactas<sup>64</sup>.

Diante desse absurdo, o caso da Índia não foi esquecido, mas nesse ponto a comparação serviria a outros propósitos. O país era tido como uma sociedade fraca por não ter conseguido superar as limitações, assim chamadas, em relação às crenças místico-religiosas, promovendo uma sociedade estática e compartimentada em castas e superstições (Mattos, 1975, p. 84). Para os ideais geopolíticos, uma sociedade como essa, estava em desacordo direto com o que seria uma sociedade capitalista, tecnológica e civilizada, ou seja, nas palavras do general, *“nosso conceito de desenvolvimento é o democrático e encontra suas raízes na filosofia cristã”* (Mattos, 1975, p. 103).

---

<sup>64</sup> Aspectos do milagre econômico ver ARRIGUI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.



Nessa linha de raciocínio apresentada pelo ditador, a Índia ficaria para trás na corrida das potências já que não havia compreendido – como fez o Ocidente – que o desenvolvimento e os “ideais” que guiam o Estado “democrático” capitalista, são a única forma de paz social. E completa Meira Mattos ao tratar do caso brasileiro:

*“A dinâmica do processo revolucionário brasileiro está nos objetivos a conquistar a todo custo e a curto prazo, traduzidos na política de desenvolvimento. Na medida em que esses objetivos venham a ser alcançados, se aliviará, progressivamente, a pressão política visando a substituir o nosso estilo de vida democrático, demolir as nossas concepções morais e espirituais de existência e destruir a nossa paz social. Igualmente, cada passo que marque o avanço na conquista dos aludidos objetivos se refletirá no fortalecimento de nossa soberania, na consolidação da integridade territorial e no aumento do poder nacional” (Mattos, 1975, p. 103).*

Ainda sobre o Brasil e a “revolução de 64” o autor faz uma previsão para o ano 2000:

*“Na presente conjuntura mundial, dominada pela arrancada sem precedentes para o progresso científico e tecnológico, quem ficar para trás, dia a dia irá aumentando a distância que, dramaticamente, separa as nações mais desenvolvidas das demais. Ficar para trás na escalada da ciência, da técnica e da indústria, significa condenar-se à posição de inferioridade cada dia mais irrecuperável. Pelo direito de possuímos uma vocação de grandeza, justificada pelas nossas expressões geográficas e demográficas, fomos desafiados a provar a nossa capacidade revolucionária alcançando as metas de nossa política de desenvolvimento a curto prazo. Este prazo concedido à revolução não poderá passar do ano 2000. No início do milênio, teremos que estar formando entre as nações mais prósperas e poderosas do universo.” (Mattos, 1975, p. 103).*

Além da defesa ávida das relações de produção capitalista e dos objetivos mantenedores do Estado ditatorial, os dois documentos se relacionados ao caso indiano, revelam como a noção de autoritarismo é absorvida. Para o ideólogo, aquilo que diferenciava os dois países não era simplesmente o fato de o

desenvolvimento capitalista vigorar aqui, já que também estava presente na Índia; porém no Brasil, mais do que as relações de produção, o capitalismo teria se enraizado no âmago dos indivíduos tornando-se a única forma possível. Isso só poderia ser alcançado através de uma unidade nacional ou coesão interna, escreveu o militar:

*“Por coesão interna entendemos os laços de solidariedade comunitária dinamizados em termos de lealdade suprema à nação. Dizemos lealdade suprema à nação, porque o homem, em todas as épocas históricas, recebeu o apelo às lealdades – a Deus, ao rei, à classe social ou profissional, à ideologia. Mas tem sido, a lealdade à nação, a força polarizadora das realizações mais grandiosas e dos sacrifícios mais heróicos das comunidades humanas [...]. O nacionalismo moderno se condensa e cristaliza na sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado, em prosperidade e crescente bem-estar” (Mattos, 1975, p. 86).*

Os atributos geográficos por si só não bastavam, era necessários garantir, através de um plano político autoritário, uma nação coesa que voltasse todos seus esforços a um objetivo comum. Essas questões que envolvem coesão interna ou unidade nacional, como denominavam os geopolíticos, é com certeza o grande problema posto aos ideólogos na ditadura; *“A coesão nacional é um fator inseparável da liderança. Sem essa liderança, as maiorias e minorias nacionais se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino. Sem liderança não haverá objetivo, não haverá convergência, não poderá haver força, potência” (Mattos, ESG, 1976, p. 122).*

Comparando essa passagem acima, com a conceituação sobre unidade nacional divulgada pelo departamento de estudos da ESG, pode-se perceber uma semelhança quase que literal, expressa no documento abaixo:

*“Mais importantes e mais vitais do que a ocupação efetiva são a defesa e a manutenção da unidade nacional. Este foi o grande tema da nossa história, e não a divisão que, remediada depois, foi o das colônias norte-americanas, e, irremediada, o da América Espanhola. Ao findar o período colonial, o Brasil era apenas uma unidade geográfica. Era a divergência, o particularismo; o centro ficava além-mar [...]. O supremo desafio enfrentado pela independência foi o de criar*

*uma consciência nacional e formar a unidade pátria [...]. A idéia de unidade, que vive em nós e de nós depende, é um produto da nossa história comum e da crença no nosso futuro também comum.” (Departamento de Estudos, ESG, 1978, p. 26).*

Por unidade nacional, resumidamente, caracteriza-se um conjunto de normas e ações que visam à centralização e unificação, através do poder, de todos os setores sociais e físico-geográficos que compõem o Estado brasileiro. Nesse sentido, a unificação objetivaria o fim das diferenças sociais e regionais, o fim dos antagonismos entre desenvolvidos e subdesenvolvidos e conseqüentemente criaria uma situação de paz social, necessária ao desenvolvimento (Departamento de Estudos, ESG, 1978, p. 27).

*“Neste sentido somos um império, uma federação de seções, uma união de regiões, embora subsista o conceito de que há zonas desenvolvidas e zonas subdesenvolvidas, ou arcaicas e novas, com áreas metropolitanas e áreas coloniais, separadas por etapas diferentes de desenvolvimento histórico, nem o poder nacional foi arrebatado por uma só província ou Estado. Fatores históricos, geográficos e econômicos conspiraram contra as igualdades regionais, como conspiram contra as igualdades humanas. Esse tempo chega ao fim, um país único e forte se ergue” (Departamento de Estudos, ESG, 1978, p. 27).*

O mais óbvio seria pensar no conceito de unidade nacional centrado apenas nas instituições políticas, ou mesmo numa integração entre as regiões, porém o conceito de coesão nacional ultrapassa, e muito, aquilo que comumente se possa referir. O discurso geopolítico enxergava o Estado brasileiro com um corpo dotado de vontade própria e pronto a se manifestar, contudo esse corpo, diziam os ideólogos, era composto por uma massa amorfa de indivíduos – que somente, se guiados e organizados - fariam funcionar as engrenagens do país.

Nessa linha de raciocínio criou-se um ramo dentro dos estudos geopolíticos, chamado de estudos psicossociais, restritos a investigação do caráter nacional ou do espírito de nacionalidade; em resumo a aspiração de manter social, econômica e politicamente íntegra a comunidade nacional.

*“O espírito de nacionalidade é a fonte e a base de uma nação. Ele nasce sob a ação das forças naturais de uma parcela da sociedade humana que habita e explora determinado espaço de terra e que, através da convivência, adquire hábitos, costumes, crenças e vocações semelhantes e estabelece normas e concepções comuns de ser e de viver [...] são principalmente, os laços de origem, família, trabalho, educação e recreação que desenvolvem o espírito de nacionalidade e condicionam uma característica de unidade social e a conseqüente necessidade de unidade política. A comunidade ganha, então, uma consciência global de seus valores e interesses, e consegue por um esforço conjugado conquistar os objetivos a que aspira.”* (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 21).

Como tenta mostrar a passagem acima, uma sociedade só consegue êxitos efetivos quando adquire hábitos comuns, isto é, quando todos os indivíduos estabelecem laços que os unem em torno de algo maior; a partir desse reconhecimento as “massas”, até então disformes, tomam corpo e começam a fazer parte de um plano maior. Como esclarece o documento abaixo:

*“Os estudos sobre o caráter nacional, cujo parentesco com o nacionalismo é evidente, contam com uma tradição filosófica e literária (Rousseau, Edmund Burke, Jeferson, Fichte, Humboldt, Mazzini, Rank e Hegel) e datam de muito tempo, revelando, na sua diversidade, sua variada origem. São estudos históricos, religiosos, de psicologia coletiva, de filosofia de antropologia. A princípio não se distinguem propriamente nações, mas grupos de nações, iluminadas ou humilhadas por um espírito comum, que as engrandece ou rebaixa [...]. Hume, num estudo intitulado ‘Of National Character’, observou que as maneiras de um povo mudam muito consideravelmente de uma época para outra, devido às grandes alterações no governo, às misturas de novos povos, ou em face daquelas circunstâncias a que estão sujeitos todos os negócios humanos.”* (Rodrigues, A defesa nacional, 1958, p. 69).

Estas são as origens das várias tentativas ou aproximações de estudo do caráter nacional. A crença de que todo povo tem um caráter específico que persiste através dos tempos e pode ser traçado através de toda sua história e em todos os ramos de uma civilização.

*“O caráter nacional é um produto de formas sociais e a estrutura do caráter pode ser definida como a organização mais ou menos permanente, social e historicamente condicionada, das tendências e satisfações individuais [...] a caráter deve sempre ser visto nas suas permanências e nas suas variações [...]. O caráter nacional aparece ligado à influência que o ambiente humano mutável provoca na personalidade.”* (Rodrigues, A defesa nacional, 1958, p. 72)

Essa forma de ideologia nacional implica, comumente, em glorificar o próprio caráter nacional e denegrir o caráter do inimigo. Muitos geopolíticos na década de 60 no Brasil apegavam-se, sem exame, a óbvios preconceitos dessa espécie. Outra parte imaginava a necessidade de uma cuidadosa indagação de tais crenças: rejeitando as formas mais grosseiras do preconceito nacional, mas sustentando que a existência de um caráter nacional não pode ser negada, embora não possam dizer exatamente seu significado.

Durante o regime militar, o entendimento completo sobre o caráter nacional significava estabelecer uma arma poderosa contra as “forças subversivas comunistas”, pois numa possível guerra psicológica os estudos sobre caráter nacional poderiam ajudar a controlar as populações, gerando crenças e objetivos comuns.

Para tal, a primeira tarefa seria definir a expressão do caráter nacional de um modo claro e lúcido, isto é, atribuindo duas significações: a primeira indicando os padrões de conduta de um grupo como um todo, isto é, a natureza de sua organização incorporada em suas instituições, suas realizações coletivas e sua diretriz pública. A segunda, fundada em estereótipos, correspondente às diferenças na distribuição de certos traços, ou talvez tipos, nos diferentes grupos, denominado pelos geopolíticos de caráter comum.

Sobre o primeiro ponto, o alvo de investigação era principalmente as instituições políticas do Estado:

*“Dentre as várias alternativas que se abrem ao fenômeno da direção da comunidade nacional, desde o despotismo imposto pela força até a livre escolha de governantes temporários, parece-nos essencial, para a sobrevivência de uma nação, que atuem, com eficácia, as forças de equilíbrio. São estas forças que possibilitam a opção por regimes políticos mais abertos, afeiçoados ao diálogo, e que afastam as ditaduras de*

*peças ou grupos, bem como o clima de tensões sociais e políticas, altamente danosas a vida nacional” (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 22).*

As instituições são vistas pela geopolítica ditatorial como inorgânicas, ou seja, provenientes de modelos estrangeiros e adotadas por iniciativa de elites dirigentes sem a participação efetiva do povo. Desse modo, as relações entre as instituições e o “povo”, operam numa balança desigual de poder; significa que as instituições têm muito mais influência no caráter do “povo”, do que o “povo” nelas. Sendo os indivíduos moldados de acordo com as necessidades das instituições,

*“No império, vigoram as instituições parlamentaristas inspiradas no modelo inglês, embora à margem dos textos legais. Houve algo positivo, na implantação do parlamentarismo, porque representou uma conquista lenta do Congresso e das correntes políticas, contra métodos absolutistas do nosso primeiro reinado e dos governantes posteriores. Podemos afirmar, mesmo, que a abdicação de D. Pedro I e, posteriormente, a renúncia de Feijó estiveram relacionadas com essa luta pela adoção do parlamentarismo. Houve depois uma aceitação deste regime, que se foi desenvolvendo, ao longo do segundo Reinado, não obstante o alheamento do povo, marginalizado por falta de cultura política” (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 23).*

A passagem acima indica um problema a ser resolvido, isso porque desde sempre, e o parlamentarismo representa esse exemplo, o povo esteve marginalizado da vida política – segundo os militares, não tanto por causa da forma de organização, mas pela incapacidade cultural das massas (DE, ESG, 1970, p. 23) – o que levaria essa sociedade assim como suas instituições, a um grau tão profundo de incapacidade política, que as formas autoritárias de dominação se tornariam as possíveis opções.

*“Tudo indicava que o regime parlamentar encontraria condições de aprimoramento, mas a sua evolução natural foi abruptamente interrompida pela República, que copiou o presidencialismo norte-americano. Tivemos então longa fase de domínio político de pequenas minorias, a que o povo permaneceu de fora, como tinha ocorrido, no Império. As eleições continuaram falseadas, sem exprimir a verdadeira manifestação da vontade popular. Enfim, a vivência de*

*regimes importados e outorgados pela pequena parcela detentora do poder expressou a contradição entre democracia de direito e a oligarquia de fato. [...] a revolução de 1930 trouxe, como uma das suas principais conquistas, a reforma do sistema eleitoral, permitindo maior acesso do povo ao mecanismo político. Mas o Estado Novo anulou os efeitos dessa reforma, abolindo até mesmo a democracia nominal que praticávamos, e, desse modo, retardou ainda mais o processo de educação política do povo. Retirou-lhe as escassas oportunidades de conhecimento, interesses e participação nos assuntos do governo” (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 23 - 24).*

Em resumo, o discurso propunha que até os anos de 1930 o povo esteve às margens das decisões políticas do Estado; seja por fatores externos ou incapacidade cultural, o fato apresentado pela geopolítica, é que a partir desse afastamento, parte do caráter nacional se moldou sob a aceitação das formas autoritárias. Segundo os ideólogos geopolíticos essa situação só teria mudado em 1945 com a restauração da democracia representativa, que permitiu certo grau de evolução, ainda que desordenada às instituições políticas e aos indivíduos (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 23). Dessa evolução, ainda pequena, se formaria uma vocação democrática no povo brasileiro – fruto de sua formação histórica cultural, sempre latente desde os bandeirantes (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 24).

Entretanto o ciclo evolutivo ainda não estaria completo *“ainda havia muito personalismo e demagogia, enquanto a propaganda tendenciosa tumultua a evolução da autentica democracia política. Os partidos políticos continuam como grupamentos heterogêneos, sem conteúdo doutrinário e sem programação que possam disciplinar as correntes de opinião, estimular a educação política do povo e atrair parcelas da comunidade para o exercício da vida política”* (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 24).

Não há dúvidas que para a geopolítica ditatória essa evolução da “vocação democrática” só iria se firmar com a “revolução de 31 de março”, evidenciando o caráter popular, *“preservando a tradição histórica, até então, ameaçada, assegurando assim as condições necessárias ao processo de livre florescimento dos valores morais e espirituais da nacionalidade brasileira”* (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 24). Nada mais irônico do que um golpe de Estado ser o

fomentador da democracia, mas facilmente compreensível se levarmos em consideração que as formas autoritárias e repressivas estão escondidas, no interior da ideologia, atrás da máscara da unidade nacional, e conseqüentemente um Brasil idealizado. Isso significa que:

*“O Estado Revolucionário, sob o qual nos encontramos no Brasil, transitório como deve ser, se apresenta como produto da luta contra a anarquia que chegou a ameaçar os mais sagrados valores da nacionalidade. E como caminhamos para a estabilidade do nosso processo cultural, e não muito longe de atingir a maturidade social e política, vemos que o estilo de vida democrático e o regime político da democracia representativo se fixam na consciência do povo, como interesses, aspiração e caráter nacional”* (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 25).

Do mesmo modo que, a partir das instituições “políticas”, o discurso geopolítico identificava uma vocação democrática para a nação, as outras instituições consideradas de suma importância – como a escola, a família e a igreja – representavam, cada uma a seu modo, um pedaço dessa unidade nacional. Nesse momento, o homem foi colocado no centro da ideologia, não como um agente ativo no processo formativo do caráter nacional, mas totalmente passivo e moldável. Desse modo,

*“O homem vive e convive, principalmente, no lar, na escola, nos locais de trabalho, nas associações de classe, esportivas ou recreativas, e nos locais onde pratica os atos coletivos de fé religiosa. Em cada um desses grupos humanos, comporta-se de acordo com o conjunto de valores constitutivos de sua personalidade, herdada dos ancestrais ou adquirida ao longo de sua formação biopsíquica. Transmite idéias, sentimentos e conceitos integrados à sua individualidade por motivos de ordem biológica e psicológica, e assimila novas idéias, sentimentos e conceitos manifestados por outros indivíduos, na convivência do grupo. Esse complexo de pensamentos e atitudes, herdado e adquirido pelo indivíduo e transmitido sucessivamente entre os indivíduos que participam de cada grupo, conformam, ao longo da convivência, determinados hábitos, costumes e padrões éticos que, com o tempo, se organizam e se formalizam em princípios, normas e procedimentos coletivos. Em suma, que se institucionalizam.”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 15).



Esquemáticamente<sup>65</sup>, a partir desse raciocínio, podemos dizer que o lar e a escola conformam as instituições sociais; o trabalho, as instituições econômicas; as associações de classe, as instituições políticas e os cultos as instituições religiosas, sendo essas os *“principais tipos de instituições, que resultam de cada um dos principais grupos de atividade humana”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 15).

Entretanto, para os ideólogos, o homem vive e convive sucessiva e concomitantemente no lar, na escola, no trabalho, nas associações e nos cultos, transmitindo a cada um desses grupos os valores de sua personalidade e recebendo a influência das outras personalidades. E se essas instituições se interligam e se interpenetram, elas também refletem a personalidade do povo. No caso específico do Brasil, *“de um modo geral, marcadas pelo individualismo, pela ausência de preconceitos raciais, por acentuado humanismo e pela tendência de acomodar pacificamente os conflitos de interesses”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 16).

Essa visão extremamente idealizada de uma nação brasileira próspera, liberta de preconceitos e isenta de conflitos sociais, não é mero ufanismo. Isso significava apagar, política e ideologicamente, os antagonismos sociais com aparatos repressivos e ideológicos, garantindo, desse modo, a ordem. Como já inferimos no pensamento geopolítico brasileiro, o conflito entre as classes não pode existir, pois esses embates contrariam as normas que devem reger a conduta da sociedade definida por suas instituições<sup>66</sup>.

Na visão geopolítica, as instituições moldaram, em grande parte, o caráter do povo brasileiro. Inúmeros seriam os exemplos que dão conta de explicar as

---

<sup>65</sup> Cada um desses grupos conforma um tipo de instituições. Sendo assim, da convivência do grupo doméstico resulta a organização da família. Da convivência na escola conformam as instituições pedagógicas. A convivência nas associações, notadamente de classes, onde predominava a discussão dos interesses comuns e o objetivo de ordená-los e dirigi-los, dá lugar às instituições de tipo político. Por último, a vida dos grupos que tem fé religiosa institucionalizam a igreja (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 15).

<sup>66</sup> Por exemplo, ao tratar do papel da família na formação do indivíduo, começa a se delinear aquilo que seria essa “conduta ideal”, *“numa visão sintética e esquemática, as características essenciais da família brasileira, sem nos preocuparmos com alguns aspectos constatáveis nos centros urbanos mais populosos da atualidade, verão que ela é grande, unida, hierárquica e baseada no sentimentalismo, no casamento, na fecundidade e na autonomia. Pai autoritário e responsável, mãe doce e submissa”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 17).

principais características levantadas pelos ideólogos em relação ao país, seja por uma ausência de espírito público ou insolidarismo social, até mesmo pela acomodação e harmonia dos indivíduos. Por mais que os adjetivos atribuídos sejam muitos – e qualquer tentativa de exposição seja insuficiente – podemos perceber claramente que no período ditatorial, todos os elementos apontados como de caráter nacional se ligavam de uma forma ou de outra a defesa de uma sociedade capitalista e cristã.

Fazendo um levantamento, os aspectos positivos do caráter nacional se encontrariam organizados da seguinte forma:

*“Uma sensibilidade nacional muito viva, que exige que as contribuições estrangeiras passem por um processo de abasileiramento; uma consciência muito alerta da esperança histórica. A coesão nacional representada por uma tradição política liberal (embora tenha sempre havido intervenção no plano econômico) e civil. A homogeneidade religiosa, de um catolicismo muito flexível. O apego as tradições católicas. Na sua massa, o povo brasileiro é relativamente pouco sensível às ideologias, lento em revoltar-se e constitui, por excelência população fácil de governar [...]. Estímulo ao capitalismo, à racionalização da trabalho e a superação do passado colonial. O desejo de emancipação econômica e progresso social; o desejo de reformar as instituições sociais; e a tomada de consciência das possibilidades geográficas.”* (A defesa Nacional, 1974, p. 87).

Sobre os aspectos negativos os seguintes itens são ressaltados:

*“Restos da tendência para adiar para amanhã o que se pode fazer hoje. Instabilidade social e política, provocada pela luta entre as tradições da sociedade colonial arcaica e os elementos culturais do Brasil novo; a grande falta de quadros na administração e na política brasileiras; o reduzido número de adultos e o grande número de jovens tornam esmagadoras as tarefas da atual geração, em face especialmente do gigantismo dos problemas. O irrealismo das minorias dirigentes, que pode e deve ser corrigido pela capacidade de responder aos desafios, com soluções e não doutrinas.”* (A defesa Nacional, 1974, p. 87 - 88).

Segundo os ideólogos, havia necessidade da formação, mesmo que imposta, de uma mentalidade de segurança nacional sustentada sob a satisfação

das massas com o governo e pessoal. Desse modo, garantido esses dois elementos, as atitudes agressivas e revolucionárias do povo seriam incomuns e somente frações diminutas manifestariam simpatia por ideologias subversivas<sup>67</sup> (A defesa Nacional, 1974, p. 88).

Já deixamos claro que para os geopolíticos de 64, a erradicação de focos subversivos era a primeira condição para manter o caráter nacional intacto, pois *“Em qualquer nação, como imperativo da própria vida em sociedade, existem problemas fundamentais de convivência que se corporificam e avolumam através da caracterização de interesses diversificados e antagônicos de pessoas, grupos e classes sociais. A solução desses problemas é variável e pode ser buscada por formas diferentes, desde a força até a persuasão, desde a violência até a conciliação”* (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 26).

A violência vigora no discurso geopolítico não como uma última opção a ser considerada, mas sim a primeira. Tão importante o tema que, em 1976 o departamento de estudos da Escola de Guerra organizou uma série de artigos que traziam no centro do debate os aspectos geopolíticos. Dentre a gama de temas discutidos (desde política, geopolítica e potência, conceitos psicossociais e etc.) a violência como forma de política e dominação era o ponto central dos estudos.

A *Psicopolítica: Técnica de lavagem cerebral*, essa era a ciência que segundo seu próprio autor, Kenneth Goff<sup>68</sup>, seria um capítulo importante e pouco conhecido da geopolítica, porque forçosamente seria matéria reservada a um pessoal de alta especialização, a camada superior a saúde mental. Em outras

---

<sup>67</sup> A subversão ou subversivos eram expressões usadas diretamente para denominar os “simpatizantes” ou “praticantes do comunismo”. Durante o regime militar essa nomenclatura, bastante usada e vinculada às esquerdas, servia não só aos movimentos ditos comunistas, mas como toda e qualquer manifestação popular que abalasse a ditadura ou o caráter do Estado democrático, liberal e cristão.

<sup>68</sup> Assunto de grande controvérsia, mas ainda mencionado atualmente, é tratado em um documento publicado na década de 1950 quando, um após outro, foram publicadas várias edições de um livro conhecido como *Cérebro-lavagem: uma síntese do russo Textbook of Psychopolitics*. Ele sugere a criação das vítimas “artificiais de exaustão” por meio de drogas e da dor, antes do implante de doutrinas comunistas através de hipnose. O “Manual” foi reimpresso cerca de vinte vezes, e ainda mais frequentemente citado. A questão da sua autoria permanece controversa. Um curioso personagem, Kenneth Goff (1909-1972), sempre alegou que ele era seu único compilador. Goff era um membro do Partido Comunista dos E.U.A na década de 1930, mais tarde converteu-se para um protestantismo fundamentalista. Ver referência em [http://www.cesnur.org/2005/brainwash\\_13.htm](http://www.cesnur.org/2005/brainwash_13.htm)

palavras, nada mais que o controle por meio da coerção e da tortura. Escreveu o facínora *“ainda que de todo o castigo se consiga obter algum resultado, é mais certo que a meta e o fim de todo castigo é inculcar uma idéia de impedimento ou obediência nos castigados”* (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 125).

*“Desde tempos imemoráveis, cada vez que qualquer governante necessitava da obediência de seus súditos para impor seus fins, tinha que recorrer ao castigo. Assim sucedeu em todas as épocas da História. Hoje em dia, a cultura russa tem desenvolvido métodos mais seguros e definidos para recondicionar e conseguir a adesão de pessoas e povos e de exigir obediência. Este novo produto de um velho sistema se chamar Psicopolítica”* (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 125).

Por mais que não se ignore a autoria desse manual, como já colocado na nota 105, a apresentação dele nos estudos geopolíticos servem a dois propósitos: em primeiro lugar a justificativa de uma política de repressão severa ao comunismo e em segundo, a absorção e reorganização dessas idéias de modo a atender as necessidades mais urgentes, apresentadas na década de 70.

Por mais que o nome possa aparentar, já se percebe que sua definição não é muito complicada, em suma a Psicopolítica é *“a arte e a ciência de obter e manter um domínio sobre o pensamento e as convicções dos homens, dos funcionários, dos organismos e das massas e de conquistar as nações inimigas por meio do tratamento mental”* (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 126). Embutido nessa idéia, está a afirmação de que todo e qualquer procedimento ligado a segurança nacional, pode e deve – dependendo dos objetivos – não ter limites estabelecidos.

*“(…) vemos que os procedimentos psicopolíticos são fruto natural de certas práticas tão antigas quanto o homem, práticas que são correntes em todo grupo humano existente no mundo. Portanto, nos procedimentos psicopolíticos não há problema de ética, já que é evidente que o homem sempre deve ser dominado contra sua vontade, para maior benefício do Estado, e forçado, por motivos econômicos ou doutrinários, a realizar a vontade e os fins do Estado”* (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 125).

Basicamente, a proposta dessa idéia é afirmar o homem como um animal, “ao qual foi dado o verniz na civilização” (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 125). Tal como animais, esses homens, para protegerem-se de ameaças externas e internas à sua sociedade, formam grupos que devem sempre ser de guiados por uma minoria capaz. Isso pressupõe que os indivíduos que controlam os homens devem, portanto, possuir técnicas especializadas para dirigir os impulsos e orientar as energias do homem animal, para uma maior eficácia no cumprimento dos fins do Estado (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 126).

Segundo o autor, pelo fato do homem ser o objeto principal nas relações de poder e dominação estatal, o estudo de Psicopolítica se subdivide em áreas de atuação dependentes umas das outras como: a constituição e anatomia do homem enquanto organismo político e o estudo do homem enquanto organismo econômico que pode ser controlado por seus desejos. Como o Estado é também central nessa composição, o segundo grupo de tópicos faz menção a esse ponto, desse modo aparecem os objetivos do Estado em relação aos indivíduos, as convicções relacionadas à obediência e em seguida o choque e a resistência como forma de dominação (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 126).

Não é necessário ir muito além para saber que a justificativa para esse tipo de discurso encontra substrato nas políticas de segurança nacional em vigor no Brasil na década de 70. Não nos esqueçamos que as preocupações expressas muito antes por autores como Golbery, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Aurélio Lira Tavares<sup>69</sup> acerca da segurança nacional, foram canalizadas e converteram-se na década de 60 e 70 principalmente, no centro das atenções da política nacional<sup>70</sup>. Essas preocupações fizeram com que o Brasil se sentisse, pelo menos em termos estratégico-militares, identificado com os países do mundo ocidental, do qual, em fator do perigo comunista, dependia a segurança.

Contudo, como já afirmamos, tanto a visão desses autores como as expressas no discurso geopolítico, não são de um Ocidente concreto, mas sim uma idealização que incorporou valores democráticos e cristãos ditos enraizados nas gêneses desses Estados. Por sua vez, esses valores se tornam tão presentes e imutáveis que qualquer possibilidade de abalo, mesmo falsa, leva a atitudes

---

<sup>70</sup> ALVES, Maria Helena Moreira, Estado e Oposição no Brasil, 1984.

drásticas, fazendo das concepções autoritárias uma marca registrada desse pensamento. Diante dessa perspectiva o discurso geopolítico busca instrumento:

*“A degradação e a conquista marcham juntas. Para conquistar uma nação, primeiro ter-se-á que a desmoralizar, seja mediante ação de guerra, seja dominando-a por meio de humilhantes tratados ou entregando seu povo à mercê dos exércitos inimigos. Sem dúvida, a degradação pode realizar-se de forma mais eficaz e insidiosa mediante a difamação permanente e organizada. A difamação é a arma melhor e mais importante da Psicopolítica em geral. Tem-se que levar a cabo de maneira sistemática, uma campanha de difamação das instituições, dos dirigentes, dos costumes e dos heróis nacionais [...]. O objetivo da difamação e da degradação é o próprio homem. Ao atacar a personalidade e a moral do homem e ao provocar, por meio da contaminação da juventude, um ambiente de degradação geral, facilita-se gradualmente o domínio sobre a população.”* (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 128).

Não há uma análise mais substancial que se possa fazer desse documento que não seja o fato de constituir-se uma verdadeira aula de tortura, os elementos ditatoriais e o desprezo pelo homem saltam aos olhos. Ademais, todos os elementos citados, como os dirigentes, heróis ou mesmo o modo como a contaminação da juventude foi colocada, revelam preocupações imediatas da cena histórica.

## **4.2. O “Perigo Vermelho” e a importância estratégica do Atlântico**

Tratar da temática do comunismo, sob qualquer aspecto, é sempre uma empreitada complicada. Um tanto óbvio, já que o comunismo e o capitalismo se constituíram pós-Segunda Guerra como as duas instâncias econômicas de poder, e exerceram influências diretas em grande parte das nações no globo. Não é preciso aprofundar a análise para assegurarmos que no Brasil, o jogo de poder entre Comunismo e Capital foi determinante para a criação de uma doutrina militar no Estado Novo, responsável por uma geração inteira de oficiais que

avistavam o “perigo vermelho” em tudo. De modo que, em determinados momentos como uma possibilidade concreta, em outros apenas como uma desculpa para ações coercitivas dos grupos dominantes, o comunismo – pelo menos no interior das instituições militares – sempre esteve presente.

No pensamento geopolítico mundial o primeiro corpo de idéias sistematizadas que se tem notícia estiveram presentes nas teorias sobre o *Heartland* proferidas pelo inglês Mackinder (ver detalhes no Capítulo I). Centradas em possíveis relações estratégicas de dominação que a União Soviética poderia imprimir ao mundo, as teorias de Mackinder foram absorvidas no Brasil e encontraram na ideologia de Golbery do Couto e Silva na década de 50, sua representante mais contundente<sup>71</sup>. O militar brasileiro trazia como uma das principais vertentes de seu pensamento, a opção pelo Ocidente – capitalista e cristão – como a única forma de corrigir os males que afligiam o país<sup>72</sup>.

Contudo não pretendemos estudar o conceito de comunismo, nem muito menos sua apreensão por Golbery – isso extrapolaria os objetivos desse trabalho – nossa pretensão é entender o modo como a geopolítica ditatorial encarou essa questão e a reorganizou de modo a atender suas necessidades mais urgentes, que desde já afirmamos serem voltadas ao imperialismo. Dizemos sobre essa possibilidade porque o anticomunismo sempre foi analisado pela geopolítica levando-se em conta suas relações estratégicas no cenário mundial; e nesse caso os planos estratégicos de dominação comunista, segundo os ideólogos do regime, estavam muito diferentes na década de 60 do que no início da Guerra fria.

A partir de uma conceituação bastante usada pelos geopolíticos, os conflitos podem ser de duas categorias distintas: políticos e ideológicos. As guerras políticas podem terminar com acordos satisfatórios e proporcionar uma paz aceitável para seus contentores. Já os conflitos ideológicos ou metafísicos, como as guerras religiosas, dificilmente podem ser limitados e de acordo com os ideólogos “*não podem ser humanizados, tem o aspecto de um duelo de morte e,*

---

<sup>71</sup> Ver ASSUNÇÃO, Vânia Noeli. *Op. Cit.*

<sup>72</sup> O peso de suas obras e a participação efetiva nos rumos da vida política no Brasil – frisamos a criação do Sistema Nacional de Informação – dá a certeza de seu destaque e influência no interior dos círculos militares. Isso significa que todo o pensamento geopolítico anticomunista golberiano, foi sugado pelos seus irmãos – durante o regime militar – que pouco conseguiram avançar em termos ideológicos. *Idem.*

só terminara, com a destruição de um dos contendores” (Octavio Tosta, 1961, p. 55).

*“apreciando a história em termos de civilização, o Ocidente está, há quatro séculos e meio, em choque com as civilizações do México, do Peru, da Cristandade ortodoxa, do Islã, do mundo hindu e do Extremo Oriente. Afirma que, na conjuntura atual, o Mundo Ocidental está sofrendo o impacto de uma contra-ofensiva sob a forma de comunismo que já mostrou sua capacidade para converter almas ocidentais a uma ideologia não-ocidental”* (Octavio Tosta, 1961, p. 55).

Guiados pelo sentimento de uma vitória triunfante ou derrota total, estavam os militares convencidos de que a União Soviética possuía vantajosas condições geoestratégicas, e graças à posse do *Heartland*, os comunistas estariam empregando uma estratégia global cujo objetivo consistiria na implementação do seu sistema político em todo o mundo. Para realização desse objetivo o plano seria o isolamento; *“No enfraquecimento dos vínculos existentes entre EUA e seus aliados, por meio de estímulo ao antiamericanismo; penetração ideológica; propaganda do seu desenvolvimento cultural e científico; intercâmbio econômico; e dissimulação velada”* (Octavio Tosta, 1961, p. 56).

Dentro desse jogo de poder em que pairavam os receios militares no Brasil, os norte-americanos, diziam os brasileiros, estavam negligenciando esses objetivos expansionistas. Isso abria o terreno para países como o Brasil – com dimensões físicas e recursos econômicos – tomar a frente de um projeto de neutralização na América Latina<sup>73</sup>. Em resumo, essas formulações acerca do comunismo, se fizeram presentes em todo pensamento geopolítico ditatorial e poucas foram as alterações sentidas.

No ano de 1976, a revista *A defesa Nacional* publicava em um de seus exemplares, um estudo aprofundado que estabelecia uma política sistematizada de ações estratégicas de contenção; ao mesmo tempo, visava barrar o avanço soviético e criar focos de dominação para o Brasil, além mar. O plano partia da

---

<sup>73</sup> Já que o continente era tido como o foco principal dos interesses dos soviéticos, que pretendiam *“neutralização das áreas abrangidas diretamente no conflito. Política de consecução- estímulo ao nacionalismo; auxílio técnico, econômico e militar; e apoio aos movimentos subversivos. Implantação do comunismo na América Latina”* (Octavio Tosta, 1961, p. 57).



seguinte premissa, “a União Soviética está realizando decididos esforços para arrebatá-la a supremacia dos Mares ao mundo Livre. Se não for mantido o alerta constante, os aliados poderão ter sua força marítima neutralizada, quando ela se tornar necessária” (A defesa Nacional, 1976, p. 4). Do ponto de vista teórico, as principais influências exteriorizadas nessa relação entre políticas imperiais e poder marítimo, estão no pensamento de Alfred T. Mahan<sup>74</sup>; escritas no século XIX, suas teorias traduziam a necessidade de conciliar as principais formas de poder no Estado (os meios econômicos, políticos e psicossociais), com o poder naval.

A costa brasileira é banhada pelo Atlântico Sul, por isso não seria espantoso que os geopolíticos tivessem voltado suas atenções a esse oceano, como um local a ser resguardado<sup>75</sup>. A partir dessa afirmação algumas indagações se fazem necessárias; de fato qual a verdadeira importância do Atlântico? Seria apenas a segurança frente a possíveis ataques comunistas? E de que modo seu controle pelo Brasil garantiria a segurança não só do nosso país, como das nações vizinhas? E afinal qual a relação disso com o Brasil potência?

Atribuir demasiada importância ao oceano Atlântico como fonte de segurança e desenvolvimento para o país, não foi uma preocupação inaugurada pelos geopolíticos durante a ditadura. Como mostramos no terceiro capítulo,

---

<sup>74</sup> O poder marítimo era definido pela geopolítica como a integração dos poderes derivados do Poder Nacional, que se relacionam, a fim de permitir o uso das riquezas, ou seja, o poder marítimo é uma parcela do poder nacional que extrai dos campos econômico, militar e psicossocial, os elementos necessários a sua constituição (*idem*, 1976, p.7). A importância de ressaltar o poder marítimo e criar uma mentalidade marítima nos dirigentes da nação, vinha da necessidade, promulgada pelos geopolíticos, de voltar suas atenções para o oceano Atlântico, como descreve a passagem, “Na verdade, as nações Atlânticas vêm procurando, através do desenvolvimento, atingir melhores níveis de progresso e de bem estar. E para alcançar este desideratum, estes países, com o extenso litoral que possuem, não podem voltar as costas para o Atlântico Sul. Ao contrário, pois é neste Oceano que estão algumas de suas maiores riquezas e é ele também a porta aberta para o intercâmbio comercial com outros países. É preciso, que nos capacitemos de que deve ser criada no continente uma verdadeira Mentalidade Marítima que propicie a formação de um forte Poder Marítimo capaz de assegurar, quer na Paz quer na Guerra, a manutenção das rotas essenciais à sua sobrevivência” (A defesa Nacional, 1976, p. 38).

<sup>75</sup> Segundo o general Meira Mattos em 1977, “o Atlântico, com sua imensa massa líquida, oferece-nos não apenas a melhor via de comunicação entre grandes centros costeiros do país ou a rota indispensável ao nosso comércio exterior, propicia- nos, também, uma fonte de recursos econômicos da maior importância. Além da pesca, antiqüíssima riqueza extraída dos mares, os novos caminhos abertos pela tecnologia vieram ampliar a gama de recursos marinhos em setores vários tais como dos hidrocarbonos, isto é, petróleo e gás; dos minerais, particularmente manganês, cobre, estanho, cobalto e níquel; dos vegetais entre os quais se destacam as algas cujo aproveitamento para fins industriais vem aumentando; finalmente, as aplicações dos cascalhos e areias” (Mattos, 1977, p. 90)

Lysias Rodrigues já trazia em seus postulados essa inquietação e, somada a ela, a denúncia das possibilidades de objetivar políticas expansionistas, por parte dos soviéticos. Entretanto, devido ao momento histórico no qual essas idéias foram formuladas, o autor não conseguia avançar numa política estratégica que passasse por cima do poderio norte-americano, ou seja, como uma co-potência o Brasil deveria preocupar-se em sanar os antagonismos entre Atlântico e Pacífico a fim de manter uma dominação imperialista dentro da América Latina.

Devido ao momento histórico em que se encontrava o Brasil na década de 70, auge do milagre econômico, pensar no país como uma potência tutelada pelos Estados Unidos não era mais uma possibilidade; inclusive essa política de alinhamento incondicional já havia sido abandonada no governo de Costa e Silva<sup>76</sup>. Dessa forma, geopoliticamente a dominação do Atlântico só faria sentido se estivesse atrelada aos objetivos do Brasil como uma potência independente. E pensando assim ditavam os geopolíticos que

*“O Atlântico é o mais importante dos Oceanos, uma vez que permite o estabelecimento de comunicações marítimas entre o Continente Americano, a Europa e a África e abre as portas para o acesso à Ásia. O Atlântico Sul estabelece também uma ponte de ligação com o Oceano Pacífico através das rotas marítimas do Cabo de Hornos e do Estreito de Magalhães, que passam ao Sul do continente Americano, e com o Oceano Índico, através da rota marítima que passa pelo Sul da África” (A defesa Nacional, 1976, p. 16).*

A passagem acima centra suas atenções no corredor Atlântico situado entre o Cabo de São Roque no Brasil e a Costa Oeste da África, pois o caminho é visto como uma importante rota de comércio entre os americanos e africanos e também entre europeus e americanos. Isso significa que seu controle garantiria ao país, uma importante posição de domínio.

A condição privilegiada dessa rota comercial é afirmada a partir da comparação com outras rotas. Segundo a geopolítica a construção do canal de Suez, por exemplo, encurtando as rotas marítimas entre Oriente e Ocidente, praticamente condenou à extinção o antigo caminho para as Índias através do Cabo da Boa Esperança. Entretanto, diziam os ideólogos, seu fechamento pelo

---

<sup>76</sup> Assunto tratado com mais detalhes no segundo capítulo deste trabalho.

Egito faria reviver a antiga rota marítima, devido principalmente, à necessidade de abastecimento da Europa, dos EUA e da América Latina com o petróleo do Oriente Médio embarcado no Golfo Pérsico e proveniente dos campos petrolíferos do Kuwait, do Irã e da Arábia Saudita (A defesa Nacional, 1976, p. 16 - 17). Por mais importante que a rota pareça, para os ideólogos brasileiros ela não representava perigo em fator dos conflitos no Oriente Médio e da instabilidade que eles causavam.

A segunda rota a entrar na comparação seria a do Canal do Panamá, que por outro lado,

*“(...) se caminarmos para o Norte e olharmos o que ocorre com o Canal do Panamá, tradicionalmente ponte de ligação entre Atlântico e o Pacífico, vemos que a situação é semelhante. Se o analisarmos sob o aspecto geográfico, econômico e militar, constatamos que a sua posição estratégica é privilegiada, uma vez que o Canal encurta a distâncias entre o Pacífico e o Atlântico, gerando economia de tempo, combustível e permitindo maior e mais rápida mobilidade e abastecimento logístico de tropas que necessitem ser deslocadas em situação de emergência de um oceano para outro, segundo condições que não sejam as de uma Guerra nuclear estratégica, sendo também uma travessia menor, em relação à rota que demanda o Sul do Continente, inelutavelmente é mais segura no que se refere aos perigos de ataques inimigos, quer aéreo, submarinos ou de superfície, e aos perigos naturais de passagem pelo Estreito de Magalhães e o Cabo de Hornos” (A defesa Nacional, 1976, p. 17).*

As vantagens do canal do Panamá eram sobrepostas à possibilidade de uma guerra nuclear e uma suposta instabilidade política. Em termos de um conflito entre as potências bélicas e econômicas – uma realidade próxima para os militares – as pequenas dimensões da passagem impossibilitariam o tráfego de grandes embarcações (petroleiros e porta-aviões) (A defesa Nacional, 1976, p. 18). Mas na verdade, o principal problema por de trás da possível intervenção comunista, estava no controle político que exerciam os norte-americanos no local. E como já alertamos, os geopolíticos buscavam a todo o momento se desvencilhar dos locais onde não pudessem construir uma dominação, sem divisão de poderes.

Dentro desse raciocínio, o Estreito de Magalhães apresentava vantagens econômicas e de segurança bem superiores, e logicamente mais vantajosas as intenções geopolíticas de imperialismo brasileiro, como demonstra a passagem, *“Se a travessia for feita do Pacífico para o Atlântico, a situação de ventos se inverte, permanecendo as condições atmosféricas adversas e o risco de colisão com icebergues. Por outro lado, a travessia através de Magalhães é mais segura, mais curta cerca de 230 milhas e, embora envolvendo perigos, permite a passagem de navios aeródromos e super-petroleiros”* (A defesa Nacional, 1976, p. 18 - 19).

As preocupações até então, estavam na importância do Atlântico Sul em relação às trocas comerciais, mas principalmente no possível ataque. O trecho acima apresenta essa posição claramente, haja vista que os dois tipos de embarcações citadas são usados em caso de guerra, principalmente os navios aeródromos.

Dito isso, convém ressaltar que há um grupo de geopolíticos que preconizava que, no caso de ocorrer uma nova Guerra Mundial, o centro da Guerra Naval onde seriam travadas as maiores batalhas, era o Oceano Índico, o que se refletiria no Atlântico Sul, uma vez que este se transformaria num refúgio ou num abrigo para as Esquadras, onde estas procurariam se reabastecer e se recuperar. Todas essas considerações tendiam a aumentar a preocupação, por parte dos geopolíticos, quanto à questão de quem exerceria no futuro, o domínio do Mar numa área marítima, considerada de suma importância, cuja segurança passaria a ser entendida como um problema vital para a sobrevivência do bloco Ocidental (A defesa Nacional, 1976, p. 19).

Do exposto até aqui, não seria desnecessário dizer que os geopolíticos brasileiros, além de propor uma política expansionista para o Brasil, tinham também traçado passo a passo o desenvolvimento da campanha comunista. Por mais detalhado que seja esse plano, sua apresentação fugiria aos nossos objetivos; entretanto vale dizer que toda a estratégia comunista estava, segundo os geopolíticos, baseada em conspirações e espionagens. Nada mais conveniente para aqueles que usavam o comunismo como fachada para ações e planos expansionistas, sendo assim

*“No que se refere ao Atlântico Sul, têm sido vistos navios de pesquisa, com bases na Bahia de Cienfuegos, em Cuba, espionando lançamentos de foguetes em Cabo Canaveral nos EUA e na base da Barreira do Inferno, no Brasil. Por outro lado, a frota pesqueira soviética, com mais de 4.000 navios, totalizando 6,5 toneladas, está hoje presente em todos os oceanos, alimentando o povo russo com 8 milhões de toneladas de peixe anualmente. É empregada também como componente do Poder Marítimo, constituindo um elemento auxiliar da Marinha de Guerra, fazendo sentir sua presença próximo às bases do Continente Americano, acompanhado dos exercícios das Esquadras das Potências Ocidentais, o lançamento e recolhimento de cápsulas espaciais e de foguetes, com falsos pesqueiros dotados de aparelhagem eletrônica moderna, enfim navios destinados à espionagem marítima, através da coleta de informações” (A defesa Nacional, 1976, p. 24).*

Começamos nossa análise nos perguntando sobre o real valor do Atlântico Sul para a geopolítica e concluímos que sua importância estava no fato do Brasil procurar estabelecer uma política imperialista não só dentro da América Latina, mas em todos os países, tanto subdesenvolvidos como terceiro-mundistas que estivessem em seu alcance direto e a denúncia da expansão soviética, verdadeira ou não, servia no discurso unicamente a esse propósito.

Essas formulações impressas na geopolítica ditatorial faziam referência direta à política estabelecida por Costa e Silva e aprofundada por Médici, que gerou tensões com os norte-americanos ao tentar promover uma integração com os países do cone sul. Diante dessa perspectiva os geopolíticos escreviam que

*“É fato notório que as nações Sul-Americanas e Africanas não possuem por si sós, Poder Marítimo capaz de assegurar, em caso de Guerra, a manutenção das rotas marítimas do Atlântico Sul [...] no caso da Argentina, por exemplo, a área se amplia para o Sul, visando proteger também territórios antárticos. Assim é que, percebendo o desinteresse norte-americano e temeroso da presença cada vez mais atuante dos navios russos na região, até em águas territoriais, como aconteceu recentemente com o navio russo de Pesquisa Espacial Yurity Gagarin, estacionado em frente à base Aérea de Barreira do Inferno no Brasil durante uma prova de lançamento de foguetes, as Nações Atlânticas vêm procurando equipar com belonaves modernas suas marinhas, adestrando continuamente suas guarnições, inclusive em*

*operações conjuntas, como a Operação Unitas, que é realizada anualmente e da qual participam as marinhas dos EUA, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai. Outra Operação que é realizada entre Brasil, a Argentina e o Uruguai é a Operação Atlantis. A África do Sul tem também proposto a realização de manobras conjuntas com o Brasil” (A defesa Nacional, 1976, p. 28).*

O discurso geopolítico ditatorial enxergou desse modo a política de potência, no plano estratégico. O que não significava um abandono das relações de desenvolvimento internas ao Estado. Muito pelo contrario, a política de potência foi pensada no plano econômico do mesmo modo, ou seja, integrando autoritarismo (na forma de segurança), desenvolvimento econômico e políticas comerciais.

### **4.3. O modelo geopolítico de desenvolvimento**

No ano de 1974, a revista *A defesa nacional* organizava uma de suas edições bimestrais dos meses de janeiro e fevereiro com um conjunto de artigos que visavam estabelecer um programa de desenvolvimento baseado nas potencialidades e deficiências geográficas do Estado brasileiro. Mais do que simplesmente a construção de um modelo, os vários artigos tinham a missão de discutir a política em vigor e buscar suas irregularidades, principalmente quando essa não contemplava as expectativas geopolíticas.

Desse modo, um dos artigos escrito por Nilson Holanda, buscava reconhecer as principais características do modelo brasileiro de desenvolvimento instaurado naquele momento, inicia o autor:

*“Contrastando fortemente com a situação de virtual estagnação econômica de há 10 anos, o país poderá completar em 1973 (a serem válidas as previsões de crescimento de 10% no corrente ano) um período ininterrupto de 6 anos com taxas de crescimento do PIB superiores a 9% a.a. A taxa de crescimento alcançada em 1971 – 11,3% - foi a mais alta de que se tem notícia na história econômica do país. O mesmo pode ser afirmado do volume ‘Record’ de exportações obtido em 1972, no valor de US\$ 4,2 bilhões*

*(Record esse poderá ser superado em 1973 com exportações totais estimadas em US\$ bilhões, que se comparam com os US\$ 1,430 bilhões de exportações de 1964) [...] a taxa de inflação observada em 1972 (15%) foi mais baixa dos últimos 12 anos (podendo declinar para 12% e, em 1973). Todas as principais metas do atual Plano Nacional de desenvolvimento (1972/1974) têm sido alcançadas ou superadas nos últimos dois anos. Estendendo-se até 1980 as projeções desse plano, o Brasil alcançaria o final da década um PIB de US\$ 103.400 milhões e uma renda per capita de US\$ 850.” (Holanda, defesa nacional, 1974, p. 6).*

De acordo com o autor, o Brasil imprimiu, para atingir esse desenvolvimento, uma política flexível, gradualista e pragmaticamente sustentada em bases fortes. Esse tipo de política gradualista, ou por estágios, se fundamentava no pressuposto de que o desenvolvimento é uma tarefa de longo prazo e o crescimento acelerado auto-sustentado exige a criação prévia de algumas condições básicas, em termos de reformas institucionais e de modificações da estrutura do sistema econômico, sendo assim *“Embora os diferentes estágios se interpenetrem (e a despeito da ação governamental ter por objetivo justamente queimar etapas) o processo de desenvolvimento tem uma ordem e uma seqüência natural que não pode ser impunemente invertida ou tumultuada”* (Holanda, defesa nacional, 1974, p. 8).

No caso brasileiro, essa seqüência compreendeu em primeiro lugar, a construção de uma economia de mercado através da eliminação das distorções e desajustes de um secular processo inflacionário, que nos primeiros anos da década de 60, tendia perigosamente para hiperinflação; em segundo lugar, a aceleração da taxa de crescimento econômico, através da eliminação dos pontos de estrangulamento da economia, particularmente no que se refere ao setor externo (Holanda, defesa nacional, 1974, p. 8).

O reflexo dessa política apontada pelo autor se insere diretamente no entendimento que o desenvolvimento econômico é o regulador de todo e qualquer problema social, já *“que os efeitos do acelerado desenvolvimento são disseminados para todas as classes sociais e regiões”* (Holanda, defesa nacional, 1974, p. 9), promulgando uma comoção nacional, que volta seus esforços a grandeza do país. Os ditames do primeiro plano nacional de desenvolvimento

(1972/74) são esclarecedores e fazem ligação direta com as premissas até agora apresentadas:

*“Empenhou-se o primeiro governo da revolução, essencialmente, na reconstrução econômica, atacando a inflação, corrigindo distorções no funcionamento da economia e recuperando-lhe a infra-estrutura. Nesse esforço, expandiu o setor de energia elétrica; reduziu distorções no transportes; criou o sistema financeiro de habitação ao instituir o fundo de garantia do tempo de serviço; estabeleceu novos fundos especiais para o financiamento industrial, bem como instrumentos financeiros para as telecomunicações [...]. O segundo Governo da revolução objetivou, principalmente, a expansão econômica acelerada, adotando, para isso, estratégia de crescimento menos instável, que elevou para níveis superiores a 7% ao ano a taxa de aumento do produto interno bruto, impulsionando, fundamentalmente, pela expansão industrial acima de 10%. Para alcançar aquele objetivo de expansão econômica acelerada, promoveu-se não só a efetivação de grande programa de transporte e de comunicações, mas também a criação de mecanismos financeiros para setores como educação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a agricultura, bem como, a implementação de novas estruturas na administração federal, com a institucionalização do sistema de planejamento e com a primeira etapa da reforma administrativa [...]. O terceiro governo da revolução vem realizando o objetivo de elevar o Brasil à categoria dos países de alto nível de desempenho em todos os setores, com taxas de crescimento do produto interno bruto [...]. Além disso, pela ação renovadora na educação e pela que promove o desenvolvimento na Amazônia o governo adotou estratégia que deverá contribuir para sustentar, a longo prazo, o ritmo assim impresso, sem comprometer o crescimento global a curto prazo” (IPND apud Boarati, 2003, p. 56 - 58).*

Fazendo apologia aos aspectos e a eficácia do modelo apresentado no IPND – e absorvendo o corpo ideológico do programa - o discurso reafirmava a preocupação com o desenvolvimento econômico integrado, o que significava no plano social, alcançar, de um lado, a melhoria da distribuição regional de renda, através de uma ocupação territorial ordenada que permitisse o melhor aproveitamento do seu espaço físico, e de outro, dentro de cada região, a elevação e a ampliação das oportunidades de avanço social (Holanda, defesa nacional, 1974, p. 9). Antes de compreender de que modo a geopolítica insere a



integração nacional no modelo de desenvolvimento prometido pela ditadura militar, é necessário entender a comparação feita da política antes e depois de 1964.

São identificados pelos ideólogos dois momentos e modelos distintos de um programa de desenvolvimento, um que vigorou de 1945/64 o outro de 1964/73. O primeiro período, de acordo com o discurso, orientava-se por uma política “indiscriminada” de substituição de importações, elevado protecionismo e financiamento inflacionário dos investimentos. Essa política fundamentada nesses mecanismos permitiria alcançar, em curto prazo, uma elevada taxa de crescimento, gerando, porém, ao longo de processo, distorções e contradições internas ao Estado, que levam o sistema econômico a uma situação de estagnação e crise; isto é:

*“O protecionismo indiscriminado associado a uma inflação acelerada, pode induzir um certo crescimento industrial, durante algum tempo, mas termina por limitar esse crescimento na medida em que provoca a formação de uma estrutura industrial ineficiente, em que não são levados na devida consideração os problemas de competitividade, custos e avanço tecnológico. Ademais, paralelamente à progressiva integração do setor industrial, essa ineficiência tende a transmitir-se, em cadeia, por todo o sistema econômico” (Holanda, defesa nacional, 1974, p. 20).*

Nessa visão, o processo inflacionário tende a ganhar velocidade transformando-se em inflação aguda, o que evidenciaria essas distorções. Contudo, devemos entender quais são os verdadeiros interesses desses ideólogos ao promulgar essas afirmações; nesse caso, justificar a “revolução” e seu modelo econômico, *“repetia-se então no país o já conhecido panorama de crises que se segue a uma situação de desregramento financeiro e desequilíbrio monetário”*, o que levaria não só a uma crise econômica ou estagnação, mas ao principal dos medos, *“tendência a hiper-inflação, fuga de capitais, agitação sindical e déficits descontrolados e instabilidade política”* (Holanda, defesa nacional, 1974, p. 21).

O principal problema apontado no primeiro modelo econômico anterior ao golpe era ser fomentador de desequilíbrios e instabilidades geradoras de focos

insurrecionais. Esse ponto demonstra uma absorção da geopolítica dos objetivos ditados pela segurança nacional no período. Houve uma mudança na concepção de segurança após a década de 1960 com a edição do Decreto-Lei nº 314 de 1967, ou Lei de Segurança Nacional, deslocando o eixo das discussões quanto ao conceito de segurança. Essa lei possuía uma abrangência muito grande; isso era vital para que pudesse ser estabelecida uma política de desenvolvimento sem maiores atritos interclasses e possibilitaria também ao grupo hegemônico, detentor do controle do aparelho do Estado, colocar em marcha seus planos de elevar o país ao *status* de potência.

Já mostramos que a garantia da ordem para os militares era fundamental à “implementação” do lema “segurança e desenvolvimento,” com o intuito de alcançar para o Brasil um determinado grau de desenvolvimento, almejando a categoria de potência média. Para isso, era necessária a coesão interna, mesmo que ela fosse alcançada pela via autoritária, qualquer possibilidade de conflito interno colocaria em risco esse intento. É possível perceber a ligação quase que literal entre a lei de defesa e segurança nacional de 1976, e o modelo de desenvolvimento proposto pela geopolítica. Sobre a lei dizia-se o seguinte:

*“a) a soberania por meio da preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais; b) o Estado de Direito e as instituições democráticas; c) a preservação da coesão e da unidade da Nação; d) a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira; e) a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior; f) a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e g) a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.”* (Holanda, defesa nacional, 1974, p. 22).

No que tange ao binômio segurança e desenvolvimento, já devidamente analisados por inúmeros trabalhos, não existem grandes diferenças entre o que se falava no interior do IPND, a lei de Segurança Nacional e o modelo econômico geopolítico. Dos três citados podemos inferir a geopolítica como aquela que melhor reorganizou ideologicamente esses elementos de segurança e desenvolvimento – presentes no universo tanto militar quanto civil – em seus

postulados, se apropriando daqueles que melhor atendiam as suas necessidades de expansão, ou seja, a já comentada integração nacional<sup>77</sup>.

Na ótica da geopolítica, pouco adiantava milhões de quilômetros quadrados, recursos minerais dos mais variados, uma vasta e riquíssima rede hidrográfica se o território não for todo ocupado. Daí a integração nacional tornar-se imprescindível para um país que tem a pretensão de ser reconhecido possuidor de um poder nacional invejável e se manter seguro, fora e dentro de suas fronteiras. Segundo Miyamoto (1985) essa é a razão principal a que se deve a atenção dos geopolíticos, principalmente pós-64. Nesse contexto o tema integração se fez presente, por muitas vezes, em todos os planos nacionais. Nós mostramos esse fato nos ditames do IPND, entretanto Miyamoto destaca o plano de metas e bases do governo Médici (Miyamoto, 1985, p. 312) em que se destacava:

*“Deslocamento da fronteira econômica, principalmente a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas [...] integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste [...] criação de condições para a incorporação à economia de mercado, com intuito de aumentar a capacidade de produção, e visando aquisição de poder de compra de amplas faixas da população [...] estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do nordeste [...]. Reorientar as emigrações de mão-de-obra do nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região, e a nova fronteira agrícola,*

---

<sup>77</sup> Esses problemas de integração nacional assim como as fronteiras caracterizavam uma preocupação latente. A melhor solução para as fronteiras não ocupadas e desprotegidas pode ser encontrada, segundo alegam esses teóricos, na “marcha para o Oeste”, a fim de povoar e desenvolver o interior abandonado, bem como controlar o já citado “triângulo mágico”, formado pelas cidades bolivianas de Santa Cruz, Sucre e Cochabamba, o coração da América do Sul. Todavia, o povoamento das fronteiras e controle do triângulo boliviano, deve ser encarado como um antagonismo natural contra o Brasil de parte da Argentina, do Peru e da Venezuela – situação que representa significativa ameaça externa à nação. Além de atentar para uma fragmentação interna do Estado, os geopolíticos, buscavam também definir uma política internacional consistente, que tivesse como premissas a manutenção do comércio marítimo brasileiro e das comunicações com o mundo exterior; um dos fatores vitais para a sobrevivência do País. Objeto de particular cuidado era a proteção de três “pontos de estrangulamento” nas rotas estratégicas oceânicas: o Corredor do Atlântico Médio (a passagem Natal-Dacar para o Norte da África), o cabo sul africano da Boa Esperança, que permite o acesso brasileiro ao petróleo do Golfo Pérsico, e os estreitos de Magalhães – Terra do Fogo, a rota mais segura para o Pacífico. Nestes dois últimos casos, a Antártica tomou uma importância crescente para o Brasil, porque o País se situa adjacente àquelas zonas de estrangulamento, e as necessidades de segurança do Atlântico Sul exigem uma presença naval mais poderosa na área.

*evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do centro-sul [...]. Assegurar o apoio do Governo Federal ao nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à auto-sustentação e realizar as metas de desenvolvimento programadas” (Plano de Metas apud Miyamoto, 1985, p. 313).*

Tanto o plano de metas quanto o IPND buscavam alcançar uma integração no sentido nordeste-sul, ou seja, estabelecer-se-iam pólos regionais, no sul e no nordeste, no planalto central e na Amazônia; dessa maneira interrompendo o fluxo migratório em direção ao Sul do país.

No mesmo compasso, o IIPND em vigor no governo do ditador Geisel – já dentro de uma concepção de Brasil potência emergente – buscava a estratégia de integração nacional em programas de assistenciais como: PIN, PROTERRA, PROVALE e PRODOESTE. O princípio era o mesmo, contribuir em novas áreas de crescimento, investir pesado nos setores agrícolas, na pecuária e mineração, levando em consideração projetos já implantados, além de promover a integração através de um sistema físico de transportes que ligasse toda a região, a exemplo da transamazônica e a Cuiabá-Santarém (Miyamoto, 1985, p. 314). Como demonstra o documento a seguir:

*“Na efetivação de programas de investimentos federais no Nordeste, na Amazônia e no centro-oeste [...]. Utilização do enfoque de áreas integradas, particularmente, zona rural [...]. Política de colonização e desenvolvimento agropecuário orientado [...]. Utilização da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do Nordeste, para a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste” (IIPND apud Miyamoto, 1985, p. 315).*

Diante desse quadro no qual aparecem estampados os nódulos ideológicos que formam o I e IIPND, resta compreender como a integração nacional – centro desses programas – aparece efetivamente no pensamento geopolítico do período; e como dela partem os ideais de projeção exterior.

Um dos grandes nomes da geopolítica do período ditatorial, é sem dúvida o general Carlos de Meira Mattos<sup>78</sup>, não o único, mas um grande expoente. A integração nacional – e a projeção mundial do Brasil resultante – foram os principais problemas debatidos pelo general em seus trabalhos. Em suas palavras, *“Se o governo não descursasse os exemplos, os conselhos da história; se pensasse que a grandeza deste país está, antes de tudo, na integridade de seu território”* (Mattos, 1975, p. 48).

De acordo com Meira Mattos, os estímulos do espaço brasileiro encontravam-se, essencialmente, na existência de imensa massa interior, distante do mar, e não favorecida por saídas oceânicas fáceis. Seu desenvolvimento, portanto, sugeriria a implantação de áreas interiores de interesse econômico, capazes de se modernizarem e sobreviverem vinculadas a um estímulo regional. Essas áreas deveriam se integrar sem dependerem em nada dos oceanos (Mattos, 1977, p. 107).

Buscando compreender o processo mal acabado de interiorização, preconizado na *Marcha para o Oeste*, o geopolítico vai dizer que, em termos de fronteiras políticas, as gerações posteriores, apesar de tentarem, não conseguiram concretizar a interiorização do país, iniciada pelos bandeirantes, diz o autor, *“durante 200 anos tentamos a conquista de nosso interior e particularmente da imensa bacia amazônica apoiados em estratégia essencialmente fluvial. Fracassamos porque a navegação fluvial é caprichosa: não nos leva onde queremos; a navegação dos rios amazônicos sofre influência das estações de águas altas e águas baixas; há inúmeras quedas e cachoeiras*

---

<sup>78</sup> Nascido em São Carlos, Estado de São Paulo, a 23 de julho de 1913, o General Carlos de Meira Mattos, depois dos estudos secundários realizados na capital paulista, iniciou a vida profissional, em 1936, como aspirante a oficial, alcançando o generalato de brigada em 1968 e o de divisão em 1973. Durante a II Guerra Mundial, o militar marcou sua participação através da FEB, fator que posteriormente iria influenciar decisivamente na suas teorizações sobre geopolítica. Autor de vários trabalhos publicados a partir de 1951, como *Bandeiras históricas do Brasil*, *Projeção Mundial do Brasil* (1960); *Pensamento Revolucionário Brasileiro* (1964); *Operações na Guerra Revolucionária* (1966); *Doutrina Política da Revolução de 31 de março de 64* (1967); *Brasil – Geopolítica e Destino* (1975); *A Geopolítica e as Projeções do Poder* (1977); *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* (1980); *Geopolítica e Trópicos* (1984); *Estratégias Militares Dominantes* (1986); *Guerra nas Estrelas* (1988); *A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras* (1990); e *Geopolítica e Modernidade* (2002).

*que interrompem a navegação da maioria dos cursos d'água” (Mattos, 1977, p. 107).*

Sua crítica se insere diretamente no modo como os estudos geopolíticos anteriores – a exemplo de Mário Travassos – priorizavam a vasta rede hidrográfica do Brasil como fator de garantia para ligar as regiões afastadas. Nada mais justo, uma vez que a década de 70 permitia o uso de estratégias adequadas, as novas tecnologias. Sobre o novo modelo de integração proposto, escreve o general

*“(…) mudamos de estratégia nos anos 50, e começamos a implantá-la nos anos 60. A nova tentativa seria a conquista do planalto Central, onde se encontra o divortium aquarum entre as três maiores bacias brasileiras – do Prata, do Amazonas e do São Francisco; montados nesse divisor (instalação de Brasília), tentaríamos baixar à planície amazônica pelos grandes espigões que separam as águas dos afluentes da margem sul do ‘grande rio’. Assim o fizemos, descemos pelo divisor que separa o Tocantins do Araguaia para alcançar Belém na foz do Amazonas. Descemos pelo espigão que separa o Xingu do Tapajós, até Santarém, no baixo Amazonas. Baixamos pelo espigão separador das bacias do Madeira e do Tapajós para chegar a Manaus, no médio Amazonas. O eixo desse empreendimento animou-nos. Depois veio a grande veia transversal, cortando os espigões de leste para oeste, e ligando entre si as artérias longitudinais que seguiram esses divisores – a Transamazônica” (Mattos, 1977, p. 108).*

A forma eloquente e romantizada de tratar o assunto, esconde a necessidade de se apropriar de políticas integracionistas promovidas pelos governos militares e trazê-las para o universo geopolítico assumindo as responsabilidades, pelo menos teóricas, pela execução das obras. Longe de ser uma verdade, já que os projetos aconteciam sem a consulta prévia desses geopolíticos, e muitas vezes, como demonstra Miyamoto em seu trabalho, as políticas adotadas não tinham objetivos geopolíticos, mas se inscreviam em um quadro global de planejamento em que se procurava atingir todo o país, não com finalidades geoestratégicas, porém pensado em termos econômicos. Ou seja, a política de integração visava garantir locais onde se pudesse produzir mais e melhor (Miyamoto, 1985, p. 317).

No caso da construção da rodovia Transamazônica, o mais obvio é que sua criação visava explorar as fontes de riquezas infinitas, as quais a floresta podia fornecer. É inegável que isso promoveria uma integração, e até mesmo a construção de estradas ligando as regiões vizinhas, porém os objetivos estratégicos militares de defesa frente a agressões não fizeram parte - nem tinha lógica – do planejamento governamental.

Se era de conhecimento dos ideólogos que as políticas governamentais não seguiam as premissas geopolíticas, não se pode afirmar, entretanto aquilo que estava expresso no discurso trazia uma visão fechada desses estudiosos, como exemplo:

*“(...) no governo do Presidente Médici um novo e alentado impulso foi dado à articulação da área amazônica com o planalto Central (...) do conjunto de projetos rodoviários do governo Médici, alguns estão praticamente concluídos, como a transamazônica e as ligações do Planalto Central com Manaus e Rio Branco (Acre); prosseguem as obras nos trechos Manaus - Boa Vista (Roraima) e Rio Branco (Acre). A perimetral Norte teve suas obras suspensas até que vençamos completamente a borrascada econômica resultante da crise mundial provocada pela alta do preço do petróleo” (Mattos, 1977, p. 109).*

E continua o autor:

*“(...) estes projetos rumo ao norte e ao noroeste amazônico como que despertaram nossa vocação continental. Permitiram-nos reavaliar capacidades. Na medida em que estão sendo realizados, descobrem novas riquezas adormecidas nas entradas da terra ou esquecidas na selva jamais penetrada (...). É um novo Brasil que desperta e se incorpora ao patrimônio econômico da nação. Mas, também, imensas áreas dos países vizinhos, olvidadas como as pessoas na solidão da floresta, começam a acordar ao toque de chegada da tecnologia a essas longínquas paragens fronteiriças” (Mattos, 1977, p. 110).*

A partir do ponto de um Brasil novo, tecnológico e desenvolvido, as capacidades e as potencialidades foram reavaliadas, daí “nasce a possibilidade de vertebrar-se, não apenas a Amazônia brasileira, mas uma Amazônia sul-

*americana*” (idem, p. 110), ou seja, o país internamente teria cumprido seu papel de criar, ou melhor, conquistar sua *hinterlândia* brasileira.

*“(...) uma nova e desconhecida América do Sul continental, constituída pelas enormes regiões interiores de nove países fraternos e vizinhos, mas que nunca souberam dar-se as mãos pelas portas das conexões terrestres de seus territórios, que mal conheciam, escravos que eram da via marítima para se comunicarem. É o anúncio de novas áreas econômicas articuladas entre si, vertebrando por dentro o Continente sul-americano, somando-lhe novas riquezas, novo poder, aumentando-lhe a importância no cenário mundial. A própria Amazônia equatoriana dos vales dos rios Putumayo, Iça, Napo e Marañon, que não tem fronteiras comuns com o Brasil, beneficiar-se à dessa vertebração interior do Continente, valorizando a sua hinterlândia” (Mattos, 1977, p. 110 - 111).*

Ao manifestar-se sobre a orientação a seguir na organização de um sistema de viação, estabeleceu o autor a seguinte comparação:

*“Se não há inteira analogia, ao menos há muitos pontos de contato entre a vida do corpo humano e a vida de um país. Em todo caso é da completa circulação do sangue que depende a nossa vida, sendo as artérias e veias o sistema mais bem conhecido, mais bem constituído, por onde percorre aquela seiva vital, que, distribuindo-se uniformemente por essa tão bem organizada rede, vai alimentar os nossos órgãos. Assim, também, é do bom sistema de viação dos países que depende a sua vida de prosperidade no seio das nações. É pelas estradas gerais, pelos ramais e sub-ramais, por essas artérias, assim traçadas no solo (...).” (Mattos, 1977, p. 110 – 111).*

Segundo o general, o ponto de partida para um programa de integração territorial estava na criação da Estrada de Ferro Noroeste já em andamento no período, ligando Bauru a Porto Esperança, na barrancada do Rio Paraguai, o que promoveria a criação de um novo pólo de atração geopolítica para as regiões brasileiras das bacias do Paraná e do Paraguai. Isto possibilitaria que o binômio Santos-São Paulo projetasse sua influência neutralizadora sobre o centripetismo do Prata (Mattos, 1975, p. 49). Nota-se não só a influência do pensamento de Travassos, como mais uma vez, a bacia do Prata ganha destaque.



Assim, abrir-se-ia uma opção vital para leste do estado do Mato Grosso e que se estenderia ao Paraguai e à Bolívia. Na visão do geopolítico, esse modelo de integração já se verificava nas regiões Sul e Centro-Oeste; contudo na região amazônica, haveria a necessidade de uma manobra mais ampla. Sustentada sobre os seguintes pilares: a primeira, tradicional, que, saindo da foz, subiria o grande rio e seus afluentes; a segunda, do planalto Central, que desceria as escarpas até a grande planície; em terceiro lugar, uma nova opção, pensada em termos de desenvolvimento econômico, que convergiria no encontro das duas primeiras frentes, baixando do grande arco fronteiro da vertente sul do sistema guiano e vertente sul e oeste do sistema andino, finalmente alcançando os impulsos gerados pelos dois primeiros (Miyamoto, 1987, p. 116).

Nessa estratégia, os três pilares mencionados serviriam de impulsos ampliados através das áreas binacionais e trinacionais. Dessa maneira, as áreas controladas e integradas estender-se-iam por todo o território amazônico, e conseqüentemente aos países que fazem fronteira. Esses impulsos, gerados por essas áreas, produziriam irradiações de desenvolvimento econômico e social, que se encarregariam de espalhar uma energia renovadora em círculos concêntricos crescentes, cujo poder e velocidade de difusão variariam com a força do dínamo gerador. Segundo Miyamoto e também para Meira Mattos, os impulsos dessas áreas-pólos fronteiriças acabariam por se somar aos impulsos oriundos do exterior, de seu próprio país e de seus vizinhos (Miyamoto, 1987, p. 116).

Segundo o discurso geopolítico ditatorial, existem, a partir de 1964, duas correntes ideológicas que disputam a melhor maneira de efetuar essa aspiração de integração. A primeira vinha orientando o governo antes de Getúlio Vargas - possuem grandes defensores políticos e doutrinários - defende o estímulo à imigração, o amparo às zonas pioneiras e a consolidação do leste onde está o centro vital do Brasil, onde as bases de nossa expansão para o oeste e o noroeste, encontrariam terreno seguro (Rodrigues, ESG, 1978, p. 23). Nesse terreno estaria o coração do Brasil:

*“O triângulo Rio-Belo Horizonte - São Paulo, área densamente povoada, com as duas maiores cidades, as maiores riquezas agrícolas, o mais poderoso parque industrial e a maior rede de transportes, que devem, partir o movimento*

*de expansionismo brasileiro, cabendo-lhe recuperar velhas áreas de povoamento, como o Nordeste, valorizar centros de unidade nacional, como o Vale do São Francisco, e grandes reservas de terras disponíveis, como o vale do Amazonas, sem estender demasiadamente a colonização para o oeste antes que se tenha firmado o povoamento do leste, preencher as grandes lacunas na distribuição da população na região de povoamento antigo, apoiar as varias zonas pioneiras do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, da região do vale do rio Doce, do chamado 'matto grosso' de Goiás e de São Paulo, cuidar de portos, drenagem e marinha mercante num país de costa tão vasta, e construir estradas e rodovias que liguem especialmente estas áreas econômicas, para que não se reincida nos erros da antiga colonização. O seu lema não é 'marcha para o oeste', mas 'tomar pé firme no leste'." (Rodrigues, ESG, 1978, p. 23).*

A outra corrente identificada no período, desejava avançar e ocupar imediatamente o extremo oeste para valorização e colonização dos dois Estados mais interiores, Goiás e Mato Grosso. Para o discurso, Getúlio Vargas já sintetizava esta tendência ao afirmar que *“o verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo do oeste”*, sendo o oeste, *“a terra da promessa, com grandes reservas de terras férteis, que podem muito bem substituir as esgotadas e devastadas do leste”* (Rodrigues, ESG, 1978, p. 24).

O general Meira Mattos compartilhava dessa visão, até por isso, suas impressões positivas sobre a interiorização da capital. Para o geopolítico a integração nacional só poderia ser efetivamente eficaz, se esta tivesse como premissa o desenvolvimento do interior do país; por isso a posição da Capital em Brasília, atendia as necessidades do estabelecimento de uma política dos transportes terrestres e transcontinentais. De acordo com o autor, o desenvolvimento das áreas fronteiriças nacionais ao extremo norte incentivaria o progresso das regiões de continentes vizinhos, possibilitando dessa forma o estabelecimento, por parte do Brasil, de estradas transcontinentais controladas pelo país, que ligassem essas regiões (Mattos, 1960, p. 41).

Equacionadas essas determinantes, restava ao Brasil esperar seu destino, que assim como economia na década de 70, seria milagroso;

*“pretendemos chegar ao umbral do ano 2000 desfrutando de uma posição de destaque entre as sociedades democráticas*

*mais desenvolvidas do mundo. Nossa meta é persistir no ritmo de desenvolvimento que vem sendo alcançado, de sorte a criar uma sociedade moderna, progressista e humana; uma sociedade em que o homem alcance sua plena realização, possa realizar todas as dimensões de suas necessidades e aspirações” (Mattos, 1977, p. 138)*

## **Considerações Finais**

De fato acreditamos - dentro das pretensões e limitações de um trabalho de mestrado - ter chegado ao fim de nossa exposição do ideário geopolítico no Brasil da ditadura. Pautamos nossa empreitada em aproximar o máximo possível a trama e os significados imanentes em todo o discurso, sempre respeitando o

momento histórico de sua produção. E desde já esclarecemos, que por mais que os discursos geopolíticos tenham sido alvo maior de nossa atenção, eles representavam, na perspectiva desse pesquisador, a forma de suprir as necessidades de entender, entre todas as formas, o pensamento militar no Brasil.

Nesse caminho, trazemos como inspiração, não só nesse momento como em todo o trabalho, a figura do José Chasin<sup>79</sup>. Não apenas pelo peso e valor de sua produção para a historiografia, mas principalmente pelo modo como esse autor trabalhou, de forma consistente, a função e práxis das ideologias. Iniciamos esse fechamento com uma citação sua:

*“Em cumprimento à própria especificidade da análise imanente, os Capítulos anteriores, à medida que avançavam no rastreamento dos escritos de (...) [expressos do discurso geopolítico], natural e obrigatoriamente, foram pondo à luz a identificação buscada, de tal forma que a explicação entreteceu a descrição, de maneira que nossa exposição poderia ter tomado o ponto final no capítulo anterior como ponto final da exposição no seu todo [...] posto que a prova da interpretação que se construía realizava-se pela própria possibilidade de extração, do material examinado, da interpretação oferecida. Razão pela qual, no caso, para levar o rigor ao limite, buscamos colar o método expositivo ao método de investigação, o que se expressou, no mais visível, no esforço de dizer, o máximo possível, através da própria palavra do objeto analisado.”*

A forma de analisar as ideologias expressas no pensamento de Chasin, centradas no interior do pensamento marxiano, esclarece o modo ao qual, através da análise imanente, é possível desvelar os nódulos constitutivos dos mais diversos discursos; um prato cheio para um trabalho como o nosso que propôs fazer tal exposição sobre o pensamento geopolítico brasileiro. Na introdução desse trabalho situamos a construção metodológica desse tipo de análise e as categorias apresentadas por Chasin. O retorno ao autor pressupõe não só a continuidade, mas o modo de fazer dessa conclusão, mais do que um resumo, e sim, a partir dos resultados obtidos em nossa pesquisa, avançar em algumas reflexões sobre o pensamento militar e a própria ditadura no país.

---

<sup>79</sup> CHASIN, José. O integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, PP. 603 e 604.

Percorrendo esse caminho, buscamos compreender a objetivação da ideologia geopolítica no Brasil, mais precisamente o modo como esse discurso se construiu no interior dos círculos militares, se propagando para além dos quartéis e tornando-se de certa forma uma referência entre os militares.

Sendo assim, buscamos compreender na primeira parte desse trabalho, de que modo o pensar geopolítico se constrói. Nessa linha analítica, o entendimento de sua gênese, nos levou a todas as contradições e anseios sociais, que no final do século XIX e início do XX, assolavam a humanidade. Em termos práticos, as determinantes que marcam a expansão das nações imperialistas e sua consolidação no final da Segunda Guerra Mundial, garantiria à geopolítica centrada nos objetivos estatais, suas características expansionistas e sua absorção de teorias autoritárias e raciais que circulavam nesse contexto. Fatores determinantes que gestaram nessa ideologia um modo peculiar de olhar para a realidade à sua volta, expressas no determinismo geográfico, que preconizavam, entre outras, que os indivíduos são frutos – imutáveis - do meio físico de onde vieram. Isto significava para Hegel, por exemplo, que não deveríamos *“considerar o solo ocupado pelas nações como fator externo, mas como o aspecto ligado à natureza, intimamente vinculado ao caráter do povo. Esse caráter, relacionado com a natureza do solo, representa o modo e a forma sob os quais as nações se apresentam na História e nela ocupam lugar e posição”*. (Hegel apud Quaini, 1979, p. 10). Ou seja, o homem é moldado pelo solo.

Fazendo a crítica a esse modo de analisar a história dos homens, avançamos na discussão, ao relativizar as relações de produção capitalistas, na construção do espaço físico-geográfico; nesse ponto trouxemos Marx à discussão, para demonstrar que os homens, através do trabalho – ou o ato de modificar a natureza – se inserem ativamente no meio físico, modificando e criando instrumentos que potencializem sua ação na natureza. Significa dizer que, por estar superiormente posicionado em relação à natureza, o homem consegue diminuir as influências do meio físico em sua vida.

É necessário dizer que essa geopolítica, apresentada na sua forma pura, é produto do tempo histórico em que foi produzida, assim como também são os autores que a produziram. Isso reflete o fato que os ideólogos clássicos desse pensamento o organizaram de modo a atender as necessidades mais urgentes

das nações de onde falavam. Então não é possível compreender esse pensamento aqui no Brasil, apenas como uma transposição de ideais ou de um modelo que foi seguido sem a devida crítica; dizemos isso porque o caminho percorrido pelas teorias clássicas da geopolítica até o momento que se inserem de modo efetivo no Brasil é longo e só fazem sentido se entendermos que a formação desse pensamento efetivou-se a partir da instituição militar. Por isso, o objetivo do Capítulo II foi compreender a formação e institucionalização do pensamento militar no Brasil.

Não alongando muito uma análise já feita, é necessário destacar que o órgão militar estruturou-se no Brasil tutelado pelo Estado Novo varguista e pela criação da Escola Superior de Guerra. Este último criou uma identidade militar até então inexistente e centralizou uma política sustentada na segurança estatal e no desenvolvimento econômico. Torna-se redundante ressaltar que o cenário internacional marcado pela Guerra fria, pelo medo de um avanço comunista ou mesmo de uma guerra nuclear, abriram caminho para que ideologias autoritárias e centralizadoras que prometiam ser um instrumento de contra-ataque, fossem bem recebidas pelos oficiais.

Comumente, a historiografia tradicional tende a dizer que a ideologia da segurança nacional – promulgada pelos Estados Unidos – foi absorvida como um bloco fechado de idéias. Buscamos avançar nessa discussão demonstrando que os militares brasileiros procuraram fazer a devida adaptação para atender a realidade do país. Desse modo é possível compreender que a noção de segurança nacional francesa, mais próxima da situação brasileira, foi mais bem aceita, principalmente porque entre os fatores constitutivos da ideologia francesa, as potencialidades geográficas nacionais e a posição estratégica do país faziam ligação direta com o Brasil. O que levou os militares brasileiros a pensar – diferente do que a ideologia de segurança nacional norte-americana pregava – o Brasil como uma potência Mundial.

Essa sem dúvida era a principal peculiaridade da ideologia de segurança nacional brasileira, isto é, pensava-se o Brasil potência a partir dela. Foi inclusive por esse fator que os estudos geopolíticos no Brasil foram incorporados a ideologia de segurança nacional. Ainda que os primeiros trabalhos tenham sido

produzidos antes da Escola de Guerra, sua forma sistematizada e, largamente divulgada só deu a partir de década de 50.

Buscamos essa compreensão no terceiro capítulo de nosso trabalho. Em destaque, pontuamos que apesar da sistematização dos estudos só firmarem suas bases a partir da ESG, foram incorporando todas as determinações desenvolvidas nos anos anteriores, como exemplo do pensamento de Mário Travassos e Lysias Rodrigues. Dentro desses autores já estavam expressas as idéias de potência, ainda não tão fortes como em 60, mas já se pensava um Brasil como uma potência regional. Essa condição só iria mudar posteriormente com o pensamento de Golbery do Couto e Silva na década de 1950, onde em fator das condições já apresentadas, o Brasil passaria a ocupar na teoria do militar a categoria de co-potência junto com os norte-americanos. Entretanto, uma potência regional ou uma co-potência, essa possibilidade só se fez presente no interior do discurso por causa do determinismo geográfico.

No terceiro capítulo, imprimimos de modo propriamente dito a análise dos nódulos ideológicos formadores da ideologia geopolítica brasileira. Partimos da compreensão – mais uma vez sustentada em Marx – que as diversas ideologias têm como principal característica ser a consciência social prática, pela qual os indivíduos, ou grupos sociais, se reconhecem enquanto tal, inserindo-se dentro do todo ativamente dentro do todo social e organizando ações práticas para o embate entre as classes. Desse modo a ideologia geopolítica serve a esse sentido; uma vez que organizada por uma determinada classe – militares – esses estudos buscavam retirar elementos da realidade concreta e, reorganizá-los de modo que o produto final – expressos na gama de discursos – atendessem as necessidades de justificar, cientificar e propagar, os objetivos específicos de classe, com sendo de todos. Nesse caso, os objetivos de grandeza Nacional.

Seguindo a linha de raciocínio no qual os ideais de grandeza nacional são os elementos de partida do pensamento geopolítico brasileiro, procuramos compreender, no último capítulo, o modo como esse discurso se pôs durante a ditadura militar instaurada em 1964. Antes de entrar nos resultados obtidos, algumas pontuações se tornam imprescindíveis a compreensão.

Em primeiro lugar deve ficar claro que o último capítulo dessa dissertação carrega a função maior desse trabalho expressas no título, que é analisar

criticamente o discurso geopolítico, do início da ditadura até o período do chamado milagre econômico. Deixamos claro que apesar do recorte histórico ser definido entre esses dois momentos – conturbados e contraditórios - o desenrolar dos documentos e as possibilidades que eles se apresentam, extrapolam o recorte histórico proposto. Sendo assim afirmamos que a construção e análise da geopolítica, que chamamos de ditatorial, iniciam-se no capítulo anterior e sua separação é meramente estrutural.

Como segundo ponto, voltamos na questão do determinismo, que se inicia no primeiro capítulo e vem se desenrolando ao longo do trabalho, e no final já é facilmente percebido como um fio condutor principal. Entretanto, o retorno ao tema visa não mais conceituar, mas sim apresentar as possibilidades – que o determinismo no interior da geopolítica – fornece ao pesquisador.

Como instrumento principal da ideologia geopolítica, o determinismo permitiu aos militares, catar na realidade elementos de grandeza, que segundo esses ideólogos, estavam enraizados na formação histórica do país. Para chegar a essa conclusão, ou seja, a grandeza do Brasil está cravada em seu destino, os geopolíticos munidos do determinismo, vão se valer tanto da história, quanto das análises das instituições políticas e dos planos econômicos e da análise social, centrados no homem, no intelecto, das diferenças culturais, etc. Sempre com o mesmo propósito, afirmar a grandeza como um ideal a ser perseguido por toda a nação, “nosso destino manifesto”.

Nesse sentido, ao analisar criticamente esses discursos, contraponto sua produção, com ela mesma, ou com o período histórico. Emanam dessa relação suas contradições internas. Dessa forma, exterioriza-se a “visão de mundo” de seus locutores, seus anseios, angústias e preconceitos de toda a espécie. E isso torna possível entender como esses militares enxergavam a realidade brasileira como um todo, tese que procuramos defender em todo o trabalho.

Em se tratando da geopolítica ditatorial, essa afirmação se confirma de um jeito inquestionável. O período que compreende os momentos iniciais do golpe de 1964 e desemboca no milagre econômico é marcado pela contradição. Em meio às sucessões presidenciais – marcadas pela disputa interna de poder – e movimentos sociais, a ditadura procurava imprimir desde Castelo Branco, a política de segurança e desenvolvimento. Não vamos expor novamente as



minúcias das políticas econômicas dos governos militares, mas apenas ressaltar que todas, a seu modo e momento, procuraram imprimir políticas de potência para o Brasil.

Nossa intenção foi mostrar que o discurso geopolítico caminhava com essas possibilidades, ora oscilando entre o alinhamento com os Estados Unidos e uma divisão de poder na América Latina, ora como uma potência autônoma. Contudo, no final da década de 1960 e início de 1970, os anseios dos ideólogos se voltavam uma potência autônoma, afiançados justamente pelo milagre econômico.

Nesse momento específico, o discurso geopolítico ditatorial, promulgava no plano externo políticas imperialistas, tanto dentro da América latina quanto em países considerados de menor porte, como os Estados Africanos. Essas políticas, segundo eles, deveriam levar em consideração os locais estratégicos, onde fosse possível ao comunismo russo promover um ataque. Na linha dessa geopolítica anticomunista, no plano interno os militares – sustentados por políticas de integração nacional – pregavam o autoritarismo, a violência e a continuidade da ditadura.

## Fontes

BELTRÃO, Helio, Revolução e reforma administrativa. *In* Revolução evolução. Brasília: AERP, 1970.

BRANCO, Manuel Thomaz. O Brasil na Segunda Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walter de. Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARVALHO, Carlos Miguel D. de. Geographia Econômica do Continente Sul Americano. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927.

CASTRO, Theresinha de. América do Sul: Vocação Geopolítica. Escola Superior de Guerra, 1997.

COUTO E SILVA, Golbery do (General). Planejamento estratégico. Brasília: Editora UnB, 1981.

\_\_\_\_\_. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro José Olympio, 1981.

FEHLBERG, Carlos. A revolução e sua presença no sul. *In* Revolução evolução. Brasília: AERP, 1970.

MATTOS, Carlos de Meira. Doutrina política de potência. *In* Revolução e Evolução. AERP, 1970.

\_\_\_\_\_. Brasil - Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

\_\_\_\_\_. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

\_\_\_\_\_. Fundamentos Científicos da Geopolítica e sua Relação com a Teoria de Fronteiras. Revista da ESG nº 16, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira. Revista da ESG nº 19, Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. Fronteiras do Brasil Revista da ESG nº 20, Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. A Missão das Forças Armadas na Perspectiva da Nova Ordem Internacional. Revista da ESG nº 23, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. Reflexão sobre uma Estratégia Militar para o Brasil. Revista da ESG nº 24, Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. A Geopolítica Brasileira - Predecessores e Geopolíticos Revista da ESG nº 39, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. O Brasil e sua Estratégia. Revista da ESG nº 40, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Brasil e sua estratégia: Conceitos Doutrinários. São Paulo: Folha On-line, 2003.

\_\_\_\_\_. A Estratégia - Origens, Instrumentos, Desenvolvimento no Espaço e no Tempo. Revista da ESG nº 43, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. A Tese da Internacionalização da Amazônia. Revista da ESG nº 45, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, Lysias. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

TAVARES, Aurélio Lyra. Compreensão de segurança nacional. *In* Tavares et al, Segurança Nacional, São Paulo: Serviço de Publicações da Fiesp, 1962.

TRAVASSOS, Mário. Estrutura geo-militar do Brasil. *In* Cultura Política 1. Rio de Janeiro, 1941.

\_\_\_\_\_. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1947.

**Boletins da ESG – Cursos ministrados - Estado Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra, departamento de Estudos. Divididos por ano de publicação:**

Aspectos militares de natureza geográfica – aspectos de posição, extensão territorial, estrutura da área e clima, face aos problemas militares do país. General Oromar Osório. 1960.

Características Psicossociais do povo Brasileiro. José Honório Rodrigues. 1960.

A influência dos fatores geográficos sobre o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1961.

Teorias geopolíticas. Tenente Coronel Octávio Tosta. 1961.

O poder nacional – fundamentos e fatores geográficos. Fábio de Macedo Soares Guimarães. 1962.

Estudos Estratégicos de Áreas Estratégicas. Coronéis Gastão Guimarães de Almeida, Yves Murillo Gonçalves e Mário David Andreazza. 1963.

Mobilização Nacional – logística, mobilização e fortalecimento do potencial. Coronéis José Tavares Bordeaux Rego, Fausto de Carvalho Monteiro e Ernani Ayrosa da Silva. 1963.

Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Militares. Coronel Antonio Andrade de Araújo. 1963.

Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Psico-Sociais. Antonio Arruda. 1963.

Interpretação dos interesses e das aspirações do povo brasileiro: análise sociológica. Alceu Amoroso Lima. 1963.

Interpretação dos interesses e das aspirações do povo brasileiro: análise econômica. General Edmundo de Macedo Soares e Silva. 1963.

O poder Nacional: Fundamentos e Fatores geográficos. Engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães. 1963.

A estratégia no campo político. Ministros Jorge de Oliveira Maia e Manoel Henrique Almeida de Moraes. 1963.

Geopolítica e Segurança Nacional. General de Brigada Alfredo Souto Malan. 1963.

O poder nacional: conceitos básicos. Equipe do Departamento de Estudos 1963.

A ciência, a tecnologia e o poder nacional. Athos da Silveira Ramos. 1963.

Panorama da Economia Mundial: Posição do Brasil. Jaime Magrassi de Sá. 1963.

A situação continental: Os grandes problemas do continente Americano. Jorge de Sá Almeida. 1964.

Aspectos geopolíticos do Brasil. Tenente Coronel Octávio Tosta. 1964.

As Nações Unidas e sua atuação em face dos problemas mundiais: posição do Brasil. Carlos Calero Rodrigues. 1964.

Relações Brasil – Estados Unidos da América. Helio Cabal. 1964.

O Brasil e a América Latina: Interesses e relações. Lucillo Haddock Lobo. 1964.

Os interesses e as Aspirações do Povo – Os objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1964.

Aspectos da política econômica governamental. Roberto Campos. 1965.

Elementos Básicos da nacionalidade Brasileira – A terra. Aziz Nacib Ab Saber. 1965.

O Brasil e os Estados Unidos - Interesses e Relações. João Paulo do Rio Branco. 1965.

As Relações Militares entre Brasil e os EUA. Major James W. Totten – Exército dos EUA. 1965.

Geopolítica aplicada – Aspectos Mundiais e Sul-Americanos. Coronel Octávio Tosta. 1966.

O Brasil e a América Latina - Interesses e Relações. Fernando Simas de Magalhães. 1967.

Objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.

Premissas de segurança interna e hipóteses de guerra. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.

Aspectos modernos da guerra. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.

Aspectos modernos dos movimentos insurrecionais. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.

Diferentes movimentos insurrecionais eclodidos nos diversos países da América Latina e suas possíveis repercussões no quadro da segurança nacional brasileira. Coronel Alberto Bandeira de Queiroz. 1967.

A História, a Geografia e o poder nacional. Ruy Vieira da Cunha. 1968.

Geografia e o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1969.

Objetivos Nacionais Permanentes. Professor Ruy Vieira da Cunha. 1969.

Objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1970.

A influência dos elementos geográficos sobre o poder nacional. Equipe do Departamento de estudos. 1972.

Os principais problemas internacionais com que se defronta o Brasil como potência em ascensão. General de Brigada João Jacobus Pellegrini. 1972.

Brasil: realidade e desenvolvimento. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.

Os serviços estrangeiros de informações de segurança nos Estados Unidos da América, Inglaterra e França. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.

A geopolítica e o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.

Manual Básico – Fundamentos de Doutrina – Escola Superior de Guerra, Equipe do Departamento de Estudos. Rio de Janeiro: Borsoi, 1976.

Liberdade e autoridade. Equipe da DAP. 1976.

Geopolítica – a geopolítica e a teoria da forma e do espaço dos estados. General Carlos de Meira Mattos. 1976.

Conceito de potência mundial. General Carlos de Meira Mattos. 1976.

A psicopolítica. Kenneth Goff. 1976.

A soberania nacional e suas limitações. James Marshall. 1976.

Geopolítica. Equipe do Departamento de Estudos. 1977.

Aspirações e interesses nacionais do Brasil. José Honório Rodrigues. 1978.

Características psicossociais do povo brasileiro – possibilidades e vulnerabilidades. José Honório Rodrigues. 1978.

Áreas estratégicas brasileiras de natureza geográfica. Coronel Antonio Luiz Rocha Veneu. 1979.

O quadro físico brasileiro. Speridião Faissol. 1979.

Características gerais da geopolítica e geoeconomia Nacional. Ferdinando de Carvalho.

O homem Brasileiro; formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide etária e situação demográfica. Luiz Felipe da Silva Wiedemann.

As instituições sociais políticas e econômicas. José Camarinha Nascimento.

**Revista A Defesa Nacional – de Janeiro de 1963 até Janeiro de 1976. Edição bimestral.**

Características psico-sociais do povo brasileiro (possibilidades e vulnerabilidades). José Honório Rodrigues. Março 1958.

As multinacionais e a Segurança Nacional. Tenente Coronel Ricardo Fernandes. mar/abr 1974.

Importância estratégica do Atlântico Sul na segurança e no desenvolvimento do continente americano. Capitão-de-Mar-e-Guerra Guilherme Eugenio Barbosa Domont. set/out 1976.



## Referências Bibliográficas

ALBERT, Fishlow. Uma história de dois presidentes: A economia política da gestão da crise. *In* STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro (org.). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as nações. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

ARRIGUI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ARRUDA, Antonio. A escola superior de guerra: história de sua doutrina. São Paulo: GRD, 1983.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. O Satânico Doutor Go: A ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Tese de mestrado defendida no Programa de Ciências Sociais da PUC-SP, 1999.

BACHA, Edmar L. e MALAN, Pedro S. A dívida externa brasileira: do milagre ao fundo. *In* STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BOARATI, Vanessa. A discussão entre economistas na década de 1970 sobre a estratégia de desenvolvimento econômico II PND: motivações custos e resultados, dissertação de mestrado apresentada à faculdade de economia, administração e contabilidade. São Paulo: USP, 2003.

BOBBIT, Philip. A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento associado-dependente e a teoria democrática. *In* STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. Diante da Guerra. São Paulo: Civilização brasileira, 1982.

CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina. Militares e política na Nova República. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CAUBET, Christian. Por uma (nova?) epistemologia da geopolítica, em Caubet et al, Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, 1990.

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado – forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editoras Ciências Humanas LTDA, 1978.

\_\_\_\_\_. A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): estudos e edições Ad Hominem, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

CHIAVENATO, Júlio José. Geopolítica, Arma do Fascismo. São Paulo: Global, 1981.

COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1976.

COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo Governo Vargas (1951 – 1954): democracia, partidos e crise política. 2ª. Edição. São Paulo: Ática, 1992.

DEL VECCHIO, Angelo. Política e Potência no regime militar brasileiro. In Revista Projeto História n. 29 tomo 1. São Paulo: Educ 2004.

DULLES, John W. F. Castelo Branco: o presidente reformador. Brasília: Editora UnB, 1983.

ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, Desigualdade e Poder na América Latina. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, 2003.

FERNANDES, Florestan. A consciência revolucionária da História. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich: história. Coleção grandes cientistas sociais, n.36. São Paulo: Editora Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre a teoria do Autoritarismo, São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. A revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Heloisa. Os militares como categoria Social. São Paulo: Global, 1978.

FERRAZ, Francisco César Alves. A sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955). Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da Unesp, SP, 1994.

FERREIRA, Oliveiros S. La Geopolítica y El Ejercito Brasileño. *In* BELTRÁN, Virgilo Rafael. El papel político y social de los Fuerzas Armadas en América Latina. Caracas: Monte Avila Editora, 1970.

\_\_\_\_\_. Conceitos Estratégicos da II Guerra Mundial ao pós-Guerra Fria, *In* OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

FONSECA, Sandra Rodrigues Braga Machado da. Uma Introdução à Geopolítica Clássica: de Ratzel a Haushofer, II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o Cerrado no Século XXI” Universidade Federal de Uberlândia: Instituto de Geografia, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961 – 1989). *Revista brasileira de Política Internacional* 40 (1): 18 – 40, 1997.

GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GURGEL, José Alfredo A. Segurança e Democracia: uma reflexão política. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HOBBSAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 2003.

LAMOUNIER, Bolívar. O Brasil autoritário revisitado: O impacto das eleições sobre a abertura. In STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (vol.2). São Paulo: Difel, 1985.

MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Universidade Federal de São Carlos. Artigo disponível em <http://www.2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>

MELLO, L. I. A. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, István. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Ensaio, 1993.

\_\_\_\_\_. O poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia de segurança nacional no Brasil. Diálogos Latinoamericanos, n.5, Universidad de Aarhus, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1981.

\_\_\_\_\_. Geopolítica e Autoritarismo: o caso brasileiro. Revista de Cultura, v. LXXVIII, n. 10. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico, Tese Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1985.

MORAES, A. C. R. (org.). Ratzel. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Gerson. Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

\_\_\_\_\_. Geopolítica e o Brasil potência. Série monografias. São Paulo: UNESP, 1985.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. Militares: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Angêla Maria Castro Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PEREIRA, Maurício B. Estado Novo: a constituição das bases do partido militar e do projeto Brasil Potência. Premissas Caderno do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp v 15-16, 1997.

PRADO, Lúcio Lourenço. Monadologia e espaço relativo: o jovem Kant recepcionando Leibniz. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.

QUAINI, Massimo, Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAGO FILHO, Antonio. Os gestores do capital atrofico. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da PUC-SP, 1998.

ROCHA, Maria Selma de Moraes. A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1996.

RICARDO, Cassiano. Marcha para o oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Napoleão Bonaparte – Imperador dos franceses – Duzentos anos (1804-2004). Revista da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985.

*In*

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. Estado, corporativismo, autoritarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

STEINBERGER, Margarethe Born. Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: Educ/Cortez/Fapesp, 2005.

STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

\_\_\_\_\_. História Militar de Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. Introdução à geografia – geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_ (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

VAISMAN, Éster. O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lucàcks. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, 1986.

VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Editora Ática, 1987. VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar/Enap, 1986.

VIVES, Jaime Vincés. Tratado General de Geopolítica. Barcelona, 1950.

WEFFORT, Francisco. Por que democracia? *In* STEPAN, Alfred Stepan (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)